



ENSAIOS DE HISTORIA 2020

V. XXI ISSN 1414-8854

unesp 
Franca

ENSAIOS DE HISTÓRIA

® UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

SÃO PAULO STATE UNIVERSITY

REITOR(A)

PROF. DR. PASQUAL BARRETTI

VICE-REITOR(A)

PROF.^a DRA. MAYSIA FURLAN

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

DIRETOR(A)

PROF. DR. MURILO GASPARDO

VICE-DIRETOR(A)

PROF.^a DRA. NANJI SOARES

CURSO DE GRADUAÇÃO

COORDENADOR(A)

PROF.^a DRA. TÂNIA GARCIA COSTA

VICE-COORDENADOR(A)

PROF.^a DRA. MÁRCIA PEREIRA DA SILVA

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v. XXI, n.1/1	p. 280	2020
--------------------	--------	---------------	--------	------

UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNESP – São Paulo State University

ENSAIOS DE HISTÓRIA
Revista do Curso de Graduação em História

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Comissão Editorial

Presidente

Prof. Dr. Marcos Alves de Souza

Prof.^a Dr.^a Ana Carolina de Carvalho Viotti

Prof.^a Dra.^a Daiane Vaiz Machado

Prof.^a Dr.^a Eliane Martins de Freitas

Prof. Dr. Eudes Guimarães

Prof. Dr. Fernando Pereira dos Santos

Prof. Dr. Hamilton Afonso de Oliveira

Prof.^a Dr.^a Márcia Naxara

Prof. Dr. Marcos Sorrilha

Prof. Dr. Marcus Oliveira

Prof. Me. Abner Neemias da Cruz

Prof.^aMa. Adrielli de Souza Costa

Prof.^a Ma. Amanda Peruchi

Prof.^a Ma. Beatriz Rodrigues

Prof. Me. Caio César Vioto de Andrade

Prof. Me. Christophe Barros dos Santos Damázio

Prof. Me. Gerson Ribeiro Coppes Junior

Prof.^a Ma. Janaina Salvador Cardoso

Prof. José Victor Maritan Gonçalves

Prof. Me. Lucas de Almeida Semeão

Prof. Me. Marcelo Fidelis Kockel

Prof. Ma. Maria Celeste Fachin
Prof. Me. Rodolfo Nogueira da Cruz
Prof.^a Ma. Sofia Theodoro Prevatto da Fonseca
Prof. Me. Thiago Alvarado
Prof. Me. Vitor Queiroz Santos
Prof. Me. Waslan Saboia Araujo
Carlos Vinícius da Silva
Eleonora Ricci Graneiro
Guilherme Vicente Moura
Isabela de Lorena Zaniboni
Juliana Oliveira Bispo
Larieli Ceron de Lima
Maria Isabela da Silva Gomes
Paloma Caroline Catelan
Rafaela Manha da Costa
Thiago Vinícius de Souza Francisco
Yasmim Galvani Ferrari

Publicação Anual / Annual Publication
Solicita-se permuta / Exchanged desired

Endereço / Adress

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais Contato: Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900, Jardim
Doutor Antônio Petrágli, CEP 14409-160, Franca/SP, Brasil

ensaiosdehistoria@gmail.com

Ensaio de História (Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP) Franca, SP, Brasil, 1996-2019, 1-20 ISSN 1414-8854

Capa: Queima de café em Santos, no Litoral de São Paulo, patrocinada pelo governo Vargas, no início dos anos 30. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI20415-15227-1,00-DO+CAFE+A+INDUSTRIALIZACAO.html>>.

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que nós, grupo PET-História Unesp Franca, tornamos pública a edição 2020 da revista *Ensaios de História*. A partir da iniciativa de graduandos do curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Unesp de Franca, desde 1995, e, mais especificamente, dos alunos petianos, a revista se tornou espaço para publicações de artigos, ensaios e resenhas resultantes das produções científicas dos graduandos nas áreas de pesquisa em História e Educação de todo o Brasil. Ao longo de 25 anos de existência, a revista *Ensaios de História* tem alcançado relevante espaço de difusão das elaborações de pesquisa dos graduandos em trajetória de formação.

A importância dessa atividade de articulação de artigos na revista *Ensaios de História*, como uma ferramenta de ampliação acadêmica à pesquisa científica, tanto em caráter coletivo como individual, é crucial para a melhor qualidade de desenvolvimento institucional da graduação em consonância com o Conselho de Curso. Além disso, garante o prestígio curricular dos graduandos do grupo PET História Unesp Franca na participação da Comissão de Editoração. Essa atividade se apresenta seccionada em subtarefas, em que equipes ficam responsáveis pela divulgação e veiculação da revista às Instituições de Ensino Superior brasileiras; recebimento dos artigos; estabelecimento de contato com os professores corretores que aprovarão os textos na revista; centralização dos trabalhos recebidos e supervisão das mídias sociais da revista. A diversidade de temáticas concerne com o critério de pertinência e consistência às áreas de História e Educação, a partir da orientação dos professores doutores das áreas, demonstrando, assim, a responsabilidade com o trabalho científico produzido.

Nesta edição, foram abordados textos em seções, divididas em cinco partes. **A primeira**, denominada “Literatura e História Social” é iniciada com o artigo “Gustavo Barroso e a construção de uma História do Cangaço: da bandidagem à revolta sertaneja”, de Isabela de Lorena Zaniboni (Unesp Campus Franca), no qual demonstra a importância da contribuição histórica de Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) e o seu estreitamento com a história do Cangaço, a partir dos seus escritos e do seu contexto de vida, especificamente em três de suas obras, abordadas no decorrer do artigo. Em seguida, Guilherme Vicente Moura e Paloma Caroline Catelan (Unesp Campus Franca), analisando a obra literária *Os sertões*, de Euclides da Cunha, no artigo “Análise geográfica em *Os sertões*: dimensões econômica, política e cultural”, buscam compreender o conceito de território nela contido, para tanto debruçando-se sobre questões como identidade, pertencimento e migração nordestina, entre outras.

A segunda parte, “Arqueologia e História das Américas” começa com o artigo denominado “A grande propriedade açucareira no nordeste brasileiro e a brecha camponesa: algumas considerações”, de Victor Hugo de Almeida França (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). O texto busca objetivar a construção da monocultura da cana-de-açúcar, especialmente, na Capitania de Pernambuco

e como se deu sua consolidação, em meio aos conflitos entre senhores e cativos, de acordo com a discussão bibliográfica levantada. Nesta parte, apresentamos ainda a resenha intitulada “Manual de Arqueologia pré-histórica, de Nuno Bicho”, na qual Sofia Helena Cardoso Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas) discute os principais pontos da primeira parte desta obra da arqueologia lusófona, onde Nuno Bicho discorre sobre o objeto de estudo Pré-histórico possibilitado pela consciência deste passado.

Ainda na segunda parte, temos a Nota de pesquisa a respeito de uma das fontes empregadas pelo autor, José Alberto dos Santos Junior (Universidade Federal de São Paulo), em suas pesquisas sobre as relações entre indígenas e espanhóis no processo de conquista e colonização da região do Rio da Prata. Esta nota faz parte da pesquisa intitulada “Viaje al Río de La Plata: As fundações espanholas na região do Rio da Prata e o protagonismo indígena na crônica de Ulrich Schmidel (1534-1554)”. A nota traz importantes considerações sobre a fonte em questão, a crônica de Ulrich Schmidel, e com ela dialoga por meio de bibliografia especializada no período histórico abordado.

A terceira parte, “Memória, Sociabilidade e Cidadania” inicia-se com o artigo de Victor Mauric (Universidade de São Paulo): “Atitudes frente à morte: religião e sociabilidades na colônia paulista (1592 – 1639)”, com o desenvolvimento do estudo de inventários e de testamentos abertos entre 1592 e 1639 a respeito do caráter religioso e soteriológico no tratamento da morte, na América portuguesa. Em seguida, no artigo “O pensamento bélico-mistagógico no tempo de Ramon Llull”, de Marcos Jorge dos Santos Pinheiro (Universidade Federal do Maranhão) é abordado o contexto do centromedieval ibérico, no século XIII, e, a partir disso, trata do entendimento de Ramon Llull (1235-1315) e de seus propósitos missionários-apologéticos no pensamento ibérico de Reconquista. Adonias Alfredo Carvalho, Gabriel Bento Leite Ferreira e Luiz Fernando Tobias, no artigo “O Jornal Pernambucano O Liberal e a questão abolicionista”, fecham essa seção debruçando-se em artigos editoriais publicados no O Liberal (1870), envolvendo os estudos das fundações ideológicas do Brasil Império frente ao processo de abolicionismo como movimento social.

A quarta parte, “Sujeitos e Processos Históricos” começa com a intervenção histórica-social de Thalia Faller (Universidade Federal da Fronteira Sul) no artigo “A liberdade de Merenciana Prestes dos Santos: notas sobre a trajetória de uma mulher negra nos campos de Palmas, Paraná, final do século XIX”, abordando metodologicamente as vias de raça e gênero, no final do século XIX, a trajetória de vida de Merenciana Prestes dos Santos, nos campos de Palmas/Paraná. Faller utiliza fontes judiciais e eclesiásticas para entender os mecanismos de opressão e resistência, a partir da história de Prestes dos Santos, adentrando sua transição de escravizada para a condição de alforriada, em 1885. No artigo “Vida dentro e fora das fileiras da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais durante a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco (1630-1654)”, o autor Roberto Junio Martinasso Ribeiro (Escola

de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo), graduando em História e bolsista PIBIC (CNPq), como parte dos resultados da pesquisa que desenvolve em iniciação científica, explora o cotidiano dos soldados que estavam a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, no período da primeira metade do século XVII, em uma perspectiva historiográfica sobre o Brasil holandês. O texto científico percorre desde as estratégias de sobrevivência na capitania de Pernambuco até o retorno aos Países Baixos.

Essa quarta parte conta ainda com o artigo “Em busca do paraíso terreal: uma história ‘vista de baixo’ da sedição sebastianista da Serra do Rodeador, Bonito – PE (1817-1820)”, de autoria de Vinícius França Faria e de seu orientador, o Prof. Dr. Aurélio de Moura Britto (Centro Universitário da Vitória de Santo Antão), onde os mesmos analisam a participação da população pobre dos sertões pernambucanos no movimento de cunho sebastianista, messiânico e milenarista conhecido como “Serra do Rodeador”, de ocorrência no povoado de Bonito, Pernambuco (1817-1820). E, encerrando a seção, Débora Angélica Vieira de Melo (Centro Universitário da Vitória de Santo Antão) apresenta a visão da elite liberal sobre a Guerra dos Cabanos (1832-1835) por intermédio da análise documental dos articulistas do jornal O Diário de Pernambuco, ao longo do período do conflito, no artigo intitulado “Inventariando sujeitos ausentes: as representações dos ‘infames caramurús’ no Diário de Pernambuco (1832-1835)”. Seu intuito, no artigo, é explicar por que este conflito ocupou um lugar de menor destaque na historiografia sobre o período.

Em “A contradição do bandeirante: o discurso polissêmico nas obras de temática paulista de Benedito Calixto e Henrique Bernardelli (1890 - 1932)”, Livia Baranowski Tieri (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) analisa o discurso polissêmico e histórico produzido no século XIX sobre o bandeirante. Para tanto, dialeticamente apresenta as obras de dois artistas, Benedito Calixto e Henrique Bernardelli, lançando luzes sobre dois discursos visuais do período abordado, o monumental e o não-monumental.

Encerrando esta parte, a questão da identidade nacional brasileira é discutida por Giovana Castro Leite (Unesp Campus Franca), no artigo “Manoel de Araújo Porto-Alegre e o desafio da reestruturação de um passado colonial”. Nele, a autora analisa a obra de Manoel de Araújo Porto-Alegre e mergulha no movimento letrado que, ao longo do século XIX, buscou reestruturar o passado colonial brasileiro tomando por base as experiências da modernidade europeia, no intuito de fazer caber esse passado em um regime moderno de historicidade.

Por fim, **a quinta e última parte**, “Trabalho, Poder e Cultura”, abre-se com Livia Marinho Goto e seu artigo “O reconhecimento dos direitos trabalhistas femininos na história do direito brasileiro: da República até a Constituição de 1988”. Goto busca entender a legislação trabalhista para analisar, em seguida, a regulamentação do trabalho feminino, com enfoque no período republicano brasileiro. A

efetivação dos direitos da mulher e os fatores que dificultam sua execução, em comparação com o trabalho masculino, também são temáticas pontuadas no texto. Em seguida, Gabriella Carvalho Motta (Universidade Federal de Uberlândia), no artigo “Poder, política e religião: atuação sacerdotal na mobilização popular para a construção da independência mexicana (1810-1815)” analisa as correspondências trocadas entre os principais revolucionários do movimento liderado pelo Padre Miguel Hidalgo de Costilla e prosseguido por José Maria Morelos, que provocou a mobilização dos setores populares e a conseqüentemente a construção de uma nova consciência política, pautada em questões sociais e libertárias, e orientada pelos homens letrados, mediadores culturais deste contexto.

Como se pode notar pelas temáticas aqui apresentadas, são diversos os períodos históricos e as abordagens teórico-metodológicas empregadas pela pesquisa científica que vem sendo desenvolvida nos cursos de Graduação de diversas Instituições de Ensino Superior do Brasil. Tal constatação vem reforçar a importância de se investir forte e constantemente nesta primeira etapa da formação superior, a Graduação, fonte de novos quadros de pesquisadores e autores que em muito contribuirão à tão necessária reescrita da História.

Maria Isabela da Silva Gomes¹

Marcos Alves de Souza²

¹ Discente do Curso de Bacharelado e Licenciatura em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Aluna colaboradora do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade e aluna bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Unesp, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Alexandre Ferreira.

² Professor Assistente Doutor junto ao Departamento de História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp - Campus de Franca. Tutor do Programa de Educação Tutorial (PET) História da Faculdade.

SUMÁRIO

LITERATURA E HISTÓRIA SOCIAL

GUSTAVO BARROSO E A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA DO CANGAÇO: DA BANDIDAGEM À REVOLTA SERTANEJO

Isabela de Lorena ZANIBONI.....13

ANÁLISE GEOGRÁFICA EM OS SERTÕES: DIMENSÕES ECONÔMICA, POLÍTICA E CULTURAL

Guilherme Vicente MOURA

Paloma Caroline CATELAN.....34

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

A GRANDE PROPRIEDADE AÇUCAREIRA NO NORDESTE BRASILEIRO E A BRECHA CAMPONESA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Victor Hugo de Almeida FRANÇA.....52

RESENHA: MANUAL DE ARQUEOLOGIA PRÉ-HISTÓRICA, DE NUNO BICHO

Sofia Helena CARDOSO.....67

VIAJE AL RIO DE LA PLATA: AS FUNDAÇÕES ESPANHOLAS NA REGIÃO DO RIO DA PRATA E O PROTAGONISMO INDÍGENA NA CRÔNICA DE ULRICH SCHMIDEL (1534-1554)

José Alberto dos Santos JÚNIOR.....73

MEMÓRIA, SOCIABILIDADE E CIDADANIA

ATITUDES FRENTE À MORTE: RELIGIÃO E SOCIABILIDADES NA COLÔNIA PAULISTA (1592-1639)

Victor MAURIC.....84

O PENSAMENTO BÉLICO-MISTAGÓGICO NO TEMPO DE RAMON LLULL

Marcos Jorge dos Santos PINHEIRO.....106

O JORNAL PERNAMBUCANO 'O LIBERAL' E A QUESTÃO ABOLICIONISTA

Adonias Alfredo CARVALHO	
Gabriel Bento Leite FERREIRA	
Luiz Fernando TOBIAS.....	122

SUJEITOS E PROCESSOS HISTÓRICOS

A LIBERDADE DE MERENCIANA PRESTES DOS SANTOS: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER NEGRA NOS CAMPOS DE PALMAS, PARANÁ, FINAL DO SÉCULO XIX	
Thalia FALLER.....	139

VIDA DENTRO E FORA DAS FILEIRAS DA COMPANHIA NEERLANDESA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS DURANTE A OCUPAÇÃO HOLANDESA DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO (1630-1654)	
Roberto Junio Martinasso RIBEIRO.....	154

EM BUSCA DO PARAÍSO TERREAL: UMA HISTÓRIA “VISTA DE BAIXO” DA SEDIÇÃO SEBASTIANA DA SERRA DO RODEADOR, BONITO - PE (1817-1820)	
Aurélio de Moura BRITTO	
Vinícius França FARIA.....	177

INVENTARIANDO SUJEITOS AUSENTES: AS REPRESENTAÇÕES DOS “INFAMES CARAMURÚS” NO DIÁRIO DE PERNAMBUCO (1832-1835)	
Débora Angélica Vieira de MELO.....	193

A CONTRADIÇÃO DO BANDEIRANTE: O DISCURSO POLISSÊMICO NAS OBRAS DE TEMÁTICA PAULISTA DE BENEDITO CALIXTO E HENRIQUE BERNARDELLI (1890-1932)	
Lívia Baranowski TIERI.....	210

MANOEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE E O DESAFIO DA REESTRUTURAÇÃO DE UM PASSADO COLONIAL	
Giovana Castro LEITE.....	229

TRABALHO, PODER E CULTURA

OS RECONHECIMENTOS DOS DIREITOS TRABALHISTAS FEMININOS NA HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO: DA REPÚBLICA ATÉ A CONSTITUIÇÃO DE 1988	
---	--



Lívia Marinho GOTO.....243

PODER, POLÍTICA E RELIGIÃO: ATUAÇÃO SACERDOTAL NA MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA A
CONTRUÇÃO DA INDEPENDÊNCIA MEXICANA (1810-1815)

Gabriella Carvalho MOTTA.....262

Gustavo Barroso e a construção de uma História do Cangaço: da bandidagem à revolta sertaneja

Gustavo Barroso and the construction of a history of the Cangaço: banditry to sertaneja revolt

Isabela de Lorena Zaniboni¹

Resumo: Nosso objetivo com este artigo é analisar como o autor cearense Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) construiu sua história do Cangaço. Em sua escrita, o movimento do Cangaço aparece intrínseco à história de vida sertaneja e as referências que a cercam. Para entender melhor essa narrativa, é preciso observar o contexto de formação da vida sertaneja que Barroso nos mostra, assim como o próprio contexto do autor presente na escrita das obras que trazemos como nossas fontes: *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1928). Discorreremos, primeiramente acerca de como o autor foi estudado ao falar do Cangaço juntamente com as três obras mencionadas, para depois analisarmos as semelhanças e diferenças entre elas.

Palavras-chaves: sertão, Gustavo Barroso, Cangaço, civilização, Nordeste.

Abstract: Our object with this article is to interpret how the writer cearense Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) produced your history of the Cangaço. In your write, the construction of the movement of Cangaço show united to the backwoods life and the your influencys. For to better understand this narrative, need to observe historical context of backwoods life that Gustavo Barros show up, as yourself context of production of these jobs that we chose as our sources: *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1928). First, we talk about how the writer was to studyed when speak about the Cangaço together with the three sources almost quoted, for after we studying the similars and diferences in the three productions.

Keywords: sertão, Gustavo Barroso, Cangaço, civilization, Northeast.

Introdução

Gustavo Dodt Barroso (1888-1959) nasceu no Ceará em 1888, ainda moço foi para o Rio de Janeiro em 1910, o que garantiu sua convivência com importantes letrados das primeiras décadas do século XX, bem como, o prestígio necessário para participar de instituições de destaque no período. Assumiu, em 1922, a direção do Museu Histórico Nacional (MHN), foi eleito imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1923, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1931².

¹ Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Karina Anhezini.

² CERQUEIRA, Erika Morais. O passado que não deve passar: história e autobiografia em Gustavo Barroso. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, Mariana, 2011.

No campo político, Barroso assumiu os mais variados cargos, mas ressaltamos aqui, em especial, quando se tornou Secretário do Interior e Justiça do Ceará, em julho de 1914, pois apesar de ficar pouco tempo se afastando em outubro do mesmo ano para se candidatar a deputado, marca um período importante na trajetória do autor já que o faz retornar à sua terra com um olhar diferente daquele de quando saiu. Outra participação política relevante foi na Ação Integralista Brasileira (AIB) a partir de 1933. Sua escrita acaba sendo marcada pela prática e discursos cientificistas da época, como também influenciada pelas instituições de saberes ao qual faz parte, sendo assim importante o trabalho de desnaturalização de sua narrativa.

Considerando este percurso diverso do autor, o objetivo deste artigo é analisar as obras *Terra de Sol* (1912), *Heróis e Bandidos* (1917) e *Almas de Lama e de Aço* (1928) buscando compreender como Gustavo Barroso constrói uma história do Cangaço, estando ciente da influência do lugar social que o autor ocupa e das práticas ao qual está envolvido. O artigo seguirá no debate acerca de como Gustavo Barroso foi estudado ao falar do Cangaço, juntamente com as três obras mencionadas, para depois analisarmos as semelhanças e diferenças entre elas.

O cangaço de Gustavo Barroso em análise

Vários estudos foram feitos sobre a escrita do Cangaço e como sua representação criava automaticamente um imaginário acerca da região Nordeste e de seus habitantes. Região essa recém-construída na década de 1920 que obteve a formação espacial que conhecemos hoje apenas na década de 1970. Marcos Edilson de Araújo Clemente em seu artigo *Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX*³, destaca que quando o tema do Cangaço se tornou mais frequente no começo do século XX, surge também uma representação de termos como estiagem, clima, distância para o litoral, e, até mesmo, o homem sertanejo. Como o movimento do Cangaço foi difundido na época tornou-se a realidade pela qual o sertão era visto, segundo o autor. Lampião carregava expectativas negativas ou positivas do que era ser nordestino e, até mesmo, do que é ser brasileiro. A ideia de inferioridade de raça contribuiu para a disseminação do

³ CLEMENTE, Marcos Edilson de Araujo. Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. *Revista Outros Tempos* (revista eletrônica). vol. 10. n.15. p.100 -121, 2013.

ideal que o homem sertanejo não era capaz. Juntamente com este ideal, o meio inóspito e rude colaborava para explicar a natureza igualmente bruta do sertanejo.

Autores contemporâneos no espaço e no tempo do Cangaço, assim como Gustavo Barroso, escrevem sobre o movimento e o sertão, e são estudados no artigo de Marianne L. Wiesebron intitulado *Historiografia do Cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional*⁴. Barroso é citado pela autora como pioneiro no estudo do movimento, mas também destaca outros autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Ulysses Lins de Albuquerque, Xavier de Oliveira, Manoel Candido de Pernambuco, Frederico Pernambuco de Mello. Há farta pesquisa histórica feita por meio da história oral, poesia e cordel, sendo esta característica bem perceptível nas obras de Barroso, o qual também se apoia em testemunhos e cordéis para escrever sua narrativa.

Dentre os autores citados, Wiesebron aponta que há a tentativa de diferenciação entre os cangaceiros como bons (honrados, lutam por justiça, românticos) ou maus (cruéis, ladrões e violentos). Outras figuras entram no debate do banditismo além dos próprios bandoleiros: as autoridades, estas que são essenciais para a formação do bandido em muitos autores lidos e com a ajuda delas o banditismo se reforça. Após analisar as narrativas contemporâneas nacionais e também as internacionais, Wiesebron reforça sua teoria de que nem todo homem que entra para o movimento do Cangaço deve ser considerado pobre e miserável. Destaca ainda que é preciso analisar todo o contexto que envolve o cangaceiro antes de afirmarmos se é um bandido ou não, para assim entender o que o estimula a fazer parte do Cangaço.

Pedro Lotti Carvalho Dias discorre em seu artigo *O intelectual brasileiro e o argumento do Cangaço na década de 1930*⁵ como o Cangaço era exposto nos jornais contemporâneos ao movimento. Estuda grandes nomes da região nordestina que escreviam sobre e que tinham relação com o jornalismo, dentre eles: Gustavo Barroso (cearense), Luís da Câmara Cascudo (potiguar) e Graciliano Ramos (alagoano). Aborda a perspectiva também de Mário de Andrade (paulista) que estudou muito a região Norte e Nordeste sobre a cultura, o povo e a música.

⁴ WIESEBRON, Marianne L. *Historiografia do Cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional*. *Revista Ciência e Trópico* (revista eletrônica). v. 24. n. 2 p. 417-444, 1996.

⁵ DIAS, Pedro Lotti Carvalho. *O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930*. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 73. Epub ago/2019.

A partir destas análises, Dias afirma que a explicação de ações voltadas à região Nordeste para a extinção do Cangaço, se torna a fome e a seca, e não apenas a violência. Essa extinção do banditismo passa a ser algo incisivo nos jornais pró-Vargas. Dias destaca que depois de Canudos, é perceptível nos jornais uma sensação de que a morte e a guerra no Brasil rural era algo comum. Já nos anos de 1910 a 1920 o Cangaço aparece frequentemente nas colunas de jornais e estes começam a influenciar o surgimento de vários romances. O autor salienta que os jornais eram uma mistura do que os próprios cangaceiros achavam de si, pois na década de 1930, cangaceiros deixavam-se ser fotografados, o que incendiava o imaginário popular. De acordo com o autor, os jornais não conseguiam caracterizar Lampião como simples bandido, pois o cangaceiro carregava virtudes que a sociedade prezava: era honroso e tinha amor ao seu povo.

Mais atentamente sobre a presença de espaço e território na escrita do Cangaço, o autor Guerhansberger Tayllow Augusto Sarmiento em seu artigo *Por uma história dos Espaços no Cangaço Lampiônico*⁶ recorta os anos de 1920-1928 e analisa três obras, sendo elas: *Heróis e Bandidos (1917)* de Gustavo Barroso, *Cangaceiros e Fanáticos (1963)* de Rui Facó e *O Cangaço sob a chefia de Lampião, ou como produzir território em movimento (1995)* de Luiz Jorge Villela. De acordo com Sarmiento, o Cangaço enraizado desde o século XVIII na região Norte passa a ser a simbologia de todo um povo e região, marcando a memória e o imaginário popular. Com as produções crescentes no Brasil sobre o movimento cangaceiro nas décadas de 1960-80, é perceptível o esforço e trabalho sociológico para se entender a formação estrutural da sociedade sertaneja, denunciando a vida pobre e sofrida.

O autor destaca na narrativa de Gustavo Barroso, a relevância que o autor cearense coloca na questão do meio, o qual acredita interferir e determinar a ação do sujeito. Há uma diferença entre a ideia de litoral (civilizado) e interior (primitivo), o qual se baseia na evolução racial e aponta que o sertanejo não teria conseguido evoluir, estando fadado a agir e pensar como no período medieval. Esse meio apresentado pelo cearense dava a ideia de que aspectos ambientais e a hereditariedade condicionaria amplamente o agir humano, o cangaceirismo seria visto como reação natural de seu meio.

⁶ SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. Por uma história dos Espaços no Cangaço Lampiônico. *Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura*, v. 12, n. 22, p. 164-181, 2018.

Sarmiento, na análise dos três autores e suas respectivas obras, mostra que o meio natural e a convivência humana são o principal fator para a manutenção cangaceira. Com base nos autores observados, Sarmiento defende que o Cangaço sobreviveu por tanto tempo devido aos acordos entre os protetores do bando e as autoridades políticas.

Noberto O. Ferreras em seu trabalho *Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o Cangaceirismo*⁷ faz uma aproximação interessante entre Gustavo Barroso e Domingo Faustino Sarmiento, mostrando que quando o autor cearense tenta explicar o movimento social, essas explicações são próximas do autor argentino. O atraso no sertão, os líderes religiosos e “seus aliados políticos”⁸ seriam os principais fatores para explicar o movimento do Cangaço, segundo Barroso.

Ferreras busca entender as “formações políticas e sociais da sociedade rural”⁹ e analisa que para Barroso, a cidade aparece como civilizadora e incentivadora do desenvolvimento econômico, assim como a função do meio ambiente como desenvolvedor da cultura dos habitantes que ali vivem. A relação humana é definida pelo ambiente e este condiciona os comportamentos. Outro ponto é analisar que as ciências humanas estavam unidas às ciências biológicas, dando espaço ao crescimento do racismo científico. A ideia de medir crânios e apontar neles deformidades que seriam explicações plausíveis para o movimento social e qualquer outra adversidade foi usada amplamente por Barroso em seu livro *Heróis e Bandidos*. A questão das teorias raciais e evolucionistas está presente e marca vários intelectuais durante toda a Primeira República, assim como as ideias civilizatórias e urbanistas.

Erika Morais Cerqueira em sua dissertação intitulada *O Passado que não deve passar: História e autobiografia em Gustavo Barroso*¹⁰ analisa que Barroso carrega um caráter saudosista, que em sua escrita, tenta amenizar e preservar. Isso se faz necessário para a compreensão de toda sua trajetória e identidade. Constrói uma história nacional baseada em heróis e era preciso salvá-los da possibilidade de serem esquecidos, ou seja, preserva a tradição e a memória como fontes essenciais da construção humana.

⁷ FERRERAS, NOBERTO O. *Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o Cangaceirismo*. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v.1, n 29/30, p 159-176, Jul./Dez, 2003, Jan./Jun, 2004.

⁸ *Ibidem*, p. 168.

⁹ *Ibidem*, p. 169.

¹⁰ CERQUEIRA, op. cit.

Uma sensação de aventura é apontada por Cerqueira, por trás da descrição dos passeios solitários no sertão, que marcaram a alma do cearense, o sertão é duro e miserável pela dor da seca, mas também, ao mesmo tempo, glorioso e traz orgulho pelas suas paisagens e nobreza de seu povo. Para sobreviver nesse meio difícil, os sertanejos desenvolvem a persistência e a paciência que são dignos de exaltação. Apesar das dificuldades apontadas, Barroso relembra-se com saudade do sertão e mostra angústia ao ter que sair de sua terra. A partir de então demonstra um discurso triste pelas direções tomadas ao longo da vida.

Afonsina Maria Augusto Moreira no seu artigo *Terra de Sol: entre Deus e o Diabo*¹¹ se desdobra em estudar a religiosidade e o cangaço nas obras do autor Gustavo Barroso que datam de 1912 a 1932, para tanto parte de obras acerca do folclore e das que trazem a sociologia sertaneja, incluindo sua trilogia de memória datadas de 1939 a 1941. Apesar de passar rapidamente por aspectos de fatores sociais e de miscigenação ao se discutir o Cangaço, a autora se desdobra na análise das poesias e versos cantados no sertão que Gustavo Barroso traz em seu estudo. A autora denomina-o como um estudioso das tradições: “Ora, como se percebe, Barroso é um escritor do "folclore" que estudou o cangaço e a religiosidade”¹².

Especificamente nas obras que trazemos como fonte: *Terra de sol (1912)*, *Heróis e bandidos (1917)* e *Almas de Lama e de aço (1928)*, Afonsina observa a canção e poesia produzidas pelo sertanejo. Ao estudar a narrativa de Barroso sobre o Cangaço ressalta que o autor se respalda no popular “além do mais, define o cangaceiro com duplo sentido, ao tratá-lo ora como herói, ora como bandido, bem ao gosto da poesia popular”¹³.

Entendendo como importante a compreensão de estudos que já trouxeram o tema do cangaço nas obras de Gustavo Barroso, inclusive em algumas obras propostas por nós para estudo, consideramos esses trabalhos analisados como os principais acerca do tema na escrita de Barroso sobre o Cangaço. A fim de contribuirmos para esse estudo da bibliografia do autor cearense, propomos lançar um olhar diferente para as obras já citadas como fonte. Traremos a análise do autor sobre os passados que perpassam a historiografia sertaneja nortista/nordestina,

¹¹ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. *Terra de Sol: entre Deus e o Diabo*. *Trajetos (UFC)*, v. 4, p. 185-204, 2006.

¹² *Ibidem* p. 191.

¹³ *Ibidem*, p. 201.

observando que ao narrar a vida sofrida e desumana do sertão acaba por também criar um passado para essas pessoas, uma justificativa de porque se formaram como são; assim como a conciliação desse passado aos personagens sertanejos, aqui em especial o cangaceiro e o que ele representa na sociedade e imaginário nordestino.

Narrativa construída nas obras de Gustavo Barroso

Em seu livro de estreia no mundo literário e intelectual, *Terra de Sol*¹⁴, Barroso vai construindo a vida sertaneja e suas adversidades, elucidando como o passado, o clima e a miscigenação formam o que hoje se constitui o homem do sertão. Com um caráter saudosista, destaca que a terra que forma o homem também constrói sua relação para com a sociedade, quase sempre inflexíveis, pois carregam as características de várias raças, ou seja, as tradições de seus ancestrais, os primeiros da nação. Pelas dificuldades de sobrevivência o sertão forma o homem bravo, honroso e determinado: “a seca é um fator de progresso, porque forma e molda uma raça de fortes”¹⁵.

O autor desnaturaliza o cangaceiro como sendo aquele apenas que se veste com o “cangaço”:

Cangaceiro é o homem que vive ‘debaixo do cangaço’. O cangaço não é sómente, na linguagem sertanêja, o armamento do bandoleiro; é também o seu modo de vida nomade, desregrado e sanguinario. O termo cangaceiro estende-se a todas as modalidades do criminoso nos sertões¹⁶.

O autor vai construindo sua narrativa e consegue delimitar os personagens em arquétipos. Esse termo se explica como um conjunto de imagens e ideias primordiais que se constroem no nosso imaginário ou são construídas por ele, para nos ajudar a definir histórias passadas, assim como algo que se torna um modelo inicial para as demais definições que se seguirão. Essa noção se desdobrará melhor em *Heróis e Bandidos* (1917).

Caracteriza primeiramente o cangaceiro que se prende às superstições e simpatias, que acredita estar fazendo justiça, vingativo contra o inimigo e honroso com as mulheres. Define-os então como um “mixto inexplicável de psychopathias

¹⁴ BARROSO, Gustavo (João do Norte). *Terra de Sol: Natureza e Costumes do Norte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 3ª ed. 1930.

¹⁵ Ibidem, p. 29.

¹⁶ Ibidem, p. 119.

sanguinárias de cavalheiresca generosidade e de amor ao castigo dos que oprimem os fracos, dos que abusam da força e da astúcia, dos que roubam pecúnia ou honra”¹⁷. Este se insere no “tipo romântico”, se define ainda por gostar da aventura, do perigo e ter prazer em fazer vingança para defender aqueles que considera indefesos. O cangaceiro romântico não rouba e não permite que seus companheiros o façam, é feroz apenas na luta e conflito, pois fora dela se cala e sua raiva se esvai. Tanto que o roubo era passível de morte como justiça entre os homens.

Por perpassarem tanto tempo pelas dificuldades impostas pelo próprio território que ocupam e pela falta de políticas públicas adequadas, como elucidada em *Almas de Lama e de Aço*, o autor em *Terras de Sol* destaca que o povo exalta esse tipo de cangaceiro, pois se torna a representação de tudo o que acreditam ser o certo: honroso e impiedoso contra injustiças. Barroso afirma que o cangaço carrega leis, recompensa o indivíduo com a vida ou com a morte a depender de seus crimes, não perdendo roubo ou desrespeito a mulher. Contudo, não exclui a presença daqueles que matam por matar e sentem prazer no que fazem, inexistindo qualquer fundo de honra ou vingança, e nem estando em busca das mesmas.

A manutenção do movimento não se dava apenas pelo povo ou pela ajuda do meio físico (dificuldade de acesso), mas principalmente por alianças políticas realizadas entre fazendeiros e chefes dos bandos. Em busca de maior controle regional concedido pelo poder estatal, aqueles que controlavam as cidades buscavam consagrar sua autoridade e supremacia em sua região, contando para isso, com a ajuda dos bandos para impor medo e lealdade. Essa época é o auge do coronelismo, que é bem explicado por José Murilo de Carvalho em seu texto “Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual”¹⁸.

Com o Cangaço já bem avançado para grande parte da região que hoje conhecemos como Nordeste, Barroso classifica essa propensão ao crime pela vida do sertanejo estar mais ligada a técnica pastoril que agrícola, falta de educação, ignorância, genética, falta de repressão e policiamento, inimizades entre famílias e desprestígios que as autoridades tinham frente ao povo em geral.

¹⁷ Ibidem, p. 120.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 40 no. 2, 1997.

Mesmo apontando características que influenciam o sertanejo sem que este tenha algum poder sobre elas, Barroso defende ainda em *Terras de Sol* que o cangaceiro é fraco, covarde e sorrateiro, o qual escolhe sempre o mais vulnerável para atacar. Porém, como já dito anteriormente, os sertanejos admiravam os cangaceiros pela sua vida de aventura dando-lhes abrigo sempre que precisam. Na maioria das vezes contavam com ajuda das alianças feitas com grandes fazendeiros e chefes políticos.

Frequentemente, o sertanejo acabava compactuando com o movimento, pois via como essencial proteger suas virtudes e sua honra. Quando alguém o insultava ou o desafiava era legítimo que se defendesse, essa defesa com ênfase em uma justiça poderia ser de castigo ou até mesmo de morte.

A ação de matar se torna algo recorrente no sertão nortista, sendo mais importante proteger a honra que a vida. Aquele que morria em nome de sua honra, de seus familiares ou de seus companheiros era tido como verdadeiro herói. “Matar para roubar é mais raro do que matar por vingança ou matar por matar”¹⁹.

Como exemplo, o autor transporta para narrativa a figura de Antônio Silvino (Manoel Baptista de Moraes 1875-1944), um dos cangaceiros mais famosos anteriores a Lampião. Exalta sua admiração por Silvino, pela sua originalidade de não andar em bandos grandes (no máximo 7 a 8 homens) e por não usar seu nome real de batismo, tal qual um herói humilde. Na época da escrita do livro (1912) Silvino tinha 37 anos e já possuía mais de 100 homicídios. Silvino não rouba, sempre pede dinheiro e não há quem o negue, dorme ao relento e não desrespeita uma família sequer, segundo Barroso.

A fim de criar arquétipos, logo no primeiro livro, o autor destaca que há o bandido, salteador, o degenerado torvo, chefe político vingativo, criminoso romântico (generosidade e selvageria), chefe de família, foragido da cadeia que pede proteção ao bando ou para políticos e, o baderneiro que é covarde e se orgulha de seus crimes. Todas essas definições carregam em si a procura pelo conflito e o espírito selvagem, os tornando predispostos a essa vida de crime pela sua mistura étnica causada pela miscigenação, “a cangaceiragem não é mais do que um bruxolear do espírito bellicoso, manifestando-se em gente muito baixa pelo cruzamento e pelas táras”²⁰. A

¹⁹ BARROSO, op cit., p. 142.

²⁰ Ibidem, p. 153.

presença de curandeiros e crenças no sertão nortista nesta época é muito corriqueiro, apontado pelo autor também como maneiras de manifestar a ignorância que carregavam.

Caracteriza o sertanejo como: calmo e indiferente a qualquer desgraça devido a estar acostumado as dificuldades, sendo orgulho e nunca se queixando da vida; tende a ser resistente à mudanças, levando a vida assim como foi ensinado pelos seus antecessores; se mostra interessado apenas para aquilo que lhe atrai, como o gado e a agricultura e; homem honesto e sincero, não permitindo que lhe manchem a honra ou os costumes, assim também é em relação as mulheres, sempre prontos a protegerem-nas. Independente se o sertanejo consegue melhorar de vida, estará sempre sujeito aos malefícios do tempo “que com uma lágrima de chuva lhe dá abundância e com um constante sorriso azul do céu mata-o de fome, de sede, de miséria!”²¹. Apesar de na maioria das vezes se referir ao sertanejo como esforçado e sofrido por ações que estão além de sua compreensão, em todo o livro podemos perceber que o autor os denomina também como ignorantes, incultos, e que até mesmo as cores eles têm dificuldade de distinguir, se esforçam para vencerem os malefícios do tempo e espaço em que vivem apenas para se adaptarem.

Barroso considera a poesia como a forma artística do sertão, juntamente com a história oral, que é por onde se perpassam as tradições e os costumes do povo. Comparando o povo sertanejo a “povos primitivos” comenta que é cantando que eles conseguem guardar mais facilmente suas lendas que muitas vezes são sobre o caminho do litoral para o interior do território.

Entramos agora na análise da escrita de *Heróis e Bandidos*²² (1917), onde Gustavo Barroso começa reafirmando aquilo que já havia escrito, o qual acredita que o meio proporciona a manutenção e o florescimento do movimento do cangaço, pois a sociedade é “primitiva”, propícia para o surgimento do banditismo. Assim sendo é preciso que se estude o Cangaço não apenas do âmbito jurídico, mas pelo olhar de toda uma formação social e do meio que o antecede sendo essa a base explicativa para o banditismo.

Os cangaceiros são consequências e resultados das causas que o produziram, seja física ou psicológica, precisando analisar esse passado, entender as causas e

²¹ Ibidem, p. 150

²² BARROSO, Gustavo. *Heróis e Bandidos: Os Cangaceiros do Nordeste*. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª ed. 1931.

motivos, formas de viver e filiações históricas para se entender o que foi o movimento e porque se faz consequência e não causa. “Só se conhecerão as tendências do homem do Nordeste, remontando a ação dos elementos étnicos e sociais que o formaram”²³. Barroso parte de estudos de antropólogos e filósofos que realçam somente ser possível por meio da violência, raças inferiores sobreviverem, sendo quase inconscientemente cruéis.

Barroso sempre frisa em seus estudos a importância do clima na formação do homem, quando olha para o Nordeste, sendo a seca e a fome, principais incentivadores do animalesco. “Foi a alma do sertão que moldou e fundiu a do cangaceiro”²⁴, ou seja, é compreensível que as características do sertão passem para o homem, para o cangaceiro. Com a vida mais voltada a cultura pastoril que agrícola, as pessoas se tornam nômades, andando atrás do gado e em busca de casa, acabam se isolando. Barroso aponta que a vida pastoril emprega menos esforço, dando a entender certa comodidade sertaneja.

Inserindo na obra um novo ponto de vista que se diferencia de *Terra de Sol*, o cearense ressalta que a falta de comunicação e o esquecimento da região Nordeste pelo governo, agrava a situação de “primitivismo”, o qual acredita que o isolamento social e espiritual pré-dispõe o sertanejo ao “bárbaro”, toda a vida sertaneja é comparada várias vezes a época da Idade Média. Quanto mais no interior, mais “não-civilizados” os habitantes serão, pois estão mais longe do litoral e é por lá que provém a civilização, ou seja, do outro, e neste caso, o estrangeiro europeu. Dá exemplo do ensino jesuíta que foi forte no Norte, do qual os sertanejos herdaram a moral e os costumes. Assim que os padres são expulsos, o governo deixa o povo interiorano desvalido de educação, desta falta de educação provém a ignorância.

Barroso busca também oferecer uma explicação para a origem do banditismo, e ao tentar desvendar salienta algumas possibilidades: fome e suas consequências; crise pecuária e agrícola pela diminuição da atividade econômica; falta de população; pouca remuneração; migração; má governabilidade nos âmbitos públicos e privados e; vexação tributária, impelindo os homens à rebeldia e ao crime. Devido a essas possibilidades, influenciadas a ocorrer pela seca e miscigenação, influências que o

²³ Ibidem, p. 18.

²⁴ Ibidem, p. 22.

autor critica muito em todo o livro, “o criminoso matuto é digno de lástima e dos socorros da educação, não de ódio ou desprezo”²⁵.

Divergente da obra anteriormente analisada, o autor em *Heróis e Bandidos* comenta sobre o governo e a polícia, que teriam seus trabalhos dificultados pela ajuda do povo ao banditismo, dificultando a chegada da marcha civilizadora e cultural. Há um desprestígio das autoridades no sertão desde a época monárquica, a única autoridade que se ergue é a do chefe do bando do Cangaço, pois não havia quem acabasse com o banditismo. O cangaceiro deixa de ser tipo anormal e passa a ser uma figura recorrente no sertão.

Nesta obra, Barroso se fundamenta em estudos já realizados como os do criminologista Enrico Ferri, do antropólogo Charles Letourneau, do filósofo e biólogo Herbert Spencer, entre outros. Busca encaixá-los em sua análise do Nordeste para caracterizar o bandido, dividindo-o em cinco espécimes: (1) Criminoso Nato, (2) Louco, (3) Por Hábito Adquirido, (4) Paixão, (5) Ocasão.

- 1) Onde a raça e o meio influenciam e transformam forças agressivas e perigosas, pessoas com má formação ao nascer, e mestiçagem;
- 2) Aquele que encontra prazer na tortura e sofrimento alheio;
- 3) “matam por dinheiro, raiva, crueldade ou ordem dos protetores”, não provocam admiração nem curiosidade;
- 4) A maioria dos bandidos se encaixa nesta definição, para o autor. Entram no crime para defenderem a honra e por vingança. São pacíficos e se rebelam apenas quando vêm o fraco sendo oprimido. Surgem depois de sofrerem grande injustiça por parte da sociedade e da autoridade em geral;
- 5) Todo sertanejo tem em si a vontade de matar, basta que algo influencie essa tendência a surgir. Já carrega uma moralidade incerta e não resiste a uma oportunidade propícia²⁶.

Quando analisamos a causa que influencia o homem a entrar para o bando, o modo que viviam e os motivos pelos quais agiam, chegam a ser dignos de admiração, afirma o autor. É por meio da memória que essa admiração perpassa e se solidifica. O nome do bandoleiro fica dando nome ao lugar em que atuava, viram lendas que influenciam seus sucessores. “No sertão, quem não se vinga está moralmente morto”²⁷. Como são esquecidos, os sertanejos conseguem se manifestar apenas através do crime, “porque não tem onde nem como se manifestar de outra maneira”²⁸.

²⁵ Ibidem, p. 63.

²⁶ Ibidem, p. 91, 92 e 93.

²⁷ Ibidem, p. 59.

²⁸ Ibidem, p. 97.

Observando a obra *Almas de Lama e de Aço*²⁹ de Gustavo Barroso, percebemos diferenças e semelhanças em relação às outras obras já mencionadas. É corroborada a ideia de que o hábito de matar torna-se irrelevante no Norte, essa barbárie disporia como a única forma de se expressar já que residiam num “meio atrasado e pobre”³⁰.

Se baseando em estudos anteriores, compara o sertão a uma Itália antiga e a movimentos existentes na Argentina, comparando os sertanejos aos camponeses, pois estes últimos viam-se no direito de declarar guerra contra o outro a qualquer momento. Defende que se os meios fossem favoráveis seriam os cangaceiros heróis e não bandidos: “o cangaceiro nordestino é, na maioria dos casos, um simples herói abortado, ou às avessas”³¹. Tal qual o camponês, segundo Barroso, no sertão as inimizades entre as famílias passam de geração em geração, partindo para a violência sem o uso consciente das leis e dos direitos. As canções que exaltavam as aventuras do Cangaço e os conflitos contra a polícia ajudavam a fomentar esse espírito “não-civilizado” do sertanejo.

Em um mundo já tão castigado pelo sofrimento e rigidez, Barroso acredita que não é por intermédio da violência que se acabarão as insurreições do movimento do Cangaço. Tece críticas aos poderes governamentais, para o qual aponta a ineficácia das autoridades estaduais em atuarem contra o Cangaço, especialmente porque este se apoia nos líderes políticos regionais. “O cangaceiro existe em função do coronel e o coronel domina em função do cangaceiro. Combata-se o coronelismo e se estará trabalhando para a extinção do cangaceirismo”³².

A polícia carrega o estigma de ser tão ou até mais truculenta que os próprios cangaceiros que combate, o autor destaca que a população passa a acobertar os bandidos como forma de revolta. “As polícias lançadas contra os cangaceiros são geralmente peores do que elles”³³. O sertanejo não gosta da polícia, vê nele um inimigo que prejudica o pobre e ajuda os ricos em sua tirania e, o autor corrobora destacando que a polícia é a maior fábrica de cangaceiros, pois são ex-criminosos

²⁹ BARROSO, Gustavo. *Almas de Lama e de Aço*: Lampião e Outros Cangaceiros. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de S. Paulo. 1ª ed. 1928.

³⁰ *Ibidem*, p. 11.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*, p. 31.

³³ *Ibidem*, p. 14.

cruéis que convergem à política local e são covardes, característica que o sertanejo abomina.

Já demonstrado que a violência não é o meio correto para se combater o banditismo que assola o sertão, propõe outras possibilidades para se chegar a uma solução: transporte, comunicação, educação e irrigação. Implementação de trabalho digno para o homem do sertão o faria empregar energia em algo que realmente valha a pena, “somente um conjunto de medidas dessa ordem acabará de vez com os cangaceiros”³⁴. Os cangaceiros são advento de causalidades complexas e apenas ações complexas os extinguirão. Defende que a ação com maior resultado seria a consolidação urgente da Justiça, pois para o autor, a maioria dos crimes começa pela desonra ou pela vingança.

Designa a sociedade sertaneja como “rudimentar, retardada”³⁵, em que a falta de educação prejudica a agricultura e o comércio que não se desenvolvem, a política é apenas uma “tramoia” para perseguições pessoais. Barroso ressalta o apego do homem do sertão à religião, porque esse meio é o único pelo qual a alma sertaneja é tocada, dando-lhe esperança de uma vida melhor.

Mais atentamente sobre a política, que é uma das maiores faltas, nesta obra, para todas as calamidades físicas e sociais no sertão segundo o autor, ele afirma:

Eis ahi o que é a politicagem nos sertões nordestinos, mãe da cangaceiragem, que é a melhor indústria daquellas regiões, indústria redosissima, protegida pela mais segura impunidade, que eleva seus industriaes, muitas vezes, ás mais altas posições nos Estados e na Federação³⁶.

Devido a essas calamidades, a figura do sacerdote salvador ultrapassa o âmbito religioso e passa a se tornar um objetivo de vida para os crentes. Em todo o sertão o misticismo e o fanatismo, que deformam a religião, são intrínsecos à vida do sertanejo.

Se distanciando das obras anteriores, *Almas de Lama e de Aço* se volta para a falta maior de governo e políticas públicas que insiram o sertanejo no meio cultural e civilizado e ao analisar o fanatismo e a exploração por meio dos líderes, não culpa mais o povo ou aquele que fanatiza, mas sim os governos estaduais e federais, que

³⁴ Ibidem, p. 15.

³⁵ Ibidem, p. 31.

³⁶ Ibidem, p. 74.

não contribuem com instrução adequada para a população, tão pouco contribuem para a manutenção de uma vida digna.

O autor acredita na espontaneidade e sinceridade da força sertaneja que se perde no crime, mas também acredita na honra e honestidade cangaceira, pois o cangaceiro, normalmente, não rouba, apenas mata e mata somente porque o governo não tem autoridade para cumprir a justiça. Reforça a ideia da honestidade afirmando que até mesmo os padres dão cobertura para os bandidos e foragidos, mas não para ladrões.

O autor relata que os cangaceiros são vistos como heróis, pois fazem justiça e protegem a honra do homem com a ferocidade que o meio lhes ensinou. Retoma ações de Jesuíno Brilhante e de Lampião para com a população em geral, os quais ajudavam os que mais necessitavam pelo sofrimento da seca.

Barroso faz um diálogo constante com a polícia em todo o texto, relatando abusos de autoridade desde a época do Império no início do século XIX. Salienta que essa autoridade é de caráter político, pois seus chefes são escolhidos de acordo com a opinião da pessoa mais influente no momento e em sua maioria são despreparados, ou seja, a polícia age conforme a preferência política atual. A polícia carrega uma imagem de covarde, uma vez que com os inocentes e pobres é truculenta e quando há perigo real se esconde, nas palavras do autor.

Não apenas critica, mas também expõe algumas soluções, por exemplo, substituir a polícia por companhias volantes, infantaria montada, exercitada e que se vista tal qual o homem do sertão. Acredita ser a única tropa passível de vencer o banditismo. Uma citação que deixa bem clara o argumento do autor durante toda a sua obra em relação aos policiais e aos cangaceiros é “de mim sei que, na maioria dos casos, prefiro os cangaceiros sem farda aos cangaceiros de farda. Aquelles são muitas vezes almas de aço. Estes raramente não são almas somente de lama”³⁷. Ratifica que a distância entre o cangaceiro e a autoridade no sertão é nula.

Esta citação faz referência também à sua primeira obra analisada *Terra de Sol* em que considera não apenas aqueles sertanejos com suas vestimentas “tradicionais” tão conhecidas no nosso imaginário como cangaceiros, mas também todo aquele que perverte a situação a seu favor, inibindo o outro inocente. Ao falar sobre os adeptos do movimento parece que o autor nos apresenta diversas identidades, que escapam

³⁷ Ibidem, p. 69.

da figura fixa que criamos ao falar em Cangaço. Barroso, analisando as três obras, muda sua perspectiva na questão da personagem que seria mais prejudicial ao sertão: o cangaceiro, o bandoleiro deixa de ser o sinônimo de atraso sertanejo, é o efeito e não mais a causa.

Ao se atentar às matérias dos jornalistas litorâneos, Barroso desaprova-os, já que esses jornalistas não enxergam o povo sertanejo como realmente é. “É necessário olhar o sertão e os acontecimentos do sertão com olhos de sertanejo”³⁸. Afirma que o Litoral vê o sertanejo com outros olhos, de uma maneira que os próprios sertanejos não se vêem. Os jornalistas apontam o cangaceiro como facínora, já os sertanejos o vêem como herói. Herói pela valentia, honra e coragem contadas nas prozas e cantigas, e também por enfrentarem o Estado na forma de polícia.

Nesse contexto, de acordo com o autor, Lampião surge como forma de ir contra essa violência imposta ao povo, é a revolta popular: “Todo cangaceiro começa por ser um revoltado e acaba sendo bandido”³⁹. Barroso ainda argumenta que bandido maior é aquele que deixa o sertão impune, sem melhoria ou ações públicas: “os hypocritas defraudadores do erário, os magistrados corruptos, os políticos sem consciência e os civilizados que matam a tiros de revolver”⁴⁰.

As obras em comparação: o caminho da construção de uma narrativa

Observando, sobretudo, a distinção de produção das obras analisadas, a primeira datada de 1912 e a última de 1928, destacaremos, primeiramente, as semelhanças entre elas percebendo as teorias que perpassam as obras mesmo com a distância temporal, para depois traçarmos algumas diferenças.

Dentre as semelhanças, destacamos, primeiramente, aquelas relacionadas ao sertanejo e à construção de sua identidade. Para Barroso, o meio molda o indivíduo; devido a rigidez da terra é preciso empenhar muito esforço para seu manuseio, esse esforço tira do sertanejo a vivacidade e a alegria; antes de qualquer coisa era preciso que o sertanejo defendesse sua honra e a de quem estava com ele (família, companheiros), para isso era aceitável qualquer tipo de vingança pessoal e a mais comum era a morte, tanto que perde seu valor de espanto; o sertanejo se apega às

³⁸ Ibidem, p. 92.

³⁹ Ibidem, p. 96.

⁴⁰ Ibidem, p. 96.

crendices e fanatismo que se faz sua única forma de ter esperança que a vida irá melhorar; o homem do sertão tem sua vida comparada a de “povos primitivos” europeus da Idade Média e seu intelecto é tido como nulo ou quase nenhum, é ignorante, inculto e tem dificuldade até mesmo de enxergar ou identificar as cores.

A caracterização do Cangaço também possui semelhanças nas obras: o meio favorecia a manutenção e o florescimento do movimento; os chefes dos bandos tecem alianças com chefes políticos regionais e fazem serviços em troca de proteção, pelo medo conseguem fortalecer sua autoridade e a autoridade dos chefes políticos que representam e; a maioria dos cangaceiros entra para a vida do crime por falta da Justiça.

Segundo Erika Cerqueira, o cearense era preocupado em ser identificado como alguém que não se esqueceu do Ceará e de suas origens, tentando buscar e traçar um sentido para sua trajetória. O presente está visível nas obras barroceanas, mas não com tanta frequência quanto o passado. Esse passado porta saudade e melancolia que é transbordado no presente, sendo a recordação que manteria a continuidade no hoje. “Sua identidade se encontra sob o signo do passado.”⁴¹ Em toda sua escrita nas obras estudadas, muito do que é relatado parte de suas memórias de infância e adolescência, além de memórias recém-vividas logo quando volta ao Ceará em 1914.

Para Gustavo Barroso e outros intelectuais, “o ser nacional estava no interior do país e não nas grandes cidades onde residia o cosmopolitismo”⁴². O litoral se caracteriza como lugar estrangeiro e o interior (sertão) como lugar nacional. O sertanejo passa a ser visto como símbolo de nacionalidade, em que suas virtudes eram unicamente brasileiras. Esse interesse pelo interior veio do século XIX e se manteve até 1950 se baseando em escritos que tentavam recuperar e alguns até a inventar “peculiaridades geográficas humanas e culturais”⁴³. Esses escritos ultrapassam um litoral marcado pelo não estrangeiro e apresentam como foco um meio e um homem típico brasileiro (sertão e sertanejo).

Ressaltando as diferenças nas obras estudadas, em *Terras de Sol*, Gustavo Barroso aponta o sertanejo como acomodado e não propenso às mudanças, corroborando com o atraso da terra; em *Heróis e Bandidos* o autor culpa esse

⁴¹ CERQUEIRA, op. cit., p. 18.

⁴² Ibidem, p. 85.

⁴³ Ibidem.

sertanejo por dar cobertura aos criminosos, onde a terra e os próprios homens dificultam o trabalho policial, ressaltando que a própria polícia sofria por deserção e; em *Almas de Lama e de Aço*, retira a crítica do homem sertanejo, colocando-o como simples resultado de antigas causas que o influenciam e coloca toda a responsabilidade sobre os políticos que não sabem administrar e usam a polícia para exercer sua influência na região.

Barroso rebate os jornalistas litorâneos que enxergam o sertanejo com olhos distorcidos, carregados de uma realidade que não é cabível ao sertão. Mas é perceptível ao longo das obras e sua vivência na capital, que exerce o mesmo raciocínio. Principalmente na sua obra de estreia, em que constantemente chama os sertanejos de atrasados, selvagens e ignorantes. Mas destoando dos argumentos anteriores, na terceira obra estudada, se posta mais saudosos, o qual tece admiração pelos cangaceiros que dão voz às dores populares e lutam para que o sertão não seja deixado ao acaso. Esse saudosismo se opõe ao moderno que destrói as lembranças mantidas. Se aproxima da terra pela memória e se distancia ao reforçar as diferenças entre si e o povo da terra, até mesmo dos políticos que lá atuavam.

Assim também acontece quando fala sobre as autoridades policiais no sertão, em *Heróis e Bandidos* a polícia é fruto do mesmo sertão que molda o homem sertanejo e por isso a grande deserção e desfalque na polícia, mas já em *Almas de Lama e de Aço*, são expostos como simples abusadores da autoridade, truculentos e uma das maiores causas para o crescimento do movimento do Cangaço. Nesta terceira obra, a polícia perde seu caráter sertanejo de sofrimento e luta para melhoria de vida, e passa a ser datado apenas como peça manipulável no jogo político em prol de determinados interesses.

Nas duas primeiras obras de Barroso, o cangaceiro é tido como um produto da miscigenação e do clima que não consegue suprimir seus anseios pela violência e vira assassino por simples querer, ocasião ou para proteger a honra. Já na terceira obra selecionada para análise, é interessante percebermos que esses cangaceiros não são expostos como simples assassinos que assolam o sertão, muito pelo contrário, são as representações da revolta sertaneja contra a opressão do Estado e pela falta de políticas públicas. Apesar de praticarem atrocidades, a polícia que deveria combatê-los consegue ser tão ruim ou até pior que os bandoleiros.

Assim também se dá a explicação para a população que ajudava os cangaceiros. O autor no terceiro livro defende que como estavam revoltados com a

polícia preferiam ajudar os bandidos que carregavam os valores que exaltavam, do que ajudar a polícia truculenta e covarde. Diferente dos outros livros que apontam o sertanejo apenas como uma figura inerte a seu próprio período histórico, sendo movido apenas por coisas que lhe são externas.

A ignorância, a falta de cultura e a não-civilização sertaneja tão exaltada nos dois primeiros livros, perdem um pouco da origem única já no segundo, mas é bem mais perceptível no terceiro livro, pois o foco do problema não deixa completamente de ser a miscigenação e o clima, mas outros problemas parecem também ser responsáveis por esses efeitos, tais como a falta de políticas públicas para a educação, saúde, movimento da economia agropecuária e claro, a seca. A diferenciação entre interior e litoral, entretanto não se exclui, considerado o litoral o berço da civilização.

Sobre as causas do banditismo, em *Heróis e Bandidos* há referências de características não apenas ligadas ao indivíduo, tal qual *Terra de Sol*. Genética, falta de educação, ignorância, entre outros, perdem lugar e o autor insere também nas causas do banditismo a falta de políticas voltadas para incentivo da população a ficar na terra e a cultivá-la, a pouca remuneração e a má governabilidade. E em *Almas de Lama e de Aço* propõe ações que seriam a solução desses problemas, defende a inserção de transporte, comunicação, educação, trabalho digno ao homem do sertão, irrigação e um maior cumprimento da Justiça, pois a falta de justiça nos sertões e as barbaridades policiais se configuram nas armas que fundem o banditismo.

O Nordeste se constrói com imagens que perduram até os dias de hoje. As imagens estáticas sobre o Nordeste, naturalizadas por meio das representações, são a seca, a fome e a pobreza, a qual parece ser uma terra que não tem nada a oferecer além do povo, que é o símbolo da nação e precisa de ajuda, pois lhe falta o básico da sobrevivência: a água. O Nordeste passa a imagem de desprovido do essencial para fazer-se civilizado: desde as localidades geográficas até a população formada, em sua maioria, de negros e mestiços⁴⁴. Por isso é importante prestarmos atenção às leituras de obras que tendem a trazer o sertão nordestino como objeto, uma vez que essas obras não representam a realidade, mas sim o modo que nos relacionamos com essa realidade.

⁴⁴ ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 3 ed. Recife: FJN, ed. Massangana; São Pulo: ed. Cortez. 2006.

A construção da narrativa do Cangaço por Gustavo Barroso se forma, então, com a visão de quem é de fora, do outro. Monta-se uma corrente proveniente da seca, reforçando a ideia de um Norte sem lei e criando nesse Norte tudo o que o Sul não deveria ser⁴⁵. A região Nordeste se forma e ganha espaço de representação nesses moldes, assim como o homem sertanejo e, conseqüentemente, o cangaceiro. Este cangaceiro é a personificação da falta de políticas públicas para um povo ignorante, que carrega traços da miscigenação e que não consegue se prover do meio civilizatório sozinho, precisam de ajuda para garantirem os meios da cultura e da sobrevivência (falta de água). Contudo, tem grandes valores de honra, sinceridade, honestidade, coragem e sacrifícios. Essas características formam o verdadeiro brasileiro, o ideal de nação a ser progredido nos moldes civilizatórios e políticos.

Fonte

BARROSO, Gustavo. **Almas de Lama e de Aço**: Lampião e Outros Cangaceiros. Rio de Janeiro: Companhia Melhoramentos de S. Paulo. 1ª ed. 1928.

BARROSO, Gustavo. **Heróis e Bandidos**: Os Cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 2ª ed. 1931.

BARROSO, Gustavo. **Terra de Sol**: Natureza e Costumes do Norte. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 3ª ed. 1930.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. 3 ed, Recife: FJN, ed. Massangana; São Pulo: ed. Cortez, 2006

ARAÚJO, Valdei Lopes. **Sobre o lugar da história da história da historiografia como disciplina autônoma**. Locus Revista de História. Juiz de Fora. v.12 n.1 p.79-94. 2006.

BAPTISTA, Pedro. **Cangaceiros do Nordeste**. Natal: Sebo Vermelho Edições. Edição fac-similar. 2011.

CARVALHO. J. A.; MACIEL. R. B. Considerações sobre pensamento raciológico do século XIX e início do XX e seus reflexos no Brasil. Dossiê. **Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre. n.19, v.8, p.128-150, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**. Rio de Janeiro, vol. 40 no. 2, 1997. Disponível em:

⁴⁵ ALBUQUERQUE JR, op. cit.

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003> Acesso: 10 de abril de 2020.

CERQUEIRA, Erika Morais. **O passado que não deve passar**: história e historiografia em Gustavo Barroso. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, Mariana, 2011

CLEMENTE, Marcos Edilson de Araujo. Terra Ignota: Cangaço e representações dos sertões do Nordeste brasileiro na primeira metade do século XX. Dossiê. **Outros Tempos** (revista eletrônica). vol. 10, n.15, p.100 -121. 2013

DIAS, Pedro Lotti Carvalho. **O intelectual brasileiro e o argumento do cangaço na década de 1930**. Revista Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo. n.73. Epub ago/2019. Disponível em: <[scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742019000200228](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0020-38742019000200228)> Acesso em: 10 set. 2019

GUIMARÃES, Manoel. L. S. Historiografia e cultura histórica: notas para um debate. **Ágora**, v. 11, p. 31-47, jan./jun. 2005.

O. FERRERAS, Norberto. Facundo no Sertão: Gustavo Barroso e o Cangaceirismo. **Revista História & Perspectivas**, v. 1, n. 2930, 3 fev. 2009.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. Terra de Sol: entre Deus e o Diabo. **Trajetos (UFC)**, v. 4, p. 185-204, 2006.

SARMENTO, Guerhansberger Tayllow Augusto. Por uma Historiografia dos Espaços no Cangaço Lampiônico. UFS: São Cristóvão. **Ponta da Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, Vol 12, n 22, jan-jun 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/8576/pdf>> Acesso: 11 mar. 2019.

WIESEBRON, Marianne L. Historiografia do Cangaço e estado atual da pesquisa sobre banditismo em nível nacional e internacional. **Revista Ciência e Trópico** (revista eletrônica). v. 24, n. 2, p. 417-444, 1996.

Análise geográfica em *Os sertões*: dimensões econômica, política e cultural

Geographic analysis in *Os sertões*: economic, political and cultural dimensions

Guilherme Vicente Moura¹
Paloma Caroline Catelan²

Resumo: Este artigo propõe um estudo sobre o conceito de território presente nos capítulos II e V da obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Para tanto, são abordados alguns aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e geográficos contidos no livro. Especificamente, pretende-se compreender o conceito de território contido na obra em análise, considerando-se questões como as migrações nordestinas, o sentimento de pertencimento, identidade e a adaptação desses indivíduos ao meio ao qual estão inseridos. Metodologicamente, esta investigação analisou os capítulos II e V da obra *Os Sertões* e contou com levantamento bibliográfico de obras de autores pertencentes a distintas áreas do conhecimento, como geógrafos, historiadores, economistas e sociólogos, favorecendo, desse modo, a elaboração de uma visão macro e interdisciplinar no entendimento de uma obra literária.

Palavras-chave: *Os sertões*; Euclides da Cunha; Território; Migrações.

Abstract: This article proposes a study on the concept of territory present in chapters II and V of the work *Os Sertões*, by Euclides da Cunha. To this end, some economic, political, social, cultural and geographical aspects contained in the book are addressed. Specifically, it is intended to understand the concept of territory contained in the work under analysis, considering issues such as northeastern migrations, the feeling of belonging, identity and the adaptation of these individuals to the environment to which they are inserted. Methodologically, this investigation analyzed chapters II and V of the work *Os Sertões* and had a bibliographic survey of works by authors belonging to different areas of knowledge, such as geographers, historians, economists and sociologists, thus favoring the development of a macro view and interdisciplinary in the understanding of a literary work.

Keywords: *Os sertões*; Euclides da Cunha; Territory; Migrations.

Introdução

Este artigo originou-se de um trabalho semestral da disciplina de Metodologia do Ensino da Geografia. O trabalho propunha a caracterização geográfica contida tanto no capítulos II e V intitulados “Mobilização das tropas”, pertencente à “Quarta expedição”, da divisão “A luta” e “Canudos: antecedentes” da divisão “O homem”,

¹ Graduando do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Angélica Vieira de Souza Lopes. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

² Graduanda do curso de Bacharelado e Licenciatura em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus de Franca, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Angélica Vieira de Souza Lopes. Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) História.

respectivamente, descritos por Euclides de Cunha em seu livro-reportagem *Os sertões*.

De acordo com Corrêa (2001), a sociedade é considerada como objeto de estudo da Geografia, sendo objetivada em cinco conceitos-chave, com referência a ação humana na superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território. Neste artigo, buscaremos compreender o conceito de território presente no capítulo V da obra *Os Sertões*.

Ainda durante a realização deste estudo, surgiram algumas lacunas envolvendo o conceito de território e suas diferentes abordagens no entendimento acerca das migrações nordestinas, seja em direção ao Arraial de Canudos, ou a diversas outras localidades. Através de leituras e diálogos com outras obras, buscamos então elucidar, relacionar e, por fim, tomou-se forma este artigo.

Euclides da Cunha (1866-1909) escreveu um dos grandes clássicos da literatura brasileira, caracterizado não apenas como uma obra literária, mas também como uma obra de cunho histórico, geográfico e social. A obra, que flutua entre as narrativas literária e histórica, traz pormenores acerca do conflito de Canudos, ocorrido na Bahia, do qual o próprio autor foi testemunha enquanto correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*.

Em 1897 vieram à tona as notícias de um conflito entre tropas armadas contra jagunços entrincheirados em Canudos, na Bahia. Notícia esta que veio acompanhada do comunicado da morte do Coronel Moreira César, comandante do exército de Floriano. Não tardou para que aparecesse diversas interpretações, sendo o fato encarado como o início de uma luta a favor da reconstituição do regime monárquico.

Euclides da Cunha, um republicano convicto, inicialmente concordara com as afirmações, mas em 1897, a pedido de *O Estado de São Paulo*, partiu para a Bahia, ficando lá até o final da Campanha. Percebeu mais tarde que, muito longe de ser uma conspiração política monárquica, Canudos era apenas uma comunidade mística e religiosa (VENTURA, 1996).

Ao presenciar o massacre dos jagunços, percebeu o quão absurdo era aquela luta desigual e injusta, escrevendo que “aquela campanha lembra um refluxo para o passado. E foi, na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 1984, p. 02). Suas notas enviadas ao jornal viriam a dar origem, mais tarde, à obra *Os sertões*.

Os *sertões* trata, portanto, do conflito de Canudos, por meio de uma narrativa épica, por vezes comparada à *Ilíada*, histórica, geográfica, social e mesmo política, constituída de muitos saberes, cuja relevância é incontestável entre os escritores brasileiros.

[...] é ao mesmo tempo o livro de um homem de ciência, um geógrafo, um etnógrafo: de um homem de pensamento, um filósofo, um sociólogo, um historiador; e de um homem de sentimento, um poeta, um romancista, um artista [...] (VERÍSSIMO, 1977, p. 45)

O território e suas diferentes abordagens

Para que possamos refletir e cumprir com os objetivos deste artigo, será realizada uma exposição sobre as diferentes abordagens a respeito do território. Deve-se ressaltar que o estudo do território contempla diferentes áreas do conhecimento, tais como história, ciência política, sociologia, entre outras, cada uma com sua própria conceituação e visão a respeito do tema.

Este artigo parte da reflexão sobre como se pode entender o território a partir da geografia, e para isso propomos um diálogo com o artigo “O território: Diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração” (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

Cabe alertar ao leitor que apresentar uma conceituação definitiva de território na geografia não é uma tarefa fácil e nem mesmo é o objetivo deste trabalho, mas sim dialogar com o artigo e autores citados para demonstrar em que medida o território é abordado por estes, e assim fazer uma relação com a obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

Para Vale, Saquet e Santos (2005, p. 13) o “processo de produção e apropriação do território, possui em sua origem fatores econômicos, políticos e culturais (EPC)”. Essa maneira de ver o território levando em conta suas relações, tanto econômicas quanto culturais, é um elemento muito presente na narrativa de Euclides da Cunha.

Deve-se, no entanto, salientar que segundo Saquet (2003), estas três dimensões anteriormente citadas relacionam-se reciprocamente entre si, tendo deste modo, uma relação de interdependência, não podendo assim existir separadamente.

Para Haesbaert (2004a, p. 42), a questão do território envolve “ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações”. Este imaginário, para Moraes (2005, p. 59) “articula uma dialética entre a construção material e a construção simbólica do espaço, que unifica num mesmo movimento processos econômicos, políticos e culturais”.

A partir da noção básica que utilizaremos ao tratar de território, será demonstrado como as três dimensões (EPC) estão presentes, não apenas na geografia, mas também na obra de Euclides da Cunha, sobretudo em “Mobilização das tropas” e no capítulo V “Canudos”.

A dimensão econômica do território em *Os sertões*

Para apresentarmos como a economia está representada na geografia, recorreremos a Saquet (2003; 2004), que considera como questão muito importante a relação da natureza com os processos históricos.

A relação do local com o global também se destaca, ou seja, como os acontecimentos locais influenciam ou são influenciados pelos acontecimentos globais, e neste tipo de abordagem, como mostra Vale, Saquet e Santos (2005, p. 15) “mostrasse a dominação, a difusão tecnológica, redes de circulação e comunicação, enfim, as condições históricas, territoriais, do desenvolvimento econômico e o papel do Estado, apreendendo elementos e aspectos da relação espaço-tempo”.

Para Saquet (2007), no entendimento do território torna-se importante considerar as questões identitárias locais e as relações sociais, pois o poder de um território é constituído por diversas escalas, e não estabelecido apenas pelo poder do Estado.

A seguinte passagem evidencia o quanto estas relações sociais e identitárias locais são fundamentais para se entender e conceituar, de fato, um território; sendo no caso de Canudos, muito mais importantes que as determinadas apenas pelo poder estatal, visto que lhe eram aversos.

Lá se firmou logo um regímen modelado pela religiosidade do apóstolo extravagante. Jugulada pelo seu prestígio, a população tinha, engravecidas, todas as condições do estádio social inferior. Na falta da irmandade do sangue, a consangüinidade moral dera-lhe a forma exata de um clã, em que

as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. Canudos estereotipava o *facies* dúbio dos primeiros agrupamentos bárbaros (CUNHA, 1984, p. 110).

Euclides da Cunha, em “Mobilizações das tropas”, descreve como foi uma das muitas batalhas ocorrida entre os soldados da República e os nordestinos moradores de Canudos. Percebe-se, neste capítulo, que as tropas vindas da capital, que no período era a cidade do Rio de Janeiro, não tinham conhecimento territorial local algum, mesmo sendo todos pertencentes à mesma Nação.

Neste sentido, o desconhecimento do território sertanejo levou os soldados a reavaliar e adaptar seu modo de batalha e suas estratégias, como está descrito na seguinte passagem:

Entretanto, poderiam avançar adrede predispostos à remoção de tais inconvenientes. Bastava que fossem apropriadamente fardados. O hábito dos vaqueiros era um ensinamento. O flanqueador devia meter-se pela caatinga, envolto na armadura de couro do sertanejo — garantido pelas alpercatas fortes, pelos guarda-pés e perneiras, em que roçariam inofensivos os estiletos dos xiquexiques pelos gibões e guarda-peitos, protegendo-lhe o tórax, e pelos chapéus de couro, firmemente apresilhados ao queixo, habilitando-o a arremessar-se, imune, por ali adentro. Um ou dois corpos assim dispostos e convenientemente adestrados acabariam por copiar as evoluções estonteadoras dos jagunços, sobretudo considerando que ali estavam, em todos os batalhões, filhos do Norte, nos quais o uniforme bárbaro não se ajustaria pela primeira vez (CUNHA, 1984, p. 221).

Observa-se, que de acordo com o relato do autor, até mesmo os hábitos de vestimentas das populações locais (no caso os sertanejos) foram aproveitados para que os soldados da República pudessem sobreviver ao território, considerado “bárbaro” para aqueles que ali não viviam.

Outro ponto interessante são as motivações que fizeram com que os mais altos oficiais do exército republicano vissem uma ameaça nos assentamentos de Canudos. Tratava-se de uma região onde uma grande população, vítima do árido clima do sertão e do desamparo por parte do Estado, via alguma esperança de viver com dignidade. Através dos sermões de Antônio Conselheiro e de sua insurreição contra as leis, a comunidade de Canudos crescia vertiginosamente.

Com o tempo esse povo começou a ameaçar não apenas os interesses da nascente República, mas também da ordem coronelística e demais autoridades locais, conforme relata a carta do coronel Aristides da Costa Borges, deputado estadual, em 9 de fevereiro de 1894:

Antônio Conselheiro continua a ser o motivo da saída de muita gente daqui, e outros pontos, que ameaça ficarão despovoados. O êxodo agora de nossa gente é grande e o Governador não pode agora tomar providências, que são urgentes. Compreendo que, quando a miséria, que já começa a manifestar-se em Canudos, tomar proporções maiores, os roubos e assassinatos serão a conseqüência do pouco caso com que se olha para os primeiros atos daqueles monomaníacos. Quem for fazendeiro nas proximidades de Belo Monte (assim se chamam hoje os Canudos) há de pagar o descuido e a negligência dos que nos governam [...] (SAMPAIO, 2001, p.94).

A dimensão política do território em *Os sertões*

Segundo o prussiano Ratzel (1990), verifica-se a influência das questões naturais nos processos civilizacionais, além é claro dos processos políticos ocorridos entre os aspectos físicos e a população. Para este autor, a dimensão política do território é de extrema relevância.

[...] embora mesmo a ciência política tenha freqüentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro. Sem território não se poderia compreender o incremento da potência e da solidez do Estado (RATZEL, 1990a, p. 73-74).

Para Vale, Saquet e Santos (2005), grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante a um desfrute mais perspicaz dos elementos naturais e, de certo modo, esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre o povo e seu território. A falta desta íntima relação com o meio, por parte dos soldados republicanos, foi muito explorada em *Os sertões*.

Neste sentido, Euclides da Cunha descreve a natureza e a paisagem que tomavam conta do território sertanejo. Segundo o autor, a região sertaneja seria “desconhecida e bárbara” (CUNHA, 1984, p. 221). Nesta descrição Cunha deixa claro como o território era visto pelos que não pertenciam e não tinha ligações com ele.

Outro trecho em que o autor narra como eram difíceis as condições naturais naquela região está descrito em “mobilização das tropas”, quando um dos generais precisava realizar um estudo mais aprofundado do território e suas condições físicas e climáticas para implementar sua estratégia de combate. Verifica-se que o conhecimento dos aspectos físicos e até culturais determinou o modo como o conflito iria ocorrer.

Por sua vez o comandante-em-chefe avaliara o seu valor. O tenente-coronel Meneses era o olhar da expedição. Oriundo de família sertaneja do Norte e tendo até próximos colaterais entre os fanáticos, em Canudos, aquele jagunço alourado, de aspecto frágil, física e moralmente brunido pela cultura moderna, a um tempo impávido e atilado — era a melhor garantia de uma marcha segura. E deu-lhe um traçado que surpreendeu os próprios sertanejos (CUNHA, 1984, p. 222).

Questões como a guerra e a conquista territorial não podem ser ignoradas nesta análise. Para Ratzel (1990), o território pode ser compreendido como Estado-Nação a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa, logo, a guerra apresenta-se como natural para a defesa territorial. Moraes (2005, p. 59) também considera o território uma construção militar, “um resultado da conquista espacial, que tem que ser reiterada sempre que contestada”.

Por fim as armas — a mesma revivescência de estádios remotos: o facão jacaré, de folha larga e forte; a parnaíba dos cangaceiros, longa como uma espada; o ferrão ou guiada de três metros de comprimento, sem a elegância das lanças, reproduzindo os piques antigos; os cacetes ocos e cheios pela metade de chumbo, pesados como montantes; as bestas e as espingardas. Entre estas últimas, gradações completas, desde a de cano fino, carregada com escumilha, até à “legítima de Braga”, cevada com chumbo grosso, ao trabuco brutal ao modo de uma colubrina portátil, capaz de arremessar calhaus e pontas de chifre, à lazarina ligeira, ou ao bacamarte de boca-de-sino. Nada mais. De nada mais necessitava aquela gente. Canudos surgia com a feição média entre a de um acampamento de guerreiros e a de um vasto *kraal* africano (CUNHA, 1984, p.107-108).

Portanto, deve-se entender a obra de Euclides da Cunha como sendo o resultado de esforços para defesa tanto do território sertanejo, por parte dos habitantes de Canudos, como também dos interesses da nascente República. No caso da última, interesses que iam desde a cobrança de impostos, que Conselheiro mandou queimar numa fogueira, irritado, num dia de feira em forma de protesto (CUNHA, 1984), até mesmo o temor de que aquele “foco monarquista” repercutisse e se alastrasse, arrastando cada vez mais adeptos. Na explicação da República:

[...] os distúrbios sertanejos significavam pródromos de vastíssima conspiração contra as instituições recentes. Canudos era uma Coblenz de pardieiros. Por detrás da envergadura desengonçada de Pajeú se desenhava o perfil fidalgo de um Brunswick qualquer. A dinastia em disponibilidade de Bragança, encontrara afinal um Monck, João Abade. E Antônio Conselheiro — um Messias de feira — empolgara nas mãos trementes e frágeis os destinos de um povo... A República estava em perigo; era preciso salvar a República. Era este o grito dominante sobre o abalo geral... (CUNHA, 1984, p. 210).

A dimensão cultural do território em *Os sertões*

Segundo Vale, Saquet e Santos (2005), o território visto nesta perspectiva é um espaço simbólico e uma referência para a construção de identidades. Por isso, pode-se entender que o território é local de memória de um povo, tanto cultural quanto histórica.

Assim, a obra de Euclides da Cunha demonstra que o território ocupado pelos sertanejos foi fruto de uma construção de cultura, memória e identidade.

[...] antes da vinda do Conselheiro, já o lugarejo obscuro — e o seu nome claramente se explica — tinha, como a maioria dos que jazem desconhecidos pelos nossos sertões, muitos germens da desordem e do crime. Estava, porém, em plena decadência quando lá chegou aquele em 1893: tajupares em abandono; vazios os pousos; e, no alto de um esporão da Favela, destelhada, reduzida às paredes exteriores, a antiga vivenda senhoril, em ruínas. Data daquele ano a sua revivescência e crescimento rápido. O aldeamento efêmero dos matutos vadios, centralizado pela igreja velha, que já existia, ia transmudar-se, ampliando-se, em pouco tempo, na Tróia de taipa dos jagunços. Era o lugar sagrado, cingido de montanhas, onde não penetraria a ação do governo maldito (CUNHA, 1984, p. 106).

De acordo com o trecho acima, pode-se observar como o território de Canudos é construído na memória daquele povo, e como ao longo do tempo houve mudanças que foram se tornando significativas e identitárias na imagem dos moradores locais, a ponto de ser considerado um lugar sagrado e independente da ação do Estado.

Percebe-se, portanto, que memória, identidade e território estão intrinsecamente relacionados. Para Arruda (2000, p. 163) “as memórias construídas sobre os espaços geográficos possuem grande influência na constituição dos sentimentos de identidade nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmos espaços geográficos”.

Outro aspecto que cabe ser destacado é que, ao longo de toda obra *Os sertões*, pode-se observar como o território sertanejo é ricamente descrito por Euclides da Cunha, até mesmo por influência de sua formação positivista, cientificista, evolucionista, sendo que em alguns momentos as descrições físicas do lugar se misturam com as descrições feitas aos moradores e suas culturas locais.

Se as edificações em suas modalidades evolutivas objetivam a personalidade humana, o casebre de teto de argila dos jagunços equiparado ao *wigwan* dos peles-vermelhas sugeria paralelo deplorável. O mesmo desconforto e, sobretudo, a mesma pobreza repugnante, traduzindo de certo modo, mais do que a miséria do homem, a decrepitude da raça. Quando o olhar se

acomodava à penumbra daqueles cômodos exíguos, lobrigava, invariavelmente, trastes raros e grosseiros: um banco tosco; dois ou três banquinhos com a forma de escabelos; igual número de caixas de cedro, ou canastras; um jirau pendido do teto; e as redes. Eram toda a mobília (CUNHA, 1984, p. 107).

Um breve panorama acerca das migrações nordestinas

No decorrer da leitura de *Os sertões*, algumas questões relacionadas à migração foram sendo formadas. Sabe-se que os movimentos migratórios foram muito importantes histórica e geograficamente, modificando tanto os lugares por onde passaram quanto os indivíduos envolvidos; tornou-se então necessária a realização de uma compilação referente à temática, através de um debate conceitual, com a utilização da obra euclidiana e de outros autores para poder elucidar tais questionamentos.

Para Sayad (2000, p. 12), “emigrar e imigrar é, antes de mais nada, mudar de espaço, de território”. Nota-se, portanto, que é incontornável a relação entre território e migração, visto que ambos estão intrinsecamente ligados. Porém, é necessário acrescentar mais um elemento para que esta relação efetivamente exista, o tempo.

Definiremos migração como um processo de deslocamento populacional que envolve duas dimensões: espacial e temporal. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) define como migrante o indivíduo que muda de sua residência para outra, havendo um intervalo espacial mínimo estabelecido e um espaço de tempo considerado (ONU, 1980). Ainda, segundo a ONU, todo migrante é um imigrante quando chega a determinada unidade territorial para ali se estabelecer, e um emigrante quando deixa sua localidade.

Em *Os sertões*, Cunha descreve que, desde o surgimento da fazenda Belo Monte até seu apogeu, sucessivas ondas de migração partiram de vários lugares em busca de uma terra que oferecesse mais proteção e religiosidade. Caravanas de fiéis de diversas partes do sertão nordestino saíam pelas trilhas que interligam os territórios rumo à Canaã sagrada, que o Bom Jesus isolara do resto do mundo por uma cintura de serras (CUNHA, 1984).

Fugindo da seca e das terras improdutivas, motivados pela esperança de Canudos lhes proporcionar melhor condição de vida, eram impulsionados ainda pela questão da religiosidade, e pela crença de que apenas lá estariam salvos da “pavorosa hecatombe” que previra Antônio Conselheiro.

Assim se mudavam os lares. Inhambupe, Tucano, Cumbe, Itapicuru, Bom Conselho, Natuba, Maçacará, Monte Santo, Jeremoabo, Uauá, e demais lugares próximos; Entre Rios, Mundo Novo, Jacobina, Itabaiana e outros sítios remotos, forneciam constantes contingentes. Os raros viajantes que se arriscavam a viagens naquele sertão topavam grupos sucessivos de fiéis que seguiam, ajoujados de fardos, carregando as mobílias toscas, as canastras e os oratórios, para o lugar eleito. Isoladas a princípio, essas turmas adunavam-se pelos caminhos, aliando-se a outras, chegando, afinal, conjuntas, a Canudos (CUNHA, 1984, p. 106-107).

Dessa forma, no Capítulo V é descrita por Cunha (1984) a acelerada expansão da aldeia de Canudos, outrora velha fazenda de gado de cerca de cinquenta capuabas de pau-a-pique em plena decadência. Porém, essa estrutura seria completamente alterada por “turmas sucessivas de povoadores convergentes das vilas e povoados mais remotos” (CUNHA, 1984, p. 106). O arraial agora “crescia vertiginosamente, coalhando as colinas [...] Aquilo se fazia a esmo, adoidadamente”. (CUNHA, 1984, p. 107).

É interessante também a descrição das ondas de retirantes fugindo da seca, caracterizada pelo autor como inevitável.

Passa certo dia, a sua porta, a primeira turma de "retirantes". Vê-a, assombrado, atravessar o terreiro, miseranda, desaparecendo adiante numa nuvem de poeira, na curva do caminho... No outro dia, outra. E outras. É o sertão que se esvazia. Não resiste mais. Amatula -se num daqueles bandos, que lá se vão caminho em fora, debruando de ossadas as veredas, e lá se vai ele no êxodo penosíssimo para a costa, para as serras distantes, para quaisquer lugares onde o não mate o elemento primordial da vida. Atinge-os. Salva-se. Passam-se meses. Acaba-se o flagelo. Ei-lo de volta. Vence-o saudade do sertão. Remigra (CUNHA, 1984, p. 79).

Há uma vasta literatura que analisa os determinantes da mobilidade dos trabalhadores. Em suma, suas escolhas dependem de fatores como: diferenças econômicas entre região de origem e de destino, custo da migração, além de questões relacionadas ao emprego do indivíduo. Neste último caso, se o trabalhador está empregado há muito tempo em determinada ocupação, é menos provável que deixe a localidade, onde já tem garantidos salário e certo nível de treinamento (EHRENBERG; SMITH, 2000; BORJAS, 2012).

Foram diversos os períodos na história do Brasil em que populações nordestinas abandonaram sua terra natal e partiram em busca de novos territórios. Alguns períodos foram mais trágicos do que outros, como no caso da Grande Seca que atingiu a região entre 1877 e 1879, ceifando a vida de aproximadamente 600 mil

pessoas. Em decorrência disso, entre 1879 e 1890, 350 mil pessoas deixaram essa região em direção a São Paulo (VILLA, 2017).

Um forte símbolo destes deslocamentos é o pau de arara, caminhão precariamente adaptado para transportar pessoas sentadas em bancos de madeira dispostos em carrocerias cobertos por lona. Chegavam a transportar entre 70 e 100 pessoas em média, adultos e crianças, que ainda teriam que enfrentar uma longa e árdua viagem, podendo se estender por até três semanas e esgotar as poucas provisões dos passageiros (VILLA, 2017).

Para entender este processo migratório, deve-se levar em conta que as primeiras atividades econômicas brasileiras estiveram relacionadas, particularmente, aos setores de agropecuária e de extração de minérios, tais como os cultivos de cana-de-açúcar, borracha, cacau e café e a extração de ouro e de prata (PRADO JÚNIOR, 1942; PRADO JUNIOR, 1966).

A partir da década de 1930, o estado de São Paulo e a região Sudeste, em geral, passaram por um forte processo de industrialização e urbanização, alavancado, a princípio, pela indústria cafeeira (FURTADO, 1964). Esse foi apenas o início de um processo que tornou o Estado paulista o polo industrial do Brasil, atraindo um grande número de trabalhadores de outros estados, em especial, dos estados nordestinos.

O presidente Getúlio Vargas teve um papel fundamental na garantia de uma série de direitos, formulação de decretos e leis em favor dos trabalhadores nacionais que, aplicados em um Estado em constante desenvolvimento, acabaram estimulando ainda mais estes fluxos migratórios internos, ao mesmo tempo em que criava rigorosas restrições à entrada de estrangeiros no país, que até 1928 eram os que mais entravam em São Paulo (VILLA, 2017).

Cabe lembrar ainda a famosa lei de cotas proposta por Getúlio Vargas, que limitava “[...] em 1/3 o número de trabalhadores estrangeiros por empresa, é dado um passo decisivo para que os trabalhadores nacionais superem em número os estrangeiros na composição da classe operária” (ALBUQUERQUE JR., 1990, p. 28).

Dos 2/3 de trabalhadores nacionais permitidos às empresas, a mão-de-obra nordestina foi significativa. Os baianos eram os mais numerosos dentre os migrantes nordestinos: entre 1936 e 1939 chegaram a São Paulo 247.966 migrantes de diversos Estados, desse total, 120.623 eram oriundos da Bahia, quase a metade (VILLA, 2017).

Segundo Sueli de Castro Gomes (2006, p. 149), “o crescimento urbano de São Paulo está relacionado diretamente ao fenômeno migratório, e este, aos processos de urbanização e industrialização. O fluxo migratório nacional de maior destaque foi o dos nordestinos para São Paulo”.

Identidade e pertencimento

No decorrer do tempo, inúmeras outras massas migratórias circularam por todo o território nacional, visto que foram uma constante na história do Brasil, não sendo o objetivo deste estudo os minuciosos detalhes de cada uma, mas tentar entender algumas outras particularidades. Uma delas é a questão da identidade e do pertencimento. É no território que o processo de identidade é produzido ou fortalecido por meio das relações sociais (HAESBAERT, 2004).

Para Bauman (2003), construir uma identidade é um processo que não tem fim, estando sujeito a mudanças e experimentações. Santos (2001, p. 135) considera que as “identidades são, pois, identificações em curso”, caracterizando a identidade como relacional e reiterando que ela é construída ao longo de uma vida. Nota-se, portanto, o quanto as relações sociais são importantes neste longo processo de construção de identidade.

A identidade é muito importante para o entendimento da questão do pertencimento, na compreensão sobre qual núcleo cada indivíduo pertence em uma determinada sociedade. Nesse sentido, o território, que por sua vez já foi alvo de estudo neste artigo, mostra-se fundamental para os indivíduos, pois constitui um espaço de identidade, de pertencimento.

Para Rosa Maria Vieira Medeiros (2009, p. 218) “o território é pois, esta parcela do espaço enraizada numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento”. Nota-se, como já mencionado anteriormente, a intrínseca relação entre território e identidade. Ainda afirma Haesbaert (1999, p. 179) que “a identidade social é também territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou perpassa o território”.

Portanto, mudar-se para outro território requer toda uma adaptação que acaba criando certa instabilidade, pois o indivíduo já não sabe exatamente onde pertence, visto que “a maior parte das estruturas conhecidas da vida coletiva se traduz em formas de territorialidade” (CLAVAL, 1999, p. 23).

Há todo um processo de desenraizamento original, em que o indivíduo deixa seus lugares de infância, juventude, de conforto e segurança, onde formou-se enquanto pessoa e edificou sua identidade, para ir a um local desconhecido, onde não há muito, ou sequer há, controle (MARANDOLA Jr., 2008). É necessário a estes indivíduos encontrar acolhimento no seu destino, seja formal, por meio das instituições e suas políticas, ou humano.

Em Canudos, conforme as populações chegavam, desiludidas com a vida material, iam sendo envolvidas e se sentindo acolhidas por Conselheiro.

Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. Favorecia-o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelhista incomparável (CUNHA, 1984, p. 102-103).

Para que um indivíduo possa sentir-se parte de uma sociedade, além de habitar, deve ser compreendido, acolhido, recebido por esta. Em Canudos, aquelas pessoas que antes viviam apenas uma vida de constante luta, alheios às instituições, ao próprio país que não os conhece, passaram a sentir-se parte de algo e encontravam em Conselheiro um líder, um profeta, aclamando-o representante natural das suas aspirações mais altas (CUNHA, 1984).

Aceitando, às cegas, tudo quanto lhe ensinara aquele; imersa de todo no sonho religioso; vivendo sob a preocupação doentia da outra vida, resumia o mundo na linha de serranias que a cingiam. Não cogitava de instituições garantidoras de um destino na terra. Eram-lhe inúteis. Canudos era o cosmos (CUNHA, 1984, p. 110).

Nota-se a importância do pertencer para a constituição e construção do ser. O pertencimento social é uma necessidade básica de todo ser humano para que possa entender-se como tal. “O brado angustiante do eu quero ser gente perpassa o subtexto de todos os discursos” (JODELET, 2010, p. 116).

Cabe também evidenciar neste artigo que a religião tem um forte poder de despertar nos fiéis sentimentos de pertencimento e identidade, principalmente em pessoas sensibilizadas como os migrantes, que ao mudar-se para outra localidade muitas vezes se sentem vistos como estranhos, ameaçadores. Nesse sentido, a religião pode fazer com que se sintam:

[...] persona importante, absolutamente única, escogida, llamada, elegida, impulsada, bendecida y protegida por Dios; alguien con una misión más importante que la de cualquier millonario, político, estrella de cine, doctor o profesor: ésta es mostrar a quien no lo conozca el camino de la salvación eterna (MADURO, 2009, p. 49).³

Em relação ao sertanejo, “a sua religião é como ele — mestiça” (CUNHA, 1984, p. 80). Mesclando elementos diversos entre si, estabelecendo correlações entre santos católicos, divindades africanas, cultura popular e outros rituais, a população nordestina identificou em suas crenças sua própria singularidade, e até hoje, recupera e mantém suas tradições por meio da religião, tão rica, mista e acolhedora quanto o povo que a pratica.

As lendas arrepiadoras do caopora travesso e maldoso, atravessando célere, montado em caititu arisco, as chapadas desertas, nas noites misteriosas de luas claros; os sacis diabólicos, de barrete vermelho à cabeça, assaltando o viandante retardatário, nas noites aziagas das sextas-feiras, de parceria com os lobisomens e mulas-sem-cabeça [...] todas as visualidades, todas aparições fantásticas, todas as profecias esdrúxulas de messias insanos; e as romarias piedosas; e as missões; e as penitências.... todas as manifestações complexas de religiosidade indefinida são explicáveis (CUNHA, 1984, p. 80).

Porém, é importante também destacar que nem todos os estudiosos aceitam uma explicação de cunho religioso, messiânico, associado por muitos a Canudos, a exemplo do historiador Marco Antônio Villa (1995, p. 244), que acredita que “não houve anomia ou mera resistência às transformações econômicas, ao ‘progresso’, mas uma rebelião aberta e a esperança coletiva de construir um mundo novo, um mundo que fizesse sentido”, e acrescenta:

Descarto totalmente qualquer explicação do arraial como uma comunidade messiânica, sebastianista, milenarista ou socialista utópica e indico a necessidade de compreender a experiência conselheirista como um grande momento da história nordestina, onde os sertanejos lutaram para construir um mundo novo, enfrentando o Estado dos *landlords* (VILLA, 1995, p. 12).

³ “[...] pessoa importante, absolutamente única, escolhida, chamada, eleita, promovida, abençoada e protegida por Deus; alguém com uma missão mais importante que a de qualquer milionário, político, estrela de cinema, médico ou professor: isto é mostrar a quem não conhece o caminho da salvação eterna”.

Considerações finais

No decorrer deste trabalho, ficou claro o quão vasto é o tema abordado e quantas possibilidades de pesquisas futuras o mesmo pode vir a oferecer. As conceituações acerca do território, migrações, identidade e pertencimento que buscamos elucidar são, em geral, as mais empregadas na literatura que aborda o tema. Nesse contexto, o principal objetivo deste artigo foi debater esses conceitos à luz de uma discussão multidisciplinar entre a obra euclidiana e outras áreas do conhecimento.

Euclides da Cunha, em seu livro-reportagem *Os sertões*, apresenta peculiaridades do modo de vida sertanejo. Relata ainda detalhes importantes para a compreensão da força do povo nordestino que, ao longo da história, se adaptou a uma série de adversidades históricas, socioeconômicas, geográficas e climáticas.

Em uma passagem, Cunha, após narrar inúmeras adversidades que os soldados republicanos vivenciaram na tentativa de atravessar as plantas espinhosas da caatinga, caracterizou-as como grande empecilho, visto que o fardamento militar era feito de pano, totalmente desprotegido, e ainda ironizou: “Mais extravagantes são os dólms europeus de listas vivas e botões fulgentes, entre os gravetos da caatinga decídua” (CUNHA, 1984, p. 221).

O autor ainda acrescentou que no local “o hábito dos vaqueiros era um ensinamento” (CUNHA, 1984, p. 221), fazendo referência ao traje típico do morador do sertão que era confeccionado em couro, possuía alta durabilidade e servia como meio de proteção contra os espinhos da vegetação e contra os infortúnios climáticos.

O sertanejo é ainda um conhecedor do meio que o cerca. Nota-se isto na altura da narrativa em que os jagunços atraíram as tropas inimigas para um local totalmente desconhecido aos soldados. A tocaia, que persuadiu as tropas a adentrarem locais onde não haviam realizado uma missão de reconhecimento prévio, culminou em uma grande derrota da expedição, que foi “completamente suplantada pelo inimigo” (CUNHA, 1984, p. 235).

É interessante ainda a relação do sertanejo com o gado bovino. Citado na obra, inclusive servindo ao exército, a pecuária é comum na região, sendo útil às atividades econômicas. A figura do vaqueiro, intrinsecamente ligada ao sertão, muito se relaciona à pecuária. Ainda hoje vemos esta influência nas famosas “Vaquejadas”, festivais de

provas equestres que envolvem sertanejos replicando suas atividades cotidianas de trato do gado na caatinga.

No que diz respeito às migrações, inúmeras pessoas que deixaram seu lugar de nascimento para residir em outro acabaram regressando mais tarde, seja por não encontrar no destino as oportunidades que esperavam, seja por terem um planejamento de mudança a longo prazo. Trata-se de um fenômeno conhecido como migração de retorno (BAPTISTA; CAMPOS; RIGOTTI, 2017).

Quanto às pessoas que ficaram nos destinos, estas resistiram mantendo e recriando seus costumes, adaptando-se, mesmo que deslocadas do seu contexto, distantes de sua terra natal. Um exemplo disso é o Centro de Tradições Nordestinas, espaço cultural dedicado à valorização e preservação da cultura nordestina em São Paulo, onde se pode encontrar comida típica em quiosques, barracas temáticas e shows populares tradicionais diversos.

Também o bairro São Miguel Paulista, na cidade de São Paulo, é popularmente conhecido como a “Bahia paulistana” por abrigar o maior número de baianos depois da cidade de Salvador. O poder da comunidade nordestina neste bairro está refletido não apenas em sua cultura, mas também no comércio: o polo comercial da Rua de São Miguel é considerado pela prefeitura de São Paulo o terceiro maior da cidade, ficando atrás apenas da Rua 25 de Março e do Brás. O bairro conta ainda com a “praça do forró”, Avenida Nordestina e diversos restaurantes típicos.

Por fim, por meio de toda essa discussão, fica claro o quão forte é este povo e quão rica é a sua cultura. Ambos, ao longo da história, recriaram-se através do espaço e do tempo. Como bem disse Euclides da Cunha em sua obra-prima *Os sertões* (1984, p. 66) “O sertanejo é antes de tudo um forte”.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., D. M. Paraíbas e Bahianos: órfãos do campo, filhos legítimos da cidade. In: **Travessia**, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios. São Paulo, n. 8, p. 27–32, set./dez.1990.

ARRUDA, G. **Cidades e sertões**: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BAPTISTA, E. A.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. R. **Migração de retorno no Brasil**. Mercator (Fortaleza), Fortaleza, v. 16, e16010, 2017.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2003.

BORJAS, G. J. **Economia do trabalho**. Porto Alegre: McGraw Hill Brasil, 2012.

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**. Niterói: UFF, ano 1, n.2, p. 7-26, 1999.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. São Paulo: Três, 1984.

EHRENBERG, R. G.; SMITH, R. S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. Makron Books, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

GOMES, S. D. C. Uma inserção dos migrantes nordestinos em São Paulo: o comércio de retalhos. **Imaginário**, v. 12, n. 13, p. 143-169, 2006.

HAESBAERT, R. Des-caminho e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos “territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MADURO, O. Religión y exclusión/marginación. Pentecostalismo globalizado entre los hispanos en Newark, Nueva Jersey. **Revista Cultura y Religión**, v. 3, n. 1, p. 37-54, 2009.

MARANDOLA Jr., E. Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 39-58, 2008.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço e identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). **Território e territorialidades, teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular. 2009, p. 217-228.

MORAES, A. C. R. de. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Conceitos básicos, definições e mensuração da migração interna**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Excertos do Manual VI da ONU. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Migrações internas. Fortaleza: BNB, v. 1, p. 313-353, 1980.

PRADO JUNIOR. C. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PRADO JUNIOR. C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, A. C. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p.175-192.

RATZEL, F. Geografia do homem: (antropogeografia). In: MORAES, A. C. (org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990a. p.32-107.

SANTOS, B. S. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

SAMPAIO, C. N. (org.). **CANUDOS: cartas para o Barão**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial, 2001.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAYAD, A. O retorno segundo Abdelmalek Sayad. **Revista Travessia**. São Paulo, v. Especial, p. 3-33, jan. 2000.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS. R. A. O território: diferentes abordagens e conceito-chave para a compreensão da migração. UNIOESTE: **Revista Faz Ciência**, v. 7, n. 1, p. 11-26, 2005.

VENTURA, R. **Euclides da Cunha e a República**. Estud. av., São Paulo, v. 10, n. 26, p. 275-291, Abr. 1996.

VERÍSSIMO, J. Campanha de Canudos. In: VERÍSSIMO, J. C. **Estudos de literatura brasileira**. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1977.

Villa, M. A. **Canudos. O povo da terra**. São Paulo: Ática, 1995.

Villa, M. A. **Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

A grande propriedade açucareira no nordeste brasileiro e a brecha camponesa¹: algumas considerações

The great sugar property in Northeast and the peasant breach: some considerations

Victor Hugo de Almeida França²

Resumo: Este texto tem como objetivo abordar como se deu a construção e consolidação da monocultura da cana-de-açúcar nas capitâncias hereditárias do nordeste brasileiro, bem como as dimensões que tal produção proporcionou ao império português. Em especial, busca compreender a Capitania de Pernambuco como o centro econômico da América Portuguesa e a experiência holandesa no Brasil. Além dessas questões, as condições de trabalho escravo e os processos de negociação e conflito entre os senhores e cativos expressados na brecha camponesa também são temas retratados. Para tanto, a discussão bibliográfica de importantes referenciais é feita para a discussão de tais temáticas.

Palavras-chave: Monocultura açucareira; América Portuguesa; Brecha Camponesa; Invasão holandesa

Abstract: This text has as a main goal to discuss how the construction and consolidation of the sugarcane monoculture took place in the hereditary captaincies of the Brazilian northeast, as well as the dimensions that such production provided to the Portuguese empire. In particular, it seeks to understand the Captaincy of Pernambuco as the economic center of Portuguese America and the Dutch experience in Brazil. Beyond these issues, the slave labor conditions and the negotiation processes and the conflict between lords and captives expressed in the peasant breach are also topics discussed. Therefore, the bibliographic discussion of important references is made for the discussion of such themes.

Keywords: Sugar Monoculture; Portuguese America; Peasant Breach; Dutch invasion

Introdução

O pioneirismo de Portugal em relação ao comércio e domínio dos territórios na África e Ásia se deve principalmente aos desvios das rotas mediterrâneas para as atlânticas, de forma a beneficiar e transferir o monopólio comercial das cidades italianas às nações ocidentais banhadas pelo oceano (CANABRAVA, 1993). Assim, as posições geográficas favoráveis e a persistência de Portugal, sob um olhar expansionista, fizeram com que o pequeno reino despontasse no estabelecimento de

¹ Artigo escrito sob orientação da Prof.^a Dra. Maria Celma Borges, no Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

² Acadêmico graduando do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. E-mail: vhugo012@hotmail.com.

colônias, principalmente no continente africano, inicialmente pelo sistema de cabotagem. É assim que o reino estabelece em todos os territórios o que Prado Jr. designa como “sentido de colonização” (PRADO JR., 1957) e, na América Portuguesa não é diferente. Com o novo domínio americano, Portugal consolida seu Império e estabelece relações operacionalizadas entre a metrópole e as colônias (BICALHO, 2009). Para tal, a economia açucareira que figura nos territórios pernambucanos, baianos e fluminenses é de extrema importância, já que ela assume papel importante na utilização do potencial produtivo principalmente nas terras do nordeste brasileiro, as quais utilizam de novas técnicas de plantio e potencialização produtiva, já nas primeiras décadas de colonização. Assim, a longa duração das safras e a alta produtividade das lavouras de cana-de-açúcar geram lucratividade à Coroa Portuguesa.

O sucesso da produção açucareira no nordeste desperta interesses dos Países-Baixos na colônia portuguesa. Assim, os holandeses investem em uma guerra contra os luso-brasileiros no Brasil Seiscentista, centrando-se nos centros econômicos e administrativos brasileiros produtores de cana-de-açúcar: as capitânicas da Bahia e de Pernambuco. Todavia, é no Pernambuco que a Companhia das Índias Ocidentais holandesa triunfa, de forma que os holandeses projetam um modelo de organização rural e, principalmente, urbano, baseados nas necessidades comerciais portuárias para constituir Recife como um ponto de referência. O domínio holandês na América Portuguesa foi breve e constituiu-se a partir de um sistema de exportação de açúcar, já que se tratava de uma prática de alta rentabilidade na época, porém, diversos fatores fizeram o sistema batavo ruir nas terras da colônia, acarretando prejuízos para a América Portuguesa, como: a perda do domínio português do comércio europeu de açúcar, frente a ampliação do modelo de plantation nas Antilhas, bem como a debilitação de tal produção, já que as guerras pela retomada do território destruíram grande parte dos engenhos e lavouras (CANABRAVA, 1993).

As relações de trabalho diferiam de engenho para engenho, entretanto, as unidades produtivas e as relações de trabalho em seu interior eram construídas por um complexo processo de mediação e alternância entre a violência e a “paternidade” do senhor de engenho e os escravizados. Assim, as formas de resistência escrava também se mostram, de certo modo, formas de dominação e tentativa de controle desses homens e mulheres. O exemplo a ser analisado no presente texto é o da

brecha camponesa para a produção de autoconsumo, e ainda para atender os interesses de produção de alimentos por parte dos senhores, já que é o escravo o responsável em produzir insumos que não sejam para exportação e, sim, para o consumo interno da população. Aqui, vale ressaltar que o excedente produtivo cultivado nas glebas poderia gerar, por vezes, excedente financeiro ao escravo (mesmo que muito pouco) para que este pudesse comprar a sua alforria (REIS; SILVA; 1989).

A cana-de-açúcar na América Portuguesa

No que se trata da amplitude temporal da América Portuguesa, a produção historiográfica de Prado Jr. é muito importante, já que em sua obra “Formação do Brasil Contemporâneo”, o autor busca definir sentidos da colonização portuguesa na América, de forma a inovar nas perspectivas econômica e social, contribuindo para as reflexões que despontariam na escola paulista do século XX, já que sua abordagem marxista classifica a sociedade colonial como voltada ao mercado externo para a exportação de produtos primários e isto se mantém em grande parte da história do Brasil.

O território instituído à Coroa Portuguesa pelo Tratado de Tordesilhas, até então de pouco interesse econômico, foi dividido, no ano de 1534, em capitanias hereditárias devido a ameaças externas, entre outros fatores, e distribuído a donatários, que tinham autonomia para produzirem/extraírem o insumo de seu interesse. Todavia, foi somente após a instituição do governo geral de Tomé de Souza e o Regime de Sesmarias que o sistema de *plantation* pôde se consolidar no território luso-brasileiro (SCHWARTZ, 2016, p. 339). Assim, a centralização dos interesses da Coroa e a divisão de terras em sesmarias, possibilitaram a criação de diversas unidades produtivas e investimento em mão-de-obra para suprir a demanda do mercado europeu.

Segundo o texto “A grande propriedade rural”, de Canabrava (1993), é a partir da grande lavoura que se dá o processo de povoamento colonial, visto que as sesmarias como terras doadas apresentavam uma oportunidade lucrativa para a produção agrícola que, somado ao baixo potencial minerador e pela demanda europeia de produtos tropicais, impôs ao novo território conquistado a constituição da grande lavoura. A consequência de tal processo culmina no pacto colonial entre a

colônia e a metrópole em benefício exclusivo de Portugal, que perdura até a abertura dos portos de 1808.

Assinala Canabrava (1993) que nos dois primeiros séculos de colonização o produto colonial além do pau-brasil que mais se destacou foi o açúcar manufaturado. Em especial, a monocultura da cana-de-açúcar no nordeste da América Portuguesa, configurando-se de maneira diferente que a do algodão no Maranhão, por exemplo. A colônia portuguesa tinha tecnologia suficiente para a manufatura desse produto de alta demanda europeia e, por esse motivo, as capitanias de Pernambuco e Bahia produziam o maior contingente de lucros para a metrópole. Desse modo, é o açúcar dos engenhos que estabelece os parâmetros de sucesso da América Portuguesa. Igualmente, a plantation açucareira na América, escolhida pelo seu sucesso observado nas ilhas da costa africana (CANABRAVA, 1993), ao dar maior poderio econômico e fortalecer as estruturas imperiais já esboçadas anteriormente com a conquista do litoral africano pelo sistema de cabotagem e de territórios orientais, facilitou a operacionalização das estruturas sociopolíticas e econômicas e o domínio da metrópole para com suas colônias (BICALHO, 2009).

O litoral nordestino foi o palco de desenvolvimento dessa economia, já que oferecia condições climáticas perfeitas, sendo o solo rico em nutrientes e a hidrografia propícia para a criação de portos e o transporte do açúcar dos engenhos até a Europa (NASCIMENTO, 2012, p. 208).

Como expressa Rômulo Nascimento (2012), os portos, além de serem o centro das exportações e do comércio de produtos (inclusive escravos), eram a principal fonte do aumento demográfico e do florescimento de cidades coloniais por toda a América Portuguesa. As cidades de Salvador, Olinda – Recife e Rio de Janeiro configuraram os principais polos econômicos, políticos, administrativos e de concentração demográfica da colônia portuguesa, já que o grande interesse comercial, principalmente sobre o açúcar, propiciou a criação de cidades que tinham como principal função o escoamento de produtos para a metrópole.

Em uma perspectiva de estudo da açucarocracia luso-brasileira, vale ressaltar a obra de Antonil, escrita em 1711, “Cultura e Opulência do Brasil”, que apresenta os principais aspectos relacionados à mão-de-obra, plantação, criação de gado, relações interpessoais entre senhor e sua família, pobres e livres e escravos, tanto na monocultura açucareira, quanto na produção tabagista, entre outras economias.

Assim, conforme este autor, a escolha da terra era o elemento principal para o estabelecimento de uma fazenda açucareira, de forma que o massapé é a melhor terra para o plantio da cana-de-açúcar (ANTONIL, 1711). Todavia, assim como salienta Canabrava, as zonas de melhor plantio se limitavam a uma pequena faixa litorânea, já que, quanto mais se adentrava ao território sertanejo, apenas a produção pecuária era possível. Segundo aponta Antonil:

Feita a escolha da melhor Terra para a Canna; roça-se, queima-se, & alimpa-se, tirando tudo o que podia servir de embaraço; & logo abre-se em regos, altos palmo & meyo, & largos dous, com feu camalhaó no meyo, para que nacendo a Canna não se abafe: & nestes regos ou se plantaõ os olhos em pé, ou se deitaõ as Cannas em pedaços, três, ou quatro palmos compridos: & se for Canna pequena, deita-se também inteira, hũa junta á outra, ponta com pé: cobrem-se com a terra moderadamente. E depois de poucos dias, brotando pelos olhos, começaõ pouco a pouco a mostrar sua verdura á flor da terra, pegando facilmente, & crescendo mais, ou menos, conforme a qualidade da terra, & o favor, ou contrariedade dos tempos. Mas se forem muito juntas, ou se na limpa lhes chegarem muito a terra, não poderaõ filhar, como he bem. (ANTONIL, 1711, p.38).

Quando já estabelecida a produção, Antonil descreve como são necessários diversos trabalhadores especializados no plantio, colheita e, principalmente, na manufatura do açúcar dentro das casas de engenho. O autor também expressa como depende de senhor para senhor a questão do arrendamento de terra para outros lavradores, de forma a servir o senhor por meio da cana cativa. Esta temática da cana cativa é igualmente discutida no texto de Ferlini (2003), ao abordar as dimensões do campesinato na América Portuguesa e como se davam as vias de qualificação social da monocultura, de forma a abordar os grandes proprietários, que adquiriam terras por meio do regime de sesmarias, no topo da sociedade colonial. Ambas as obras também definem as estratificações sociais dentro do cenário rural que se desenvolveu na plantation luso-brasileira.

Intrínseco ao sistema colonial o comércio escravista também se configurou como uma das atividades mais lucrativas, visto que além do preço do escravo gerar lucros a quem está vendendo, a força de trabalho africana gerava lucros de produtividade ainda maiores do que se observou com os negros da terra, os quais ficaram em plano secundário nas unidades produtivas luso-brasileiras (RAMINELLI, 2001, p. 429). Segundo Canabrava “a célula fundamental da exploração agrária será a grande propriedade monocultora e escravocrata” (CANABRAVA, 1993, p. 198). Deste modo, as ramificações rurais e urbanas do mundo do trabalho e da sociedade

como um todo na colônia portuguesa eram compostas em grande parte por negros cativos, configurando um ambiente multicultural africano (CARVALHO, 2018, p. 163).

Por conseguinte, os engenhos de açúcar demandavam alto contingente de escravos para o funcionamento da manufatura açucareira, tendo em vista a complexidade e os variados processos para se chegar no produto final. Assim, para se sustentar toda a mão-de-obra, “toda a escravaria [...] quer mantimentos, e farda, medicamentos, enfermaria, e enfermeiro: e para isso são necessárias roças de muitas mil covas de mandioca” (ANTONIL, 1711, p. 2). Com esse excerto de “Cultura e Opulência do Brasil”, percebe-se também a necessidade não somente da grande propriedade, mas ainda daquelas que produzem os alimentos de autoconsumo para suprir a demanda dos que colocam em funcionamento o sistema colonial, assim como para atender as necessidades e interesses dos senhores de engenho, que objetivam escapar das precariedades do sistema de abastecimento colonial, frente a expansão das fronteiras e o inevitável adensamento populacional (LINHARES; SILVA, 1981).

Por essa visão, Pedroza (2014) trata de desconstruir a ideia de que apenas a monocultura é importante para a América Portuguesa, já que os produtos oriundos de tal agricultura não têm sentido capitalizado e foram a base constituinte para a sustentação da alimentação na grande propriedade, mas também foi uma das formas de resistência encontradas pelos escravos: a brecha camponesa a ser abordada adiante.

Pernambuco açucareiro e interesses batavos

A economia açucareira pernambucana, além de movimentar o maior contingente lucrativo para a Coroa Portuguesa, dominava o mercado europeu de açúcar. Por conseguinte, a alta demanda por açúcar na Europa fez com que o número de engenhos crescesse exponencialmente.

Tal crescimento despertou interesse na Companhia das Índias Ocidentais (CIO), instituição neerlandesa responsável pelos objetivos coloniais holandeses. Assim, antes mesmo de Olinda, Salvador foi a primeira cidade brasileira a ser sitiada pelos holandeses, já que além de configurar o centro político e financeiro da colônia, também era o centro de exportações do açúcar produzido nos engenhos do Recôncavo Baiano (SANTOS, 2008, p. 2). Todavia, Portugal unificada ao Reino de

Castela conseguiu se libertar do domínio holandês. O segundo ataque foi direcionado a capitania açucareira de maior expressividade econômica, Pernambuco.

A cidade de Olinda, até então o centro da capitania hereditária, foi tomada rapidamente pelos holandeses, porém, as unidades produtivas, principalmente o Arraial do Bom Jesus, ofereceram forte resistência aos ataques holandeses, que tiveram de adaptar sua estratégia de guerra ao estilo desenvolvido pelos luso-brasileiros: a guerra brasílica (MELLO, 1963).

Por conseguinte, faz-se necessário analisar os principais motivos pelos quais a Coroa Portuguesa perde seu domínio territorial na Capitania de Pernambuco, bem como nas capitanias vizinhas. O primeiro fator a ser analisado é o poder expressado pela Companhia das Índias Ocidentais nos interesses econômicos pela monocultura da cana-de-açúcar brasileira, já que parte da produção de açúcar mascavo da colônia era comprada pelos holandeses para suprir a demanda das refinarias de Amsterdã (MELLO, 1963, p. 236). Em segundo lugar, a união das coroas ibéricas, entre 1580 e 1640, enfraqueceu o domínio direto dos portugueses sobre as colônias, tanto do Brasil, quanto das colônias africanas conquistadas através do sistema de cabotagem, já que a Coroa Espanhola não supria as necessidades de defesa da América Portuguesa (SCHWARTZ, 2016, p. 340 – 341).

Outro fator relacionado ao domínio de Castela sobre os lusitanos foi a animosidade entre a Espanha e Holanda na Guerra dos 30 anos, que afetou diretamente a exportação e comércio do açúcar brasileiro para a Europa (SCHWARTZ, 2016). A ascensão de economias açucareiras no Caribe também contribuiu para a oscilação de preços do açúcar e do mercado consumidor desse produto colonial. O último fator que possibilitou a conquista da Companhia sobre o domínio português foi a destruição dos engenhos durante os cinco anos de guerra, assim, sem o apoio devido da Espanha, a principal fonte de renda se viu paralisada por motivos bélicos.

Após a conquista dos batavos sobre a Capitania de Pernambuco, a Companhia das Índias Ocidentais enfrentou diversos desafios para a consolidação territorial na nova América Holandesa. Conforme Santos (2008), a destruição em que se encontravam os engenhos foi o primeiro problema enfrentado, já que a Companhia teve de investir dinheiro para a reconstrução das unidades produtivas, além de procurarem compradores interessados em assumir a manufatura do açúcar.

Assim, é nesse período em que os luso-brasileiros que continuaram na capitania tiveram de dividir espaço com os estrangeiros. Contudo, as divisões administrativas e militares dentro da Companhia dificultavam o sistema de dominação holandesa (SANTOS, 2008, p. 3). É somente após a nomeação de Johan Maurits van Nassau-Siegen como governador da colônia que o domínio holandês pôde ter um salto estrutural e econômico. No governo nassoviano que os limites territoriais da colônia foram definidos, já que este também conquistara outras capitanias.

Outro aspecto que Nassau modifica na antiga colônia de Portugal é o espaço urbano de Recife, o novo centro comercial de Pernambuco. As melhorias de infraestrutura de Recife, bem como a modelagem da cidade portuária culturalmente aos moldes batavos, possibilitaram o desenvolvimento de um núcleo comercial diverso, que envolvia holandeses calvinistas, portugueses católicos, judeus e cristãos-novos, entre outras nacionalidades, na fabricação dos diversos produtos da nova colônia, em especial, o açúcar dos engenhos. Tal diversidade de comerciantes afetava o objetivo da Companhia de monopolizar o comércio, já que foram decretadas leis de livre comércio que impossibilitavam essa prática (MELLO, 2009, p. 166).

Todavia, a produção de açúcar não atingiu os números esperados pela Companhia, que viu as malhas de navegação, bem como o desenvolvimento da imponente Recife declinarem juntamente com a economia açucareira, ainda mais após os portugueses se rebelarem contra o regime holandês. A independência de Portugal da Coroa Espanhola, a dualidade entre o Recife holandês e o campo luso-brasileiro e a guerra entre a Holanda e Inglaterra contribuíram para a derrota da Holanda na América Portuguesa. No entanto, o déficit da Companhia das Índias Ocidentais e a retirada de Nassau do território pernambucano, os principais fatores para o término do breve domínio holandês no Brasil (MELLO, 1963).

Em uma análise econômica, política e social acerca da invasão batava na América Portuguesa, Padre Antônio Vieira escreve uma carta ao Conde de Ericeira (1690) a respeito dos aspectos que contribuíram para o sucesso do sítio holandês em terras pernambucanas. O principal abordado pelo padre fora o estabelecimento de uma companhia que regulamentasse e controlasse as políticas comerciais holandesas.

Assim como expressa Schwartz no texto “O Nordeste açucareiro no Brasil colonial” (2016), a Companhia das Índias Ocidentais estimulou financeiramente os

produtores para conseguir mão-de-obra e estrutura suficiente para o funcionamento das unidades produtivas. Por esse motivo, o padre Antônio Vieira propôs a criação de duas Companhias portuguesas: a das Índias Orientais, para a organização do comércio e exploração no oriente, principalmente na Índia, e a das Índias Ocidentais, para tomar conta da produção na América Portuguesa. Além de organizar as grandes produções, a Companhia Ocidental fazia frente ao comércio holandês de especiarias por meio da extração de drogas adentro das matas da colônia, bem como reestruturaria as bases agrícolas pernambucanas que atingiram seu auge produtivo antes da invasão neerlandesa.

A ocupação dos holandeses na Capitania de Pernambuco dizimou a grandiosidade dessa porção de território português, já que, após a derrota flamenga, a capitania açucareira não mais conseguiu alcançar o rendimento de seus melhores tempos e acabou sendo superada pela Bahia até o século XIX. Assim, mesmo que a metrópole batava fosse a principal responsável pelo salto econômico da monocultura da cana-de-açúcar, foram os interesses em transformar as relações meramente comerciais em diretamente produtivas que provocaram grandes fissuras na produtividade açucareira. Entretanto, o açúcar manufaturado ainda era uma das principais fontes econômicas da metrópole, mesmo após a descoberta do ouro na região de Minas Gerais, no século XVIII.

Trabalho escravo e brecha camponesa

A vida nos engenhos se constituía de diferentes processos de negociação e conflito (REIS; SILVA, 1989), já que as relações entre o senhor de engenho e escravos não eram tão simples. No presente tópico busca-se explorar a dimensão do cativo como dotado de potencial reativo frente as constantes opressões sofridas. Diferentemente do que observara Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala” (1933) que, ainda que tenha apontado a violência como parte constituinte do engenho, figurou o escravo à imagem pacífica do preto velho e contribuiu para a cristalização no imaginário social as noções do senhor paternalista e benevolente, já que no seu entender, a figura do feitor, por exemplo, funcionava como um intermediário entre a casa grande e a senzala e este era responsável pelo exercício da força, importante ferramenta para a manutenção do sistema escravista.

O trabalho na unidade produtiva açucareira envolvia dois cenários diferentes: o da lavoura da cana-de-açúcar, controlada conforme a natureza e o engenho, que era definido pelo potencial tecnológico/produtivo do maquinário e dos trabalhadores (SCHWARTZ, 2001, p. 95). O trabalho nos engenhos requeria grande força física e a jornada de trabalho era extensa, assim, a expectativa de vida dos escravos se reduzia a poucos anos pelas condições de trabalho exaustivas. Vale ressaltar que, mesmo os holandeses calvinistas sendo contrários à prática escravista reconheciam a importância da manutenção desse sistema para suprir a demanda produtiva (SANTOS, 2008, p. 6). Nesse caso, “os escravos são as mãos, e os pés do senhor de engenho” (ANTONIL, 1711, p. 22), sem a mão-de-obra escrava, a implantação e consolidação do sistema de plantation seria impossível, no entender do processo de colonização, já que somente após se resolver o problema da mão-de-obra na grande lavoura que tal modo produtivo pôde se firmar em solo americano (CANABRAVA, 1993).

O controle e a vigilância dos escravos são as necessidades primárias para o funcionamento das fazendas, já que constantes fiscalizações ocasionam o aumento da produtividade (REIS; SILVA; 1989, p. 26 – 27). Contudo, a imagem do senhor transitava entre a força e o paternalismo. Dessa maneira, variadas formas de resistência negra foram criadas na produção açucareira, dentre elas, salienta-se a importância social da brecha camponesa.

No debate historiográfico de Suely Robles de Queiróz em “Historiografia Brasileira em Perspectiva” (1998), a respeito da escravidão negra no Brasil, é a partir da década de 1980 que uma perspectiva “neopaternalista” aos moldes de Freyre surge, de forma a ressaltar o espaço de negociação do escravo e o esquema resistivo-acomodativo, ignorando a possibilidade de voz ativa do cativo, fazendo com que a escravidão fosse dada/vivida consensualmente. Tal abordagem resulta das críticas de Jacob Gorender à teoria de Silvia Hunold Lara (1988), ao afirmar ser a teoria da historiadora “neopatriarcal”, somada ao uso de fontes “frágeis” para sua construção. Contudo, é possível dizer, a partir da leitura desta autora, que ela e vários historiadores compreendem a escravidão de forma mais complexa, pois é tomada por um processo amplo de negociações e conflitos, resistências e acomodações, bem como no reconhecimento do escravo como sujeito histórico para lutar por seus direitos, tanto que tal processo culmina, por exemplo, na brecha camponesa.

O conceito de brecha camponesa surge da percepção da possibilidade de o negro cativo gerar a própria renda em função da produção agrícola do pedaço de terra fornecido pelo seu senhor. O cultivo nas glebas e a comercialização dos produtos ao senhor, assim como a venda de excedentes em feiras, por exemplo, poderiam gerar algum recurso, a ser utilizado para a compra da carta de manumissão. É esse aspecto que configura tal prática como “brecha”.

Todavia, segundo Reis e Silva (1989), oferecer uma terra e tempo de trabalho ao escravo também configura forma de controle e possibilidade de aumento da produtividade, já que a ideia de acesso a terra para a produção de alimentos, poderia fixar o cativo na terra senhorial, dificultar as fugas e reduzir os custos do senhor de engenho com o sustento dos escravos, já que os insumos de baixa rentabilidade eram cultivados por esses indivíduos, principalmente a mandioca, tornando-se o “pão-da-terra”, ou seja, o principal produto da agricultura de autoconsumo por se tratar de um alimento versátil e simples para o plantio (PEDROZA, 2014).

O sistema escravista era formado por sucessivos acordos estabelecidos entre os escravizados e o senhor de engenho, visto que as exigências feitas pelos cativos, se não atendidas, figuravam a possibilidade de insurreição, entre outras formas de resistência. Como destacam Reis e Silva (1989) em “Negociação e Conflito” e Schwartz (2001) em “Escravos, roceiros e rebeldes”, a brecha camponesa não era somente uma forma de resistência ao regime escravista, ela também configurava um “mecanismo de manutenção da ordem escravista” (REIS; SILVA, 1989, p. 23), visto que as exigências das condições de trabalho eram manipuladas para o bel-prazer do senhor de engenho, além de o acúmulo de excedente gerar lucros ao senhor quando o escravo comprava sua carta de manumissão, assim como o fato de que a mão-de-obra do recém liberto reduzia os custos de produção em até 1/3 (SCHWARTZ, 2001, p. 97).

Por conseguinte, assim como Gomes e Reis (1996) salientam em “Uma história da liberdade”, o grande empreendimento comercial e cultural da modernidade que foi a escravidão nas Américas imprimia diferentes formas culturais, sociais e políticas dependendo do contexto em que os indivíduos estavam inseridos. Assim, não se pode negar que “onde houve escravidão houve resistência” (REIS; GOMES, 1996, p.09).

As formas com que os escravizados encontravam para resistir ao sistema colonial iam bem mais além das fugas, exclusivamente: a resistência negra na

América Portuguesa se configurou como um amplo processo individual e coletivo que visava a subversão do sistema escravista.

Para tanto, deve-se pensar a história da agricultura na colônia para além da grande lavoura açucareira, algodoeira ou tabagista. A agricultura de autoconsumo e de abastecimento interno se configuram como a “retaguarda da atividade maior que é voltada para o comércio metropolitano” (LINHARES; SILVA, 1981, p.119). Para Linhares e Silva (1981) tal agricultura é constituída de três importantes setores produtivos: dos lavradores subordinados ao senhor de engenho, de pequenos produtores no sertão e no agreste e, por fim, de escravizados que produzem alimentos através do que se designa como brecha camponesa.

A “brecha” se constituiu como a principal forma produtiva de alimentos dentro da grande propriedade açucareira, visto que é a porção de terra designada ao cativo e o tempo de trabalho, como instituição da Carta Régia de 1701, que farão o déficit de abastecimento ser em parte sanado. O cultivo da mandioca e de outros insumos, bem como a criação de animais não somente possibilitam a alimentação destes indivíduos, como se configuram em um modo de se gerar um excedente para a venda.

Portanto, mesmo que a brecha camponesa tenha servido como um modo de suprir as necessidades do abastecimento colonial e pudesse fixar o cativo nas terras do senhor de engenho, ela se afirmou muito mais como uma conquista do escravizado para cultivar seu próprio alimento, do que propriamente uma medida prática e sistemática de produção de alimentos (LINHARES; SILVA, 1981).

Considerações finais

Destarte, a economia açucareira é uma das importantes partes que contribuem para a tentativa de homogeneidade do Império Português, a partir da produção monocultora, bem como configura uma das primeiras formas de caracterizar o território colonial voltado para o mercado externo de exportação de produtos primários.

As capitanias açucareiras geraram contingente financeiro importante para a unificação e a consolidação da América Portuguesa como uma potência colonial. Sendo o Brasil uma colônia de extração/produção, até o século XIX, o açúcar se configurava como a principal fonte econômica da Coroa Portuguesa, pois também gerava altos lucros com o comércio transatlântico de escravos e as redes que se

estabeleceram entre as colônias portuguesas e o comércio mundial, sendo agentes proporcionadoras do sucesso da açúcarocracia luso-brasileira (BICALHO, 2009).

No que se refere à mão-de-obra escrava é importante compreender os processos de negociação entre os cativos e os senhores, como a brecha camponesa, e até mesmo o papel que a Igreja Católica exercia sobre essas relações. A brecha, mesmo sendo uma forma de resistência dos escravos, também se configurava em um sistema de dominação, daí sua dubiedade, visto que a produção nas roças dos escravos gerava maior rendimento aos senhores de engenho e lucro quando estes revendiam os alimentos e/ou não tinham que comprá-los ou mesmo quando os escravos compravam suas cartas de manumissão.

A ocupação da Capitania de Pernambuco pelos neerlandeses afetou diretamente os rendimentos econômicos da América Portuguesa, já que mesmo após a desocupação dos campos açucareiros, a destruição dos engenhos por conta da guerra não possibilitou a recuperação da produção de açúcar. Todavia, é importante reconhecer como a América Holandesa afetou a região em que ocupou e contribuiu para a cultura dessa região, já que Recife foi uma das maiores cidade atlânticas da época.

Posteriormente, a cana-de-açúcar é substituída, em grande parte, pelo ouro de Minas Gerais no século XVIII e, quando o Brasil Império floresce, são as fazendas cafeeiras e os barões do café da província de São Paulo que assumem o principal produto da economia brasileira até a década de 1930.

Bibliografia

ANTONIL, André João. Primeira Parte: Cultura e Opulência do Brasil na Lavra do Assucar. In: ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência no Brasil**. Lisboa, 1711.

BICALHO, Maria Fernanda. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. IN: SOUZA, Laura de Mello e; FURTADO, Júnia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (org.). **O governo dos povos**. São Paulo: Alameda, 2009. p. 91-105.

CANABRAVA, Alice Piffer. A grande propriedade rural. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira**: I. A época colonial – 2. Administração, Economia e Sociedade. São Paulo, 1993. p. 192-217.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades Escravistas. IN: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. Companhia das Letras, 2018. p. 162-169.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Senhores e Lavradores. IN: FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo, 2003. p. 287-344.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

LARA, Silvia Hunold. Capítulo VIII: Algumas mediações: Feitores e Agregados. In: LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência: Escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 165-182.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A Questão da Agricultura de Subsistência. In: LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 117-141.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Imagens do Brasil Holandês 1630 – 1654**. ARS (São Paulo), v. 7, n. 13, p. 161-170, 2009.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. IN: HOLANDA, Sergio Buarque de (org). **História Geral da Civilização Brasileira: I. A época colonial – Do Descobrimento à expansão territorial, 1º volume / 2ª ed.** – São Paulo, 1963. p. 235-253.

NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. Entre os rios e o mar aberto: Pernambuco, os portos e o Atlântico no Brasil holandês. IN: VIEIRA, Hugo Coelho; GALVÃO, Nara Neves Pires; SILVA, Leonardo Dantas (org.). **Brasil Holandês história, memória e patrimônio compartilhado**. São Paulo, 2012. p.193-222.

PEDROZA, Manoela. A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial. IN: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. (Orgs.). **O Brasil Colonial 1720 – 1821**, vol. 3. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PRADO JR. Caio. Sentido da Colonização. IN: PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. Editora Brasiliense, 5ª edição. São Paulo, 1957. p. 13-26.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de. A escravidão negra em debate. IN: FREITAS, Marcos Cezar de; SOUZA, Laura de Mello e (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 103-117.

RAMINELLI, Ronald. Negros da Terra. IN: VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial (1500 – 1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001. p. 428-429.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista** - São Paulo: Companhia das Letras. 1989. p. 22-31.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma História de Liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9-25.

SANTOS, Thiago Cavalcante dos. **Os Holandeses e o Nordeste Brasileiro: 1630 – 1654.** In: Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, set. 2008.

SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. IN: **O Brasil Colonial, volume 2** (1580 – 1720) / organização João Luis Ribeiro Fragoso; Maria de Fátima Gouvêa – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 337-378.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes.** Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 87-119.

VIEIRA, Antônio. **Carta ao conde de Ericeira sobre o sucesso dos holandeses no Brasil, entre outros assuntos.** Local desconhecido, 1690.

Resenha crítica: *Manual de Arqueologia Pré-histórica*, de Nuno Bicho

Prehistoric archeology manual, of Nuno Bicho

Sofia Helena Cardoso Rodrigues¹

Resumo: Em uma resenha crítica da “Apresentação” e “Parte 1” do Livro de Nuno Bicho intitulado *Manual de Arqueologia Pré-histórica*, apresentamos e discutimos os principais pontos desta primeira parte da obra, tão densa e inovadora para a arqueologia lusófona. Nela, Bicho busca justamente fazer um panorama entre o objeto de estudo Pré-histórico possibilitado pela *consciência* deste mesmo passado. Aqui, ao mesmo tempo em que a Arqueologia desenvolve métodos de estudo, também se desenvolve e consolida-se, em uma “auto-história”.

Palavras-chave: Nuno Bicho; Arqueologia; Manual; História; Pré-história.

Abstract: In a critical review of the “Presentation” and “Part 1” of Nuno Bicho’s book – entitled *Manual de Arqueologia Pré-histórica* - we present and discuss the main points of this first part, so dense and innovate for lusophone Archaeology. Here, Bicho seeks to make a *landscape* of prehistoric study object - made possible by *awareness* of this same past. At the same time that this Archaeology develops study methods, it also develops and consolidates it-self in a “self-history”.

Keywords: Nuno Bicho; Archaeology; Manual; History; Prehistory.

Introdução

Antes mesmo de ser considerada e nomeada como ciência efetiva, em meados do século XIX, a Arqueologia já intrigava e despertava a curiosidade e o fascínio de colecionadores e estudiosos. E isso teria se dado não pela sua teoria em si, mas pelo seu objeto de estudo: a cultura material, com objetos e documentos preciosos de um tempo passado. Sua construção como ramo do conhecimento perpassa, desta forma, as fronteiras do acatamento em uma única disciplina.

Em outras palavras, é uma matéria interdisciplinar tanto em sua prática² quanto em sua própria concepção³. Entretanto, além de interdisciplinar, dialoga tanto com o

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), orientada pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Abreu Funari. E-mail: sofiahelenacr@gmail.com.

² Parceria para a investigação e análise com ramos de química, física, biologia, geologia, entre outros, que varia de acordo com o objeto de estudo e com as condições internas e externas que este mesmo se encontra, assim como o meio no qual está inserido.

³ Concebida também como uma ciência com fim de auxiliar outras – deixar “pronto” o objeto de estudo destas outras – se filiando à História e Antropologia, por exemplo.

ambiente acadêmico/intelectual, quanto com o ambiente leigo, pois seu acesso é majoritariamente visual, palpável, fazendo-se entender pelo grande público (e despertando a curiosidade deste mesmo por ser um contato com o passado, tão “remoto” e “desconhecido”).

E é justamente esta narração da pluralidade da Arqueologia que Nuno Gonçalo Viana Pereira Ferreira Bicho, ou simplesmente Nuno Bicho, traz, com suas premissas e técnicas, em um verdadeiro manual, ao escrever o *Manual de Arqueologia Pré-histórica*⁴. Dividindo-o em seis partes, preza por demonstrar de maneira densa (mais de 500 páginas), especialmente em língua portuguesa, não só a teoria da Arqueologia, mas também os aspectos metodológicos desta, variando entre *História da Arqueologia*, *Arqueologia de Campo*, *Problemas Cronológicos*, *Reconstrução Paleológica* e, por fim, *Sítios e Artefatos*.

Nascido em 1965, Nuno Bicho é atualmente Diretor do Centro Interdisciplinar de Arqueologia e Evolução do Comportamento Humano e professor associado da Universidade do Algarve, em Portugal. Sua principal ressalva, em seu lugar de pesquisador português, é a de fazer uma Arqueologia originalmente nesta língua, que aborde diversos assuntos e tópicos, e não apenas um recorte (costume das pesquisas acadêmicas), para estabelecer e fincar o lugar de Portugal nos estudos desta ciência. Isto é, em vez de ser pesquisa em si, baseada em clássicos estrangeiros, busca que sua obra seja o *suporte* para o desenvolvimento de outros compatriotas. Não descarta a importância da especificidade dos objetos históricos, mas, por outro lado, busca consolidá-los com base em um panorama plural.

A retomada à história da Arqueologia: uma metalinguagem

Como bem dito por Vítor Oliveira Jorge, no prefácio à obra, “o que o leitor tem na mão é um manual de arqueologia pré-histórica, e não um manual da pré-história”⁵. Assim sendo, reforça o valor do trabalho de Bicho como sendo um suporte primordial. Ressalta o papel de importância essencial da análise e embasamento à prática para a formulação de teorias. Isto é, inverte os lugares – em vez de a Arqueologia ser derivada de outras ciências investigativas, ela seria a base primária necessária para o desenvolvimento destas mesmas; é o ponto principal de partida.

⁴ BICHO, Nuno Ferreira. *Manual de Arqueologia Pré-histórica*. Lisboa: Edições 70, 2006.

⁵ *Ibidem*. p. 9.

Desta forma, em um exame específico da “Introdução” e “Parte 1” da obra, percebe-se uma mescla entre a história da Arqueologia como técnica e como teoria. Isto é, nesta primeira parte, foco da análise aqui presente, Nuno Bicho traz uma herança histórica de pesquisas e descobertas materiais que compõem a forma atual da Arqueologia da Pré-História. Ao mesmo tempo, discute e traz à tona as transformações internas a ela como disciplina, no quesito de epistemologias e paradigmas investigativos de suas metodologias ao longo do tempo. Ou seja, é uma metalinguagem. É a Arqueologia que explica a si mesma. Portanto, para tal, separa esta Parte 1 em dois capítulos: “A Emergência da Arqueologia” e “Desenvolvimento e Consolidação da Metodologia e Teoria Arqueológicas”.

Nesta linha, primeiramente discorre sobre a importância da *dimensão* do tempo e da importância da *noção* do presente acerca da existência de um tempo passado, anterior a ele. Narra, desta forma, o passo-a-passo da advinda e construção cronológica de uma disciplina que se dedicaria justamente a um estudo consciente do passado antes do estudo do material em si.

E, a partir da possibilidade dessa consciência de um presente a respeito de um tempo anterior a ele, poder-se-ia enfim ter melhor compreensão e aprofundamento agora do objeto em si – pela Arqueologia. Isto é, tal disciplina, quando bem pensada e consolidada, forneceria o caminho exemplar para o estudo:

De fato, as seqüências cronológicas desenvolvidas no seio da geologia e paleontologia (...) não foram a base dos métodos de datação da arqueologia pré-histórica. (...) A Arqueologia Pré-histórica não começou, portanto, com métodos ‘emprestados’, mas criou o seu próprio método com bases teóricas sólidas e racionais⁶.

Já no capítulo 2, percebe-se o esforço de Nuno Bicho por trazer uma narrativa do remodelamento interno da Arqueologia ao longo do tempo, com a advinda de novos olhares e paradigmas - fase histórico-classificativa e fase explicativa.

A Arqueologia, na primeira destas fases, já existente como matéria consolidada, teria ainda um viés restritamente *cultural*⁷ (característico da primeira metade do séc. XX), se desenvolvendo em torno do passado objeto de pesquisa de

⁶ *Ibidem*. p. 39.

⁷ Aqui, por exemplo, entra como maior expoente V. Gordon Childe, com a Arqueologia dentro da chamada *História Cultural*, a qual preza por um olhar sobre os dados (e não sobre a estrutura) e que proporcionaria uma mudança apenas por migração, difusão e inovação. Vide: GOSDEN, Christopher. *Anthropology and Archaeology: A changing relationship*. London and New York: Routledge, 1999 e GAMBLE, Clive. *Archaeology, the Basics*. London: Routledge, 2001.

maneira metodológica, contingenciada – de modo cronológico e homogeneizado. Mas, ao mesmo tempo, seria de fundamental importância até os dias de hoje, já que muitos destes métodos categóricos auxiliam no estudo de campo em si.

Questionando essa lógica arqueológica essencialmente detalhista, surge consolidada em 1960 a “Nova Arqueologia”, a segunda das fases. Este novo formato teria vieses mais antropológicos, para a identificação dos processos culturais, ainda que com os alicerces metodológicos da primeira não descartados (escavação e até mesmo datação, a exemplo)⁸. Nela, cada vez mais madura ao longo do tempo, a questão da função da Arqueologia entre um passado dito dinâmico e um presente “estático” seria de principal importância – contrastando com o olhar meramente cultural.

Surge, enfim, uma Arqueologia *crítica* a qual observa aspectos silenciados pelos artefatos dominantes, irrompendo como um lugar de compreensão da subjetividade – das esferas simbólico-cognitivas. Esta Nova Arqueologia teria então, possibilidade e consciência da existência de diferentes vertentes / correntes da História da Pré-história, e da diversidade entre elas.

Considerações finais

Em vista de tudo isso, portanto, percebe-se nesta primeira parte da obra de Nuno Bicho um esforço constante por trazer à Arqueologia um lugar de prestígio, como merecedora de pareamento com as demais ciências, indo além do cargo embutido de “ciência auxiliar”. Contudo, ao ressaltar na Introdução veementemente que o livro foi feito para ser um livro de Arqueologia *em português*, nega na instância mais subjetiva o valor deste próprio conteúdo, sugerindo que o livro foi feito para integrar o corpo científico nacional português, e não para contribuir para o desenvolvimento da Arqueologia coletiva, mundial.

Todavia, mesmo que partindo deste princípio, não se invalida o esforço pioneiro do autor, pois a linguagem é de fácil acesso, podendo ser vista pela parte social externa à acadêmica, mas, ao mesmo tempo, não perdendo seu caráter historiográfico formal. Por se tratar da Arqueologia, este rigor formal acaba por ter menos barreiras e menos “preconceitos” no meio intelectual, em comparação à História em si ou à

⁸ Arqueologia processual e Arqueologia antropológica, de Binford. Já aqui, a arqueologia seria “em essência a disciplina com a teoria e prática que recuperariam padrões comportamentais hominídeos não observáveis de traços indiretos em amostras ruins”. Vide: (CLARK, 1979: p. 100) *apud* (GAMBLE, 2001: p. 28).

Filosofia, por exemplo, que exigem uma linguagem altamente elaborada. Um exemplo disso é o próprio uso de imagens e tabelas, que resumem e facilitam ainda mais a absorção dos conteúdos pelo leitor.

Então, além desta possibilidade de inserção com o meio extra-acadêmico, a parte aqui referida do livro pode também ser reconhecida como fonte base e leitura obrigatória em outras ciências. Isto é, pode ser pertencente ao corpo didático de diferentes áreas, pois aborda temas que podem integrar-se aos conhecimentos de outras ciências, a exemplo da radioatividade (datação relativa), longe do objeto de estudo habitual da História.

Desta forma, Bicho presa por colocar em um patamar de destaque o estudo dos pilares das sociedades dos dias de hoje. Não só coloca em um patamar o *estudo* do passado pré-histórico, mas também o passado *em si*. Consequentemente, além de um trabalho de arqueólogo, por expor as técnicas de seu trabalho o autor, faz, por fim, um trabalho de historiador, por remeter às fontes para narrar o contexto dos fatos – o *processo histórico* de formação da Arqueologia.

Pode-se considerar, em última instância, sua obra, de modo específico na “Introdução” e na “Parte I”, como sendo ambiciosa, já que busca abarcar um compilado de informações, mas que, ainda assim, não perde a qualidade, a especificidade e o atencioso detalhamento, conseguidos através de uma bibliografia de fôlego. Conclui-se, através dela, que a História é feita pelo presente, confirmando na prática o que a historiografia traz desde Marc Bloch, no século XX. Ou seja, a partir do embargo teórico do presente; do acúmulo de renovações de informações e teorias, é que se pode avançar e ousar no passado. Esta é a grande lição de Nuno Bicho. Seja este referido presente o dele mesmo, no século XXI, seja este presente o momento de ação dos pesquisadores do século XIX, os quais puderam abrir o horizonte e consolidar uma área de pesquisa que resultaria na mais fascinante ponte com os primórdios do que hoje se chama humanidade.

Bibliografia

BICHO, Nuno Ferreira. “Apresentação” e “Parte 1: Breve história da Arqueologia”. In: **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.

CLARKE, D. L. **Analytical Archaeologist**. London: Academic Press, 1979.

GAMBLE, Clive. **Archaeology, the Basics**. London: Routledge, 2001.



GOSDEN, Christopher. **Anthropology and Archaeology: A changing relationship.** London and New York: Routledge, 1999.

Viaje al Río de La Plata: As fundações espanholas na região do Rio da Prata e o protagonismo indígena na crônica de Ulrich Schmidel (1534-1554)

Viaje al Río de La Plata: Spanish foundations in the Rio de la Plata region and indigenous protagonism in Ulrich Schmidel's chronic (1534-1554)

José Alberto dos Santos Junior¹

Resumo: A presente nota de pesquisa tem como objetivo apresentar e analisar brevemente uma das fontes utilizadas em minha pesquisa de iniciação científica voluntária que faço junto ao Departamento de História da UNIFESP. Nela estudo a relação entre indígenas Guarani e espanhóis nos anos iniciais de Assunção (1537-1556) e busco enfatizar a agência indígena, evidenciando sua importância na fundação e consolidação do núcleo colonial assuncenho. Neste texto, pretendo identificar o protagonismo indígena através das narrativas presentes nos relatos de Ulrich Schmidel, um dos membros da expedição de Pedro de Mendoza, cujo objetivo era explorar o Rio da Prata e fazer fundações na região para a consolidação do domínio espanhol no local. A obra em questão apresenta descrições interessantes a respeito dos grupos indígenas que a expedição de Mendoza encontrou ao longo da exploração, e denota como esses encontros tiveram influência nas ações tomadas pelos exploradores, indicando diversos momentos de dependência deles em relação aos indígenas. Sendo assim, buscarei evidenciar o protagonismo indígena nas fundações na região descritas na fonte, refletindo também a respeito da subjetividade presente na narrativa.

Palavras-chave: Indígenas; Protagonismo; Agência; Aliança; Crônica.

Abstract: This research note aims to briefly introduce and analyze one of the sources used in my voluntary research that I do with the Department of History of UNIFESP. In my research I study the relationship between Guarani indigenous and Spaniards in the early years of Asunción (1537-1556) and seek to emphasize the indigenous agency, highlighting their importance in the foundation and consolidation of Asunción's colonial nucleus. In this text, I intend to identify the indigenous protagonism through the narratives present on the reports of Ulrich Schmidel, one of the members of Pedro de Mendoza's expedition, whose objective was to explore the Rio da Prata, and build foundations in the region in order to consolidate the Spanish dominance. The following work presents interesting descriptions about the indigenous groups met by the Mendoza expedition during their exploration and shows how these meetings influenced the actions taken by the explorers, indicating many moments of their dependence on indigenous people. Therefore, I'll try to show the indigenous protagonism in the foundations in the region, described in the source, also reflecting on the subjectivity present in the narrative.

Keywords: Indigenous; Protagonism; Agency; Alliance; Chronicle.

¹ Graduando em História (Bacharelado) na Escola de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Atualmente desenvolve um projeto de iniciação científica voluntária, intitulado "A 'Conquista' do Paraguai: Análise da relação hispano-guarani nos anos iniciais de Assunção (1537-1556)", sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Vilardaga. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7009119045857859>.

O mito da Serra da Prata e a expedição de Pedro de Mendoza

Em 1513, o Oceano Pacífico foi descoberto, mostrando que a América era um continente separado das Índias, o que abriu uma nova rota para tal lugar, fazendo Dom Manuel I e Carlos V – reis de Portugal e Espanha, respectivamente – enviarem expedições para descoberta e controle da passagem interoceânica. Uma errônea conclusão portuguesa de 1514 assumia que o Rio da Prata era a passagem procurada, deixando a região platina em evidência e transformando-a em alvo de disputa entre as potências ibéricas (SOARES, 2001).

Carlos V então contratou uma expedição liderada por Juan Díaz de Solís para explorar a região do Rio da Prata. Sua expedição acabou sendo dizimada pelos indígenas Charrúa e os sobreviventes decidiram voltar para a Espanha. Alguns homens acabaram naufragando na ilha de Santa Catarina e passaram a viver por lá. Neste lugar, eles ouviram dos Guarani notícias a respeito da Serra da Prata, “um império maravilhoso que existiria a ocidente, para além das selvas, com cidades de pedra e uma serra onde jorrava a prata - o Potoichi -, em que vivia um rei que, por se vestir de lâminas de prata, era chamado de Rei Branco” (SOARES, 2001, p. 39).

Segundo algumas interpretações da historiografia, o mito da Serra da Prata tinha notória fama entre os indígenas da América do Sul. Sua localização seria na região dos Andes e sua riqueza chamava a atenção dos outros povos, sobretudo dos indígenas da região que corresponde atualmente ao Paraguai (BELLOTO; FERNÁNDEZ; SALMORA; et al., 1982). No entanto, há a possibilidade dessa interpretação ser baseada no imaginário europeu que a todo tempo buscava encontrar na América lugares paradisíacos e cheios de riqueza. Tendo suas expectativas alimentadas por histórias de aventureiros da Idade Média, os exploradores filtravam nos relatos de viagens fantásticas, tudo o que era visto no Novo Mundo, buscando muitas vezes a confirmação do que já sabiam, como Colombo, que foi capaz de enxergar a Índia na América (SOUZA, 1986). Isso fazia com que todas as coisas vistas e vividas no Novo Mundo, fossem magnificadas pelo imaginário europeu (HOLANDA, 1996) e que se criasse uma “tradição de projeções deslumbrantes que depositava tesouros inconcebíveis nos espaços inexplorados ou semiexplorados, que se consideravam afastados do eixo referencial dos europeus” (GIUCCI, 1992. p. 13). Sendo assim, há a possibilidade de a Serra da Prata ser uma interpretação europeia,

carregada do desejo de encontrar riquezas, que se originou a partir de qualquer mínimo rumor.

Especula-se que Aleixo Garcia, um dos sobreviventes da expedição de Solís, ao ouvir falar sobre esse reino, organizou por sua conta uma expedição em busca da Serra da Prata. Com a ajuda de inúmeros nativos, andou pelo interior do continente entre 1521 e 1525, passando pelo rio Paraguai, atravessando o Chaco e atingindo o que é atualmente o Peru, acreditando ter encontrado a Serra da Prata. No entanto, ele e seus homens foram mortos pelos indígenas Payaguá no caminho de volta (SOARES, 2001). Sua figura e história foram importantes para a fama do mito da Serra da Prata entre os espanhóis, que nomearam a região do Rio da Prata dessa forma, devido a crença de que ela seria o caminho mais rápido para atingir a Serra da Prata e não por ter prata e outros metais preciosos nela ou ao seu redor (KUPCHIK, 2008).

Com a fama desse mito, a região do Rio da Prata ficou ainda mais em evidência. Carlos V e Dom Manuel I, portanto, intensificaram a contratação de expedições em direção à região platina, podendo citar as expedições de Diogo García Moguer e Martin Afonso de Souza. Nesse contexto, a fim de dominar definitivamente a região e evitar a expansão portuguesa, Carlos V firmou uma *Capitulación* (contrato) com um cavaleiro real chamado Pedro de Mendoza, “nomeando-o primeiro *adelantado* (governador) da Província do Rio da Prata, com a obrigação de armar uma expedição, às suas próprias custas, objetivando descobrir o caminho para o Peru e fundar três fortalezas para a defesa do território” (SOARES, 2001, p. 43). A frota de Mendoza, composta por diversos estrangeiros, incluindo Schmidel, atingiu o estuário do Rio da Prata em 1536.

A obra de Ulrich Schmidel

Viaje al Río de la Plata foi editada pela primeira vez em alemão no ano de 1567 na cidade de Frankfurt, e fazia parte de uma coleção de viagens organizada por Sigmund Feyerabend e Simon Hüters. Obteve notória fama e se difundiu rapidamente pela região germânica. A obra foi reeditada diversas vezes – cerca de 42 até meados do século XX – e a maior parte das publicações contaram com ilustrações e edições feitas pelas casas impressoras de Theodore de Bry e Levinus Hulsius (KALIL, 2008).²

² É importante destacar também a obra “Viagem ao Rio da Prata: Ulrico Schmidl e sua crônica quinhentista”, publicação de Luís Guilherme Assis Kalil, Maria Cristina Bohn Martins e Franz Obermeier lançada em 2020 pela

A obra de Schmidel, assim como muitas do século XVI, é alvo de discussões pela historiografia a respeito de seu caráter e veracidade. A partir do fim do século XIX e início do XX, publicações como a de Schmidel foram revisitadas pelos intelectuais e historiadores dos países platinos recém independentes, a fim de encontrar as suas origens, considerando essas fontes como descrições fidedignas do nascimento de suas nações (KALIL, 2008). Autores nacionalistas como Enrique de Gandía e Pedro de Angelis consideravam a completa veracidade da obra de Schmidel. “Durante muito tempo a crônica de Schmidel foi reconhecida na historiografia mundial como autoridade indiscutível para o conhecimento da história do Paraguai e do Rio da Prata” (CARDOZO, 1959, p. 166). No entanto, ao longo do século XX, essa visão de “relatos fidedignos” passou a ser questionada pela historiografia, usando como principal argumento, equívocos encontrados na descrição de nomes, datas e locais presentes na obra. Dentre os autores, pode-se citar Manuel Domínguez (s/d).

No que diz respeito ao caráter da crônica de Schmidel, pode-se dizer que há uma rica descrição no que diz respeito aos grupos indígenas encontrados, em relação a sua demografia, costumes e outros aspectos, podendo ser considerada por muitos uma obra de caráter etnográfico. No entanto, muitos autores consideram um caráter teológico presente na obra de Schmidel. João Adolfo Hansen (1998) apresenta essa discussão, considerando que os elementos de descrição dos indígenas presentes na narrativa de Schmidel e de outros autores quinhentistas, buscavam trazer uma explicação para os questionamentos do período que se faziam a respeito dos indígenas em relação as suas concepções cristãs, como se eles possuíam ou não almas, ou se eram ou não humanos.

É necessário ler a obra *Viaje al Río de la Plata* com essas questões em mente, buscando construir uma interpretação crítica a respeito do que Schmidel relata em sua crônica³. Sendo assim, partiremos para a análise da obra, tendo como recorte os acontecimentos desde a chegada da expedição na região platina, até a fundação de Assunção, buscando, por fim concluir o que essas concepções podem nos indicar em relação a narrativa.

Paco Editorial. Nela, a crônica de Schmidel é traduzida pela primeira vez para o português e analisada pelos autores.

³ É válido ressaltar que nesse texto serão reproduzidos os etnônimos utilizados por Ulrich Schmidel em sua obra. Sendo assim alguns nomes de grupos indígenas podem não corresponder com os nomes dados atualmente, como no caso dos Guarani que são chamados por Schmidel de Cario.

O protagonismo indígena visto na obra de Ulrich Schmidel

A expedição de Mendoza chegou na região platina através do Rio Paraná em 1556 e, desde esse momento Schmidel faz descrições e apontamentos interessantes para a reflexão desse texto. O primeiro grupo encontrado por Mendoza foi o Charrúa, e Schmidel inicia descrevendo que eram em torno de 2000 mil membros e que esses indígenas não se vestiam, com exceção das mulheres que usavam roupas de algodão na parte inferior do corpo, além de descrever também sua dieta que era apenas de carne e pesca. Segundo o soldado germânico, esses indígenas não quiseram entrar em contato com os espanhóis, se retirando com todos os seus bens e obrigando os exploradores a seguir caminho em busca de outros povos (SCHMIDEL, 1903).

Partindo para o outro lado do Rio Paraná, Mendoza e seus homens chegaram à vivenda dos indígenas Carendie e levantaram ali um forte batizado de *Nuestra Señora de Buenos Ayre* (Buenos Aires). Schmidel relata que esses indígenas não possuíam habitação fixa, se alimentavam da caça e pesca e, às vezes, na escassez de água, bebiam sangue de animais ou comiam raízes. Os espanhóis receberam mantimento deles por aproximadamente 14 dias e o fim desse auxílio teria resultado em um conflito, pois os Carendie passaram a se recusar a ajudá-los (SCHMIDEL, 1903). Uma questão interessante nesse conflito é que Schmidel relata que os indígenas contavam com a ajuda de outros grupos étnicos, mostrando uma rede de relações entre os ameríndios da região que se uniam quando necessário para derrota de um inimigo comum. Não são mencionados quais grupos são esses, o que não deixa de evidenciar essa forma de relação indígena. Schmidel também relata a forma pela qual esses indígenas batalhavam, utilizando arcos e flechas, lanças e também bolas de pedra presas em uma corda longa que serviam para imobilizar as pernas do inimigo (SCHMIDEL, 1903).

Após o fim do conflito, os Carendie permaneceram se recusando a ajudar os espanhóis e, juntamente de membros de outros grupos étnicos, continuaram atacando o forte, o que resultou em uma grande fome em Buenos Aires (SCHMIDEL, 1903). Vendo que não haviam condições de se manter ali por muito tempo, Pedro de Mendoza passou a organizar diversas expedições para descobrir novas terras e novos povos que pudessem providenciar comida e mantimentos para os espanhóis (SCHMIDEL, 1903). Além disso, Mendoza precisava concluir seu objetivo de atingir a região da Serra da Prata e conquistá-la. Uma das expedições enviadas por Mendoza

foi a de Juan de Ayolas, seguindo pelo norte do Rio Paraná. Ayolas era um militar que atuava como ajudante de Mendoza e foi designado para encontrar alimento e “construir uma casa ou fortaleza que serviria de base para a conquista da Serra da Prata” (CARDOZO, 1996, p. 45).

Em certo momento, no ano de 1537, a expedição de Ayolas encontrou os indígenas Tiambu. Estes indígenas são descritos no documento como possuidores do costume de marcar seus corpos com tinta e se alimentar apenas de carne e pesca. Ao avistar esses indígenas, Schmidel relata que Zchera Wassú, líder deles, se aproximou pelo rio com diversos homens em inúmeras canoas para entrar em contato com os espanhóis, e recebeu de Ayolas diversas vestimentas como presente. Assim, Wassú decidiu se aliançar aos espanhóis, o que acarretou na fundação do porto de *Buena Esperanza* (SCHMIDEL, 1903). No entanto, acreditava-se que o Rio Paraguai era o caminho para a Serra da Prata, então Ayolas decidiu dar continuidade à expedição, seguindo em busca desse rio e de novos povos.

Em toda a crônica, Schmidel mostra uma busca espanhola por indígenas abastados que pudessem ajudar. Era necessário se aliançar a povos que pudessem os abastecer, ajudar com informações e compor a expedição. Sendo assim, em diversos momentos, são relatados encontros muito rápidos com alguns indígenas que não cumprissem essa expectativa. Como exemplo, pode-se citar os encontros com os indígenas Gulgaises, Chaná-Salvajes e Mepenes. Schmidel relata que esses indígenas eram “pobres” por não terem uma alimentação diversificada, por serem grupos menores, ou também por estarem distantes da rota desejada (SCHMIDEL, 1903). Diversos motivos os faziam passar poucos dias (ou nenhum) com indígenas que não os pudessem ajudar. Por isso, todas as descrições de Schmidel ao encontrar algum grupo indígena, denotam a busca de qualquer característica que pudesse servir de ajuda para os espanhóis, como o número populacional do grupo, sua dieta e recursos alimentares, seus costumes e conhecimento da região.

É válido dizer que é notória nos discursos de Schmidel uma tentativa de reconhecer uma condição de humanidade nos indígenas ou não. Sobretudo, esse reconhecimento vinha através de como o encontro com esses grupos se desenrolava. As descrições eram feitas positivamente, caso os indígenas em questão fornecessem ajuda aos espanhóis, ou negativamente, nos casos contrários. Nota-se também que nos casos de relatos positivos, há uma tentativa de Schmidel em estabelecer aproximações entre os indígenas e o mundo europeu, como no caso dos Carendie

que inicialmente são comparados aos ciganos espanhóis, mas logo em seguida são considerados traidores por não os ajudarem mais (SCHMIDEL, 1903). Essas comparações eram feitas como ferramenta para o reconhecimento da humanidade indígena ou não.

Ao chegar no Rio Paraguai, os espanhóis passam rapidamente por outros grupos, devido às circunstâncias acima mencionadas, e também encontraram os Cario, primeiro povo Guarani relatado na obra. O que mais chamou a atenção de Schmidel e seus companheiros foi a fartura deste povo. O autor dá graças a Deus pela riqueza em “trigo, milho, batata doce” e outros vegetais, além de “peixes e carne, veados e porcos selvagens, avestruzes, galinhas e gansos, mel e algodão” (SCHMIDEL, 1903, p. 138). Inicialmente esses indígenas não quiseram receber a expedição de Mendoza, fizeram armadilhas na terra, cavando trincheiras e as escondendo com folhas e madeira para que os espanhóis caíssem nelas. Os cristãos buscaram inicialmente fazer um acordo de paz, visto as vantagens que uma aliança poderia trazer, mas eles somente se aliançaram aos espanhóis após serem derrotados em um confronto de aproximadamente três dias. Foram entregues duas mulheres para cada soldado, seis para Juan de Ayolas, comida, animais e tudo mais que precisavam, como símbolo da aliança (SCHMIDEL, 1903). Após o pacto, Ayolas fundou em 15 de agosto de 1537 a Casa Forte de *Nuestra Señora de la Asunción* (Assunção).

Os espanhóis permaneceram na aldeia dos Cario por cerca de seis meses e, ao ouvir sobre outros povos, Ayolas decidiu continuar a expedição em direção à Serra da Prata. Encontraram o povo chamado Payaguá, que alegaram conhecer a travessia que Aleixo Garcia teria feito e contaram novos relatos sobre as riquezas do reino que eles procuravam (SCHMIDEL, 1903). Então Ayolas decidiu dividir a expedição em dois grupos, um iria com ele e mais aproximadamente 300 payaguás em busca da Serra da Prata e o outro, liderado por Domingo Martínez de Irala – então secretário do governador, nomeado como lugar-tenente por Ayolas caso algo acontecesse nessa nova expedição – permaneceria à espera em um porto próximo da vivenda dos Cario. Caso Ayolas não voltasse em quatro meses, Irala deveria retornar às terras dos Cario. Na expedição com os Payaguá, Ayolas e todos seus homens foram mortos por eles e pelos Naperru em uma emboscada, enquanto estavam no Chaco. É interessante ressaltar que nesse momento de sua narrativa, Schmidel comparou esses indígenas a “cães raivosos” (SCHMIDEL, 1903, p. 150), exemplificando novamente essa

dicotomia em suas descrições sobre os indígenas, desumanizando os indígenas que não os ajudaram, ou o contrário.

Neste momento, Pedro de Mendoza também havia falecido devido complicações de sífilis, sendo assim, era necessário que um novo governador fosse escolhido. Domingo Martinez de Irala, portanto, foi escolhido entre os espanhóis e, após sua eleição, foi decidido que as pessoas que ficaram em Buenos Aires precisariam ser transferidas para Assunção. Era mais vantajoso para os espanhóis ficar próximo aos Cario, segundo autores como Efraim Cardozo, pois entre todos os lugares descobertos da região rioplatense, não haveria lugar mais adequado para uma fundação permanente que este, em função da “condição militar e agrícola dos Guarani e as características topográficas do lugar que garantiam a eficácia estratégica a uma sede espanhola” (CARDOZO, 1996, p. 48).

O autor afirma que, quando os espanhóis se aliançaram aos Cario, os líderes indígenas insistiram na permanência dos espanhóis, erguendo uma casa de pedra, terra e madeira para eles e fazendo com que Juan de Ayolas promettesse que eles se estabeleceriam ali (CARDOZO, 1996). O autor utiliza essa insistência para construir o pensamento de que não haveria melhor lugar na região para os espanhóis se estabelecerem, devido as vantagens relatadas por Schmidel. No entanto, pode-se inverter o olhar dessa interpretação e mostrar que, caso essa insistência tenha acontecido, a agência indígena nesse processo pode ser evidenciada. Mais importante do que para os espanhóis, a aliança hispano-guarani representava a esses indígenas inúmeras vantagens. Segundo Susnik (1979), os Cario viviam em uma disputa territorial com os Agaze, Payaguá, Guaicurú e outros povos, e compreenderam que “os novos homens” poderiam ser facilmente integrados em seu grupo e se tornar bons aliados. A aliança com estes europeus poderia significar a possibilidade de uma definitiva hegemonia Guarani sobre seus rivais, possibilitando o domínio de seus territórios. Além da possibilidade de conseguir, através dos presentes trocados, “os cobiçados artigos estrangeiros, tais como as armas de fogo, produtos de ferro, espelhos e bugigangas” (MONTEIRO, 1992, p. 483).

Esses e outros aspectos da relação entre espanhóis e indígenas Guarani são objetos de estudo na minha pesquisa. Como visto em forma de exercício nesse texto, pretendo estudar a relação hispano-guarani, a fim de evidenciar a agência indígena e sua importância para a fundação e consolidação de Assunção.

Considerações finais

Há elementos na narrativa de Schmidel que evidenciam a agência indígena e a dependência espanhola. Muito mais do que coadjuvantes, agentes secundários ou apoiadores dos espanhóis, os indígenas possuíam um papel crucial, exercendo influência direta nas ações tomadas pelos europeus, a partir de como esses ameríndios respondiam à presença dos invasores na região. Portanto, pode-se dizer que esses indígenas foram agentes fundamentais para esse processo, garantindo ou não o sucesso das fundações espanholas na região, além da sobrevivência dos europeus. A partir dos diversos exemplos vistos em toda a narrativa, como a grande fome vivida em Buenos Aires após o cessar da ajuda dos Carendie, que se disponibilizaram em ajudar os espanhóis enquanto era conveniente para eles, ou com a longa busca por ajuda indígena, pode-se dizer que os objetivos dos exploradores somente poderiam ser alcançados por intermédio dos indígenas. Isso mostra a relevância desses ameríndios para o processo denominado como “Conquista” da América, evidenciando que os espanhóis inicialmente permaneciam na região somente por vontade dos indígenas que auxiliavam os exploradores de acordo com os seus próprios interesses, com seus conhecimentos e abastecimento, agindo em troca de benefícios.

Apesar das descrições presentes na obra de Ulrich Schmidel, é necessário levar em consideração os aspectos de sua subjetividade, como apontado anteriormente. Os equívocos na descrição de datas, nomes e locais, apontam para uma narrativa com “furos”. No entanto, em comparação com outras fontes quinhentistas e também posteriores, há a descrição dos mesmos eventos apontados por Schmidel. O que indica a possibilidade de analisar essa fonte em comparação com outras do mesmo período, o que eu busco fazer em minha pesquisa.

Em relação ao caráter etnográfico e antropológico ou teológico da fonte, é possível levar as duas reflexões em consideração. A obra de Schmidel pode ser uma ferramenta para o entendimento da visão europeia desse período acerca dos indígenas e do Novo Mundo. As intenções carregadas pelas descrições de comprovar ou não a humanidade desses indígenas, nos ajudam a entender esse debate recorrente na mentalidade europeia do século XVI. Sendo assim, a crônica de Ulrich Schmidel é uma importante fonte para a compreensão não somente dos acontecimentos nesse período, como também do contexto em que esses europeus

estavam inseridos, independente de qual venha a ser o seu caráter. Também como, se analisada atenta e criticamente, para o estudo dos diferentes grupos étnicos que habitavam a região durante esse período.

Tendo esses elementos em mente, pode-se dizer que, apesar de seus aspectos de subjetividade, essa é uma fonte importantíssima para a realização da pesquisa. Por Schmidel evidenciar em sua narrativa a importância dos indígenas para o processo da “Conquista”, a sua crônica se torna uma significativa ferramenta para esse estudo que, juntamente de outras fontes, pode resultar em uma relevante compreensão do período e da complexa relação entre espanhóis e indígenas Guarani no Paraguai colonial.

Fonte

SCHMIDEL, U. **Viaje al Rio de La Plata**. Buenos Aires: CABAUT Y CIA. Editores, 1903.

Bibliografia

BELLOTO, M. L.; FERNÁNDEZ, L. S.; SALMORA, M. L; et al. **Historia general de España y América**: El descubrimiento y la fundación de los reinos ultramarinos hasta fines del siglo XVI. Madrid: Rialp, D.L. 1982.

CARDOZO, E. **Historiografía Paraguaya** – I Paraguay indígena, español y jesuita. Cidade do México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1959.

CARDOZO, E. **Paraguay de la conquista**. Asunción: Editorial El Lector, 1996.

DOMÍNGUEZ, M. **El Alma de la Raza**. Buenos Aires: Editorial Ayacucho, s/d.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso**: o Novo Mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

HANSEN, J. A. A servidão natural do selvagem e a guerra justa contra o bárbaro. In: HOLANDA, S. B. **Visão do paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

KALIL, L. G. A. **A conquista do Prata**: análise da crônica de Ulrico Schmidl. Dissertação (Dissertação em História) – UNICAMP. Campinas, 2008.

KUPCHIK, C. **La Leyenda de El Dorado y otros mitos del descubrimiento de América**. Madrid: Ediciones Nowtilus, 2008.

MONTEIRO, J. M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: Cunha, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992.

NOVAES, A. **A descoberta do Homem e do Mundo**. São Paulo: Minc/Funarte; Companhia das Letras, 1998.

SOARES, O. **O andarilho das Américas: Cabeza de Vaca**. 2.ed. Editora UEPG, 2001.

SOUZA, L. M. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SUSNIK, B. **Los aborígenes del Paraguay**. Asunción: Museu Etnográfico Andrés Barbero. 1979.

Atitudes frente à morte: religião e sociabilidades na colônia paulista (1592 – 1639).¹

Attitudes in face of death: religion and sociabilities in São Paulo colony
(1592 – 1639).

Victor Mauric²

Resumo: Os inventários e testamentos são fontes amplamente utilizadas nos estudos sobre a sociedade colonial brasileira. No contexto paulista, o trabalho pioneiro de Alcântara Machado, *Morte e vida bandeirante*, abriu portas para que outros historiadores se aventurassem por estas fontes. O presente artigo lança luz aos documentos ressaltando o caráter religioso e soteriológico da escrita testamentária, atentando para as redes de sociabilidade produzidas e reproduzidas pelas atitudes frente à morte na América portuguesa seiscentista. Para tanto, optamos por uma análise serial dos inventários abertos entre 1592 e 1639 a partir da qual mapeamos os legados deixados em cláusulas pias e aqueles deixados para os herdeiros. Ainda, a análise da estética testamentária foi fundamental para apontar diferenças entre as heranças e as caridades.

Palavras-chave: São Paulo seiscentista; inventários e testamentos; ritos fúnebres.

Abstract: The inventories and wills were widely used in studies about Brazilian colonial society. About São Paulo, Alcântara Machado's pioneering work, *Morte e vida bandeirante*, opened doors for other historians to venture into these sources. This paper focus on the religious and soteriological characteristics presented by the testamentary writing, paying attention to the sociability networks produced and reproduced by the attitudes towards death. Therefore, we opted for a serial analysis of the inventories opened between 1592 and 1639 from which we map the legacies left in pious clauses and those left to the heirs. Still, the analysis of testamentary aesthetics was fundamental to point out differences between inheritances and charities.

Keywords: XVIIth century São Paulo; inventories and wills; funerary rites.

A prática testamentária

Ao que tudo indica, no século XVII o ato de testar era uma prática bastante consolidada no Ocidente cristão. Como nos mostra Philippe Ariès (2014: p.212), já no século XII a Igreja Católica impôs aos fiéis o encargo de redigir testamentos antes de morrer. Estes documentos consistiam na transcrição das últimas vontades do

¹ Trabalho apresentado ao Programa Unificado de Bolsas (PUB-USP) 2019-2020 da Universidade de São Paulo sob orientação do professor dr. Carlos de Almeida Prado Bacellar.

² Graduando do curso de História na Universidade de São Paulo (USP).

indivíduo³, que deveria prestar contas sobre suas atitudes em vida para garantir a salvação de sua alma.

Esta prática não tardou a chegar nas colônias portuguesas. Fruto da característica bifrontal da expansão europeia⁴, apontada por Laura de Melo e Souza (1999), as práticas religiosas herdadas da metrópole foram fundamentais para o estabelecimento das colônias: “propagava-se a fé, mas colonizava-se também” (MELO E SOUZA, 1999: p.33). Alcântara Machado (2006), em seu trabalho pioneiro realizado com os testamentos paulistas seiscentistas ressalta o caráter religioso do documento. Mesmo que de forma idealizada, o autor reconhece a força da devoção ao cristianismo que norteia os escritos.

O testamento funcionava como uma espécie de confissão derradeira antes da passagem para o além-túmulo. Nele, o indivíduo tinha como objetivo buscar o perdão a partir do reconhecimento de seus pecados (MATHIAS, 2015: p.164), como mandavam os dogmas da igreja católica. No processo, o indivíduo deveria ainda organizar as cerimônias de seu funeral e a distribuição de seus bens entre a igreja e os familiares.

Muitos outros historiadores⁵, ao estudarem os testamentos, apreenderam o grande teor religioso que eles possuíam. O que predomina, também nos documentos aqui citados, é a preocupação do indivíduo em organizar missas, solicitar acompanhamentos às confrarias durante o funeral e pedir intercessões de santos. Entretanto, a transmissão dos bens aos familiares, bem como a outras pessoas sem parentesco direto, ocupa um papel importante nos materiais trabalhados. As duas esferas são complementares para entendermos as dinâmicas sociais da Vila de São Paulo seiscentista no que tange suas atitudes frente à morte e suas estratégias de transmissão de bens pelos testamentos.

Na sociedade paulista do século XVII, embora possamos perceber uma grande preocupação em respeitar este ritual, uma quantidade considerável de inventários foi encontrada sem testamentos. Dos 169 documentos catalogados, correspondentes ao período entre 1592 e 1639 da Vila de São Paulo, 46 (27,2%) não os apresentaram em

³ Grande parte dos testamentos não eram escritos pelos donos dos inventários. Eles poderiam ser redigidos por um clérigo, um tabelião ou uma pessoa de confiança (RODRIGUES e SILVA, 2012: p.4).

⁴ A bifrontalidade da expansão colonial se expressa em seu caráter temporal, marcado pela conquista de territórios, e em seu caráter espiritual, a partir da expansão da fé católica nas novas terras. (MELO E SOUZA, 1999: p.32).

⁵ Historiadores como Cláudia Rodrigues (2005, 2012), Karina Ferreira (2020) e Tânia Maria de Santana (2016) vêm abordando a temática da religiosidade presente nos testamentos.

anexo. Entretanto, é impossível ignorar o fato de que a maioria traz o documento expressando as últimas vontades do defunto. Assim, podemos considerar que naquela sociedade a prática testamentária compunha um elemento importante na forma de conceber a morte.

Estudar a religiosidade da América portuguesa é um esforço necessário para compreender as dinâmicas sociais daquele período e os testamentos são fontes importantes para tal empreitada. Além de nos oferecerem vestígios sobre a organização familiar, estratégias de transmissão de bens e crenças religiosas, estes documentos permitem ao historiador observá-los a partir de dois polos distintos: o quantitativo e o qualitativo. Segundo Vovelle (1991), uma história a respeito da morte deve utilizar as duas esferas de forma complementar a fim de entender a mentalidade de uma sociedade.

Um testamento, para o autor, é uma “relação entre expressões exteriores e segredos interiores” (VOVELLE, 1991: p.137), assim a interpretação destes documentos deve operar nestes dois sentidos: identificar os mecanismos oficiais de composição dos testamentos e decifrar seus silêncios, ou seja, a dimensão subjetiva por trás dos últimos desejos. O historiador pode se apropriar destas fontes para compreender o funcionamento do imaginário coletivo da São Paulo seiscentista, analisando-as de forma serial e atentando para suas estratégias de composição.

O debate historiográfico envolvendo inventários e testamentos

Mesmo que a chave religiosa tenha sido importante para abordar estas fontes, outras linhas de pesquisa lançam luz a questões que podem ser esclarecidas pelos testamentos e inventários. Historiadores preocupados em abordar organização familiar brasileira debruçaram-se sobre estes documentos exaustivamente levando em conta tanto aspectos culturais quanto econômicos e sociais.

O período entre as décadas de 1920 e 1940, segundo Eni de Mesquita Samara (1997) lançou matrizes ideológicas acerca da natureza, estrutura, importância, função e conceito da família brasileira. Obras clássicas como *Vida e Morte Bandeirante*, de Alcântara Machado (2006), e *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2013)

compõem o quadro de estudos que pautaram um dos grandes paradigmas da historiografia nacional⁶: o patriarcalismo.

Sobrevivendo a muitas revisões críticas, tal paradigma veio a ser mais questionado com a retomada da família enquanto objeto de análise na década de 70. Grande parte das novas abordagens estavam profundamente vinculadas à demografia histórica, responsável por elaborar novas reflexões a respeito das estruturas sociais e familiares do período colonial brasileiro. Vale ressaltar trabalhos como de Maria Luiza Marcílio, que além de discutir a composição demográfica da cidade de São Paulo ainda contribuiu com estudos sobre categorias sociais específicas, como as crianças abandonadas na cidade⁷.

Segundo Eni de Mesquita Samara, as décadas de 80 e 90 consolidaram a visão da multiplicidade de estruturas familiares na América Portuguesa. A problematização do modelo patriarcal foi questionada a partir de diversos aspectos. Carlos de Almeida Prado Bacellar (1991), por exemplo, analisou a migração dos filhos dos senhores para o Oeste Paulista e a relação deste fenômeno com a herança de grandes fortunas⁸. Contemporaneamente, outros autores abordaram o patriarcalismo como “modelo ideológico” (SAMARA, 1997, p.11), entendendo a organização patriarcal como uma superestrutura que organizou a formação da sociedade brasileira.

A rica produção acerca do tema no século XX ainda é acompanhada por outras correntes analíticas. O estudo da cultura material, impulsionado pelos paradigmas da “nova história francesa”⁹(MORAES, 2019: p.50), trouxe contribuições significativas no tocante à sociabilidade colonial brasileira. Nestes estudos a cultura material aparece como uma tentativa de “eleger características materiais dos artefatos como mediadores de relações humanas e conformadores de práticas sociais” (BORREGO, 2016: p.99).

⁶ O paradigma historiográfico estabelecido pela literatura clássica da primeira metade do século XX consolidou a imagem da família brasileira como “vasta parentela que possuía fins comuns” (SAMARA, 1997, p.8), que continuou em vigor mesmo com a crítica produzida pelos historiadores das décadas de 50 e 60.

⁷ Ver respectivamente “A cidade de São Paulo: povoamento e população” (MARCÍLIO, 2014) e “História social da criança abandonada” (MARCÍLIO, 2006).

⁸ Neste artigo Bacellar (1991) questiona a ideia de que os genros herdavam a fortuna enquanto os filhos mais velhos eram obrigados a migrar. De maneira contrária, conclui que as heranças deixadas aos filhos eram maiores do que às deixadas para suas irmãs.

⁹ Foi uma corrente historiográfica surgida a partir da terceira geração da escola dos Annales. Seus principais expoentes foram Jacques Le Goff e Pierre Nora, responsáveis por aumentar consideravelmente o leque de objetos históricos (BURKE, 2003). Vale ressaltar a importância da obra de Fernand Braudel (2005), que influenciou profundamente estes trabalhos.

Maria Aparecida Borrego (2010;2016) estudou o mobiliário inventariado pelos comerciantes paulistas do século XVIII. Sensível às transformações observadas, Borrego foi capaz de delimitar a relação entre os móveis que adornavam as residências daquele grupo e as novas formas de interação social no Brasil setecentista¹⁰.

A vestimenta também teve seu lugar em meio às discussões sobre a América Portuguesa. Juliana Moraes (2019: p.48) ressalta que os inventários e testamentos ocupam papel central nos estudos acerca da moda colonial. A análise serial destas fontes revela dados sobre a circulação dos objetos na América portuguesa¹¹, apontando para uma necessidade de compreender cada objeto em meio aos grupos sociais que os detém.

Os estudos sobre a vestimenta colonial muito têm a oferecer para uma melhor compreensão das práticas sociais nas colônias portuguesas. Não só no que se refere à cultura material, mas no que tange à religiosidade e as estruturas familiares, a historiografia muito explorou os inventários e testamentos a fim de elucidar indagações sobre a organização social do período. Em relação às três primeiras décadas do século XVII, os testamentos fornecem informações privilegiadas àquele que se dispõe a estudar o início da colonização portuguesa em São Paulo. Segundo Vovelle (1983) os âmbitos familiar, religiosa e material estão intimamente ligados quando tratamos de uma história da morte, algo que não se pode desligar da prática testamentária.

Enquanto componente fundamental dos ritos fúnebres, a redação dos últimos desejos evidencia uma intersecção entre estes temas. Torna-se necessária atenção tanto aos elementos estruturais do texto, como a estética e técnicas de composição, quanto ao conteúdo, como objetos deixados em legados, cláusulas pias e pessoas beneficiadas pelas doações. Assim, une-se a necessidade de uma análise individual de cada documento à análise serial dos conteúdos.

¹⁰ Borrego (2016) interpretou a entrada de novos móveis (cadeiras adornadas, buffets, mesas) como indícios de uma socialização cada vez mais interiorizada nos espaços privados. Anteriormente, o espaço público era o grande locus da socialização, passando a dividi-lo com os interiores domésticos.

¹¹Moraes (2019: p.51) afirma que a abordagem acerca da confecção, do material e das dinâmicas de comércio evidenciam conexões espaciais entre as diferentes colônias portuguesas entre os séculos XVII e XIX.

Uma estética testamentária

É inevitável perceber uma semelhança estética entre os testamentos estudados. Ariès (2014) nos mostra como a arte poética nos séculos XIV e XV retomou o testamento romano para “expressar seus sentimentos diante da vida breve e da morte certa” (ARIÈS, 2014, p. 263). Os poetas medievais teriam conservado o molde tradicional dos tabeliões, evidenciando que aqueles documentos eram dotados de técnicas e estéticas peculiares. De fato, os testamentos paulistas do século XVII são bastante próximos da linguagem daquelas poesias¹². Embora Ariès tenha exagerado quanto à suposta sinceridade daqueles clamores diante da morte, os escritos são carregados por uma linguagem dramática e soteriológica.

A imagem do moribundo em seu leito de morte é fundamental para compreendermos a estética do sofrimento. Invariavelmente, os documentos obedecem a determinado padrão em suas primeiras linhas¹³. Logo após a datação, o testador se preocupa em narrar as condições nas quais se encontra. Primeiro, legitima sua condição enquanto testador garantindo que se encontra em plenas faculdades mentais para redigir o testamento¹⁴, depois se coloca em posição de sofrimento frente a doença dada por Deus.

O dramático sofrimento daquele que está prestes a deixar a vida terrena, na concepção do catolicismo, era importante para a salvação de sua alma. Luiz Mott (2018), ao estudar a religiosidade da América portuguesa, atenta para a existência de um documento de 1573 escrito pelo arcebispo da Índia d. Gaspar de Leão. O objetivo do texto era ensinar os fiéis a atingirem a oração perfeita. No quarto item, atenta-se para a necessidade de “orar com atenção e fervor, como Jesus que chorou e suou sangue” (MOTT, 2018: p.134).

Os dois elementos fundamentais citados no excerto, a oração e o sofrimento de Jesus, estão presentes de forma maciça nos documentos. Os redatores dos testamentos paulistas, ao se colocarem como moribundos “doentes da doença que Deus lhes deu” parecem entender aquele sofrimento do qual padecem como uma

¹² Ariès as define como “poemas pessoais e diretos que expressavam uma imagem da morte regada a nostalgias, emoções antigas, saudades e esperanças” (ARIÈS, 2014, p. 263).

¹³ Todos os 123 testamentos aqui estudados apresentam uma lógica de redação, seguindo um padrão principalmente na parte inicial. Existiam manuais no século XVII que ensinavam a arte testamentária para aqueles interessados, o que contribuía para sua padronização (DILMANN e RODRIGUES, 2013: p.2).

¹⁴ Algumas condições poderiam impedir o indivíduo de redigir um testamento, entre elas a loucura (RODRIGUES e SILVA, 2012: p.5).

bênção redentora. Ainda, segundo Luís Palacin (1981), a penitência fazia parte do cotidiano na América portuguesa.

A imagem de Jesus evocada a partir do sofrimento do moribundo é carregada de simbolismos que remetem ao poder metropolitano e colonizador. Laura de Melo e Souza (1999: p.114) afirma que a imagem da cruz no contexto colonial brasileiro remete não ao pobre, mas à aristocracia branca que morre e sofre como um herói nas novas terras. A crença ambígua¹⁵ da colônia como um local tomado pelo pecado e, ao mesmo tempo, uma espécie de Purgatório terreno reforça esta ideia.

Assim, a penitência dita o rumo do texto à medida em que o testamento toma caráter explicitamente confessional. Não à toa, o sacramento que rege a confissão recebe o nome de Sacramento da Penitência¹⁶. Nesta condição, o indivíduo acreditava chegar mais próximo de salvar sua alma quando deixasse a vida terrena, momento em que seria julgado por seus pecados.

Por outro lado, os testamentos não adotam a mesma lógica das confissões feitas nas igrejas. Não há uma listagem dos pecados dos quais a pessoa espera ser absolvida. Na realidade, o que se constata nas partes que seguem o texto é uma tentativa de salvação da alma através da disposição dos bens terrenos. As doações feitas nos testamentos, seja para pessoas físicas ou para as igrejas, obedeciam a uma lógica confessional pautada nos dogmas católicos.

Com ajuda dos dados levantados¹⁷, conseguimos mapear as doações feitas nos testamentos para entender quais os alvos de lembrança no derradeiro momento de salvação da alma. Das 1.183 doações catalogadas, 816 (68,9%) foram destinadas à igreja enquanto 367 (31,1%) foram destinadas a pessoas próximas. Embora não leve em conta o valor das doações, o significativo número de bens destinados às pessoas não ligadas ao corpo eclesiástico atesta para uma grande importância desta prática no processo de salvação da alma.

Tania Maria de Santana (2016) aponta para a influência dos princípios do milagre e das obras de misericórdia na redação dos testamentos de Cachoeira no século XVIII. Esta característica privilegia uma abordagem voltada para a religiosidade

¹⁵ A posição ambígua coloca as terras brasileiras entre um Paraíso Terreno e um local tomado pelo pecado. Laura de Melo e Souza (1999: p.145) aponta como esta ideia é construída a partir de uma falta de consenso entre os próprios teólogos da época a respeito do assunto.

¹⁶ O nome aparece em trecho transcrito das leis canônicas coloniais no texto de Luiz Mott (2018, p.167).

¹⁷ No decorrer da pesquisa, os dados extraídos dos testamentos foram organizados em tabelas para facilitar a análise serial. As doações foram alocadas em duas colunas, a primeira se refere às cláusulas pias e a segunda aos bens deixados aos herdeiros.

no que tange ambos os tipos de doações presentes nos testamentos. Os textos *ars morendi*, gênero literário devocional, tinham como objetivo preparar os fiéis para a “boa morte” insistindo na importância dos sacramentos nos momentos finais da vida.

A conduta piedosa¹⁸, estabelecida como elemento fundamental para a redenção da alma durante o Concílio de Trento, ainda no século XVI, estava intrinsecamente relacionada à caridade. Nas palavras de Tania Maria “os conceitos cristãos de culpa, perdão, caridade e salvação organizaram a estrutura social da colônia” (SANTANA, 2016: p.22). Percebemos então que estes valores extrapolam os limites da redação testamentária e influenciam a organização social da América Portuguesa. As doações, tanto em nome das igrejas e confrarias quanto em nome de familiares, ligam-se às questões da sociabilidade colonial.

Ainda assim, não podemos negar a maioria numérica dos bens deixados em cláusula pia. Em geral, estavam ligados a pedidos de orações, especificações do sepultamento e ofícios a serem realizados em homenagem ao morto. Junto com o sofrimento cristão e os bens transmitidos aos familiares, os legados deixados em testamento para as igrejas eram importantes para limpar a consciência do indivíduo à beira da morte.

Legados em cláusulas pias

Retomando a frase de d. Gaspar de Leão citada anteriormente, além da penitência e do sofrimento espelhados na Paixão de Cristo, a oração seria o outro polo essencial para salvar a alma após a morte. Não à toa, os 123 testamentos aqui utilizados apresentam um total de 381 pedidos de missas. Estes pedidos variam nos documentos entre 1 e 50 missas¹⁹, o que aumenta significativamente a quantidade das celebrações póstumas feitas, geralmente, em homenagem aos santos.

As missas, no entanto, não eram a única preocupação dos indivíduos que se preparavam para deixar a vida terrena. Existia uma grande preocupação quanto ao lugar onde o corpo seria sepultado e quem o acompanharia durante o rito funerário. Dos testamentos, apenas 23 (18%) não especificam o local onde gostariam que o

¹⁸ Desde as teologias de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino a conduta piedosa acompanhou a ideia de caridade. Na América Portuguesa, podemos perceber a entrada destas ideias nos próprios sermões de Antônio Vieira (SANTANA, 2016: p.235).

¹⁹ No testamento Manuel Fernandes Sardinha deixa 50 missas ao santo que sua esposa escolher (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Vol. VIII, 1920).

corpo fosse enterrado. Além disso, os acompanhamentos solicitados às confrarias e aos padres vigários locais compõem parte significativa dos pedidos.

Naturalmente, existia um grande interesse do corpo eclesiástico nestas práticas. As missas, os sepultamentos e acompanhamentos vinham seguidos de doações feitas em nome da igreja. Como citado anteriormente, 68,9% das doações catalogadas correspondiam a esta finalidade. Isto contribuiu para a configuração de uma “economia da morte”²⁰ na América portuguesa. Através dela, a igreja garantia grande parte de seus rendimentos.

No entanto, seria equivocado limitar o interesse da igreja nas doações e o interesse dos testadores em realizá-las a um simples aumento de renda. Mauss (2003), seguindo a tradição da sociologia de Lévi-Strauss, entende que em algumas sociedades existem mecanismos de troca trespassados por um caráter mágico²¹ que estabelece relações bastante complexas entre o indivíduo que dá e aquele que recebe. Segundo ele, nestas sociedades a circulação de bens é regida, sobretudo, pelas obrigações fundamentais de dar, receber e devolver.

Eliana Magnani (2003) observou como a cristandade medieval estava povoada pela figura dos doadores. A maior e talvez mais relevante delas fosse o próprio Deus: aquele que tudo criou e tudo deu ao homem, que por consequência assume uma dívida indelével com o Criador. Deus, no entanto, dá ao homem a possibilidade de fazer o certo com seus bens. Para tanto, o indivíduo deveria se aproximar de Deus, imitando seu caráter donatário.

Assim, entendemos como o testamento se insere na ordem colonial: uma última chance do homem se aproximar do caráter benevolente de Deus. A morte como dádiva caracterizada pela frase habitual que abre os documentos, “doente da doença que Deus me deu”, é vista pelos redatores como uma última chance de se salvarem da danação eterna. Não à toa, a organização dos bens adquiridos em vida era fundamental para a salvação da alma, como coloca Ariès (2014: p.253).

O alvo destas doações também é significativo: pessoas pobres e miseráveis²², santos e o clero aparecem como os principais intermediários da igreja católica

²⁰ Lelio Luiz de Oliveira (2017) levantou dados relevantes acerca do grande fluxo de bens destinados às cláusulas pias em testamentos, responsável por garantir parte considerável dos rendimentos da instituição no período.

²¹ O conceito de magia é fonte para diversos debates entre os cientistas sociais, entretanto, de forma resumida, Mauss entende magia como um “fenômeno social manifesto num conjunto de forças que agem sobre a sociedade como na religião” (2003: p. 126).

²² Nesta categoria, Magnani (2003) coloca cativos, doentes, viúvas e órfãos.

medieval (MAGNANI, 2003). Eles recebem os dons em nome de Deus e, em contrapartida, contribuem para a salvação do doador. Nos documentos aqui estudados estes personagens aparecem frequentemente como alvos de doações, tanto de bens como de missas.

Assim, a igreja centrava uma rede interligada pelo ideal da salvação que orientava a vida cotidiana das comunidades. Segundo Tania (2016), a integração na vida social da colônia dependia da participação do indivíduo nestas redes de caridade, seja no papel daquele por quem se ora ou daquele que ora pelo morto nos ritos funerários. A partir deste mecanismo social, transformavam-se os bens materiais em salvação espiritual, tendo na fraternidade o elo moral que sustentava as regras preestabelecidas.

A pompa fúnebre²³ organizava verdadeiros espetáculos em torno da morte de certos indivíduos. Ocupando o espaço público com as diversas comemorações, os rituais funerários refletiam paradoxos sociais. Portanto, além das preocupações existentes com a salvação da alma, os legados pios convertidos em missas e outras celebrações serviam ao propósito de manutenção do poder e do *status quo* dominado pelo seletivo grupo de testadores no século XVII.

A hierarquização presente no momento da morte garantida pelas vontades testamentárias servia como paradigma de organização social para os vivos. Os ritos funerários funcionavam como um apelo coletivo à memória do morto cujos cuidados representavam “um grande esforço mnemônico no qual o morto ainda era presente” (FERREIRA, 2020: p.189). Desta forma, estavam inseridas nas redes de salvação e sociabilidade não só os vivos, mas também os mortos.

A proposta de uma ligação entre os vivos e os mortos pressupõe a participação de um outro elemento religioso: os santos. As devoções a santos específicos, intercessores divinos em prol da alma dos que partiam, faziam esta ligação entre o plano terreno e o espiritual, além de mostrar uma característica bastante intimista com o celestial na religiosidade colonial.

No contexto das doações, os santos escolhidos para interceder pelas almas também são importantes para entendermos as dinâmicas da sociedade paulista. Sendo um dos intermediários entre o homem e Deus, os santos eram meticulosamente escolhidos pelos testadores. Algumas formas de homenagear os

²³ A pompa fúnebre envolvia o cortejo do morto, as missas, os ofícios, o sepultamento e todos os elementos que acompanhavam o morto até o local de descanso final (ARAÚJO, 2009: p.94).

santos aparecem nos documentos, como doações a suas respectivas confrarias ou igrejas e homenagens nas missas dedicadas a seus nomes, pedidos por intercessão divina também aparecem com frequência.

A partir da análise serial, podemos observar que das 816 doações realizadas às cláusulas pias, 682 (83,5%) foram destinadas a homenagens aos santos²⁴. Além de conferir uma grande importância a estes personagens religiosos no cotidiano da colônia paulista, os dados atestam para a importância das confrarias e igrejas como locais de socialização dos indivíduos. Socialização que, por sua vez, está completamente imersa no universo das dádivas relativas à salvação da alma.

Além de aparecer como um dos maiores alvos de lembrança, as missas a Jesus sempre retomam o sofrimento como mote principal. Elas aparecem divididas em três tipos: em honra das cinco chagas, em nome da Paixão de Cristo ou simplesmente à honra de Jesus. Os valores de “honra” e “sofrimento” estão imbricados no imaginário cristão como uma relação de causa e consequência. Neste contexto, além de uma dádiva de Deus para redenção, a doença e a morte são colocadas como uma forma de retribuir o sofrimento de Cristo, que na crença católica sofre para salvar o homem de seus pecados.

As doações feitas para estas instituições eram convertidas em orações pela alma do defunto. Assim, o doador acreditava estar diminuindo sua estadia no Purgatório através da oração daqueles que também eram devotos ao santo homenageado. As condições materiais da colônia eram propícias para aumentar ainda mais a procura por estes lugares de oração. Laura de Mello e Souza (1999), em seu estudo sobre as formas de religiosidade popular na América portuguesa, aponta para as dificuldades materiais como uma das causas de propagação dos elementos religiosos. É neste contexto, também, que as confrarias ganham espaço.

Podemos perceber que as confrarias que possuem maior influência em serviços como ofícios póstumos, sepultamentos e acompanhamentos são de Nossa Senhora do Carmo e da Santa Misericórdia, respectivamente 128 (18,7%) e 104 (15,3%) homenagens. Assim, estas instituições configuravam um espaço importante de trocas simbólicas e de participação pública, tornando-as fundamentais para afirmar posições sociais e garantir hierarquias preestabelecidas. Segundo Regina Mendes de

²⁴ As missas foram contabilizadas em pedidos, não em quantidade de missas. As informações faltantes no documento por conta do estado de conservação e a própria falta de especificidade quanto ao número de missas em alguns pedidos poderiam comprometer os dados referentes ao número de missas.

Araújo (2009), a participação nas irmandades era essencial para identificar os indivíduos nos núcleos urbanos. Pensando a realidade seiscentista percebemos que estas organizações também compunham parte importante do universo social do período, servindo a propósitos semelhantes.

Percebe-se que as relações de dádiva no contexto do testamento não são plásticas. Os diversos personagens apresentados aparecem ora como doadores, ora como receptores. Este intercâmbio de funções torna as relações aqui trabalhadas muito mais complexas do que simples trocas, como demonstra Magnani (2003). Enquanto elemento da dinâmica social, as dádivas que permeiam o universo da religiosidade também possuem correspondências no universo da família.

Os herdeiros em questão: doações aos familiares

Ainda que as doações feitas em cláusulas pias componham a grande maioria dos bens dispostos em testamento, aquelas feitas em nome de pessoas terrenas não são menos importantes. Retomando alguns dados levantados anteriormente, cerca de 367 doações (31,1%) são feitas em nomes de pessoas físicas, atestando para a importância desta prática no contexto da salvação da alma.

Os familiares, próximos ou distantes, aparecem em 312 (85%) dos legados transmitidos. No entanto, podemos ainda mapear quem são as pessoas mais lembradas no momento da morte. O material levantado permitiu analisar qual o grau de parentesco e as características dos herdeiros. Com isso, podemos compreender melhor como os bens terrenos são destinados aos familiares no momento da redação testamentária.

Não é raro nos testamentos seus redatores trazerem à tona os dotes. Raphael de Oliveira em 1648²⁵, por exemplo, deixa isto bastante claro ao distribuir seus escravos entre os filhos. Suas duas filhas, Anna de Oliveira e Catharina Dorta são mencionadas em testamento apenas para assegurar que ambas tiveram seus dotes pagos pelo pai. Os bens, neste caso, são todos deixados para os filhos e netos, com destaque para uma neta, filha de Catharina, que recebe o restante da terça.

Outros casos explorados repetem este padrão: filhas cujos dotes já foram pagos nada herdam no testamento dos pais. Não necessariamente são excluídas da divisão de bens dos inventários, mas no momento de testar, e livrar a consciência

²⁵ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Inventários e testamentos vol. III, 1920.

perante a morte, elas não são elementos de lembrança. Não à toa, quando analisamos as características atribuídas aos filhos nos documentos, as que aparecem com maior relevância são as idades e se são ou não casados. Embora raramente colocada de forma precisa, a idade era uma condição para herdar os bens inventariados.

Helen Pimentel (2005) analisa o matrimônio sob o prisma de um Rito de Instituição. Remetendo ao conceito estabelecido por Pierre Bourdieu, a autora entende o casamento na América Portuguesa como uma ferramenta destinada a criar diferenças duradouras na sociedade. Naturalmente os testadores se preocupam em garantir um dote para as filhas, pois este seria um atrativo para garantir um matrimônio que interessasse às estratégias de poder familiar.

A importância do casamento também aparece nos próprios testadores, que se preocupam em declarar que são casados logo no início dos documentos. Assim, estes personagens afirmam uma posição social de poder perante àqueles que acompanham a redação das últimas vontades. Vale lembrar que o matrimônio tal como estipulado pela Igreja não era a regra na colônia brasileira, sendo comum outras formas de união, como o concubinato²⁶. Além disso, no momento da morte o conceito de esfera privada se confundia com a esfera pública, “o quarto torna-se lugar público” (ARAÚJO, 2009. p.95).

Neste sentido, frente às testemunhas e ao representante da burocracia colonial, o testador se preocupava em delimitar sua posição de poder. Aqueles beneficiados pelas doações eram citados nominalmente, conferindo importância a sua identificação enquanto herdeiros diretos do status daquele que estava em vias de falecer²⁷.

A partir de uma análise serial dos beneficiados, podemos notar uma preferência para doações em nome de pessoas da família nuclear. Filhos e companheiros compõem os dois maiores alvos de lembrança testamentária. Além disso, quando observamos os testamentários designados para cuidar da concretização dos últimos desejos, a grande maioria pertence a estes grupos. Assim, a família nuclear apresenta um papel importante na transmissão dos bens deixados aos herdeiros e na organização da distribuição dos legados pios.

²⁶ Pimentel (2005: p.31) aponta que estas formas de organização familiar eram transgressões vistas como legítimas pela população colonial, mesmo que condenada pela instituição eclesiástica.

²⁷ Interpretando o casamento como dispositivo de alianças, a transmissão dos nomes cumpria um papel tão fundamental quanto a dos bens (PIMENTEL, 2005: p.23).

Esta constatação acrescenta novos elementos aos estudos tradicionais realizados por historiadores como Gilberto Freyre (2013) que aponta para a composição patriarcal da sociedade brasileira. O modelo citado ressalta a sociabilidade colonial a partir das redes formadas entre famílias de diferentes estratos sociais. Um dos casos mais comuns de união era o apadrinhamento, método utilizado para unir interesses políticos ao universo familiar. Assim formavam-se parentescos não sanguíneos que implicavam no aumento do poder político dos senhores.

Entretanto, estes laços não diretos de parentesco aparecem poucas vezes nos herdeiros. Apenas três afilhados e três genros aparecem como alvos de alguma doação. Neste sentido, podemos afirmar que no leito de morte, a família nuclear tem o privilégio da memória.

O papel que os testamenteiros assumem, neste contexto, é bastante relevante. Sendo eles designados para fazer cumprir as últimas vontades do indivíduo, e conseqüentemente para garantir os rumos de sua salvação, esta escolha deveria ser feita de forma meticulosa pelo moribundo. Percentualmente, percebemos que estas pessoas de confiança eram, em geral, escolhidas entre os parentes próximos. Maridos, esposas e filhos somam 74 dos 153 testamenteiros²⁸.

Assim a família nuclear assume um papel essencial no processo confessional e de resignação da alma nos testamentos não somente como testamenteiros, mas como alvos da solidariedade do morto. Podemos levantar outra hipótese: o indivíduo, ao designar seus bens aos familiares, busca, em troca, manter-se vivo nas memórias e orações daqueles que recebem seus bens²⁹. Desta forma, as doações entrariam nas estratégias de salvação da alma como uma ferramenta importante no leito de morte.

Frente a isto, algo que não pode escapar da vista do pesquisador é a intenção de salvação da alma presente nos testamentos. As doações, embora mostrem a preferência do testador por determinado herdeiro, não devem ser encaradas de forma puramente utilitarista. A religiosidade e a soteriologia marcantes desde as primeiras linhas dos textos não se perdem no momento da distribuição dos bens. Estas, como

²⁸ Os testadores podiam escolher mais de um testamenteiro, por isso a quantidade destes personagens supera o número de testamentos propriamente ditos.

²⁹ A memória litúrgica é definida por Karina Aparecida Ferreira (2020: p.190) como a manutenção da memória dos mortos pela prece.

as cláusulas pias, compõem parte importante das estratégias de absolvição dos pecados à medida em que fortalecem elos de sociabilidade entre vivos e mortos.

Os escravos, órfãos, viúvas e pessoas pobres beneficiados por 10,6% do restante das doações testamentárias corroboram com a ideia de uma salvação mediante distribuição de bens. Como explorado anteriormente, a doação aos sofredores é um elemento fundamental para a salvação da alma. Assim, a importância que estes legados assumem ao lado das distribuições familiares apontam que ambas tinham função semelhante no contexto dos testamentos.

Herança e caridade: aproximações e distanciamentos

Existe uma grande diferença entre aquilo que é deixado para os familiares e aquilo que é dado como esmola para os pobres da América portuguesa. No geral, as esmolas que estes recebiam eram dadas em dinheiro ou em itens como varas de pano de algodão. A prática era de tamanha importância, visto que os inventários trazem documentos comprovando a distribuição destes itens.

A estética do sofrimento vem à tona nestes momentos do texto. Ao total dezessete órfãos, doze escravos e seis viúvas são alvos de doação. Sua caracterização, no entanto, quase sempre é feita ressaltando o caráter sofredor daquelas pessoas. Pedro Nunes, por exemplo, em 1623³⁰ deixa uma esmola de dez cruzados para “a mais pobre órfã que se houver na vila”. Além disso, também é enaltecida a benevolência do testador, que assume o papel de doador desinteressado. Isto fica claro em João Leite que no ano de 1616³¹ deixa um “ferragolho de raxeta” e uma “roupeta de baeta” para os dois primeiros homens pobres que se encontrar.

Podemos pressupor que esta prática assumia grande importância, uma vez que os inventários traziam anexados comprovantes assinados pelos testamenteiros de que aqueles bens haviam sido distribuídos conforme a vontade do testador. Embora se possa questionar sua veracidade, é inegável que exista uma preocupação dos órgãos burocráticos e eclesiásticos em tornar concretas as vontades descritas. Inclusive, o não cumprimento dos documentos poderia acarretar a excomunhão do testamenteiro.

³⁰ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Inventários e testamentos vol. VI, 1920.

³¹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Inventários e testamentos vol. IV, 1920.

O controle das doações familiares apresenta o mesmo grau de rigidez. A contemplação dos herdeiros com os bens que lhes são destinados em testamento possui documentos similares. Porém, há uma clara distinção naquilo que é herdado pelos parentes. O que aparece em maior número nas doações são os “serviços forros”, forma como são chamados os escravos nos textos. Foram catalogadas em testamento 126 doações deste tipo (34,3% dos legados distribuídos) sendo, destas, apenas três feitas a não familiares e 123 feitas para esposas e filhos.

Podemos perceber uma grande preocupação dos indivíduos em deixar estes escravos dentro do círculo familiar mais próximo. Em grande parte, este fenômeno está diretamente relacionado com o valor que a mão de obra indígena adquiriu no início da colonização da região, visto que a exploração deste trabalho foi um marco importante para a história do planalto paulista (MONTEIRO, 2009).

Os escravos negros e indígenas eram bastante presentes no cotidiano da América portuguesa já no século XVI (ALGRANTI, 2018: p.101). Desde as atividades domésticas de subsistência até as atividades propriamente comerciais, os colonos paulistas utilizaram a mão de obra indígena para suprir a falta de trabalhadores na colônia. Isto logo contribuiu para desenvolver o que Monteiro (2018, p. 130) chamou de “mentalidade escravista”, caracterizada pela justificativa da escravidão indígena a partir dos princípios de guerrear contra os infiéis subversivos³².

Entretanto, o modo como a sociedade paulista se organizou em torno desta mão de obra também é um aspecto fundamental desta mentalidade. A escravidão paulista serviu, sobretudo, para estratificar a sociedade como foi recorrente em outras sociedades escravistas. Além de uma função propriamente econômica, a posse de escravos era um elemento fundamental para o reconhecimento das posições de poder entre os habitantes da vila. Configura-se nos núcleos urbanos uma:

Sociabilidade que ocorre predominantemente fora de casa, pautada por um mundo onde todos se conhecem, e em que se identificam socialmente pelas suas vestes e pelos seus ofícios. Sabe-se, inclusive, quem é escravo de quem. (ALGRANTI, 2018, p.118).

Balthazar Soares ao redigir seu testamento em 1631³³ explicita que os dois escravos, Belchior e Magdalena, deixados para a filha Maria são para ajudar em seu

³² Segundo Monteiro (2009) esta mentalidade se formou graças às disputas jurídicas acerca da legalização do cativo indígena na colônia.

³³ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Inventários e testamentos vol. VIII, 1920.

casamento. Outras doações em testamento também são feitas pensando em sua função matrimonial. O que retoma a ideia de uma grande preocupação dos indivíduos em deixar dotes atraentes para suas filhas, dada a importância deste elemento para a consolidação das uniões e, conseqüentemente, das alianças entre as famílias influentes. O exemplo de Balthazar, ainda, coloca os escravos em primeiro plano para atingir seu objetivo.

Contudo, poderíamos argumentar que, no caso das filhas que recebem estas doações, muitas vezes elas seriam beneficiadas com a partilha de escravos mesmo se o documento não houvesse sido redigido, por conta dos inventários e partilhas. Entretanto, a vontade do testador em designá-los explicitamente a seus familiares não é algo inocente. O que está por trás destas atitudes é, ainda, um posicionamento de doador do testador frente à morte.

Podemos interpretar o fenômeno a partir de uma preocupação do testador em manter o prestígio de seu núcleo familiar. Daí a preferência pelos parentes imediatamente próximos, como esposas, maridos e filhos. Manter a posição de poder da família através da posse de escravos significava a aproximação com outros grupos poderosos. A transmissão de roupas e joias também marcam esta preocupação com a posição social: elas compõem 94 (25,6%) das 367 doações catalogadas. Como podemos perceber no trecho transcrito de Algranti anteriormente, estes itens eram fundamentais para que os poderosos fossem reconhecidos no espaço público.

A simbologia por trás das doações mostra que além de renunciar aos bens, o indivíduo renunciava sua posição social de poder no momento de sua passagem para o além. Na posição de receptores, cabia aos herdeiros retribuir ao doador a posição social deixada ajudando na salvação de sua alma. A materialização desta dívida são os bens deixados de forma tão explícita e pessoal. É uma dívida que nunca poderá ser paga, entretanto sempre é lembrada pelos beneficiados, o que remete a própria lógica da dádiva de Deus para o cristianismo.

A transmissão dos nomes como uma espécie de herança é bastante significativa neste sentido. Os filhos são praticamente obrigados a lembrar dos pais em suas próprias identidades, construídas como base nesta dívida com o patriarca. Os escravos também acabam se colocando nesta posição de endividados. Mathias (2015), ao analisar testamentos deixados por escravos forros, ressalta a gratidão deles pela alforria concedida por seus senhores no leito de morte.

Estabelece-se uma mentalidade social baseada em princípios de solidariedade e gratidão que garantem o domínio dos senhores naquele meio social. Assim, as doações feitas em prol da família não assumem um caráter menos religioso daquelas feitas em nome da igreja. Com certeza menos explícitos, mas não menos imbuídos numa mentalidade religiosa ainda muito próxima do catolicismo medieval, no qual as ideias das dádivas, do sofrimento humano e das orações se colocavam como condições essenciais para a salvação da alma.

Considerações finais

Vovelle, em um dos textos de *Ideologia e Mentalidade* (1991) realça a família e a religião como elementos fundamentais para estudar a história da morte. Nos testamentos, estas esferas aparecem em primeiro plano durante a análise, fornecendo aspectos da religiosidade colonial paulista e das relações familiares enquanto elementos complementares. São assim uma rica fonte para o historiador que busca entender melhor aspectos da vida privada dos colonos paulistas do século XVII.

Um dos grandes desafios, inerentes à metodologia historiográfica, é reconstruir a realidade de tempos pretéritos a partir de indícios tão específicos³⁴. Este trabalho não se esquivou de esbarrar nestas dificuldades. São inúmeros os desafios de tentar reconstruir a mentalidade da colônia a partir de uma única fonte. Comparando aos quadros traçados por Laura de Melo e Souza (1999) e Helen Pimentel (2005), os testamentos parecem tratar a morte, a religião e o matrimônio de forma bastante idealizada.

Podemos pressupor uma série de motivos para esta formulação, como a necessidade de o testamento ser legitimado pela Igreja e pela adequação aos princípios morais católicos estar vinculado à estratificação da sociedade colonial. Ainda assim, os testamentos se mostraram uma fonte rica para estudar o período inicial do século XVII.

As características religiosas nos testamentos muito revelam acerca das práticas sociais da colônia seiscentista. As estratégias de transmissão de bens compunham uma vasta rede de sociabilidade envolvendo os mortos, os órgãos eclesiásticos, os vivos e até os santos da corte celestial. O elo entre todos estes

³⁴ Ginzburg (1989: p.169) coloca o paradigma indiciário como o esforço metonímico do historiador em reconstruir a partir de pistas ínfimas uma realidade alheia ao observador.

personagens centrais da escrita testamentária era a ideia da caridade benevolente, que afirmava posições sociais de poder e contribuía para sua manutenção frente aos que assistiam e participavam da pompa fúnebre.

Desde a redação do testamento, passando pela distribuição dos legados e chagando até as missas e procissões, os rituais funerários marcavam no espaço público a posição social dos mortos. Os próprios itens distribuídos em testamento estão diretamente vinculados a elementos marcadores de status social, como joias, roupas e escravos. Estes, quando herdados, carregavam o status social do morto para seus descendentes, reproduzindo a estratificação da sociedade.

Assim estabelecia-se uma vasta rede em torno da salvação da alma centrada na lógica das dádivas, tal como estabelecida por Mauss (2003). Os bens materiais legados eram transformados em bens espirituais à medida que colocavam o moribundo na posição de doador benevolente e os receptores em posição de gratidão em relação ao primeiro, gratidão que deveria ser recompensada a partir da participação nas missas e nas outras etapas dos ritos fúnebres.

Nestas redes os santos tinham papel fundamental na concretização destas transformações. Uma das questões que pode ser explorada mais a fundo em trabalhos futuros é em relação à escolha destes personagens celestiais. Os “santos da moda” no período podem elucidar muito sobre a religiosidade daquela sociedade.

Outra questão, desta vez voltada para uma análise da cultura material, é a natureza dos objetos legados em testamento. Pudemos perceber que eles estão ligados à transmissão de posições sociais no momento da morte. Entretanto, uma análise mais a fundo a respeito destes itens, principalmente roupas e joias, pode mostrar dinâmicas que interligam outras regiões dos domínios coloniais portugueses. A circulação destes artefatos pode trazer informações relevantes no que diz respeito à sociabilidade colonial. Joias e roupas, bem como acompanhamentos funerários aliados de seus adornos, como cruces de diversos santos, marcam uma elite bastante preocupada em afirmar o *status quo* no espaço público.

A bibliografia voltada para religiosidade, cultura material e relações familiares foi fundamental para levantar as ideias aqui trabalhadas. O preparar-se para a morte, no contexto colonial, era permeado por estas esferas, bem como tinha influência direta sobre a sociabilidade do período trabalhado.

Bibliografia

ALGRANTI, Leila. Famílias e vida doméstica. In: **História da vida privada no Brasil vol.1**, Org.: NOVAIS, Fernando e MELLO E SOUZA, Laura de. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ARAÚJO, Regina Mendes de. Mulheres da Vila do Carmo: a preocupação com a “Boa Morte” (1713-1750). In: **Revista Temporalidades**, Belo Horizonte, v.1, n. 2, 2009.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Inventários e testamentos**: papéis que pertenceram ao 1º cartório de órfãos da capital, vols. I, III, IV, V, VI, VII, VIII, XI, XII. São Paulo, 1920 a 1921.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855**. Estudos CEDHAL. São Paulo, n.7, 1991.

BORREGO, Maria Aparecida. Laços familiares e aspectos materiais da dinâmica mercantil na cidade de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v.18, 2010.

BORREGO, Maria Aparecida. Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 175, 2016.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII**, vols. 1, 2 e 3. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929-1989**. São Paulo: UNESP, 2003.

DILLMANN, Mauro e RODRIGUES, Cláudia. “Desejando pôr minha alma no caminho da salvação”: modelos católicos de testamentos no século XVIII. In: **História Unisinos**, v.17, n.1, 2013.

FERREIRA, Karina Aparecida de Lourdes. As doações testamentárias na cidade de Mariana entre os séculos XVIII e XIX. In: **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: Editora Global, 2013.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

MAGNANI, Eliana. O dom entre história e antropologia: figuras medievais do doador. In: **Signum: Revista da ABREM**, n.5, 2003.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A cidade de São Paulo: povoamento e população**. São Paulo: Edusp, 2014.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MATHIAS, Carlos Leonardo. Legados da consciência: estratégias para livrar a alma do “fogo do Purgatório”. In: **Revista História (São Paulo)**, v.34, n.1, p. 163-194, 2015.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MELO E SOUZA, Laura de. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MORAES, Juliana. Reflexões acerca dos testamentos e inventários para o estudo da América Portuguesa. In: **Revista de Ensino em Artes, Moda e Design**, Florianópolis, v.3, n. 3, 2019.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: **História da vida privada no Brasil vol.1**, Org.: NOVAIS, Fernando e MELLO E SOUZA, Laura de. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OLIVEIRA, Lelio Luiz de. A prestação de contas com a morte: um olhar sobre os testamentos e inventários *post-mortem* (nordeste paulista, séculos XVIII e XIX). In: **Revista Resgate**, Campinas, v.25, n.2, p. 105-122, 2017.

PALACIN, Luís. **Sociedade colonial: 1549-1599**. Goiânia: UFG, 1981.

PIMENTEL, Helen. O casamento no Brasil colonial: um ensaio historiográfico. In: **Em Tempo de Histórias**, n. 9, 2005.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Cláudia e SILVA, Aryanne. O testamento e seu fazer no Rio de Janeiro Setecentista. In: **Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO**, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. In: **História Revista**, Goiânia, v.2, n. 2, 1997.

SANTANA, Tania Maria de. **Charitas et misericordia: as doações testamentárias em Cachoeria no século XVIII**. f. 307. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2016.

VOVELLE, Michel. **Mort: el o'ccident de 1300 a nos jours**. Paris: Gallimard, 1983.



VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

O pensamento bélico-mistagógico no tempo de Ramon Llull¹

The bellic-mistagogic thought in the time of Ramon Llull

Marcos Jorge dos Santos PINHEIRO²

Resumo: O trabalho é de um teor contextualizante, pois trata-se de entender Ramon Llull e seus propósitos missionários-apologéticos. Contudo, para tal empresa é crucial que passemos antes pelo contexto em que se criou e amadureceu. A Europa e o Mediterrâneo passavam por transformações cada vez maiores, de forma que a Cristandade se encontrava em uma situação bélico-apologética bastante peculiar. Se quisermos entender os empreendimentos de Llull para com os infiéis, devemos perpassar pelo contexto centromedieval em que se inseria, com foco na Ibéria. Partindo do macro, que seja, fenômenos como a Reconquista, a Ideologia milenarista e a Reforma Pontifical, deve-se compreender melhor as especificidades que compõem o pensamento ibérico de Reconquista – que guiou Ramon – e, principalmente, o ambiente maiorquino – este permeado tanto pelo diálogo quanto pela violência.

Palavras-chave: Maiorca; Ramon Llull; Reconquista Cristã; Século XIII.

Abstract: The work is about a contextualizing content, because it's about understand Ramon Llull and his missionary-apologetic purposes. Yet, for such a task it's crucial that before we pass through the context in which he grown up and matured. The Europe and the Mediterranean were going throughout bigger and bigger transformations, in a way that the Christendom founded itself in such a peculiar bellic-mistagogic situation. If we want to understand his intents towards the infidels, we need to run through the High Middle Ages in which was inserted, focusing on Iberia. Starting from the macro, for example, phenomenons like Reconquest, the millennialism ideology and the Pontifical Reform, it must be able for a better comprehension of the specificities that compose the iberic thought of Reconquest – that guided Ramon – and, mostly, the mallorcan environment – flooded by dialogue and also violence.

Keywords: Mallorca; Ramon Llull; Christian Reconquest; 13th century.

Introdução

RAIMUNDO LULO (1235-1315), doctor illuminatus, poeta, filósofo, místico, brilhante escritor catalão, que empregou quase toda a sua vida na conversão dos muçulmanos, trabalhando principalmente como apologeta nas controvérsias e nos livros. Morreu lapidado pelos mouros em Túnis. Seu trabalho mais celebre é a Ars magna, vasta máquina de raciocinar, onde se procuram substituir as demonstrações racionais por artifícios mecânicos³.

Pe. Leonel Franca, S.J.

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de História Medieval - PEM UERJ.

² Graduando em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: marcosjpinheiro@outlook.com

³ FRANCA S.J., Pe. Leonel. *Noções de História da Filosofia*. 20 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969. p. 112-3.

Ramon Llull, também aporuguesado para Raimundo Lúlio⁴, é um personagem intrigante do Medievo ibérico. Nascido em Palma de Maiorca, em 1232, e perecendo próximo de lá, em retorno de uma viagem, provavelmente em 1316, compôs uma quantidade avassaladora de escritos, cerca de 200⁵.

Era – um tanto excêntrico para a época – um pensador leigo, ainda que com conexões com as ordens dos pregadores e dos franciscanos, de caráter heterodoxo, possuindo até mesmo família e filhos, que apenas optou (livremente) pela religião cristã já em sua maturidade, por volta dos seus 31 anos⁶. Com efeito, ao modo de São Francisco de Assis⁷, seu modelo inspiracional⁸, apropriou-se do conceito simbólico cristão de renegar a adstrição obrigatória de parentesco imanente, e escolheu de modo voluntário o elo transcendente (não obstante, familiar e parental) com o seu novo pai, o próprio Deus, este parentesco espiritual, em detrimento do parentesco carnal⁹.

E, adiante, após anos de estudo teológico, decidiu agir apologeticamente em defesa do cristianismo – até aprendendo árabe para tal –, com aconselhamentos e pedidos diretos ao Papa, compilação de livros tático-militares, e projetos futuros para a Cristandade latina. Afirmava que qualquer pessoa que se propusesse a defender a fé cristã deveria conhecê-la intimamente, para não dar margem ao descrente de tomar por diminuto o catolicismo por culpa de um possível erro do arguidor¹⁰.

Durante sua juventude usufruiu de luxos provenientes de seu *status* familiar, servindo o príncipe e futuro rei Jaime II de Maiorca (1243-1311). Casou-se com Blanca Picany em 1257 e deste relacionamento teve dois filhos. Ramon passava o tempo a compor trovas e se enamorar adulteramente, quando, de súbito, enquanto compunha uma canção para uma de suas “amadas”, viu uma revelação de Jesus Cristo suspenso e crucificado, e assim se repetiu, vendo tal visão com o “Senhor Deus Jesus Cristo

⁴ Neste trabalho, dentre várias nomenclaturas possíveis para o filósofo (Raymond Lulle; Raimundus Lullus; Raimundo Lulo etc.), utilizei a grafia optada no título, proveniente do catalão medieval.

⁵ GILSON, Étienne. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 573.

⁶ JAULENT, Esteve. Introdução. In: RAIMUNDO LÚLIO. *O livro do gentio e dos três sábios*. Trad. Esteve Jaulent. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 34.

⁷ Cf. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006. p. 447.

⁸ “ouvindo o reverendo mestre [Llull] o sermão de um bispo que predicava na dita festa, dizendo e recontando como o glorioso monsenhor São Francisco tinha deixado todas as coisas mundanas e era totalmente entregue ao serviço da cruz, foi tocado dentro de suas entranhas e deliberou que, vendidas as suas possessões, ele faria o mesmo.” Cf. RAMON LLULL, *Vida Coetânea*, I, 9.

⁹ Cf. BASCHET, *Op. Cit.*, p. 448.

¹⁰ Cf. RAMON LLULL, *O Livro Derradeiro*, I.5.

suspensa com os braços em cruz, muito dolorido e apaixonado”¹¹ por uns dias. Sua consciência lhe dizia que Deus o queria “fora do mundo”, apenas para servi-Lo. Entrou então em conflito, pois dada a vida que levava até aquela hora, não se via próximo da dignidade desta função, só aceitando esta incumbência após meditações em que pediu iluminação ao Senhor¹². Desde então, iniciou-se de fato sua vida religiosa.

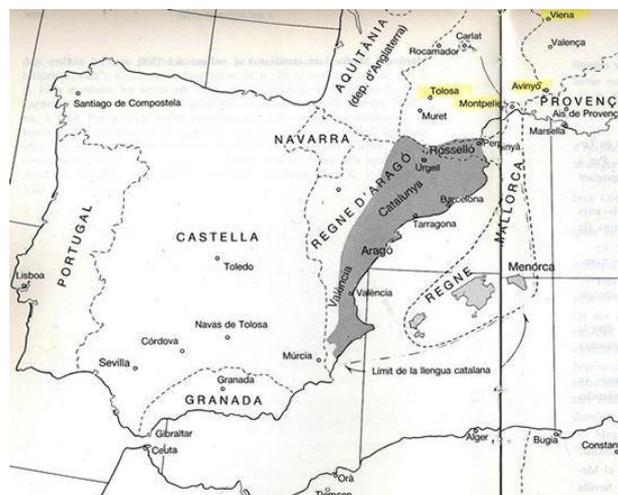
O escopo do presente trabalho se concentra como uma contextualização dos movimentos históricos em uma média duração que vieram a caracterizar diretamente a *filosofia de ação* de Lull, portanto uma propedêutica para a compreensão do próprio filósofo. Para tal, é nevrálgica a ambientação do filósofo maiorquino dentro de sua situação temporal-geográfica – predominantemente, até dado momento, Palma de Maiorca – antes de permear a sua obra e a posição dela em um contexto maior da produção livresca-literária, além de suas intenções e objetivos para com ela.

Previamente à futura explanação do pensamento mistagógico do filósofo, é mais que necessário contextualizar sua localização geográfica e suas abordagens filosófico-teológicas, conseqüentemente, as questões econômicas, sociais, culturais e intelectuais que o cerceavam e, de certa maneira, o definiram.

Palma de Maiorca como fronteira transcultural

Sua terra natal, Palma de Maiorca, era a capital da maior ilha integrante do arquipélago das Ilhas Baleares, no Mediterrâneo.

Mapa da expansão catalã-aragonesa (c. 1300). Arquipélago das Ilhas Baleares, onde viveu Ramon Llull (mais especificamente, na ilha de Maiorca).



¹¹ *Idem, Vida Coetânea*, I, 2.

¹² RAMON LLULL, *Vida Coetânea*, I, 4.

Fonte: <<https://www.ricardocosta.com/artigo/ramon-llull-1232-1316-e-o-dialogo-inter-religioso-cristaos-judeus-e-muculmanos-na-cultura>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

Nascido lá 3 anos após a conquista da ilha das mãos dos mouros por Jaime I, o Conquistador (1208-1276) – a quem serviu tanto quanto ao infante (e futuro rei) Jaime II –, que, no ano de 1229, ocupa a ilha de Maiorca e retira o poder local dos sarracenos, com tamanha violência que, diferentemente de outros pontos da Península Ibérica, não se formaram acordos de rendição ou mourarias, senão que os muçulmanos residentes em geral eram feitos escravos caso não se convertessem ao cristianismo, o que agradava às camadas proto-burguesas e nobiliárquicas, pois as conversões resultavam em prejuízos econômicos, dado que, enquanto cristão, o indivíduo retornava à condição livre e alforriada¹³. E aqueles que colaborassem com o novo “governo”, ainda que não conversos, poderiam exercer certos cargos e ofícios, inobstante não ficassem em pé de igualdade com o resto da população cristã¹⁴. Desde meados da década de 30 do século XIII, existia uma estimulação pontifícia para cristianização geral dos mouros¹⁵, referente à qual o número de conversos muçulmanos ao cristianismo elevou-se bastante, ainda que conflitante com os interesses políticos dos senhores de Maiorca¹⁶. Ramon viveu em Maiorca a maior parte de sua vida, apenas realizando peregrinações tradicionais a lugares santos e visitas pontuais¹⁷. Só viria a abandonar a ilha – em demonstração clara de apoio ao rei Jaime II¹⁸ – no ano do Tratado de Perpignan (1279), segundo o qual o rei Jaime II de Maiorca perderia a suserania sobre as Ilhas Baleares, tornando-se vassalo de seu irmão e oponente, Pedro III de Aragão (1239-1285), devido ao conflito de terras e poder no *post mortem* do Rei Jaime I, pai destes fervorosos inimigos políticos¹⁹. Provavelmente suas viagens foram motivadas pela intenção de adquirir viabilizações para seu plano pessoal: a manutenção do mosteiro de Miramar – cuja existência estava sob risco, durante a guerra²⁰ –, fundado e patrocinado sob o reinado de Jaime

¹³ JAULENT, 2001, p. 10-1.

¹⁴ *Ibidem*, p. 10.

¹⁵ *Ibidem*, *Loc. Cit.*

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ COSTA, Ricardo da. Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300). *Mirabilia*, Barcelona, Esp. v. 1, p. 163-172, 2001. p. 164.

¹⁸ *Ibidem*, p. 166.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ibidem*.

Il de Maiorca, e a expansão desse desígnio em outras terras, como a França de Filipe IV, o Belo²¹.

Dentro deste quadro, a Cristandade Latina se encontra há séculos face aos muçulmanos e aos bizantinos, sendo, portanto, três forças concorrentes que lutam pelo controle político e territorial em aspecto global (até onde se restringem, claro)²².

Por isso, não há como negar que viveu dentro de um contexto cultural dialeticamente contraditório: diálogo e violência. Interna e externa. Dado o conflito ideológico da Reconquista dos territórios que se encontravam sob domínio islâmico, o tratamento para com estes pelos cristãos na reavia da ilha não foi dos melhores, ocorrendo extinção de muitos direitos e até uma espécie de escravização. E só se compreende estes tratamentos e medidas adequando o próprio olhar ao processo de vitória de Jaime I, dentro da óptica de Reconquista cruzadista. Antes de elucidar tal processo, deve-se situá-lo em dois fenômenos centromedievais que abarcaram o processo de Reconquista dos idos dos séculos XI-XV: a Reforma Pontifical e a Ideologia Milenar.

A ascensão da Cristandade na Idade Média Central

A Reforma Pontifical, mais conhecida por Gregoriana, protagonizou o conflito político-teológico do papado com o poder temporal dos reis. Em meados do século IX, o Império Cristão, na figura de Carlos Magno (742-814), intentava uma simbiose com a Igreja ao modo do cesaropapismo bizantino²³ (*translatio imperii*). Com o declive do Império Carolíngio, a pessoa do papa viera a ser a única representante da unidade cristã, o que fortaleceu seu poder simbólico, e aventava a necessidade da camada nobre de endossar-se à si mesma o poder de nomear alguns cargos eclesiásticos, de cujas lealdades secular e sacra se intricavam, eminentemente mais voltado à política secular e afastando-se das responsabilidades episcopais. Este é o extravagante semblante do “príncipe-bispo”, do qual fala Christopher Dawson, “que governava territórios e promovia a guerra e a paz como qualquer outro nobre feudal, e cuja posição e funções duplas eram infinita fonte de dificuldade e atrito, tanto para a Igreja

²¹ *Ibidem*, p. 168-70.

²² BASCHET, 2006, p. 89.

²³ DAWSON, Christopher. *A formação da cristandade*. Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014. p. 318-9.

quanto para os governos medievais”²⁴. O auge da tensão foi entre 1073-1085 na famosa *Querela das Investiduras* do papa Gregório VII (c. 1020/1025-1085), expoente da ala reformadora monástica que visava a *libertas ecclesiae*²⁵ –, atinente à qual excomungou reiteradamente Henrique IV²⁶. Embora não seja um conflito exclusivamente de aristocracias laicas contra a *Ecclesia*, senão que de interesses de partidos dentro do alto clero e dentro dos governos²⁷, lê-se a inserção de *bellatores* nos cargos episcopais e abaciais como uma prática que impôs a autoridade nobre em uma clara disputa com os *oratores*, utilizando-se de uma “brecha” estrutural para imposição de um poder factual, que promovia a *potestas temporalis* e dominação simbólica não só políticas, mas incidente também no campo das representações culturais, já que a denominação bispal revela que o que está em voga é o *status* do clero e da aristocracia no que se refere à dominação das *utensilagens mentais* disponíveis e compartilhadas²⁸. A condensação das defendidas teses gregorianas encontram-se na bula papal *Dictatus Papae* (1075), e, desde então, a *auctoritas* espiritual pontifical que se seguiu ganhou ainda mais vitalidade e autonomia ante a *potestas* temporal da aristocracia (ainda que intentasse subverter tal ordem) e a Cristandade Latina – até pelo menos Bonifácio VIII (1235-1303) com a *Unam Sanctam* (1302) –, tendo por conseqüências, por exemplo, o combate à simonia e nicolaísmo, a eclosão do movimento de Cruzadas e a fundação de (novas) ordens monásticas e mendicantes.

Quanto à Ideologia do Milênio, primeiramente deve-se ressaltar que, não só é um mito historiográfico – como muito ocorre ao longo de todo o Medievo – que em meados do Ano Mil havia uma tensão inconstante e exacerbada quanto ao fim dos tempos, senão que esta tensão permanecia a mesma e constante se comparada com outros séculos, como o próprio XIII²⁹. Em verdade, não só é inconsistente a tese milenarista, como, invertendo tal ideia, os idos do milênio viram um período não de “obscurantismo medieval”, mas de “uma etapa no surgimento e na afirmação do

²⁴ *Ibidem*, p. 304.

²⁵ BASCHET, 2006, p. 190-1.

²⁶ *Ibidem*, p. 190-1.

²⁷ DAWSON, *Op. Cit.*, p. 305.

²⁸ No próprio sentido metodológico de Lucien Febvre, cujo penso ainda aplicar-se bem para certas abordagens teóricas. *Apud* CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990. p. 17, 40.

²⁹ BASCHET, 2006, p. 98-9.

Ocidente cristão”³⁰. Via-se em vários lugares a exuberância nas reformas arquitetônicas, visando sempre uma constante comparação regional e superação das obras para o agrado do Senhor. Para exemplificar de maneira sumária, apresento apenas duas fontes que, apesar de tratarem do mesmo tema, divergem. Temos a clássica declaração de Raul Glaber (c. 980/985-1047) no que se refere à frutífera fase do Ano Mil, sob a qual,

no ano milésimo depois da Paixão do Senhor, após a dita fome desastrosa, as chuvas das nuvens acalmaram-se obedecendo à bondade e à misericórdia divina [...]. Como se aproximava o terceiro ano que se seguiu ao Ano Mil, viu-se em quase toda a terra, mas sobretudo na Itália e na Gália, renovar as basílicas das igrejas; embora nenhuma necessidade tivesse disso, uma emulação levava cada comunidade cristã a ter uma mais suntuosa do que as outras. Era como se o próprio mundo tivesse sido sacudido e, despojando-se da sua vetustez, se tivesse coberto por toda a parte de um manto branco de igrejas. Então, quase todas as igrejas das séis episcopais, os santuários monásticos dedicados aos diversos santos, e mesmo os pequenos oratórios das aldeias, foram reedificados mais belos pelos fiéis³¹.

Pouco mais tardio e bem mais constrito, São Bernardo de Claraval (1090-1153) a essa suntuosidade se opunha:

Deixo de lado as enormes alturas dos oratórios, os cumprimentos imensos, as larguras excessivas, as decorações sumptuosas, as pinturas bizarras que atraem para si olhar dos que aí rezam, impedem a concentração [...]. E, para falar abertamente, não é porventura a avareza que faz tudo isto, ela que é servidão dos ídolos (Ef.5 ,5; Cl.3, 5), e não procuramos o fruto mas a dádiva? Se perguntas: “Como? “De um modo espantoso”, respondo eu. Espalha-se o dinheiro com tal arte que se multiplique. Gasta-se para o fazer crescer e a liberalidade gera a abundância. À vista das coisas sumptuosas, admirando vaidades, os homens são levados mais a fazer ofertas que a rezar. [...] Tão grande e tão admirável aparece por toda a parte a variedade das formas que mais apetece ler nos mármorees que nos códices, gastar todo o dia a admirar estas coisas que a meditar na lei de Deus (Sl. 1, 2). Meu Deus! se a gente não se envergonha destas frivolidades, porque não tem pejo das despesas³²?

E assim prossegue sua severa crítica que, apesar de interessantíssima, já cumpre aqui seu objetivo demonstrativo.

O que ocorre no século XI, apesar de gerar instigantes discussões entre medievalistas, são variados processos que resultam no crescimento demográfico e

³⁰ *Ibidem*, p. 99.

³¹ PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. *História da Idade Média: textos e testemunhas*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 77-8.

³² BERNARDO DE CLARAVAL. Apologia para Guilherme, Abade. *Mediævalia.*, Barcelona, v. 12, n. 11, p. 7-76, 1997. Anual. Apresentação, tradução e notas de Geraldo J. A. Coelho Dias. XII. 28-29.

expansão espacial de plantio³³. As macabras crises de fome diminuem consideravelmente, devido a fatores como ampliação dos territórios cultivados, rendimentos maiores nas plantações, técnicas de repouso, preparação técnica do solo e do cultivo, dentre muitos outros, como até mesmo melhora climática a partir dos 900³⁴. Hodierno a isso, a ordem espacial se densifica com os encelulamentos, que são caracterizados pelo agrupamento humano fixado em seu local de vida, centrado em alguma unidade – paroquial (igreja), social (aldeia), aristocrática (castelo) –, ou até mais de uma. O encelulamento se configura ainda pelos laços feudo-vassálicos dos senhorios, sendo assim um processo altamente heterogêneo, pois as possibilidades de dominação sobre os senhorios são múltiplas (cossenhórios, *consorzi...*)³⁵. E é essa complexificação social que abre espaço para o desenvolvimento produtivo e comercial dos senhorios e, a *posteriori* e talvez contraditoriamente, até mesmo o revigoramento das cidades (principalmente nas regiões costeiras e mediterrâneas), possibilitando a venda e troca dos excessos agrícolas e de artesanato em feiras, o que implicava na necessidade de fortificação militar, política e jurídica dos núcleos urbanos. Especificamente na Ibéria Reconquistada, era comum que algumas coroas, como as de Leão e Castela, grandes proprietárias de terras, procedessem a concessão de “*fueros* aos núcleos de povoamento preexistentes ou recém-criados”. Estabelecendo, portanto, “autoridades urbanas (*Concejos*), às quais concede o conjunto de bens reais (*realengo*) situados nos territórios (*alfoz*), que dependem da cidade”³⁶. Visava-se assim, a consolidação do poder régio sobre um território por meio do controle de cidades pungentes cultural e economicamente³⁷. As cidades tornaram-se progressivamente áreas de intersecções culturais intermediárias³⁸ na vivência e na mentalidade cristã, principalmente ibérica, se moldando nelas interações não só dos distintos *ordines*, mas também etnias e religiões.

Ainda nesta conjuntura, a Reconquista Cristã foi um fenômeno que sincretizou, na Península Ibérica, a religião católica à guerra, tratando-se de um fenômeno

³³ E aqui fica a questão clássica suscitada por Bloch e reavida por Baschet: a expansão agrícola foi devido ao aumento demográfico ou este se deu devido àquela? O que sabemos é que, a despeito da cronologia de fatores que permitiram a ascensão das sociedades feudais, a multiplicidade destes se fizeram coetâneos e complementares. Cf. BASCHET, 2006, p. 108.

³⁴ *Ibidem*, p. 101 *et. seq.*

³⁵ *Ibidem*, p. 129-31.

³⁶ *Ibidem*, p. 131.

³⁷ BASCHET, 2006, p. 145.

³⁸ Cf. FRANCO JÚNIOR, H. Meu, teu, nosso: reflexões sobre o conceito de cultura intermediária. In: *A Eva Barbada*. Ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996. p. 34.

combativo-colonizador que mobilizou boa parte da sociedade cristã ibérica, não sem auxílio dos franceses, ingleses e alemães, para a recuperação das terras hoje portuguesas e espanholas, desde o ano de 711 até 1492³⁹. Tal fenômeno incorporase como ideologia peculiar na mentalidade do Ocidente medieval (não somente peninsular), pois se aloja dentro da autoidentificação europeia com a ideia de herança do Império Romano, sendo que, desde a desintegração deste, exala-se a necessidade de reaviva desta grandiosa civilização. Dessa forma, uma das vias imanentes percorridas para esta missão quase transcendente, pois vincula-se à Roma Eterna, consiste no processo de feudo-clericalização ibérica que não se limita somente à fórmula simples de retirar as terras dos mouros por inimizades pueris. Torna-se crucial reavê-las para consagrar o território senhorial na ideia de unidade referente ao Império Romano, que se encontra no traço de mentalidade do Medieval. O tratamento direcionado aos muçulmanos (mas não aos judeus, por exemplo), em grande medida, provém da ideologia da Reconquista idealizada principalmente nos *ordines* dos *bellatores* e *oratores*, além da lógica pertencente ao processo de feudo-clericalização. Em todo caso, em sentido abrangente,

isso não exclui, sobretudo na Espanha das três religiões, uma *convivencia*, que é, de fato, uma situação de coexistência e de interação regulares, em que se misturam trocas e pactos, coabitações e conflitos, tolerância e esforço de subordinação⁴⁰.

Desde a Alta Idade Média, o Islã tem domínio confortável sobre várias áreas europeias, e apenas no século XI é que o Ocidente tonifica a contraofensiva que faz o Islã recuar, com uma série de conflitos bélicos, principalmente nas regiões da Península Ibérica e Itálica⁴¹. Na região ibérica, nos idos do século XIII, os reinos de Castela, Aragão e Portugal obtêm cada vez mais poderoso domínio regional⁴².

No século XIII, paralelamente ao declínio do Império no Ocidente⁴³, o fenômeno de expansão exógena da sociedade feudal, chefiada na figura papal, estava a pleno vapor, e a Cristandade europeia (e parcela mediterrânea oriental) encontrava-se, em quase completa unificação, sob fé, leis e instituições comuns⁴⁴. Um peregrino poderia

³⁹ *Idem*. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001. p. 185.

⁴⁰ BASCHET, *Op. Cit.*, p. 90.

⁴¹ BASCHET, 2006, p. 90-1.

⁴² *Ibidem*, p. 92.

⁴³ *Ibidem*, p. 89.

⁴⁴ DAWSON, 2014, p. 318-9.

encarar trajetos da Irlanda a Jerusalém e encontrar semelhantes que “partilhavam o mesmo modo de vida, os mesmos padrões de raciocínio e comportamento”⁴⁵, o que, se não justifica, ao menos não impede a – à primeira vista confusa e improvável – multiplicidade de viagens que Llull protagonizou depois de tantas décadas sem deixar Palma.

O belicismo e pacifismo na Ilha de Maiorca

A população europeia no século XIII avançava em ritmo acelerado. Jérôme Baschet constata que entre 1050 e 1250 a população europeia dobrara – e em alguns casos, triplicara –, fenômeno comparável somente ao Neolítico e à Revolução Industrial⁴⁶. Franco Júnior afirma que o mesmo século XIII possuía um crescimento demográfico de 45,31%, superior à soma do mesmo processo nos séculos VII a XI (38,76%)⁴⁷. Tais dados revelam como, rapidamente, o continente se tornava cada vez mais populoso, principalmente as cidades em detrimento dos campos – ainda que deles dependentes. Gabriel Alomar destaca que, previamente à Reconquista, Palma contava com mais ou menos 50.000 habitantes, dos quais cerca de 20.000 eram muçulmanos, e com uma minoria de pouco mais de 3.000 judeus⁴⁸.

Quantidade aumentada com o *Repartiment* de terras aos judeus que cooperaram juntos à Jaime I de Aragão no processo de Reconquista⁴⁹. Mesmo absolutamente minoritários, a comunidade israelita em Maiorca correspondia a uma porcentagem significativa e consideravelmente representada – distintamente dos muçulmanos maiorquinos –, comparando-se com outros territórios da Coroa aragonesa, o que revelava uma certa autonomia religiosa e econômica na ilha⁵⁰.

Aventou-se com tais marcos orientar o amadurecimento dos frutos da Idade Média Central, no escopo da *auctoritas* papal plenamente vigorosa, da expansão exógena feudo-clerical e da integração combativa ibérico-latina. É neste emaranhado de intervenções culturais que entra Ramon Llull – e seu trabalho permeado da *ideologia missionária* bélico-mistagógica pertencente à grande parte da sociedade,

⁴⁵ *Ibidem*, p. 319.

⁴⁶ BASCHET, *Op. Cit.*, p. 101.

⁴⁷ “10,42% nos séculos VII-VIII, 11,38% nos séculos IX-X, 16,96% no século XI, 34,04% no século XII, 45,31% no século XIII”. FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 25.

⁴⁸ *Apud* JAULENT, 2001, p. 10.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 12.

⁵⁰ JAULENT, 2001, p. 10.

principalmente nos *ordines* dos *bellatores* e *oratores*, e, como homem de seu tempo, fruto também da mentalidade integrante e ascendente da Cristandade Latina nos ambientes urbanos.

Destarte, existem duas vertentes cruciais presentes em Maiorca as quais considero nevrálgicas para uma compreensão coerente do contexto sociocultural que permeia a vida do *Doctor Illuminatus*⁵¹: a efervescência inter-religiosa e a reabertura das rotas mercantis. Vamos a elas.

Com tal dinamismo social, e estando situado em uma ampla interação intercultural, não havia como Ramon Llull não se encontrar no meio das afluências de um contexto religiosamente pluralizado, e por isso mesmo não se pode supor que dele surgisse um discurso neutro: ainda que tenha sido um convicto católico, irredutível em suas defesas apologéticas, suas abordagens mistagógicas diferenciavam-se em muito de seus contemporâneos de distintas regiões, a exemplo do inescapável Tomás de Aquino, e sua *Summa contra gentiles* (1263). Provindo de família abastada (burguesa⁵²), desde jovem, seja com serviçais muçulmanos ou nas ruas de Palma, sempre se encontrou permeado pelo diálogo com as *Três Religiões do Livro*. Além do caráter transcultural, ratificado aqui nas constantes mutações no dinamismo econômico e religioso das Ilhas Baleares, em que a Península Ibérica incidia – enfatizando, aqui, em Maiorca –, não é somente este fator que define a biografia de Llull. À época, as Cruzadas, ou, como ele se referia, *passatge*⁵³, já ocorriam prévia e concomitantemente ao seu período de vida, e além de precisarem fortemente o caráter ideológico-missionário de seus objetivos práticos, trouxeram uma nova dinâmica à região – afetando concomitantemente o aspecto cultural e econômico. A reabertura das rotas de comércio – ressalte-se a ilha como um dos polos mais dinâmicos do período – elevaram as transações comerciais. Como embasou Ricardo da Costa,

o porto de Maiorca, estrategicamente localizado, era um centro de rotas marítimas que se entrecruzavam: do Magreb (proveniente de cinco cidades entre Bugie e Oran), da Europa, Montpellier, Marselha, Gênova e Pisa faziam escala em Maiorca, e depois Minorca (ABULAFIA: 1997, 115). Além disso, os maiorquinos faziam uma navegação de cabotagem ao longo de toda a costa

⁵¹ Apesar de não ter recebido o título de santo – somente a beatificação por Pio IX em 1847 – e, *a fortiori*, o de Doutor da Igreja, Llull é comumente chamado por esse epíteto – dentre outros, como *Doctor Phantasticus*.

⁵² Distinto do significado para uma sociedade industrial-capitalista, mas no sentido medieval de residente de burgo, em uma sociedade regida pela mentalidade pré-secular.

⁵³ Não somente as Cruzadas para o Oriente, como são comumente imaginadas. A própria Reconquista de Maiorca por Jaime I de Aragão (1229) com apoio de certos nobres, à época, não deixava de ser compreendida como uma *passatge* (termo proveniente do catalão medieval).

Com efeito, a trajetória intelectual de Ramon acaba por confluir na perspectiva exposta. Mesmo no início de sua produção livresca, na qual desenvolve sua *filosofia de ação*, em cerca de 1274, ao fim de seus nove anos de estudos abrangentes sobre, dentre outros temas, a lógica de Al-Ghazali, teologia, língua árabe, o beato passaria a redigir, dentro de suas possibilidades, os melhores “livros contra os erros dos infiéis”⁵⁵. Uma das suas obras mais conhecidas, *O livro do gentio e dos três sábios* (c. 1274-1276), encaixa-se nesta produção. A obra, singular por conter um debate entre um cristão, um sarraceno e um judeu ante um gentio – um homem sem religião – com o objetivo de, ao mesmo tempo, encontrar a religião verdadeira dentre estas e convertê-lo a seu próprio pedido, para que acalente sua alma, que se encontrava em uma espécie de *pathos*. Tal livro é bastante peculiar por, dentre outras razões, representar um ambiente retórico pacífico e cordial, afastando-se das condições de produção da apologética cristã coetânea, e mesmo também pois nem descobrimos, ao fim da obra, qual a religião escolhida pelo gentio. Enquanto Llull buscava aproximação das consonâncias entre as distintas religiões, outros escritores, como o supracitado Tomás de Aquino (e a *Summa contra gentiles*), Ramon Martí (e o *Pugio fidei adversus Mauros et Iudaeos*, de 1270), etc., comumente tinham a intenção de minar as bases teológicas das religiões atacadas e seus respectivos livros de fé, com o uso principalmente das autoridades.

Em contrapartida, não se pode, por isso, falar-se em um “diálogo inter-religioso” neste período, senão que tal *utensilagem mental*⁵⁶ sequer poderia estar na carga mental dos homens centromedievais. Penso que pode-se ir até, ao máximo, considerar essa época do pensamento luliano como uma parcimônia considerável, de modo a ir ao infiel para então trazê-lo ao catolicismo, portanto, “igualando” as religiões apenas metodologicamente, nunca de maneira categórica. Sendo por isso plenamente concebível que, em fato, sua mentalidade permeava-se pela ideologia cruzadista, e mais especificamente, de Reconquista Cristã incrustrada na Península Ibérica. E, no caso maiorquino, perpetrado pouco antes de seu nascimento por Jaime I – em um feito designado em si mesmo como uma *Reconquista*, inclusive com apoio

⁵⁴ COSTA, 2001, p. 165.

⁵⁵ RAMON LLULL, *Vida Coetânea*, III, 14.

⁵⁶ Cf. CHARTIER, 1990, p. 36.

da ascendência de Ramon Llull –, conquista dinamizadora da região insular de modo a dialeticamente convergir e divergir as três religiões lá presentes: judaísmo, islamismo e cristianismo. Por mais que, nesse período, promovesse o diálogo, o Doutor Iluminado ainda enxergava sua fé como a indubitavelmente correta. Não à toa, mais ao fim de sua vida, defendeu uma abordagem cada vez mais conflituosa na sua *filosofia de ação*. Encaminhando-me de fato para o fim do trabalho, exemplifico o belicismo luliano com sua obra já consideravelmente tardia, *O Livro Derradeiro*, datada do ano de 1305. Nas páginas introdutórias Ramon já esclarece sua incisiva quanto aos que ignoram seus requestos: restaria a estes, muito singelamente, prováveis e severas punições divinas, dado que antes deixaram os infiéis mouros dominarem o orbe em detrimento da valorização da fé cristã, do rebanho católico e da posse da Terra Santa:

Por muito tempo o mundo permaneceu em mau estado, e ainda podemos temer o pior, pois, como são poucos os cristãos e muitos os infiéis que dia após dia se esforçam para destruir os cristãos, aqueles, ao multiplicar-se, tomam e ocupam as terras destes blasfemam e negam vilmente a Santíssima, Verdadeira e Digníssima Trindade e a Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo, para escárnio da corte celestial, possuindo a Terra Santa. Como parece que os cristãos não desejam remediar esse malvado e injusto estado de coisas, um homem deixou tudo o que possuía, e por muito tempo trabalhou, correndo quase todo o mundo, para poder impetrar do senhor papa [...].

Este *Livro* mostra a maneira como, com a graça de Jesus Cristo e se desejarem, podemos conduzir o mundo ao bom estado e congregá-lo na unidade de um só rebanho católico. Se o desejarem fazer, irá bem; de outra maneira, no que se refere a mim, sinto-me desculpado. No Dia do Juízo, me escusarei diante do Juiz Supremo, dizendo e assinalando com o dito “Senhor, Juiz Justo: vede aqui aqueles a quem pessoalmente e por escrito mostrei, como melhor sabia, a maneira pela qual, se desejassem, poderiam converter os infiéis e conduzi-los à unidade da nossa fé católica” [...]. Que julgamento virá sobre eles não me é lícito saber; isso somente pertence a quem tudo sabe, desde sempre [...]. Por tudo isso, eu dou um conselho a quem tem ouvidos para ouvir: que escute o que digo e, com fervor, guarde no seu entendimento o temor pelo grande julgamento⁵⁷.

O Iluminado divide a obra em três partes: “a primeira trata da disputa com os infiéis; a segunda, da guerra; a terceira, da exaltação do entendimento⁵⁸”. Ademais, compila o *modus operandi* de combate à vários infiéis, por ordem: os sarracenos, os judeus, os cismáticos e os tártaros (ou pagãos). Nesta fase de sua biografia, não mais o interessava somente o puro diálogo “pacífico”. Ainda que desenvolvesse sua *Arte* –

⁵⁷ RAMON LLULL, *O Livro Derradeiro*, Introdução.

⁵⁸ RAMON LLULL, *O Livro Derradeiro*, Da Divisão Deste Livro. O “entendimento”, para Llull, aborda o intelecto, de forma que esta parte do livro é dedicada à demonstração de sua *Arte*, setorizando-a conforme a necessidade de obtenção de conhecimento, e a divulgando para que a cristandade a aprenda.

para converter pela razão –, não lhe aprazia o avanço e dominação dos infiéis sobre os cristãos, enfocando sempre no combate aos muçulmanos. Via, portanto, na Guerra Santa, uma importante solução lateral: cobrava das elites clericais, nobiliárquicas e régias a convocação de Cruzadas para a Reconquista de Ultramar. Dialeticamente, recomendava a criação de mosteiros para ensino de língua árabe, enquanto formulava técnicas de mobilização da Cristandade para a guerra. Outrossim, no próprio *Livro Derradeiro*, Ramon elogia técnicas de guerra e vestimentas dos infiéis maometanos, cedendo espaço para uma valorização destes, ainda que tentando derrotá-los. Prendermo-nos a somente uma “faceta” de sua produção intelectual e mistagógica, tornando-a maniqueísta, é, irredutivelmente, compreendê-lo com um severo filtro anacrônico.

Considerações finais

Percebe-se então, com o dinamismo notável presente na região maiorquina, uma maior necessidade dum contato ainda mais estreito entre as mais variadas pessoas de diferentes religiões, além de uma viabilidade notável e flutuante de ascensão social, ainda que condicionada pela questão da religião professada. A efervescência heterogênea não se dava só na religiosidade, mas também na cultura. Em Maiorca, proliferavam mercadores de toda a Europa, como Gênova e Pisa, e o catalão era uma espécie de língua “internacional” do comércio mediterrâneo⁵⁹.

Em meio a tudo isto, Llull, homem de diversas facetas – como não podia deixar de ser um pensador do Medieval –, versou, em vários escritos, sobre consideráveis e incisivas temáticas (desde biologia e medicina até astrologia e guerra), condensando, ao fim, seu foco, voltando-se para a idealização de um projeto crucial, sua *Arte Geral Última (Ars Magna)*.

Um dos objetivos de sua *Arte* era a possibilidade de não somente achar uma Verdade incontestável, mas defendê-la, intrinsecamente aliando a fé à razão. A defesa argumentativa da Verdade e da religião católica foram características definidoras de Llull durante sua trajetória intelectual e missionária. Se retirarmos tanto o caráter *bélico* quanto o *pacificador* de seu pensamento e propósitos, nada teremos senão um simulacro da mentalidade que regia a temporalidade em que ele se formou. Sua convivência com empregados muçulmanos, suas idas à sinagogas para debater,

⁵⁹ COSTA, 2001, p. 164.

viagens à África para tentativa de conversão dos infiéis, seus textos de aconselhamento aos papas e reis... enfim, apesar de não ter-se mantido estático em sua vida, há de saber-se que há uma constante que, para não só o compreendermos, mas principalmente sua *filosofia de ação*, deve ser levada em conta. Esta que, ressalte-se, caracteriza o elemento protagonista de seu pensamento: a necessidade e mobilização de esforços no sentido de conversão do infiel, aspecto este, em geral, secundário, no pensamento intelectual de seus contemporâneos.

Fonte

BERNARDO DE CLARAVAL. Apologia para Guilherme, Abade. **Mediaevalia**, Barcelona, v. 12, n. 11, p. 7-76, 1997. Anual. Apresentação, tradução e notas de Geraldo J. A. Coelho Dias.

PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. **História da Idade Média: textos e testemunhas**. São Paulo: UNESP, 2000.

RAMON LLULL. **Raimundo Lúlio e as Cruzadas**. Liber de Passagio. Darrer Llibre sobre la Conquesta de Terra Santa. Liber de Acquisitione Terrae Sanctae. Trads. Waldemiro Altoé, Eliane Ventorim e Ricardo da Costa. Rio de Janeiro: Sétimo Selo, 2009.

RAMON LLULL. *Vida Coetânia*. Trad. Ricardo da Costa. Freiburg im Bresgau, 1999.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal**. Do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

COSTA, Ricardo da. Maiorca e Aragão no tempo de Ramon Llull (1250-1300). **Mirabilia**, Barcelona, Esp. v. 1, p. 163-172. 2001.

DAWSON, Christopher. **A formação da cristandade**. Trad. Márcia Xavier de Brito. São Paulo: É Realizações, 2014.

FRANCO JÚNIOR, H. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

FRANCO JÚNIOR, H. Meu, teu, nosso: reflexões sobre o conceito de cultura intermediária. In: **A Eva Barbada**. Ensaios de Mitologia Medieval. São Paulo: Edusp, 1996.

GILSON, Étienne. **A filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAULENT, Esteve. Introdução. In: RAIMUNDO LÚLIO. **O livro do gentio e dos três sábios**. Trad. Esteve Jaulent. Petrópolis: Vozes, 2001.

O jornal pernambucano *O Liberal* e a questão abolicionista no Brasil (1868-1888)

The pernambuco journal *O Liberal* and the abolitionist question in Brazil (1868-1888)

Adonias Alfredo Carvalho¹
Gabriel Bento Leite Ferreira²
Luiz Fernando Tobias³

Resumo: O artigo se debruça sobre uma série de artigos editoriais publicados no jornal pernambucano *O Liberal* no ano de 1870, analisando-os sob a orientação da bibliografia que trata das práticas políticas e sobre as fundações ideológicas do Brasil Império, e sobre o abolicionismo como movimento social. As três frentes de pesquisa se encontram na série de artigos selecionados, que partem da Fala do Trono na abertura da Sessão Legislativa para criticar a intervenção imperial em 1868, o governo Conservador que se encontrava no poder desde então e a relação entre esses fatos e a falta de avanço na “emancipação do elemento servil”. É analisada a forma como os documentos articulam opinião pública, os argumentos e reivindicações do movimento abolicionista, as questões partidárias e as renovações ideológicas dos anos anteriores.

Palavras-chaves: Abolicionismo; Partido Liberal; Escravidão.

Abstract : The article focuses on a series of editorial articles published in the Pernambuco newspaper *O Liberal* in 1870, analyzing them under the guidance of the bibliography dealing with political practices and the ideological foundations of Imperial Brasil, and abolitionism as a social movement. The three research fronts meet in the series of selected articles, which start from the Speech of the Throne at the opening of the Legislative Session to criticize the imperial intervention of 1868, the Conservative government that had been in power since then and the relationship between these facts and the stagnation in the process of "emancipation of the servile element". It analyzes the way in which the documents articulate public opinion, the arguments and demands of the abolitionist movement, the party issues and the ideological renovations of previous years.

Keywords: Abolitionism; Liberal Party; Slavery.

Introdução

Tendo em vista o complexo processo de abolição da escravidão no Brasil e as diferentes interpretações que foram produzidas em torno desse fenômeno, toma-se por objetivo primordial desse trabalho a pesquisa de relações internas e agentes sociais implicados nesse processo significativo por si só, e reverberante até os dias

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

³ Graduando em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

atuais no solo pátrio. Para essa análise, abordaremos o impulso da abolição articulando a ótica da pesquisadora Angela Alonso, que, fazendo uso do repertório conceitual das Ciências Sociais, identifica o movimento abolicionista como o primeiro movimento social brasileiro, com outras contribuições teóricas e historiográficas, como o trabalho seminal de José Murilo de Carvalho (2008). O abolicionismo entendido como movimento social abarca em si uma rede de interações sociais variáveis e flexíveis, adaptáveis a cada contexto. Dentro dessa rede, os envolvidos visam um objetivo central, e aplicam-se às diversas formas de disseminação de seus ideais, acarretando na fundação de associações, partidos políticos, movimentos artísticos e a intensa propagação por meio da mídia impressa. Parte essencial dessas redes era composta por membros da elite do Império, em especial durante suas fases iniciais, e posteriormente, com expansão do movimento e sua integração à política institucional, por políticos e integrantes dos partidos políticos. Um dos melhores subsídios para a discussão desse encontro entre o movimento e as elites políticas é o trabalho de Carvalho sobre elas e sobre a política que dominavam. Por fim, o trabalho de Alfredo Bosi, que lida com o abrangente conceito de ideologia, elucida as tensões entre a matriz de pensamento do liberalismo e a realidade proprietária brasileira, que demandava legitimidade para a manutenção da escravidão.

Esses diferentes aspectos – o movimento social, os partidos políticos e a ideologia – confluem na edição de um periódico ligado ao Partido Liberal Pernambucano que circulou em Recife entre 1868 e 1871. É esse veículo impresso que nos serve de sustentáculo para examinarmos as movimentações pela abolição neste trabalho, como um fenômeno realizado com a participação de várias vozes que lutaram pela legitimidade junto à opinião pública no período imperial (ALONSO 2014, p. 126). Articulando as observações de Alonso com os apontamentos dos demais autores, buscou-se compreender e contextualizar a realidade apresentada por uma pequena série de artigos publicanos do período. Considerando o forte carácter político-partidário apresentado por esses artigos, e a maneira como o conflito entre liberais e conservadores se mostra atrelado ao movimento social abolicionista, considerou-se relevante também inciar o trabalho com reflexões a respeito do panorama político e ideológico brasileiro e do Partido Liberal na época de veiculação dos artigos.

Parte importante da contribuição de Angela Alonso à historiografia sobre o movimento abolicionista se deve aos recursos teóricos que adaptou da sociologia, e

por isso merecem alguma discussão prévia. O estudo do abolicionismo como movimento social foi realizado por Alonso em *Flores, Votos e Balas*, trabalho que foi editado em 2015 e cujos pontos principais foram apresentados em artigo publicado em 2014. Neste, a autora conceitua um movimento social como “uma rede de interações sociais que se constrói no curso de um conflito e que alinhava uma pluralidade de indivíduos, eventos e associações” (ALONSO 2014, p. 120), e por isso afirma ser possível compreender o movimento abolicionista a partir dessa categoria. Realçando o carácter relacional dessa rede de interações, Alonso destaca a centralidade do conflito para a formação e evolução de um movimento social: “A unidade de movimentos só se configura clara ante adversários, isto é, só existe um ‘movimento abolicionista’ no confronto com os que não o são” (ALONSO 2014, p. 120). Prosseguindo nesse sentido, a autora afirma que o movimento social, quando seus integrantes propagam suas retóricas de mobilização, na busca pela aceitação da opinião pública, não tem apenas de se opor a seus contrários, ao contra-movimento, mas tem de se posicionar em relação ao Estado e à postura insatisfatória que este assume frente a sua reivindicação.

Para o acesso a versões digitalizadas do jornal em estudo, voltou-se para a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁴, que reúne periódicos digitalizados de datas tão recuadas quanto 1809 para o Brasil. A série de artigos sujeitos à análise foi publicada ao longo de 23 dias, com posicionamentos a respeito do Imperador, do Partido Conservador e da escravidão. Abaixo, na tabela, encontram-se apresentadas as informações de publicação de cada artigo.

Tabela 1 – Publicação dos artigos no periódico *O Liberal*

Artigo	Nº da Edição	Data de Publicação
I	157	19/05/1870, quinta-feira
II	159	21/05/1870, sábado
III	161	24/05/1870, terça-feira
IV	163	27/05/1870, sexta-feira
V	164	28/05/1870, sábado
VI	171	06/06/1870, segunda-feira
VII	174	09/06/1870, quinta-feira

⁴ Disponível no endereço <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em 09.01.2021.

Fonte: elaboração dos autores.

Escravidão e abolicionismo antes e depois de 1868

Não obstante a conquista da independência em 1822 e a outorga da Constituição de 1824, o processo para que o Estado Nacional brasileiro tomasse forma em seus diversos aspectos se prolongou por diversas décadas, atravessando momentos de grande instabilidade, como a abdicação de D. Pedro I, o conturbado período das Regências e o Golpe da Maioridade. Por fim, ao longo da década de 1840, com D. Pedro II já efetivamente instalado no trono e contidas as últimas revoltas regionais, as elites imperiais encontraram um arranjo político que conferiria estabilidade ao regime por diversos anos. Esse arranjo reunia proprietários de terra, grandes comerciantes, profissionais liberais, magistrados e burocratas (CARVALHO 2008, P. 225) em torno de dois principais partidos políticos, o Liberal e o Conservador. A partir desses partidos, que competiam pelo poder institucional de cadeiras no Legislativo e da liderança dos Gabinetes, a elite imperial encontrava maneiras de expressar e disputar os pontos em que divergiam, em havia “rupturas”, sobretudo em relação à centralização política na Corte (CARVALHO 2008, P. 226). Contudo, mais do que isso, e daí advém a relativa estabilidade política, esse era um sistema assentado sobre alguns pontos fundamentais de concordância, consensos que passaram por diversos anos sem serem desafiados por uma parte ou outra (BOSI 1988, p. 23).

O primeiro desses pontos de concordância era o que se pode chamar de “liberalismo moderado” (BOSI 1988, p. 5), isto é, a defesa da representação política por meio de um Parlamento e de acordo com uma Constituição, e defesa de amplas liberdades econômicas. Ainda alimentando-se de rescaldos do processo de independência, esse liberalismo constituía antes de tudo uma recusa do Absolutismo e das restrições mercantilistas à economia colonial (BOSI 1988, p. 11); ampliação do sufrágio, eleições diretas ou reformas sociais em nada interessava a esse liberalismo “pré-democrático” (CARVALHO 2008, p. 225), que, justamente por isso, representava bem os interesses dessas elites. O segundo ponto de concordância era a legitimidade da escravidão, um elemento central não apenas para diversos setores da economia,

cujos frutos abasteciam os cofres do Estado e, direta ou indiretamente, dos membros da elite, como também para a identidade e o modo de vida dessa elite (ALONSO 2015, p. 29).

Se, à primeira vista, pode parecer imprópria ou improvável a cooperação dessas desses dois pontos na construção uma estabilidade política de vários anos, deve-se ter em conta o teor do liberalismo cultivado pelas elites imperiais, e as relações que elas estabeleciam com as fontes europeias onde esse pensamento havia sido formulado e no qual circulava amplamente. A recepção desse pensamento era calorosa, talvez até mais do que nos EUA e no Reino Unido (BOSI 1988, p. 13), mas nem por isso era passiva ou indiscriminada. Enquanto a economia política estudava e preconizava claramente os benefícios do trabalho livre, assalariado – e, é importante destacar, seus leitores escravistas não contestavam o aspecto imoral da escravidão – essa faceta do liberalismo era temporizada nas terras brasileiras. Os preceitos morais e a ciência eram vistos como corretos justos, mas inadequados para as condições vividas no Brasil, e portanto necessitavam de algumas adaptações locais, não podendo ser sumariamente transplantados de seu ambiente de origem. Como disse Alfredo Bosi: “Filtragem ideológica e temporização, estas seriam as estratégias do nosso liberalismo intra-oligárquico em todo o período em que se constrói o Estado nacional” (BOSI 1988, p. 16). Assim, quando o liberalismo atingia as raias do trabalho livre, era balanceado por necessidades econômicas e pelos “grandes interesses” dos proprietários (ALONSO 2015, p. 64); as “exigências abstratas” eram descartadas diante das “*particularidades* da nova nação” (BOSI 1988, p. 21. Grifo no Original).

A conjugação de escravismo e liberalismo, que se concretiza em plena liberdade para os proprietários, incluindo e se baseando na liberdade de escravizar, não é um fenômeno exclusivo ao Brasil Imperial. Bosi identifica uma postura similar a essa em diferentes partes do Ocidente onde a escravidão ainda persistia, como na ilha de Cuba e no Sul dos EUA, configurando um fenômeno que denomina “ideologia liberal-escravista” (BOSI 1988, p. 17).

Foi ainda sob os auspícios desse primeiro liberalismo, também chamado de histórico por Bosi, que foi aprovada a Lei Eusébio de Queiroz em 1850, dando fim ao tráfico de escravos para o Brasil. A animosidade com o Reino Unido que a manutenção do tráfico trazia já se tornava insustentável naquela conjuntura, e enfim encontrou-se a vontade política que havia faltado para tornar efetivos os dois tratados

anteriores sobre o tema (CARVALHO 2008, p. 298, 299). Esse era um tardio primeiro passo para a abolição, tendo em vista que, cessando a entrada de novos cativos, a manutenção da escravidão por tempo indeterminado se tornava improvável, mas duas décadas se passaram até que outro avanço fosse feito. Esse segundo passo, a Lei do Ventre Livre aprovada em 1871, se insere em um contexto de transformações políticas e ideológicas no Brasil, catalisadas pela entrada de um “novo” liberalismo, de teor renovado, que ganha espaço em diversos setores da sociedade ao longo da década de 1860.

Comparada com a anterior, nessa década o Brasil viu um maior dinamismo econômico e social, concentrado no ambiente urbano e em parte decorrente de capitais liberados do tráfico de escravos, em parte decorrente do fortalecimento do mercado interno e de demandas externas crescentes por gêneros agrícolas (BOSI 1988, p. 25-26). Esse ambiente favorece o liberalismo “novo” nas palavras de Bosi (1988, p. 24-27) ou “democratizante urbano” nas de José Murilo de Carvalho (2008, p. 225), que possuía tons progressistas, modernizadores e reformistas. Ideais que iam desde a reforma eleitoral até a reforma agrária, passando, é claro, pela abolição da escravatura, começaram a circular veiculadas por esse novo liberalismo, renovado, e começaram a ganhar espaço entre políticos, em especial do Partido Liberal.

A legitimidade da escravidão, em particular, perdeu parte da sua sustentação ao longo da década de 1860, em especial diante de transformações na conjuntura internacional (ALONSO 2015, p. 29-30). Os últimos redutos da instituição no mundo “Ocidental” a eliminaram nesse período, como o território colonial neerlandês e os EUA, ou deram sinais de que o fariam em breve, como a Espanha e seu território colonial na ilha de Cuba (ALONSO 2015, p. 31). Mesmo consideradas as “particularidades nacionais”, a situação brasileira começava a destoar. O próprio Imperador parecia tomar consciência desses fatos, e lhes aumentou a visibilidade, à medida que fez referência à necessidade de medidas a respeito do “elemento servil” em suas Falas do Trono que abriram as sessões legislativas de 1867 e 1868 (FALAS DO TRONO 2019, p. 488, 497). O assunto não foi retomado nas Falas dos anos seguintes, em parte devido à continuidade da Guerra do Paraguai e à atenção especial que ela demandava do governo, mas as suas menções não deixaram de impactar os escravistas, que não esperavam ver o assunto ser discutido tão cedo, assim como as omissões dos anos seguintes não passaram despercebidas (CARVALHO 2008, p. 305).

O ano de 1868 marcou essa transformação na política do Império, com uma série de acontecimentos que representam e sintetizam o movimento mais amplo (BOSI 1988, p. 25). Além de marcar o início efetivo do movimento abolicionista, segundo Angela Alonso (2015), este ano foi um ponto de inflexão na política institucional do Império, a partir do qual essas transformações se inseriram com maior intensidade no Partido Liberal. Fazendo uso de suas prerrogativas no exercício do Quarto Poder, o Imperador dissolveu um gabinete liberal e instituiu ministros conservadores em seu lugar, sob a liderança do Visconde de Itaboraí. Essa ruptura política, legal, mas ilegítima (BOSI 1988, p. 30), lançou os liberais na oposição de forma abrupta e suscitou uma reação fervorosa. Os liberais se reorganizaram, lançando o Manifesto do Centro Liberal em 1869, que criticava duramente a intervenção do Imperador e apresentava com maior proeminência os valores do reformismo liberal. Armados com essas ideias renovadas e aliados do poder, trouxeram então sua disputa política para o espaço público (ALONSO 2015 p. 37-39). Na análise de Bosi (1988, p. 25), “a crise de 68 [...] é uma crise de passagem do Regresso agromercantil, emperrado e escravista, para um reformismo arejado e confiante no valor do trabalho livre” e “o reformismo liberal vai em crescendo de 1868 em diante” (1988, p. 34).

***O Liberal* - diário político, noticioso e comercial**

É nesse contexto, de convulsão política e partidária, que se articula o impulso abolicionista como movimento social e que se dá a circulação do jornal pernambucano *O Liberal*. Este foi fundado um mês depois do gabinete conservador assumir em 16 de Julho, durante a crise de 68, e assumiu a posição de disseminador das novas posições liberais, representando opiniões do Partido Liberal de Pernambuco. Em sua primeira edição, no dia 15 de Agosto de 1868, *O Liberal* apresentou um manifesto em que aponta novos rumos para o partido provincial e para o nacional, em que afirma haver agora, a partir da interferência monárquica, nova união entre os liberais:

Antes da recente e inesperada subida do gabinete Itaboraí, o partido liberal se achava dividido em duas parcialidades, sob as denominações de Liberal histórica e Progressista; as quais em vez de se entenderem, hostilizavam-se reciprocamente em manifesto prejuízo da causa liberal. [...] O raio de 16 de Julho não fulminou, porém, os liberais; ao contrário, o estrondo de sua queda despertou-lhes os ânimos e uniu-os em um só corpo. [...] Na véspera a divisão era um motivo de fraqueza para os liberais, de desdém e de secreto regozijo para os conservadores. No dia da dissolução da câmara a união dos liberais

em um só corpo era um espetáculo imponente e majestoso! (*O LIBERAL*, 1868, p. 1).

Em seu manifesto de abertura, *O Liberal* trazia claramente a proposta de agrupar os liberais no papel de oposição ao gabinete liderado pelo Visconde de Itaboraí, levado ao poder pela intervenção de D. Pedro II. Nesse aspecto e em parte de seu conteúdo, este manifesto adianta algumas das posições que seriam afirmadas no Manifesto do Centro Liberal (ALMEIDA E MELO 1878, p. 33), publicado em Março do ano seguinte e que marcava a entrada de novas influências no Partido Liberal e o descontentamento com a ascensão dos conservadores ao poder.

Apesar seu manifesto de abertura falar múltiplas vezes na união de liberais históricos e progressistas contra o governo conservador, por volta de 1870 *O Liberal* representava de maneira bem mais contundente as tendências liberais reformistas que cresciam no país em geral, e no partido em particular. O liberalismo progressista parece ter avançado sobre o espaço do histórico na redação do jornal. Contrastam, como exemplo da crescente tendência progressista, os posicionamentos em relação à monarquia: em seu manifesto de abertura, o jornal afirma “não poder pôr em dúvida as boas intenções da Coroa” (*O LIBERAL* 1868, p. 1), referindo-se ademais com grande respeito a D. Pedro II; mais de dois anos depois, na edição do dia 30 de dezembro de 1870, o periódico faz uma menção notável e sugestiva a respeito da criação do Clube Republicano e da perda de esperança no regime monárquico.

Quanto a aspectos mais técnicos, Nascimento (1966, p. 170) divide as publicações em duas séries, que apresentam características levemente diferentes. A primeira, iniciada com a primeira publicação em 15/08/1868, tinha suas edições uma ou duas vezes por semana, geralmente sábados e domingos. Em termos materiais, possuía um formato médio com quatro páginas de quatro colunas, sendo formulado em matéria batida, com raros anúncios. As edições constituíam-se de editoriais em defesa dos princípios liberais, alguma colaboração assinada, discursos parlamentares, transcrições, correspondências e publicações “a pedido”. Circulou normalmente até a edição de nº 95, que saiu no dia 11 de setembro de 1869; passou por um intervalo, e retornou às publicações em 13 de outubro, no que seria a Segunda Série.

Sua segunda série, a qual teve início em 4 de novembro de 1869, estender-se-ia então até o fim do periódico, no dia 26 de dezembro de 1871. Nesse ínterim, o jornal sofre uma ampliação em seu nome, passando a ser denominado “O Liberal: Diário

político, noticioso e comercial”, evidenciando suas conexões políticas em seu frontispício com a inscrição “Órgão do Partido Liberal de Pernambuco”, e é presidido pelo redator João Silveira de Souza (NASCIMENTO 1966, p. 170). Nessa segunda série, apresenta eventuais histórias em folhetins, além de passar a conter maior número de anúncios e a ser publicado com maior frequência, em todos os dias da semana exceto o domingo. O jornal era pago de forma adiantada por trimestre, com valores diferenciados para “dentro” e para “fora da cidade”.

Quanto aos redatores do jornal *O Liberal*, as informações são escassas, seja junto às fontes ou à bibliografia. Contudo, cruzando a lista encontrada em Nascimento (1966, p. 170) com as informações constantes no *Diccionario Biographico* de Pereira da Costa (1882), foi possível distinguir a trajetória de dois de seus contribuintes, o que contribui para estimar a composição social da redação.

Antônio Rangel de Torres Bandeira (1826-1872) e Aprígio Justiniano da Silva Guimarães (1832-1880), atuaram como docentes na Faculdade do Recife. Ambos eram doutores em Direito, atuando em diversas áreas de conhecimento como: a ciência política, social, as letras e a História. Torres Bandeira fora também crítico literário em diversos periódicos pernambucanos do período, como: *O Liberal Progressista*, *Jornal do Comércio* e o *Diário pernambucano* (PEREIRA DA COSTA 1882, p. 167-173). Já Silva Guimarães, Publicou durante anos seus artigos literários e políticos em outros periódicos notáveis da capital pernambucana, como: *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*, *Província*, *Liberal*, *Atheneu Pernambucano*, *Progresso*, e *Opinião Nacional* que redigiu de 1867 a 1870. Este último foi criado e dirigido por Silva Guimarães, que na época estava inflamado pelas ideias do liberalismo reformista. Conservador nos primeiros anos de seus estudos, mudou seus ideais, utilizando-se de seu jornal para formular e propagar suas ideias políticas. Tentou ocupar a presidência do Partido Liberal, porém não obteve êxito (PEREIRA DA COSTA 1882, p. 192-199).

Letrados do meio urbano, inseridos no ambiente acadêmico e impresso local, e ligados ao Partido Liberal da província, um deles com alguma projeção ao nível nacional. Com esses dados, embora lacunares, é possível situar ao menos parte dos responsáveis pela redação d’*O Liberal* entre aqueles setores urbanos que, dentre os grupos que constituíam a base social do Partido Liberal (CARVALHO 2008, p. 225), aderiram ao liberalismo reformista depois da década de 1860, em especial depois de 1868.

A fala do trono e as reformas

Marcando o início das sessões legislativas de cada ano do segundo reinado, era realizada a Fala do Trono, em que o Imperador se comunicava com o Poder Legislativo e, através de transcrições em diversos periódicos, com toda a população do país. Através desse discurso, D. Pedro II comunicava uma série de constatações, preocupações, resultados e expectativas, fossem eles exclusivos do monarca ou compartilhados com a sociedade política e civil. Sendo assim, dando seguimento à tradição, dirigiu-se o Imperador à assembleia legislativa no dia 6 de maio de 1870, apenas alguns dias após o desfecho da atribulada Guerra do Paraguai: nela, trata longamente da conclusão do conflito no continente; fala da proposta de orçamento; da necessidade de educação, comunicação e braços livres na lavoura; de reformas eleitorais, jurídico-administrativas e militares; e do recenseamento da população (FALAS DO TRONO, 2019, p. 512).

Não deixou de ser notada, contudo, uma importante omissão: naquele que era o principal mecanismo de afirmação dos interesses do Poder Moderador, cujo amplo poder havia sido sentido há pouco, em 68, havia deixado de figurar a questão do elemento servil. Ao contrário do que havia realizado nos anos de 1867 e 1868, o Imperador não urgiu os deputados a considerarem soluções para essa questão central da época. As expectativas em relação à Fala do Trono de 1870 eram especialmente altas, dado que a pressão política para tratar do tema crescia e que, cessada a Guerra do Paraguai, não haviam mais desculpas para o governo não voltar seu olhar para questões internas mais candentes. Atento às movimentações nacionais em torno do tema, o periódico *O Liberal* logo tratou de manifestar sua indignação com o silêncio imperial; na edição de nº 157, do dia 19 de maio, foi publicado o primeiro de uma série de oito artigos editoriais que demonstravam a posição do veículo frente ao Estado, à fala do trono e ao partido conservador. Intitulam-se os artigos “A Fala do Trono e as Reformas”, indicando uma discussão a respeito das reformas em pauta no país, orientadas de forma geral pelas menções e omissões da fala imperial. Diz o artigo I:

O país dava sinais precursórios da extinção da escravidão, e ansioso esperava que o governo viesse em seu auxílio para conjurar a crise medonha, o cataclisma que pode de um momento para o outro surpreender-nos, e por imprevidentes que somos, lançar-nos por algum tempo na miséria. O país iludiu-se: a fala do trono guardou silêncio sobre o elemento servil. (O LIBERAL, 1870A, p. 1)

Antes mesmo do conteúdo em si, a forma como foram veiculados esses artigos é interessante por si própria. Ocupando lugar de destaque, no início da primeira página de cada um dos 8 números em que foram incluídos, esses artigos representavam a opinião d'*O Liberal* e, indiretamente, do Partido Liberal de Pernambuco sobre o pronunciamento proferido por D. Pedro II. Com o lugar de destaque nas edições, por vezes ocupando mais de metade da primeira página, e com a atenção prolongado que lhe foi dada, ao longo de quase um mês, podemos aferir a importância simbólica que a Fala do Trono possuía enquanto manifestação de interesses e preocupações da Coroa e, de certa forma, do próprio Governo. Podemos observar, também, o valor que os redatores do jornal enxergavam nessa oportunidade de se manifestar e se posicionar diante do Imperador e do Gabinete. Ainda quanto à forma, a os artigos contam com uma epígrafe, que age como mote da postura do jornal e que adianta o conteúdo do texto que se segue; a epígrafe é uma frase atribuída a Pascal que diz: "*L'opinion est la reine du monde*", que significa "A opinião é a rainha do mundo" em francês. Trata-se de clara ironia com a posição de realeza do Imperador, contendo crítica tanto à sua intervenção política em 1868 quanto à sua Fala omissória e, ao mesmo tempo, reforçando a legitimidade da posição ocupada pelo Partido Liberal, que, na falta do poder institucional na Cortem, ocupa o espaço público de jornais e mobiliza a opinião da população. Conforme consta nos primeiros parágrafos do artigo I:

A opinião que por toda a parte é o móvel que arrasta o poder, até mesmo nos governos absolutos, a seguir a trilha que lhes traça o povo, é hoje o ludíbrio dos nossos governantes. Assim é que a imprensa que é o mais legítimo órgão das nações e que aos olhos de todo o povo civilizado é o facho que ilumina a estrada do progresso. [...] Essa vontade que a imprensa, que o clamor público, que os fatos tem por toda parte denunciado, a fala do trono não exprime. (O LIBERAL, 1870A, p. 1).

Pela posição d'*O Liberal*, o governo Conservador que ocupa o poder negligencia as vontades legítimas e reais do povo, e nisso é referendado pelo Imperador tanto por sua intervenção de 1868 quanto pelo seu silêncio. Sendo assim, quem realmente representa essas vontades é quem ocupa jornais e mobiliza a opinião pública, o Partido Liberal. Essas vozes que os liberais representam clamam pela "garantia da propriedade e dos direitos políticos e individuais, pela aquisição de braços livres, pelo auxílio à lavoura, pela liberdade de indústria e comércio", e têm "sede de liberdades e garantias" que foram feridas quando seus representantes foram retirados

ilegitimamente do poder (O LIBERAL 1870A, p. 1). Porém, mais ainda do que todas essas demandas, aquela que atrai com mais força “os sentimentos generosos dos brasileiros [é a] reforma social que chamamos *emancipação do elemento servil*” (O LIBERAL, 1870A, p. 1. Grifo no original). Estão delineadas as linhas gerais da argumentação. De um lado, os liberais que, em seu liberalismo reformista e “democratizante”, encampam as demandas reais da população por liberdades, garantias e reformas; do outro, o Partido Conservador e seu cúmplice imperial, explicitando, pelo próprio silêncio, seu escravismo. Afinal, “o gabinete de 16 de julho teve entretanto o mérito da lógica e da franqueza; disse-nos ao menos uma vez toda a verdade: somos escravocratas, eis o que exprime o silêncio” (O LIBERAL, 1870A, p. 1).

A partir desse primeiro artigo, a argumentação segue advogando por leis que garantissem a emancipação dos nascituros e a manumissão gradual dos demais escravos, com esforços em paralelo para a atração de imigrantes (O LIBERAL, 1870B, p. 1). Entrelaçadas a essa linha central estão as críticas ao gabinete conservador e à sua incompetência, à ilegitimidade de sua posição no poder, assim como ao Imperador. O artigo II trata de esclarecer a proposta de emancipação gradual, de forma a afastar temores de um suposto radicalismo na posição do jornal e do partido.

A manumissão que aconselhamos, e hoje faz parte do programa liberal, “*consiste na liberdade de todos os filhos de escravos que nascerem desde a data da lei, e na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado*”.

Nunca dissemos nem exigimos mais que isto.

A divergência, portanto, entre nós e a Fala do Trono, que é o programa do partido conservador, não tem outro terreno. (O LIBERAL 1870B, p. 1. Grifos no original).

Ao explicitar a razoabilidade e a exequibilidade de sua proposta, cujos benefícios morais serão defendidos em artigos subsequentes, *O Liberal* constrói a argumentação de que os conservadores, ao recusarem termos palatáveis como esses, só podem fazê-lo por serem escravistas. Ato contínuo, é feita a associação direta entre a Fala do Trono e os programas do partido Conservador, unificando as críticas e objeções.

Ainda em sua oposição ferrenha aos conservadores, o periódico constrói parte de sua argumentação em resposta direta às discussões realizadas na assembleia legislativa. Nos artigos IV e V, é feita referência a discursos proferidos pelo Senador

José de Alencar no Parlamento, e em seguida responde-se a diversos trechos da fala que o Visconde de Itaboraí, líder conservador, realizou na mesma seção. O trecho começa com a transcrição de parte da fala de Itaboraí:

“Estou convencido [...] que não há, ou ao menos são raros, muito raros, os brasileiros, que não desejem ver extinta entre nós a escravidão.”

[...]

Tem razão o chefe conservador: são raros os escravocratas, mas entre estes está Sua Exc. e o seu partido. (O LIBERAL, 1870D, p. 1).

Em seguida, a crítica se dirige ao que Angela Alonso denominou “escravismo de circunstância” (2015, p. 51), isto é, ao fenômeno de que, em seus discursos, as elites brasileiras não negavam os profundos problemas morais da escravidão ou o valor civilizacional de sua abolição, mas recusavam-se a agir no sentido de realizá-la por conta das condições específicas do país.

Em todos os tempos, no seio de todas as sociedades [...] a ideia de emancipação é seguida de atos, ou preparatórios ou definitivos, mas que todos tendem ao mesmo fim.

[...]

O Sr. Visconde de Itaboraí segue sistema diverso: diz-se humanitário, civilizado; quer extinguir a escravidão, mas não dá um passo pra isto; cala-se e, apesar de ter diante de si a opinião da grande maioria do país, que quer a abolição gradual e dirigida, deixa ao tempo a solução desta magna questão. (O LIBERAL, 1870D, p.1).

Ainda outra característica notável nos artigos é a incorporação de repertório por parte do movimento, conforme Alonso conceitua (2014, p. 122; 2015, p. 85). Ao longo das linhas argumentativas percorridas nos artigos, figuram não apenas autores abolicionistas estrangeiros como também o uso de fatos e estatísticas históricas. Ao longo do artigo III, o mais longo e que se dedica ao “ponto de vista econômico e moral”, o redator se refere a Augustin Cochin, Leonard Wray e a lorde Stanley, autores abolicionistas e que relatam a rápida recuperação dos diversos países que já haviam emancipado seus cativos. Ao longo do mesmo artigo, estão presentes diversas referências ao vigor econômico de países americanos que haviam passado pelo processo de abolição, com informações econômicas da recuperação das Índias Ocidentais e mesmo dos EUA, que haviam passado por uma sangrenta guerra civil poucos anos antes. Através dessas informações e desses autores, a redação pôde incorporar a experiência de abolicionismos pregressos e fortalecer sua argumentação

interna ao país, focando nas dificuldades específicas do quadro brasileiro (O LIBERAL, 1870C, p. 1).

A discussão contida neste terceiro artigo se relaciona diretamente com uma das estratégias argumentativas identificadas por José Murilo de Carvalho: o catastrofismo mobilizado por políticos contrários às reformas, por meio do qual extrapolavam as consequências negativas da reforma e minimizavam as da inação. (CARVALHO 2008, p. 306-307). Vemos claramente a incorporação do repertório histórico dos movimentos abolicionistas para fazer frente a esse argumento:

Os escravocratas para infirmarem as nossas humanitárias pretensões, costumam pôr à face os destroços das velhas colônias escravistas, hoje livres, mas que, ao seu ver, se debatem na agonia da miséria. É um verdadeiro argumento *ad terrorem*, que só aos incautos pode iludir. Não há miséria nessas colônias; e na maior parte delas há verdadeira prosperidade, riqueza firme e abundante, qual sabe dar o trabalho livre. (O LIBERAL 1870C, p. 1).

Tomada como um todo, a argumentação empreendida pel' *O Liberal* ao longo dos 8 artigos intitulados *A Fala do Trono e as Reformas* dialogou e aprofundou os apontamentos trazidos pela bibliografia selecionada. Por situar-se temporalmente entre dois momentos chave – após o impacto maior das transformações da década de 1860 na política imperial, e do ano de 1868 no Partido Liberal, mas antes das acaloradas discussões parlamentares que acompanhariam o projeto da Lei do Ventre Livre – é um conjunto de fontes que contribui para a compreensão do período. O fortalecimento das pautas do reformismo e do movimento abolicionista na imprensa e no Partido Liberal é visível especialmente em torno da proposta de emancipação dos nascituros, que, ao tempo de redação dos artigos, ocorria antes de ser embaralhado pela aderência do Partido Conservador a essa pauta. No ano seguinte, o resultado seria a aprovação de mais uma reforma liberal por um Gabinete Conservador (CARVALHO 2008, p. 308-312).

Vemos, portanto, como se consolidava a posição abolicionista em setores do Partido Liberal, com foco à época numa lei que estabelecesse a emancipação dos nascituros. A partir dessa consolidação, tornou-se mais viável a tarefa atribuída de Visconde de Rio Branco de enfrentar os políticos emperrados de seu partido, à medida que contava com apoio de boa parte da oposição (ALONSO 2015, p. 65-70). Essa consolidação certamente só pode ser compreendida corretamente à luz dos

processos apontados por Bosi, Carvalho e Alonso, que delineiam um novo conjunto de ideias, que passam a circular entre setores urbanos da sociedade imperial e passam a se aliar, em grupos partidários e na imprensa, com um crescente movimento abolicionista, buscando renovar a ideologia de matriz liberal de feições escravistas para uma de feições democratizantes.

Considerações finais

Mantêm-se, aqui, as afirmações prévias: segundo a análise dos artigos publicados n’*O Liberal*, a compreensão da dinâmica política e ideológica do período entre 1868 e 1871, articulada com o enquadramento teórico de movimento social, mostrou-se um procedimento adequado para a compreensão dos discursos políticos ali veiculados. Não apenas há consonância de alguns elementos centrais da teoria – como o posicionamento diante do Estado e do contra-movimento, ou a incorporação de repertório político – como houve diálogo com a conjuntura e as reflexões de outros autores. Redatores letrados de uma importante capital nordestina incorporaram aquela nova ideologia liberal que Bosi chamou de “urbana em geral, nordestina em particular” (BOSI 1988, p. 26), ocupando o espaço público que havia restado ao Partido Liberal após 1868, e compunham parte da onda abolicionista que crescia nas artes e na imprensa.

Contudo, não se pode deixar de recordar a estrita associação partidária do periódico e as implicações que este fato traz consigo. Já é compreendido que o movimento abolicionista era autônomo ou suprapartidário, e que é um erro associá-lo diretamente com o Partido Liberal (ALONSO 2011, p. 180). Contudo, a aderência forte e incipiente d’*O Liberal* à causa do ventre Livre, como se observou nos artigos analisados, faz refletir sobre as realidades locais, e se o reformismo “urbano” e “nordestino” tornou a realidade do Partido Liberal de Recife e de Pernambuco mais propício à defesa da causa abolicionista. O trabalho de Hoffnagel (2005) indica que, mesmo no Partido Liberal Pernambucano da década de 1880, as questões reformistas e abolicionistas ainda não eram consensuais, motivo pelo qual mesmo Joaquim Nabuco enfrentou alguma resistência em suas candidaturas ao Parlamento. Poderia haver, então, oscilações na disposição dos pernambucanos liberais às reformas sociais, entre o momento de circulação d’*O Liberal* e a década seguinte. Questões como estas, abertas no limite deste trabalho, incentivam outras investigações, que

aprofundem a pesquisa e a compreensão, atentando em especial ao encontro entre as diferentes perspectivas teóricas trabalhadas, à tensão entre a realidade nacional dos movimentos políticos e ideológicos, e ao constante diálogo entre a teoria e a prática na produção de conhecimento.

Fonte

O Liberal, Recife, ano 1, nº 1, 13 ago. 1868.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 157, 19 mai. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 159, 21 mai. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 161, 24 mai. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 163, 27 mai. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 164, 28 mai. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 171, 6 jun. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 174, 9 jun. 1870.

O Liberal, Recife, ano 3, nº 176, 11 jun. 1870.

Bibliografia

ALMEIDA E MELO, Américo Brasiliense de. **Os Programas dos Partidos e o 2º Império**. São Paulo: Tipografia de Jorge Seckler, 1878.

ALONSO, Angela. Associativismo *avant la lettre* – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 28, set/dez. 2011, p. 166-199.

ALONSO, Angela. O Abolicionismo como movimento social. **Novos Estudos Cebrap**, n. 100, nov. 2014, p. 115 - 137. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n100/0101-3300-nec-100-00115.pdf>>. Acesso em 22.11.2017.

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas**: O movimento abolicionista brasileiro (1868 – 88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOSI, Alfredo. A escravidão entre dois liberalismos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 4-39, Dec. 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial. **Teatro de Sombras**: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FALAS DO TRONO: desde o ano de 1823 até o de 1889. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

HOFFNAGEL, Marc Jay. O Partido Liberal Pernambucano e a Questão Abolicionista, 1880 – 1888. **Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, n. 23, 2005, p. 7 – 24.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 36, p. 83 – 104, dez. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art07_36.pdf>. Acesso em 22.11.2017.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 1954)**. Recife: Imprensa Universitária UFPE, 1966.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Diccionario Biographico de Pernambucanos Celebres**. Recife: Tipografia Universal, 1882.

A liberdade de Merenciana Prestes dos Santos: notas sobre a trajetória de uma mulher negra nos campos de Palmas, Paraná, final do século XIX

The freedom of Merenciana Prestes dos Santos: notes on the trajectory of a black woman in the fields of Palmas, Paraná, late 19th century

Thalia Faller¹

Resumo: O artigo possui o objetivo de esboçar a trajetória de vida de Merenciana Prestes dos Santos e a partir dele refletir sobre a precariedade estrutural da liberdade negra nos campos de Palmas, Paraná, no final do século XIX. Por meio do aporte teórico-metodológico da História Social, cruzou-se fontes judiciais e eclesiásticas com o olhar interseccional entre raça e gênero. Merenciana Prestes dos Santos nasceu em Lapa/PR no ano de 1860 na condição de escravizada, em 1885 conquistou sua alforria em Guarapuava/PR, passando a viver a sua liberdade em Palmas/PR. Em terras palmenses, era lavadeira e estava marcada socialmente pelo seu passado na escravidão. Após a abolição do sistema escravista brasileiro, em 1888, sua liberdade foi demarcada pelo seu passado, cor e gênero. Dessa maneira, evidencia-se que a existência de Merenciana Prestes dos Santos foi estruturada de forma precária antes e no pós-abolição nos campos de Palmas, permeada por mecanismos de opressões e, por outro lado, resistências criativas de sua parte.

Palavras-chave: liberdade; pós-abolição; raça, gênero; Palmas/PR.

Abstract: The article aims to outline the life trajectory of Merenciana Prestes dos Santos and from it to reflect on the structural precariousness of black freedom in the fields of Palmas, Paraná, at the end of the 19th century. Through the theoretical-methodological contribution of Social History, judicial and ecclesiastical sources were crossed with the intersectional look between race and gender. Merenciana Prestes dos Santos was born in Lapa/PR in the year 1860 as a slave, in 1885 she conquered her freedom in Guarapuava/PR, starting to live her freedom in Palmas/PR. In Palmense lands, she was a washerwoman and was socially marked by her past in slavery. After the abolition of the Brazilian slave system in 1888, his freedom was marked by his past, color and gender. In this way, it is evident that the existence of Merenciana Prestes dos Santos was structured in a precarious way before and after the abolition in the Palmas fields, permeated by mechanisms of oppression and, on the other hand, creative resistances on her part.

Keywords: freedom; post-abolition; race and gender; Palmas/PR.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, sob orientação da Profa. Dra. Renilda Vicenzi. O artigo expõe resultados parciais do trabalho de conclusão de curso da graduanda, intitulado de "Merenciana e a liberdade negra: raça e gênero nos campos de Palmas (1880-1900)". Ver: FALLER, Thalia. *Merenciana e a liberdade negra: raça e gênero nos campos de Palmas (1880-1900)*. 63 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação)- Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, 2020.

Introdução

O problema da precariedade estrutural da liberdade negra no sistema escravista brasileiro, apresentado em trabalhos diferentes por Henrique Espada Lima (2005) e Sidney Chalhoub (2010), atenta para o estudo das lutas contínuas enfrentadas pelas libertas/os e suas/seus descendentes, além das diferentes e complexas percepções e vivências em liberdade que ultrapassam a alforria e a data de 13 de maio de 1888, tão aclamada por um discurso conservador e racista do tempo da escrita deste artigo. Também elencar o problema do pós-abolição como uma pauta de pesquisa, de acordo com Ana Lugão Rios e Hebe Mattos (2004), aprofunda a análise das precariedades enfrentadas e estratégias sustentadas por mulheres e homens negros no final do século XIX até o tempo presente.

Ao contrário do que um imaginário social, vinculado as ideias dominantes, procura idealizar sobre o Sul do Brasil, como territórios com uma pequena participação na violência e exploração da escravidão negra, ofuscada com a vinda massiva de homens e mulheres brancas da Europa, no final do século XIX que se estendeu ao século XX, a região foi palco de relações sociais, econômicas, culturais e psicossociais atreladas a escravização de corpos negros. Neste contexto se encontrou os campos de Palmas, no Paraná, foco deste artigo. Por meio do aporte teórico-metodológico da História Social, cruzou-se fontes judiciais e eclesiásticas para esboçar a trajetória de vida de Merenciana Prestes dos Santos, mulher negra, que viveu na região no final do século XIX. Com olhares interseccionais entre raça e gênero, cunhadas pelo feminismo negro, representado aqui por Carla Akotinere (2018), busca-se refletir sobre a precariedade estrutural da liberdade negra nos campos de Palmas através desta história de vida.

Dessa maneira, trazemos através da historiografia um outro ponto de vista sobre o Brasil Meridional. Questionamos, entrelinhas, os discursos prontos sobre os vazios geográficos que justificaram uma intensa marcha para o Oeste-Sul no século XX. O que apresentaremos, por meio de Merenciana Prestes dos Santos, é uma população não-branca que construiu esses lugares antes da imigração europeia e posteriormente em contato com a mesma. Nosso trabalho encontra-se na necessidade de visibilizar histórias outras e de utilizar nosso trabalho intelectual como uma forma de ativismo em prol de desestabilizar discursos e imaginários excludentes e racistas sobre a história do Sul do Brasil.

Invocamos a uma forte cena do filme Bacurau (2019). Em um diálogo de uma mulher e um homem brasileiros sulistas com estadunidenses, os primeiros dizem se parecer muito mais com as/os norte-americanas/os do que com os habitantes do Brasil porque vieram de uma região que se diz um pedacinho da Europa. A cena que se segue são as/os estadunidenses rindo e zombando dos sulistas. Essa cena não está lá por acaso. Muito menos este trabalho. Não temos a pretensão de ridicularizar a branquitude² sulista, mas ajudá-la a perceber e admitir que não somos um pedaço da Europa, mas sim, construídos por políticas racializadas - racistas.

Merenciana Prestes dos Santos: nomeada parda liberta nos campos de Palmas

No dia 29 de maio de 1886, o escrivão José Antônio Alexandre Vieira fez o registro de uma cena, com palco na vila de Palmas, que serve como ponto de partida para conhecer sobre seu tempo:

Diz Merenciana Prestes dos Santos, parda liberta, residente nesta vila: que a suplicante tem justo motivo para queixar-se contra Rozalina de Tal, que igualmente reside nesta vila, amasiada com João de Tal, conhecido vulgarmente por João Quirino, pela razão que passa a expor a Vossa Excelência.³

No desenrolar da queixa, Merenciana explicou que foi agredida com socos no rosto e agressão verbal por Rozalina da Solidade Rocha. O fato ocorreu no dia 24 de maio de 1886, dentro de sua casa, quando estava distraidamente procurando roupas que lavou para entregar ao seu cliente Clemente de Mattos, sobrinho da agressora. A violência foi interrompida, “(...) sendo que mais a maltrataria se acaso não fosse a suplicante socorrida pelo mesmo Clemente e pela intervenção oportuna do praça policial de nome Pedro Afonso Dias (...)”⁴ que foi até a casa de Merenciana auxiliá-la com remédios para tratar de sua bronquite aguda. De acordo com a descrição, a agredida encontrava-se doente, mal podendo se mexer; agruras que, de acordo com o seu depoimento, foram obtidas por precisar trabalhar por dois anos para pagar sua alforria. Além disso, encontra-se no documento que ela era de porte naturalmente

² Nos baseamos na ideia de branquitude exposta na tese: SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)- Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

³ Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos, 1886, p. 2.

⁴ Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos, 1886, p. 3.

frágil e delicado, não sendo capaz de se defender, ao contrário de Rozalina que foi caracterizada como uma mulher robusta, briguenta e de má índole.

O pequeno trecho anterior, assim como todo o documento produzido por uma autoridade municipal, abre questionamentos que necessitam serem pensados para além das linhas apresentadas. Merenciana Prestes dos Santos, classificada como “parda liberta”, e Rozalina da Solidade Rocha, sem marcações raciais, apontam para a possibilidade de entender um conflito a partir do olhar interseccional entre raça e gênero, no contexto dos últimos anos da escravidão, que pode ultrapassar os significados do acontecimento imediato que levou a queixa: Rozalina não gostou do resultado do trabalho de Merenciana e a agrediu.

O termo “parda liberta” foi construído ao longo das mudanças de um sistema escravista brasileiro que necessitou se adaptar a liberdade negra. Até o século XIX, de acordo com Hebe Mattos (2013), liberdade acompanhava a ideia do indivíduo branco e ao não trabalho, o que supostamente seria o oposto de quem era escravizada/o. Na contramão de manter escravizado milhares de humanos, o Brasil da escravidão institucionalizada de africanas/os e seus descendentes possibilitou por meio da alforria brechas para que gerações negras vivessem em liberdade. Dessa forma, foi necessário criar mecanismos que mantivessem espaços de privilégios, demarcando e classificando aquelas/es que não deveriam fazer parte dos espaços naturalizados como brancos. A liberdade foi um deles.

Segundo Mattos (2013), os sentidos da liberdade, que buscavam se diferenciar da escravidão, modificaram-se ao ponto de a cor branca ser silenciada nos documentos oficiais. Por outro lado, a cor surgia quando se tratava de um indivíduo que era reconhecido pelo seu presente, passado ou ancestralidade na escravidão. Dessa maneira, “parda liberta” informa sobre o lugar social e político de Merenciana Prestes dos Santos, e que o escrivão, fazendo o uso do costume⁵ classificou-a a partir da sua cor, relacionando-a com a sua condição jurídica naquela sociedade. Ou seja, a expressão procurou mostrar que Merenciana era reconhecida como uma mulher que possuía vínculos com a escravidão. O acréscimo de “liberta” justificou a exceção dela, sem interlocutores, à Justiça da vila de Palmas.

Segundo Daniele Weigert (2010), a partir de 1839 os territórios aqui considerados como campos de Palmas foram apropriados com incentivo do Império

⁵ Aqui manuseamos o conceito de costume construído por E.P. Thompson. Ver: THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

para procurar resolver os problemas de fronteiras entre Brasil e Argentina, em sua maioria por famílias que já estavam situadas em Guarapuava. O Sudoeste paranaense participou de uma economia escravista⁶ voltada para a criação e comercialização de gado, tropeirismo, agricultura de subsistência e cultivo da erva-mate. Além disso, a migração de uma população pobre⁷ para Guarapuava se intensificou, a partir de 1840, por meio da abertura do caminho das Missões e estrada para Palmas, significando a vinda de homens e mulheres não pertencentes a famílias de estancieiros para a região (PONTAROLO, 2019). Délcio Marquetti (2015) também aponta que, como uma região de fronteira, os campos de Palmas, principalmente no final do século XIX e início do XX, recebeu instalações militares a fim de construir estradas e colônias para defender os interesses nacionais, trazendo consigo famílias negras de outras regiões do Brasil.

Merenciana, segundo seu registro de batismo, nasceu em Lapa/PR no dia 8 de junho de 1860⁸. Filha de Florinda, assim que veio ao mundo também fora escravizada, como sua mãe, por Antônio Gonçalves da Silva. Recebeu como padrinhos um casal de livres chamados Joaquim França Ribas e Dona Maria da Glória Sá Ribas⁹.

A reprodução biológica da escravidão, para além de uma visão senhorial de aumento de mão de obra para sua propriedade, significou sociabilidades negras e resistências. A construção de famílias por parte das/os escravizadas/dos foi, de acordo com Robert W. Slenes (2011), um importante meio para sobreviver nos trópicos; vínculos familiares que poderiam incluir pessoas escravizadas, libertas e livres.

⁶Segundo Ana Paula Pruner de Siqueira, na segunda metade do século XIX, no contexto nacional de deslegitimação e crise do sistema escravista, os campos de Palmas contava com uma população de livres, libertos/as e escravizados/as. No total de 3.301 habitantes, de acordo com o Censo de 1872, 3.028 (91,3%) eram livres e 273 (8,27%) escravizados/as. Ver: SIQUEIRA, Ana Paula Pruner de. **Cativeiro e dependência na fronteira de ocupação**: Palmas, PR, 1850-1888. 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em História)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

⁷Fábio Pontarolo investiga sobre os lavradores pobres, suas ações e resistências em Guarapuava entre os séculos XVIII e XIX. Para o historiador, a ocupação não indígena dos campos de Guarapuava, entre 1821 a 1859, também foi realizada por degredados/as forros/as e libertos/as da região paulista. Os sujeitos que protagonizaram o chamado “povoamento de pobres” pelo governo Imperial desempenharam trabalhos na agricultura de subsistência, construindo famílias e movimentando o mercado interno paranaense. Ver: PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária**: a história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (século XIX). 2019. 325 f. Tese (Doutorado em História)- Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

⁸ Paróquia Santo Antônio da Lapa: Livro de batismos nº 7, 8 e 9, 1858-1867, p. 61

⁹“Aos oito de julho de mil oitocentos e sessenta Rev. João Lino da Silva batizei e pus os santos oleos: Merenciana de um mês, filha de Florinda, escrava de Antônio Gonçalves da Silva. Padrinhos Joaquim de França Ribas e Dona Maria da Glória” (Paróquia Santo Antônio da Lapa: Livro de batismos nº 7, 8 e 9, 1858-1867, p. 61).

A escravização no Brasil, como já mencionado, produziu liberdade negra e possibilitou mobilidade social. Dessa maneira, a construção de relações com indivíduos que se encontravam em distintos lugares sociais trouxe a expectativa de conseguir, de maneira individual e/ou para seus próximos, amenizar as dores de ser escravizada/o, conquistar a alforria e uma condição melhor em liberdade (SLENES, 2011). De certa forma, as esperanças eram alimentadas pela realidade na qual mostrava que estabelecer vínculos produzia, em diversos momentos, bons resultados. Como reflete Slenes (2011), se na formação social e cultural brasileira existem vestígios de nossa africanidade, se somos uma população, em sua maioria, de mulheres e homens negros de diversas tonalidades, é porque pessoas negras vincularam-se entre si e expandiram relações, de diferentes maneiras e intensidades¹⁰.

Na queixa de 1886, encontra-se anexada uma cópia da alforria de Merenciana, assinada pelo seu ex-senhor, Francisco de Paula Fagundes¹¹, na localidade de Guarapuava/PR, em 29 de maio de 1885¹². Nas primeiras linhas do documento ele declara: “concedo liberdade a minha escrava Merenciana Prestes dos Santos pela quantia de seiscentos mil reis, que nesta data me foi pago em moeda corrente”.¹³ Ao pedir ao Ministério Público que atuasse a seu favor, em 1886, Merenciana Prestes dos Santos construiu um discurso que colabora para refletir sobre em quais condições ela obteve sua manumissão. Observamos: “(...) como se acha ainda sob a pressão do ônus do cativo, tirando esmolas para rumir-se, com o prazo de dois anos, não tendo assim algum em que amparar-se”¹⁴.

Como se nota, na petição de queixa Merenciana Prestes dos Santos afirmou que possuía uma dívida relacionada ao pagamento da sua manumissão, já na alforria Francisco de Paula Fagundes assina que recebeu o valor posto para a liberdade jurídica dessa mulher. É provável que ela rompeu com a dependência em relação ao seu ex-senhor para construir outra com um indivíduo diferente. No entanto, mesmo

¹⁰ Não deixamos de lado, com esta constatação, o estupro massivo das mulheres negras por homens brancos como uma das bases da miscigenação brasileira.

¹¹ Localizou-se o registro de casamento de Francisco de Paula Fagundes. O ex-senhor de Merenciana casou-se, com Maria Joanna de Araújo Neta, na Paróquia de Guarapuava, em 19 de agosto de 1879. Ambos eram residentes em Guarapuava e Francisco era natural de São José dos Pinhais, também situada na Província do Paraná (Paróquia Nossa Senhora de Belém: Livro de matrimônios, nº 4, 1879-1883, p.8)

¹² Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos, 1886, p. 8.

¹³ Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos, 1886, p. 8.

¹⁴ Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos, 1886, p. 4.

com as possíveis tensões vinculadas a não conseguir pagar sua dívida, esse novo laço de dependência se fez sobre bases um pouco diferentes: Merenciana era uma mulher juridicamente liberta, que trabalhava para pagar sua dívida e admitia estar com ela.

Após obter a alforria Merenciana Prestes dos Santos se estabeleceu em Palmas, um lugar em que não fora escravizada, mas que reconheciam seu passado¹⁵. Em 1886, uma fonte de seu sustento econômico era o de lavadeira. Provavelmente a experiência com o cuidado dos tecidos foi adquirido no decorrer de sua vida, pois necessitava o conhecimento de técnicas de limpeza e preservação, submetendo-se a horas de trabalho pesado carregando, esfregando, torcendo, estendendo, dobrando e passando diversas peças de roupas, toalhas e outros panos. Segundo Lorena Féres da Silva Telles (2011), a ocupação de lavadeira, por ser uma economia informal, oferecia a facilidade de encontrar espaços para realização do trabalho como bicas, rios, chafarizes, além de mobilidade e autonomia. Por outro lado, era um meio de sobrevivência incerto, que dependia das relações sociais e da força das trabalhadoras, já que era uma das profissões no século XIX que se concentravam, nos centros urbanos das cidades e vilas, mulheres negras e brancas pobres (MONTELEONE, 2019).

De “parda liberta”, “Merenciana Prestes dos Santos”, a “ex-escrava”

Passados aproximadamente três anos após a violência inferida por Rozalina que temos registro, e um ano da carta assinada pela Princesa Isabel abolindo oficialmente a escravidão, Merenciana Prestes dos Santos, no dia 21 de maio de 1889, encontrou-se diante de uma briga entre homens que levou a produção social de um processo crime. Em seu testemunho ela ajuda a compreender o acontecimento:

(...) indo de um baile que houve na casa do negociante Victorino José da Roza, para sua casa, e lá chegando se deu um princípio de dúvida entre Galdino José Ricardo, Olegario e João Ricardo, nesse ensejo ela respondente retirou-se para casa de seu vizinho Joaquim Passarinho, que logo depois dali saindo encontrou-se com Olegario que lhe disse fosse tomar conta da sua casa porque ele estava desgraçado.¹⁶

¹⁵De acordo com Mattos, parda liberta também poderia significar alguém vindo de outro lugar. Ver: MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 41.

¹⁶ Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Processo Crime do réu Olegário Rodrigues Carneiro, 1890, p. 15.

No conflito que ocorreu na casa de Merenciana, entre Olegario e os irmãos Galdino e João, no qual o primeiro foi preso por ter agredido com uma arma branca Galdino, ela passou a ser testemunha nas páginas do documento e não foram utilizados marcadores sociais referentes a sua cor e passado. Após o primeiro julgamento ser favorável a Olegario, pelo júri entender que agressão foi causada em legítima defesa, utilizou-se um argumento de acusação que trouxe novamente Merenciana ao caso:

(...) alegando ele não ter procurado fugir de seus agressores pela porta da rua, em razão de ser tomada por eles, nem pela dos fundos da casa por não conhecê-la, dê-se que não procede a defesa sendo, como é, certo e notório que, apesar de casado, costumava frequentar essa casa.¹⁷

A resposta de Olegario Rodrigues Carneiro, 25 anos, casado, lavrador¹⁸, foi que somente acompanhou Merenciana até sua casa a seu pedido, já que se encontrava embriagada, não sendo costume visitá-la. A necessidade de justificar porque estava com ela e, de certa forma, afastá-lo de relações mais próximas, apontam que a companhia de Merenciana Prestes dos Santos não era bem vista, já que isso foi utilizado como um argumento contra Olegario, deslegitimando a sua defesa. O fato de conhecermos o passado de Merenciana contribui para entender os tratamentos reservados a ela no pós-abolição. A cor e condição social não foram ditas, mas de certa maneira, podem ser sentidas até mesmo em um papel timbrado.

De acordo com a historiadora Wlamyra Albuquerque (2004), a crise do sistema escravista que se estabeleceu principalmente a partir de 1871, reverberou em um processo de bruscas mudanças nas relações sociais no Brasil. As saídas possíveis da “questão servil” levaram a se articular, por meio de conflitos e contradições, os lugares de uma população negra que às vésperas do 13 de maio de 1888 já eram em sua grande maioria livres. Dessa maneira, “(...) à sombra da questão servil e da monarquia, estavam sendo reconstruídos e disputados sentidos sociais e políticos da liberdade e da cidadania para os negros” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 20). Nesse contexto, as ideias de raça circularam de maneira que demarcavam posições antes apontadas pelo direito à propriedade e pureza de sangue.

¹⁷Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Processo Crime do réu Olegário Rodrigues Carneiro, 1890, p. 82.

¹⁸Arquivo da Comarca de Palmas/PR. Processo Crime do réu Olegário Rodrigues Carneiro, 1890, p. 18.

No final do século XIX, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), as teorias raciais, discutidas na Europa, que tratavam sobre as diferenças e desigualdades humanas a partir da hierarquização racial, foram recebidas dentro das instituições brasileiras habitadas pelos homens da ciência moderna ocidental e pensadas para o caso do Brasil, que se construía por meio de sua mestiçagem bastante evidente. Manipuladas a favor dos objetivos da elite brasileira, foram correlacionados fatores biológicos com supostas aptidões intelectuais e inclinações morais, colocando como inerente a certos grupos raciais propensões a vícios, submissão e atitudes infantilizadas.

As ideias sobre raça teorizadas e apresentadas por discursos científicos, encontraram no chão das relações sociais brasileiras preconceitos há muito tempo fundados na cor dos indivíduos. Os casos de tutelas de ex-senhores/as com seus ex-escravizadas/os, reescravização, ser considerada/o escravizada/o até se provar ao contrário, e outras maneiras de repreender e controlar de maneira privada ou através do Estado a população negra, ressalta que a liberdade dessas mulheres e homens eram vistas como um problema, algo que não os pertencia naturalmente.

Os problemas da liberdade negra são reforçados ao passo que o incentivo a imigração europeia foi intensificado com a crise e fim da escravidão brasileira. A historiadora Joseli Maria Nunes Mendonça (2015) aponta que no Paraná a representação pública de um passado construído por alemães, poloneses, russos, ucranianos, italianos e austríacos sobressai a imagem da participação negra na história paranaense. Aproximamos a escala de análise para o sudoeste do Paraná com Marquetti (2015) que investigou o conflito entre imigrantes *polacos* com militares, em sua maioria negros vindos do Norte e Nordeste do Brasil, incumbidos de construir uma estrada que ligaria União da Vitória a Palmas em 1900. De acordo com o historiador, na região de Palmas, que possuía importância geopolítica para a Província do Paraná e o Estado brasileiro, a imigração europeia foi entendida como necessária para ocupar o que se entendia por “espaços vazios”, não produtivos para as mentalidades colonizadoras. Por meio da análise desses dois historiadores, percebe-se que a segunda metade do século XIX e o pós-abolição na região privilegiada para esta pesquisa contava com o estímulo e vinda de imigrantes europeus brancas/os para trabalharem nas terras paranaenses, a fim de ajudar a construir o tão almejado progresso interiorano pelas elites brasileiras.

Na valorização de personagens brancas/os e suas culturas europeias, a racialização das relações fizeram parte do viver nos campos de Palmas, criando espaços de tensões, negociações, alianças e conflitos dentro da sociedade que Merenciana existiu. Os tratamentos a ela apontados no final do século XIX podem ser pensados por meio de um contexto de uma sociedade que, com sua diversidade e especificidades, recebeu e respondeu a seu modo os conflitos e mudanças nacionais. À vista de que “a noção de raça em tal contexto era maleável, dissimulada, flexível, adaptável aos já vigentes critérios de exclusão e acomodação social” (ALBUQUERQUE, 2004, p. 24), refletir o contexto social de Merenciana requer pensá-la em um momento de crises, rupturas, mas também continuidades de um processo no qual permaneceram regras sociais costumeiras.

Em 1891, Merenciana Prestes dos Santos, com seus problemas de saúde iniciados na escravidão, faleceu na vila de Palmas. Vejamos o que foi registrado pelo pároco responsável:

Aos vinte e oito de dezembro nesta paróquia de Palmas faleceu Merenciana, de trinta anos de idade mais ou menos, sendo desconhecida a causa de seu falecimento, como também sua filiação, foi ex-escrava do Sr. (?), recebeu os sacramentos da hora extrema, seu cadáver foi recomendado por mim e sepultado no cemitério desta vila.¹⁹

Anotou-se algumas vagas informações sobre sua trajetória: que estava na casa dos 30 anos e que fora uma mulher escravizada. O nome do senhor anotado, que não conseguimos identificar, parece não ser de um dos ex-senhores que conhecemos (Antônio ou Francisco). Por outro lado, desinformações são comuns no universo das/dos libertas/os²⁰. Merenciana residia há aproximadamente cinco anos na vila de Palmas. Dentro deste tempo o Brasil se tornou uma República.

Um dos perigos das datas cristalizadas é concebê-la como um início e fim nela mesma. O 15 de novembro de 1889, marcado pelo golpe de Estado que depôs d. Pedro II, além do fato histórico que o marca, consolida a construção de um moderno

¹⁹ Cúria Diocesana de Palmas/PR: Livro de óbitos nº 1, 1891, p. 63-64.

²⁰ Uma maneira de entendermos essa dificuldade é entrar em contato com pesquisas com objetivos que envolvem mapear trajetórias de libertas/os na escravidão e pós-abolição. Em determinado momento, os fios que levam a conectar nomes com os indivíduos estudados se transformam em nós ou são cortados, necessitando de um esforço de conhecimento histórico com suporte de cruzamento com outros documentos para se pensar nas histórias que poderiam estar inseridos. Recomenda-se: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004; FREIRE, Regina Celia Xavier. **História e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1993, p. 336;

Estado-nação brasileiro. Na outra mão, esse momento foi fabricado em um processo de crise e deslegitimação do Império intensificados a partir de 1870, após o fim da Guerra do Paraguai. A escolha pela abolição gradual da escravidão brasileira provocou descontentamentos a favor ou contra nos diferentes setores sociais do país. Os movimentos abolicionistas que possuíam em seus núcleos pessoas negras articuladas e engajadas também estiveram à frente dos movimentos republicanos. (GOMES; PAIXÃO, 2008; PINTO, 2014; RESENDE, 2003)

A possibilidade de se estabelecer uma República fortaleceu os impulsos antiescravistas, já que a partir dessa organização social, em tese, todos passariam a ser iguais juridicamente e obter direitos civis e políticos dentro do território brasileiro. Com o 13 de Maio, as elites latifundiárias que não receberam indenizações pelos custos empenhados na compra da energia de trabalhadoras/es negras, passaram a apoiar também a saída da família real. Os chamados republicanos de 14 de Maio, compuseram a coalizão das elites e militares que são postos pela memória nacional e história tradicional como os reais protagonistas da conquista do Brasil, iniciando sua modernidade, ordem e progresso. (GOMES; PAIXÃO, 2008; PINTO, 2014; RESENDE, 2003)

Uma data que evoca um começo, a idealização de uma origem, se torna um campo de disputas sobre quem estava à frente e possui o direito de utilizar sua memória a seu favor. Por outro lado, as Histórias que vem sendo escritas demonstram a complexidade de um processo que mobilizou mudanças e mascarou continuidades. Afinal, voltando ao registro de óbito de Merenciana, faço minha as palavras provocadoras de Rodrigo de Azevedo Weimer:

Se o pós-abolição era um campo de novas possibilidades para antigos escravos, relegá-los à condição de “ex” e defini-los em função daquele passado, não deixava de ser uma maneira de pretender mantê-los na prática presos a ele. Qual o futuro reservado aqueles que são o que não há mais? (WEIMER, 2014, p. 284)

A pergunta que se levanta é: por que nomear como “ex-escrava” uma mulher que foi identificada em sua vida como “parda liberta” e “Merenciana Prestes dos Santos”, em um momento que essa categoria não possuía mais o respaldo constitucional do Estado? Talvez refletir sobre um acontecimento, a morte, possa ser uma análise possível de quando o passado na escravidão era apontado como maneira de classificação, sem o reconhecimento da cidadania. Empregar o termo, então, fez

sentido, explicava e identificava Merenciana. No momento de falar por aquela que não podia mais, o costume se mostrou mais forte que a mudança de um regime político e de uma nova Constituição. Acionou-se memórias para demarcar limites entre a escravidão e liberdade. O reconhecimento e materialidade da cidadania negra pode ser pensado como uma faceta do problema da precariedade da liberdade que se estendeu para o pós-abolição no sudoeste do Paraná.

As nomeações que seguiram Merenciana nos documentos analisados, “parda liberta”, “Merenciana Prestes dos Santos” e “ex-escravizada”, distribuíram-se em um contexto nacional, segundo Wlamyra Albuquerque (2004), de construção de sentidos políticos da liberdade e cidadania negra. Parece que limitar um espaço social para as mulheres negras era uma complicada tarefa para aqueles incumbidos de controlar a população de Palmas. Ainda mais nas primeiras décadas da República em que através da perda da marca da escravidão a igualdade entre os cidadãos era forjada (MATTOS, 2013).

A raça, de acordo com Flávio Gomes e Marcelo Paixão (2008), passou a ser um projeto político e social que não apareceu no discurso, mas nas ações que eram excludentes e privilegiaram um tipo de ser humano, homem, branco, heterossexual e com ares europeus, que simbolizou o progresso que o Brasil necessitava conquistar. O Estado-nação brasileiro foi estruturado em pautas que marcavam a continuidade e intensificação de desigualdades raciais e sociais.

Considerações finais

Em sua trajetória de vida Merenciana Prestes dos Santos aprendeu a se movimentar dentro do jogo social posto. Nasceu em Lapa/PR no ano de 1860 na condição de escravizada, em 1885 conquistou sua alforria em Guarapuava/PR, passando a viver a sua liberdade em Palmas/PR, lugar em que fez sua passagem no ano de 1891. No meio destes marcos postos pela historiadora que redige este texto, Merenciana Prestes dos Santos construiu sua humanidade.

A expectativa de sua liberdade começou no ventre de sua mãe Florinda que com suas relações negociou seu apadrinhamento e maneiras de que sobrevivesse. No momento que foi tirada de perto daquelas/es em que construiu suas primeiras memórias, sabia que poderia negociar sua liberdade por si mesma, ativando redes de sociabilidade. Assim, ao conquistar sua alforria mudou-se para a vila de Palmas.

Como lavadeira esteve na linha daquelas/es trabalhadoras/es pobres que transitavam nas ruas à procura de espaços para obter meios econômicos de sobrevivência. Compartilhando a sua ocupação com outras mulheres negras pobres, trocou e foi alvo de palavras, desafetos e agressões físicas, utilizando a Justiça para se proteger. Pode ser que Merenciana sabia que sua queixa não levaria Rozalina para a prisão, mas o ato de mostrar que poderia denunciar a agressora foi uma atitude que demonstrou coragem e que ela não apanharia calada.

Além de trabalhar, Merenciana procurou espaços e companhias para compartilhar momentos de diversão. Ao confiar a Olegario para conduzi-la até sua casa evidenciou que estar ao seu lado gerava estigmas, devendo ser justificado socialmente. A aparente relação com Merenciana poderia levantar reprovações entre os moradores da vila de Palmas.

Por fim, após a abolição do sistema escravista brasileiro, em 1888, foi possível perceber que sua liberdade foi demarcada pelo seu passado, cor e gênero. Dessa maneira, evidencia-se que a existência de Merenciana Prestes dos Santos foi estruturada de forma precária antes e no pós-abolição nos campos de Palmas, vivendo permeada de mecanismos de opressões, intensa marcação e produção de sua imagem baseada no olhar social de inferiorização da mulher negra, algo que limitava suas oportunidades e afetividades. Por outro lado, sem esquecer as dores levadas consigo, abrem-se olhares sensíveis para perceber que Merenciana Prestes dos Santos fabricou resistências criativas- como denunciar Rozalina, buscar socializar-se em festa, trabalhar por si e para si...-, para viver significativamente consigo e com os seus.

Fontes

Arquivo da Comarca de Palmas/PR. **Petição de queixa de Merenciana Prestes dos Santos**. Palmas, 1886.

Arquivo da Comarca de Palmas/PR. **Processo crime do réu Olegário Rodrigues Carneiro**. Palmas, 1890.

Cúria Diocesana de Palmas/PR. **Livros de Óbitos número 1**. Palmas/PR. Registros de óbitos de 1880-1900.

Paróquia Nossa Senhora de Belém. **Livro de Matrimônios número 4**. Guarapuava/PR. Registro de matrimônios de 1879 a 1883, p. 8. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-M1S5-ND?wc=MHND->

GP8%3A369753101%2C369753102%2C370488101&cc=2177282>. Acesso em 11 jul 2020.

Paróquia Santo Antônio da Lapa. **Livro de Batismo números 7, 8 e 9**. Lapa/PR. Registros de batismos de 1858 a 1867, p. 61. Disponível em: <<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939J-DN74-J?i=60&wc=MHND-768%3A369754101%2C369751702%2C370131001&cc=2177282>>. Acesso em 11 jul 2020.

Bibliografia

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia, 1880-1900)**. 2004. 250 f. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

BACURAU. Direção de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2019. 1 DVD (2h12min).

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, Campinas, n. 19, p. 33-62, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque***. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GOMES, Flávio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. **Dossiê Diferenças e Desigualdades**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 171-194, 2008.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 289-326, jul./dez. 2005.

MARQUETTI, Délcio. **“Matem que eu respondo!”: militares e imigrantes poloneses na Zona Estratégica do Paraná (virada do século XIX para o século XX)**. 2015. 290 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. História e memória da escravidão no Paraná: possibilidade de uma produção na perspectiva da História Pública. **Anais do VII Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2015.

MONTELEONE, Joana de Moraes. Costureiras, mucamas, lavadeiras e vendedoras: O trabalho feminino no século XIX e o cuidado com as roupas (Rio de Janeiro, 1850-1920). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, e48913, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX**. 2014. 326 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

PONTAROLO, Fábio. **Terra, trabalho e resistência na fronteira agrária: a história dos “povoadores pobres” em Guarapuava (século XIX)**. 2019. 365 f. Tese (Doutorado em História)- Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2019.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Naves (Org). **O Brasil Republicano**. v. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-119.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. 2 ed. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

TELLES, Lorena Féres da Silva. **Liberta entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão**. 2011. 196 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

WEIGERT, Daniele. **Compadrio e família escrava em Palmas, província do Paraná (1843-1888)**. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado em História)- Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX**. 2014. 384 f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2014

Vida dentro e fora das fileiras da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais durante a ocupação holandesa da capitania de Pernambuco (1630-1654)

Life inside and outside the ranks of the Dutch West India Company during the Dutch occupation of the captaincy of Pernambuco (1630-1654)

Roberto Junio Martinasso RIBEIRO¹

Resumo: Apresento neste artigo os principais resultados da minha pesquisa de iniciação científica ao longo dos últimos doze meses. Como continuidade de pesquisa realizada anteriormente, os resultados obtidos nessa fase compreende dois momentos dos soldados da Companhia das Índias Ocidentais durante a ocupação holandesa em Pernambuco: o cotidiano em terra e o posterior retorno aos Países Baixos. As fontes trabalhadas foram quatro diários de viagem produzidos por soldados da própria Companhia, e que em muito auxiliaram na compreensão do cotidiano da soldadesca no século XVII.

Palavras-chave: Brasil holandês; Diários de Viagem; História Militar.

Abstract: Present in this article are the results of my scientific initiation research over the last twelve months. Like the research carried out previously, the results of this phase include two moments of the West India Company during a Dutch occupation in Pernambuco: the daily life on earth and the subsequent return to the Netherlands. As sources worked, they were four times a day of travel by soldiers of the Company, and they are very helpful in understanding the daily life of the soldier in the 17th century.

Keywords: Dutch Brazil; Travel Diaries; Military History.

Introdução

Entre os anos de 1630 e 1654 a capitania de Pernambuco foi conquistada e administrada pela Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, ou na sigla em holandês, WIC. Interessados no rico comércio do açúcar, escravizados e mercadorias como madeira e tabaco, o ataque a Pernambuco foi resultado de um antigo desejo dos dirigentes da Companhia em conquistar uma região conhecida por neerlandeses e naus flamengas havia certo tempo.² O processo de conquista não se deu facilmente e encontrou muita dificuldade no estabelecimento, de forma diversa ao que imaginavam os diretores da WIC. Segundo Miranda, foi graças a mão-de-obra mais

¹ Graduando em História e bolsista PIBIC (CNPq), na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6733806606087079>

² RODRIGUES, José Honório. *Civilização holandesa no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1940, p.79.

abundante da Companhia nesse período, os soldados mercenários, que a posse de 24 anos foi possível.³

Como continuidade de pesquisa realizada anteriormente, entender o cotidiano dos soldados a serviço da WIC neste período é o objetivo deste artigo. Estudando a vida em terra e seu posterior retorno aos Países Baixos, busco esclarecer de que forma um grupo social tão pouco privilegiado no período em que viveram poderiam ser agentes de sua própria realidade diante de um contexto de guerra no qual uma vida menos penosa poderia depender, em alguns casos, das estratégias adotadas individualmente. Nesse sentido, o tema deste artigo torna-se relevante por adentrar uma perspectiva até então pouco explorada na historiografia sobre o Brasil holandês. Diante desse cenário, a metodologia adotada no que se refere à compreensão da vida de quatro soldados que deixaram relatos escritos assemelha-se aos passos de Bruno Miranda, tendo em vista que, a partir da sua fundamentação, pude seguir caminho investigativo semelhante:

[...] espera-se que a história do cotidiano seja “uma história-problema e não uma história puramente descritiva”. Se explorada de maneira cuidadosa, pode revelar-se “como um dos lugares privilegiados das lutas sociais”, onde cada ator terá importância na realidade histórica construída. Através desse prisma, percebe-se que a “história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos”, mas que “ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores que são a maioria”. A partir da redefinição do termo, cujo debate teve origem na corrente historiográfica intitulada de Nova História (*Nouvelle histoire*), valorizou-se a esfera do cotidiano enquanto um “espaço politizado fora do institucional.” Assim, personagens ocultos passaram a ter “vozes e gestos” reconstruídos, além de tornarem-se “objetos legítimos” da pesquisa histórica.⁴

Para trilhar esse percurso sem grandes desventuras, as fontes utilizadas na primeira fase da pesquisa foram revisitadas na segunda etapa, impondo agora novos questionamentos. Ao todo, são quatro diários de viagens, produzidos por soldados que prestaram serviço à WIC no século XVII em Pernambuco, e que registraram sua experiência durante o período em que estiveram engajados.

Vida fora das trincheiras: cotidiano e estratégias de sobrevivência dos soldados da WIC no contexto da guerra em Pernambuco

³ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Recife, Editora UFPE, 2014, p.334.

⁴ MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.14.

A condição de soldado mercenário na Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais ofereceu aos engajados um cotidiano em terra que não esteve *stricto sensu* limitado à vida nas trincheiras. Além da possibilidade de assumir outras funções dentro da esfera militar da WIC, outros serviços prestados à Companhia, bem como a busca de recursos para a própria manutenção na colônia, foram caminhos trilhados pelos soldados numa realidade bem distinta da vivenciada até o momento do desembarque em Pernambuco.⁵ Neste tópico, investigo o cotidiano dos soldados em terra a partir das atribuições laborais comuns a militares de baixa patente da Companhia. Em seguida, procuro investigar as táticas adotadas individualmente pelos soldados, salientando o poder de agenciamento que esses tinham. Verificarei, por fim, as possibilidades de ascensão social.

Mesmo que os autores dos diários analisados neste trabalho tenham se engajado como soldados na WIC, é pouco provável que os mesmos soubessem de antemão quais atividades exerceriam na conquista neerlandesa. Tendo aderido ao serviço militar pela primeira vez como forma de garantir um meio de subsistência⁶, o desconhecimento quanto às competências militares de um soldado evidenciou-se no momento em que os alistados descrevem em seus diários os escassos treinamentos no que concerne ao serviço de guerra. O alemão Ambrósio Richshoffer aponta que quando da parada para reabastecimento nas ilhas atlânticas, oficiais da armada na qual esteve embarcado ofereceram recompensas aos vencedores de certo jogo de tiro ao alvo, onde “cada soldado tinha que disparar no alvo três tiros, em rápida sucessão, devendo carregar o mosquete andando”, sendo que “muitos poucos conseguiram acertar duas vezes”.⁷ Pudsey igualmente relata que as paradas no arquipélago dos Açores possibilitaram, além da organização da armada de guerra, “tomar água doce e também [...] exercitar seus homens, para torná-los destros com armas.”⁸ Já Hansen, desembarcado em Recife em 1644, justifica sua agressão a um

⁵ Bruno Miranda aponta que serviços que não estivessem relacionados à Companhia eram proibidos. O autor aponta que em um documento neerlandês pelo Alto e Secreto no mês de maio de 1638 previa que os soldados que exercem ofícios fora da esfera da WIC teriam três meses de salário cortado. Em 1639, porém, a Companhia instituiu instruções aos capitães para que estes liberassem os homens a executarem pequenos serviços fora das fortificações, tendo que retornarem no período noturno para melhor garantir a dita praça. Foi somente em 1647, a partir de um panfleto impresso com o intuito de atrair homens ao engajamento, que se tornou evidente a possibilidade de executar outros serviços fora da órbita militar da WIC. MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.255-6.

⁶ Para mais informações quanto às circunstâncias que levaram tantos homens a engajarem-se como soldados da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais, consultar: MIRANDA, Bruno R. F. “Vendedores de cristãos: o recrutamento de pessoal para a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais”. In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.177-195.

⁷ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.45.

⁸ PUDSEY, Cuthbert. “Diário de uma estada no Brasil”. In: SOARES, José Paulo Monteiro (org.). *Brasil holandês*, v. 3. Rio de Janeiro: Index, 2000, p.47.

militar de alta patente da WIC em decorrência da completa ignorância quanto às atribuições do serviço de sentinela.⁹ O despreparo dos soldados quanto ao serviço militar não seria uma novidade para a mão-de-obra da Companhia. Provenientes de origens sociais e geográficas distintas, o serviço militar foi adotado como mais uma das atividades que buscavam garantir uma forma de subsistência.¹⁰

Apontando em linhas gerais a diversidade geográfica dos alistados na WIC, historiadores como Charles R. Boxer, José Honório Rodrigues e José Antônio Gonsalves de Mello são sucintos, porém, esclarecedores, ao apontarem a heterogeneidade de “nacionalidades” que formavam as forças da WIC durante a ocupação do nordeste brasileiro. Boxer aponta que a soldadesca da WIC estava repleta de militares de diversas origens europeias. O autor menciona que “João Maurício escreveu que, quando teve ordem de dispensar todos que não fossem de origem alemã, holandesa ou escandinava, a maioria era constituída de ingleses, escoceses e franceses.”¹¹ José Honório Rodrigues, por outro lado, aponta que a presença de ingleses, franceses e holandeses no Brasil neerlandês era resultado da força de atração econômica que a “poderosa e rica Batávia” exercia sobre homens de outras regiões.¹² Por fim José Antônio Gonsalves de Mello é sucinto ao apontar a existência de ingleses na colônia neerlandesa, não sendo “pequeno o número de ingleses no Brasil holandês. Há referências a uma companhia de soldados – 150 a 180 homens – composta de ingleses, sob o comando de John Godlad, inglês com nome de guerra: Bom Garçom.”¹³ No entanto, somente a partir dos estudos de Bruno Miranda tornou-se possível compreender melhor a pluralidade de origens de tantos homens a serviço da WIC ao longo do século XVII. Não caberia aqui uma discussão que retomasse toda a argumentação do autor, mas vale salientar que a origem alemã, inglesa e dinamarquesa dos soldados corresponde, segundo Miranda, a um movimento migratório de grandes proporções na Europa entre o início do século XVII e no fim do XVIII.¹⁴ Lúcia Xavier, seguindo a interpretação de Miranda quanto à pluralidade demográfica dos alistados na WIC, afirma que o público deslocado para

⁹ HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.60-1.

¹⁰ RIBEIRO, Roberto Junio Martinasso. Uma leitura de relatos de viagem de soldados da Companhia das Índias Ocidentais durante a ocupação na capitania de Pernambuco (1630-1654). Franca - SP: *Revista Ensaios de História*, 2019, pp.63-84.

¹¹ BOXER, Charles R. *Os holandeses no Brasil, 1624-1654*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961, p.182.

¹² RODRIGUES, *Civilização holandesa no Brasil*, p.80.

¹³ MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, p.116.

¹⁴ MIRANDA, Bruno R. F. *Sobre os que fazem a guerra: migração, origem e perfil social dos soldados do exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais (1630-1654)*. *Clio*, 2011, p.1.

os Países Baixos no século XVII compunha um cenário heterogêneo no que se refere às origens geográfica e social: “junto com o empreendedor abastado deslocava-se também o jornaleiro, o artesão e até mesmo aqueles sem recursos algum, apenas em busca de melhores oportunidades onde não houvesse perseguição religiosa.”¹⁵ Dessa perspectiva, podemos identificar as experiências dos soldados no mundo do trabalho exercido anteriormente ao alistamento como soldados da WIC, verificando de que maneira tais experiências possam ter contribuído para com sua sobrevivência e manutenção do outro lado do Atlântico.

Richshoffer e Hansen são exemplos de soldados que trouxeram alguma experiência adquirida antes do engajamento. Apesar do soldado alemão não especificar em seu diário o que teria feito ao viajar por cidades como Paris, Sedan e Frankfurt antes de engajar-se nas fileiras da Companhia, é perfeitamente possível deduzir que tenha procurado serviço no comércio, atividade essa comum na família Richshoffer.¹⁶ O dinamarquês Peter Hansen, antes de engajar-se, entrou em 4 de abril de 1643 a “serviço da padaria, no Real Armazém dos Víveres, como secretário júnior.”¹⁷ Tais referências nos revelam que, apesar do pouco conhecimento no que se refere à arte militar, os soldados engajados na WIC traziam às terras pernambucanas experiências do mundo do trabalho que poderiam possibilitar meios de manutenção em Pernambuco. Ainda segundo Miranda, os soldados poderiam exercer as mais variadas atividades na vida civil na colônia, por exemplo “auxiliares administrativos, carpinteiros, cirurgiões, conformadores de doentes, construtores de fortificações/empreiteiros, escreventes, ferreiros, jardineiros, mercenários, padeiros, pedreiros, predicantes, professores e serralheiros.”¹⁸

Das categorias mencionadas anteriormente, a função de “construtores de fortificações/empreiteiros” foi constatada como a mais comum nas descrições dos soldados estudados. Mesmo que não tivessem experiências anteriores em trabalhos de construção ou manutenção de fortificações na Europa, a ausência de mão-de-obra especializada¹⁹ e as desvantagens econômicas imaginadas pelos dirigentes da WIC

¹⁵ XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. *Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654)*. Leiden, Países Baixos. Tese de Doutorado, 2018, p.39-40.

¹⁶ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.57.

¹⁷ HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.43.

¹⁸ MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.56.

¹⁹ Xavier aponta que a ausência de mão de obra especializada era a justificativa encontrada por dirigentes para empregar a gente de guerra nas obras de fortificação. Segundo a autora: “Pieter de Vroe, pensionário e secretário do Conselho Político, escreveu ao Conselho dos Diretores XIX que faltavam werkbazen ou encarregados de obras e, por isso, soldados eram utilizados, mediante melhoria de pagamento. O mesmo tema aparece em várias cartas do coronel Diedderick van Wadenburg, comandante em chefe das forças neerlandesas. Em 3 de abril de 1630, ele

no emprego de escravizados em tais serviços²⁰, apresentara-se como cenário favorável à utilização de soldados em tais tarefas. Em 21 de abril de 1630, Richshoffer escreve que os soldados ficaram responsáveis por construir diversos parapeitos, cestões e faxinas, com o intuito de melhor guarnecer a recém conquistada Olinda.²¹ Uma semana depois, o mesmo autor menciona mais uma vez a tentativa da Companhia de fortificar a cidade de Olinda.²² Esta, porém, seria o último intento da WIC no intuito de guarnecer a referida cidade.²³ Em 25 de outubro de 1630, quando já se encontrava em Recife, o soldado descreve que “princiou-se a construção da trincheira – *Trots duivel* – onde levantou-se um reduto de madeira e duas baterias, em que foram colocadas quatro peças de campanha.”²⁴ Além da construção de fortificações, os soldados também foram responsáveis por descarregar e transportar todos os materiais trazidos dos Países Baixos, ou provenientes da demolição de Olinda que pudessem contribuir com a fortificação das localidades, como, por exemplo os carrinhos de mão, paliçadas, pranchões e toda sorte de materiais próprios para entrincheiramentos e edificações.²⁵ O inglês Cuthbert Pudsey, apesar de contemporâneo a Richshoffer, não faz nenhuma menção em seu diário com relação às atividades secundárias exercidas pelos soldados, o que não impede de considerar que o mesmo tenha servido como mão-de-obra em tais construções. Isso nos leva a crer que, caso não tenha trabalhado nas fortificações, ao menos foi testemunha ocular de tais ofícios realizados por camaradas.

Miranda informa que a atribuição de construir fortificações militares tinha uma dupla importância para a sustentação da conquista neerlandesa. Em primeiro lugar, tais obras poderiam garantir maior segurança contra um eventual ataque inimigo. De outra forma, mas igualmente positiva, a fortificação poderia representar aos soldados alguma forma de recompensa pela prestação de tais serviços. A importância de uma fortificação bem guarneçada e estrategicamente posicionada poderia oferecer a “capacidade de uma pequena força defender sua posição contra um amplo conjunto

solicita ao referido Conselho que enviasse trabalhadores qualificados, pois os soldados estavam trabalhando excessivamente em tarefas que não eram suas.” XAVIER, *Sociabilidade no Brasil neerlandês*, p.74.

²⁰ Segundo Miranda o emprego de escravizados nas obras de fortificação foi algo indesejado pelo Alto Conselho, pois a utilização dos mesmos em tais atividades poderia comprometer as funções a serem realizadas tanto nos engenhos, quanto na agricultura. MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.235.

²¹ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.62.

²² Idem, p. 69.

²³ Informações relativas a transferência da WIC da conquista de Olinda para a “aldeia Povo”, ou Recife, consultar RODRIGUES, *Civilização holandesa no Brasil*.

²⁴ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.77

²⁵ Idem, 78.

de tropas ou até mesmo de embarcações.”²⁶ Não pense o leitor, no entanto, que tais fortificações, construídas geralmente de modo simples, rápido e barato²⁷, fossem resultados do empenho de homens habituados à construção militar. Os soldados da WIC compuseram a maior parcela de mão-de-obra que a construção, reforma e manutenção dos fortes demandaram ao longo dos mais de vinte e quatro anos de ocupação neerlandesa do litoral nordestino. Mas tais serviços não foram aceitos de bom grado por soldados que estavam subordinados a tantos outros riscos. Ao analisar tal questão dentro da administração da WIC, Miranda destaca:

O governo reclamava de que, ao mesmo tempo em que recebia da República ordens para tornar a posição do Brasil “inexpugnável contra uma frota espanhola” prestes a ser enviada, ele era igualmente instruído a empreender expedições contra territórios vizinhos. Assim, ele dizia-se forçado a pôr os soldados – já “fatigados por uma dura escravidão de trabalho num clima tão excessivamente quente” – a “trabalhar como cavalos” de forma a poder manter Olinda, Recife e Antônio Vaz e ainda atender a todos os pedidos dos Senhores XIX, sem que os mesmo o tivessem dotado de condições materiais e humanas para cumprir as solicitações.²⁸

As retribuições quanto aos serviços prestados não são mencionadas pelos soldados cujos diários foram aqui analisados. Mas pelo estudo de Miranda sabemos que tais gratificações poderiam ocorrer, e talvez fossem tão corriqueiras ao ponto de não merecerem uma menção nos diários. Uma das formas de retribuição para com os soldados que haviam prestado serviço nas obras das praças fortes em Pernambuco foi a distribuição de bebidas, sendo o “vinho de Espanha”²⁹, provavelmente, a bebida mais comumente distribuída.³⁰ Um pequeno soldo também poderia ser reservado a esses homens, como registra Miranda ao descrever a gratificação de 28 florins e 16 *stuivers* por 32 dias de trabalho no forte *Goch*, em 1651.³¹ Mas a não remuneração pelos serviços prestados também foi constatada, pois “estipulavam as ordenanças para os marítimos e o pessoal de guerra a serviço da Companhia no Brasil, [que] era usual que eles trabalhassem na edificação e reparo dos fortes, baterias, trincheiras e

²⁶ MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. A arte de fortificar. O caso do sistema de defesa Neerlandês do Recife (1630-1654). *Revista do IAHGP*, 2016, p.169-7.

²⁷ Idem, p.184

²⁸ MIRANDA, *A arte de fortificar*, p.189.

²⁹ Gurian faz importantes apontamentos em relação ao consumo de bebidas de potencial embriagante por soldados da WIC. Segundo esse mesmo autor além da bebida como recompensa, a mesma poderia ser utilizada como tônico para encorajar homens nas fortificações ou então na guerra. GURIAN, Gabriel Ferreira. *Bebidas e bebedores no Brasil Holandês (1624-1654)*. São Paulo: Editora UNIFESP, 2019, p. 47-99-100.

³⁰ Idem, p.192-3.

³¹ MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.251.

outras obras sem o recebimento de qualquer pagamento extra além do salário fixado.”³² Tais retribuições, ou a ausência delas, nos informa o quanto algum “complemento” poderia ser bem-vindo para a manutenção dos soldados.

Outros meios de obter uma forma de sustento foram adotados. Nesse sentido, o saque foi, provavelmente, a mais comum entre os soldados em busca de recursos, um complemento adotado pelos militares em um contexto de privações. Muito provavelmente, derivado de uma característica da WIC³³, os saques tinham como fim obter recursos para a Companhia e para os soldados. Seria ingenuidade, no entanto, considerar que os saques se justificassem somente a partir das carências dos soldados no contexto de guerra. A expectativa de obter fortuna foi o sentimento mobilizador para que soldados mercenários se arriscassem em tal atividade.³⁴ Exemplo de tal fato é descrito por Netscher quando analisa o ataque a Salvador em 1624. Segundo o autor, o major Schouten tentou conter o saque da cidade pela tropa, o que só foi contido a partir das ordens de Piet Heyn, que prometia a morte a aquele que exercesse tal prática, tendo em vista o êxodo gerado em relação aos moradores da terra.³⁵ Porém, as necessidades de primeira instância, sobretudo relacionadas à alimentação e à vestimenta, foram as que mobilizaram de forma significativa os soldados a realizarem saques.

A fome foi recorrentemente citada pelos soldados como uma das dificuldades diárias da vida em Pernambuco. Richshoffer e Hansen são precisos ao descreverem a realidade desfavorável dos soldados da WIC. O primeiro aponta que entre os dias 5 e 10 de julho de 1630 um grande número de deserções foi provocado pela fome, pois “as rações de pão ou provisões distribuídas para oito dias mal chegam para dois,

³² MIRANDA, *A arte de fortificar*, 2016, p.192-3.

³³ Mário Neme aponta que a WIC obteve seus melhores resultados através dos saques, sendo essa uma atividade comum e autorizada pelos altos dirigentes. Segundo as palavras do autor novecentista: “Recorde-se que desde o início de suas atividades, em 1623, a Companhia só tem obtido proveitos por meio de assaltos em mar e terra, pilhagens e resgates. No Brasil, até este ano de 1634, o açúcar por ela adquirido de alguns particulares é uma parte mais que ínfima dos bens arrecadados pelo terror e pela força. Compreende-se assim, que tendo os seus homens iniciado em abril de 1632, com a ajuda de Calabar, a pilhagem de pequenos portos e povoações de Pernambuco, inclinasse por esta alternativa os dois delegados plenipotenciários, em lugar de propor negociações, e isso num momento em que a situação lhes permitia, a eles na colônia e à Companhia na Europa, impor condições que favorecessem tanto a Holanda quanto a empresa, se esta estivesse realmente interessada em atividades de comércio.” NEME, Mario. *Fórmulas políticas no Brasil Holandês*. São Paulo: EDUSP, 1971, p.89.

³⁴ Segundo Bruno Miranda: “[...] botim e saque eram considerados recompensas legítimas às quais os soldados tinham direito e fortes fatores de atração para a vida militar. A própria Companhia, conforme pode ser visto em seu privilégio (*Octroy*) estipulava como seria feita a divisão de mercadorias ‘tomadas à força’, cujo valor era partilhado proporcionalmente de acordo com a hierarquia dos envolvidos na captura/apresamento.” MIRANDA, *A arte de fortificar*, p.102.

³⁵ NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil: Notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mário Sette. 1º edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1942, p. 61.

sendo até devorados cães, gatos e ratos.”³⁶ Hansen, escrevendo anos mais tarde e em tom sarcástico, afirma que, além da ração distribuída pela Companhia, geralmente composta de “uma libra e meia de bacalhau, uma libra de farinha de trigo, uma caneca de azeite de palma e uma caneca de vinagre”, o cardápio poderia ser incrementado por iguarias indesejáveis, como cavalos, cachorros, gatos e ratazanas, sendo essa a “melhor comida” que poderiam encontrar.³⁷ Igualmente as fontes, a historiografia é repleta de referências quanto às dificuldades alimentares em diferentes momentos do Brasil neerlandês. Claude Guy Papavero informa que, apesar da escassez nos anos iniciais da ocupação, a alimentação dos soldados era composta em sua maioria de alimentos provenientes da Europa, como salgados, secos e defumados.³⁸ O apontamento de José Honório Rodrigues complementa a argumentação de Papavero em relação aos alimentos trazidos dos Países Baixos, destacando que tais faltas decorriam da monocultura da cana-de-açúcar³⁹, sendo necessário assim importar tudo da Europa: manteiga, queijo, presunto, carne em conserva, bacalhau, farinha de centeio, farinha de trigo, ervilhas em lata, vinho, cerveja, azeite e vinagre.⁴⁰

A complementação da alimentação através de saques foi, neste sentido, uma das alternativas encontradas pelos militares para complementar seu deficiente regime alimentar. A primeira oportunidade de tal constatação foi verificada no desembarque das tropas em Olinda, quando o Convento dos Jesuítas e outros prédios foram saqueados por soldados famintos.⁴¹ Pudsey descreve que a fuga dos moradores das casas de Olinda no dia da conquista deixou para os soldados uma grande quantidade de alimentos frescos, pois, estes deixaram para trás a mesa do jantar posta.⁴² Ainda segundo o inglês, a invasão às casas e prédios da cidade ofereceu aos soldados grande fartura, sendo “impossíveis de descrever, tal era a abundância de tudo”, tendo inclusive a possibilidade de obter “vinho, azeite, farinha, uvas, azeitonas e similares [...]”⁴³ Richshoffer aponta para duas ocasiões na qual obteve vinho através de saque. Igualmente a Pudsey, o soldado alemão descreve que a primeira oportunidade de obter vinho se concretizou no momento do desembarque das tropas em Olinda, onde

³⁶ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.74.

³⁷ HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.80.

³⁸ PAPAVERO, Claude Guy. *Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês*. Revista de Nutrição, 2010, p.138.

³⁹ Mello evidencia que os dirigentes da Companhia tentaram contornar tal situação a partir da obrigação dos lavradores de cultivarem uma cota de mandioca. MELLO, *Tempo dos flamengos*, p.159.

⁴⁰ BOXER, *Os holandeses no Brasil*, p.250.

⁴¹ NETSCHER, *Os holandeses no Brasil*, p.100.

⁴² PUDSEY, *Diário de uma estada no Brasil*, p.51

⁴³ Idem, *ibidem*.

os soldados se encheram de “vinho de Espanha, [e] ficaram deitados nas ruas e casas como brutos irracionais, dando motivo a contínuos rebates falsos.”⁴⁴ Um segundo momento no qual o saque lhes proporcionou “vinho de Espanha” foi registrado quando de uma expedição ao interior, onde foi encontrado próximo a um engenho “um armazém, com muitas pipas e barris cheios de vinho de Espanha, com que muito nos alegramos e fortalecemos [...]”.⁴⁵

Carne fresca também foi uma das recompensas de saques bem sucedidos realizados pelos soldados. Richshoffer narra em uma de suas expedições ao interior da conquista que foi possível encontrar grande número de gado solto. Destes, por serem a maioria um gado arreado, foram “levados para os navios 245, fora os que foram mortos e comidos.”⁴⁶ Hansen também descreve o consumo de carne fresca pelos militares da WIC na oportunidade de um saque. Em 9 de agosto de 1645, o dinamarquês ressalta que ao ser realizada uma expedição ao interior da conquista, foi possível saquear açúcar, tabaco e uma grande quantidade de carne, sendo as sobras transportadas em lombo de cavalos.⁴⁷ A autonomia dos soldados em tais práticas revelam que os mesmos não estavam absolutamente submetidos a lógica militar da Companhia. Formas de garantir carne fresca, “vinho de Espanha” ou alguma riqueza era algo comum a homens que sofriam com as carências provocadas pelas condições de guerra em Pernambuco, e pela incapacidade da WIC de melhor prove-los.

Diferentemente dos saques, que tinham até mesmo certo apoio da direção da Companhia, os roubos eram distinguidos como uma atividade ilegal e passível de punição.⁴⁸ Segundo Miranda, a diferença entre o saque e o roubo estabelecia-se no momento em que um ou outro era realizado, sendo o saque entendido como a apropriação de determinado bem realizado em circunstâncias de guerra, ou seja, uma prática justa e que geralmente beneficiava o coletivo, enquanto o roubo era uma prática realizada em momentos de paz, com fim puramente individual, logo considerada ilegítimo.⁴⁹ Tal interpretação quanto à diferença entre o saque e o roubo leva em consideração tão-somente a perspectiva neerlandesa, sendo pouco provável

⁴⁴ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.60.

⁴⁵ Idem, p.105.

⁴⁶ Idem, p. 104.

⁴⁷ HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.68-69.

⁴⁸ Segundo Miranda: “Os artigos XIV, XV e XLI das ‘Leis de Ordenanças’ de 1590 previam, por exemplo, punição capital para os soldados que se ausentassem de suas guarnições para ‘espoliar’ os habitantes ‘sem o especial comando ou de outro oficial chefe.’ A morte também era indicada para os que intentassem algo contra ‘quais quer pessoas, cidades, vilas, fortes, poros e mercadorias’ que dispusessem de passaportes ou garantias emitidas pelo governo e para os que fossem pilhar, extorquir e roubar indiscriminadamente.” MIRANDA, *A arte de fortificar*, p.297.

⁴⁹ Idem, p. 279.

que houvesse alguma distinção entre ambas atividades caso algum luso-brasileiro fosse vítima de alguma dessas atividades. Apesar da distinção entre os saques e os roubos aparentarem certa indefinição em um contexto de conflito bélico, identifiquei que a prática de pequenos roubos era algo muito comum entre os militares da WIC, sendo mencionadas ao menos três ocasiões em que os soldados roubaram ou foram roubados.

Após uma batalha bem sucedida, Richshoffer escreve que encontrou um soldado espanhol morto com boas vestimentas. Sem pensar nas possíveis consequências que roubar um cadáver poderia trazer à sua posição enquanto soldado, Richshoffer alega que, apesar de estar manchada de sangue, era uma bela vestimenta, “ornadas de rendas na abertura nas bocas, e todas cosidas duas vezes e pespontadas com seda branca, e tão compridas que iam-me até os sapatos, poupando-me assim usar um par de meias de linho.⁵⁰ No entanto, algum tempo depois, o soldado alemão foi vítima de prática semelhante. Tendo sido transferida sua guarnição da cidade de Olinda para a “Aldeia Povo”, ou Recife, Richshoffer encontrava-se doente e incapacitado de andar e carregar seu baú, onde se encontrava um “belo fato, com alamares de prata da largura de um dedo, e muitos outros objetos, assim toda minha roupa branca que eu tinha tão boa e bonita, como nenhum em toda a companhia.”⁵¹ Apesar do soldado não mencionar se esta vestimenta dentro de seu baú tivesse pertencido ao espanhol morto que ele furtara, descreve que: “quando trouxeram a bagagem, recebi a minha caixa vazia, restando-me apenas o que trouxera na chalupa, podendo-se então dizer de mim: Pobre soldado!”⁵²

Ocasão semelhante pode ser constatada com Hansen quando esteve alojado em um forte no Rio Grande [do Norte]. Ao chegar em seu quarto, ele notou a desorganização de seus pertences, estando portas e travas arrombadas, tendo sido “roubado, meus livros e papéis rasgados, em resumo, algo que nenhum inimigo teria podido fazer pior.”⁵³ Indignado, Hansen recorreu ao tenente da guarnição na tentativa de identificar o culpado por tais circunstâncias. Respondendo o superior que não tinha mais controle sobre a tropa, e que tinha total desconhecimento quanto a quem teria realizado o furto de seus pertences, Hansen passou a desconfiar do tenente,

⁵⁰ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.68.

⁵¹ Idem, p.73.

⁵² Idem, *ibidem*.

⁵³ HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.140.

apontando que, como ficou conhecido posteriormente, “foi o tenente que ganhara as melhores peças daquilo.”⁵⁴

Os furtos não ocorriam somente entre os soldados. Moradores da capitania de Pernambuco foram vítimas de furtos acompanhados de violência por parte dos militares da WIC.⁵⁵ Apesar da relutância da Companhia e de seus dirigentes através da divulgação de panfletos e resoluções que pudessem impedir que soldados realizassem esse tipo de atividade⁵⁶, tal prática foi um dos meios encontrados pelos soldados na tentativa de suprir as dificuldades alimentares e materiais que a WIC, dada as dificuldades de se estabelecer em um constante clima de conflito bélico, não poderia proporcionar a grande parcela de homens a seu serviço.

Em outro sentido, ascender socialmente dentro da Companhia foi constatada na leitura dos diários dos soldados. É provável que tal ascensão possibilitasse maiores recursos à manutenção dos soldados em terra⁵⁷, bem como certo distanciamento quanto aos perigos proporcionados pelas escaramuças diárias. Antes de analisar as possibilidades de ascensão dos soldados analisados, vale lembrar do famoso caso do soldado Zacharias Wagner. Segundo Boxer, a ascensão deste soldado de Dresden ocorreu devido a suas habilidades artísticas reconhecidas pelo próprio Maurício de Nassau, que “fez dele seu mordomo e deu-lhe a oportunidade de desenvolver o talento de que era possuidor.”⁵⁸

A possibilidade de ascender socialmente foi verificada na trajetória do alemão Richshoffer. A serviço da Companhia desde a conquista de Olinda, em 1630, ele obteve promoção em duas ocasiões. A primeira foi constatada no registro realizado em 21 de fevereiro de 1630, quando o soldado estava trabalhando nas obras de fortificação da urbe olindense. Este descreve que, quando da realização de seu trabalho, um major e um coronel da WIC discutiam sobre quem era aquele jovem soldado. O major disse ao coronel que o mancebo era, além de seu “patrício”, filho

⁵⁴ Idem, *ibidem*.

⁵⁵ MIRANDA, *A arte de fortificar*, p. 148.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

⁵⁷ Para ter uma noção da melhoria que a ascender socialmente poderia proporcionar ao soldado de baixa patente, é necessário referenciar os soldos que as categorias venciam dentro do exército da WIC. É evidente que em um período de certas privações o soldo foi um detalhe significativo na vida dos soldados, porém, dividir a mesa com alta hierarquia da WIC, mesmo que permanecesse em um patamar inferior, poderia assinalar uma mudança significativa. Nesse sentido, Miranda destaca que: “Soldados, cadetes, anseçados (*lansesaet*) e cabos tinham ajuda de custo mensal de cinco florins. Os sargentos recebiam o dobro. A partir da patente de alferes - primeiro oficial comissionado no exército da Companhia -, os valores passavam a ser muito mais elevados. Entre os militares de menor posto, os salários não eram análogos como em relação às ajudas de custo. Os soldados venciam 8 florins, cadetes 10, anseçados 11, cabos 12 e sargentos 20.” MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.156.

⁵⁸ Boxer, *Os Holandeses no Brasil*, p.214.

“de seu irmão, o negociante.” Ao constatar tais informações o coronel logo cuidou para que Richshoffer “fosse incluído na nobreza da companhia e partilhasse da mesa do Sr. Tenente.”⁵⁹ Apesar de não mencionar em momento algum que o Major o tinha como seu protetor, nem mesmo que aquele fosse um tio paterno seu, verifica-se uma ascensão social, elevação à “nobreza da companhia”, a partir do que passaria a partilhar da mesa dos oficiais. Esse favorecimento poderia decorrer de laços familiares. Só foi possível verificar o cargo assumido pelo soldado quando Miranda informa que ele ascendeu à condição de cadete.⁶⁰ Sem mencionar em que momento mudou novamente de função, foi constatado no passaporte de retorno de Richshoffer um terceiro cargo na hierarquia militar. O sargento-mor Hugo Wierich von Berstedt, ao escrever o passaporte de retorno de Richshoffer à Europa, menciona que esse “militar [foi por ele] promovido ao posto de sargento”⁶¹, sem apontar em que circunstâncias tal elevação ocorreu.

Outra experiência bem sucedida de ascender a outros cargos dentro da Companhia foi constatado nos registros de Peter Hansen Hajstrup. Soldado com mais de dez anos de serviço na capitania de Pernambuco, ele assumiu diversas funções na empresa. Segundo Benjamin Nicolaas Teensma, o soldado dinamarquês escalado a acompanhar o “capitão na missão relativa ao processo movido pelo advogado fiscal, Hendrick de Moucheron, sobre o assassinato de Jacob Rabe em 6 de abril de 1646”⁶², foi elevado a cabo-assistente. Pouco tempo depois, Hansen foi enviado ao forte *Ceulen*, onde deveria servir como administrador da guarnição.⁶³ No ano de 1651 Hansen “serviu como caixeiro temporário do armazém, pelo que recebeu um prêmio de 80 florins.”⁶⁴ Em 13 de novembro de 1651, mencionou um requerimento enviado Alto Governo solicitando que o registrassem na função de escrevente, “porque já a tinha desempenhado durante dois anos sem registrá-la por ter estado longe [da capital].”⁶⁵ Apesar de não referir como a promoção havia ocorrido, Teensma indica que foi durante uma expedição ao interior que a função de escrevente passou a ser exercida.⁶⁶ Muito provavelmente a experiência de Hansen no Armazém Real dos

⁵⁹ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.62.

⁶⁰ MIRANDA, *A arte de fortificar*, p.156.

⁶¹ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.110.

⁶² HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p.34.

⁶³ Idem, *ibidem*.

⁶⁴ Idem, *ibidem*.

⁶⁵ Idem, p.124-5.

⁶⁶ Idem, p.34.

Viveres ainda no contexto Europeu pode proporcionar-lhe o saber fazer necessário para exercer pequenos serviços na administração da WIC em Pernambuco.

O jovem Peter Hansen conseguiu ser promovido em menos de um ano a cabo de sua Companhia. Apesar de Hansen não ser um exemplo de militar comportado, ele também foi capaz de sobreviver a inúmeros confrontos e teve qualificação suficiente para ascender à posição de escrivão e até mesmo substituiu temporariamente o comissário de sua guarnição.⁶⁷

A mudança de posição dos soldados na esfera de serviços da WIC poderia garantir a estes condições, senão melhor remuneradas, ao menos desvinculadas do conflito bélico, exercício mais frequente na experiência de um soldado mercenário. Tal possibilidade, apesar de comum aos soldados analisados, não era uma regra geral. Muito provavelmente com o intuito de garantir a mão-de-obra já adaptada ao clima e à guerra brasílica, cargos de melhor remuneração eram oferecidos aos soldados ao se aproximar o fim do contrato entre o militar e Companhia. Richshoffer escreve que o iate *De Eenhoorn* trouxera a notícia de que brevemente partiriam da Holanda outros navios trazendo tropas frescas, “a fim de renderem as velhas que em breve completarão o prazo de três anos de seu engajamento.” A Richshoffer e outros soldados que tinham o fim do contrato com a Companhia próximo, foi oferecido “não só soldo dobrado, como postos de oficiais.”⁶⁸ Para Richshoffer, que a essa altura já gozava de uma posição mais privilegiada do que a de simples soldado, foi oferecida o cargo de alferes. A recusa de tais promessas feita pelos dirigentes da WIC aos soldados impactou a grande maioria do contingente, que tinha “grande desejo de voltar para a pátria.”⁶⁹ Richshoffer relata certo arrependimento por não ter aceito a oferta, descrevendo que “seria hoje mais rico que todos os mercadores aqui em Estrasburgo. Assim, porém, o Senhor que tudo faz para o bem, quis que fosse.”⁷⁰

Os diários de Pudsey e Schmalkalden, no entanto, não apresentam nenhuma menção à possibilidade de ascender dentro dos serviços na WIC. A saudade de casa, as condições extenuantes do trabalho e as privações em um contexto de guerra talvez fossem as principais razões que levavam os homens com contrato vencido a voltarem à Europa.

⁶⁷ MIRANDA, *A arte de fortificar*, p.267.

⁶⁸ Idem, *ibidem*.

⁶⁹ Idem, *ibidem*.

⁷⁰ Idem, *ibidem*.

Todavia, é provável que vários militares não tenham conseguido ser promovidos. Estrangeiros, longe de casa e sem contatos nas Províncias Unidas que pudessem alavancar suas carreiras, muitos voltaram para casa na primeira oportunidade que tiveram. O militar Caspar Schmalkalden, alistado como soldado em 1642, não conseguiu ascender na WIC e retornou para a Europa.⁷¹

Passaporte de retorno: a volta aos Países Baixos

Sobreviventes de uma experiência arriscada e inédita, o momento de retorno à Europa foi ocasião de grandes expectativas para os militares da Companhia. O fim do contrato estabelecido com a WIC foi, provavelmente, a forma mais comum de desligamento dos soldados em relação aos seus serviços e decisivo para seu respectivo retorno. O militar Richshoffer descreve que o navio *De Eenhoorn* trouxe notícias de que “brevemente partirão da Holanda vários navios conduzindo para aqui tropas frescas a fim de renderem as velhas que em breve completarão o prazo de três anos de seu engajamento.”⁷² Apesar de não evidenciar o motivo pelo qual retornou no prazo estipulado em seu contrato, é possível presumir que o retorno tenha decorrido da inadaptação às condições da guerra americana. Cabral de Mello afirma que “soldados vigorosos do norte da Europa uma vez chegados ao Brasil tornavam-se as ‘sombras vivas’ de que falava Waerdenburch.”⁷³ Rômulo Nascimento, da mesma forma, destaca que, dos fracassos da WIC, a falta de adaptação ao “clima tropical, quente e úmido, que envolvia e fazia adoecer as tropas da WIC com seus soldados neerlandeses, poloneses, alemães, belgas e ingleses”⁷⁴, foi um determinante que deve ser levado em consideração na derrocada do empreendimento neerlandês. Esses eram homens que fugiram do “inferno da Guerra dos Trinta Anos para o mundo das doenças tropicais”, onde havia “lenta adaptação daqueles soldados às matas do Brasil.”⁷⁵ À inadaptação a essas condições poderiam ser acrescentada a falta de adaptação às condições alimentares, que em alguns momentos se constitui apenas de farinha de mandioca para a soldadesca. A recusa a esse produto é apresentada por Bruno Miranda ao indicar que “nem todos os soldados se afeiçoaram à raiz. Pelo menos na crônica de Pierre Moreau, a farinha de mandioca ‘causa aos europeus,

⁷¹ MIRANDA, A arte de fortificar, p.269.

⁷² RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.108.

⁷³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Editora34, 2007, p.41.

⁷⁴ NASCIMENTO, Rômulo Luiz Xavier do. *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630-1644)*. Rio de Janeiro: UFF, 2008 (Tese. Dout. História), p.26.

⁷⁵ Idem, *ibidem*.

quando se alimentam sempre dela, o mesmo efeito: ataca e ofende o estômago e, com o correr do tempo corrompe o sangue, muda a cor e debilita os nervos.”⁷⁶ Entende-se que, por mencionar o termo “tropas frescas”, Richshoffer e os dirigentes da Companhia viam na soldadesca, após três anos de serviço, a falta de virilidade necessária para que continuassem em serviço por mais tempo. Estranhar o clima e a alimentação poderia ser condição posta a homens que tinham o vencimento de seus contratos próximos.

Mas nem sempre motivos relacionados ao nicho ecológico do Nordeste da América do Sul seria determinante para a saída de homens cujos contratos se aproximavam do fim. A desilusão para com os frutos recolhidos em três anos de serviço poderia igualmente mobilizar os soldados a buscarem melhores oportunidades na Europa. No caso do alemão Caspar Schmalkalden o retorno aos Países Baixos é interpretado como uma tentativa de garantir melhores recursos. Apesar dessa informação não estar evidente no diário, os editores da versão utilizada apontam que a falta de garantia a uma posição que lhe possibilitasse melhores recursos fez com que Schmalkalden retornasse aos Países Baixos. Ainda segundo os editores, foi possível constatar que Schmalkalden realizou um novo engajamento na condição de soldado em 1646, prestando serviço ao longo de seis anos para a Companhia Neerlandesa das Índias Orientais (VOC). Schmalkalden retornou aos Países Baixos em 1652.⁷⁷

O fim do contrato pode ter sido a razão mais comum pela qual os militares voltavam aos Países Baixos. Apesar de Richshoffer citar que sua permanência e a de outros militares findaria com a conclusão de três anos de serviço, outros diários não confirmam que o contrato entre os homens e a Companhia previa um prazo estipulado de um triênio, sendo possível constatar tal condição através da bibliografia especializada.⁷⁸ Há, no entanto, certo equilíbrio na permanência dentro desse prazo nos diários dos soldados aqui estudados. Entre os militares que permanecem três anos a serviço da Companhia, apenas Richshoffer e Schmalkalden retornaram à Europa. Outros, como Pudsey e Hansen⁷⁹, evidenciam que sua permanência

⁷⁶ NASCIMENTO, Rômulo L. X. *Navegar, sim, comer... pouco: algumas observações acerca da navegação e abastecimento no Brasil holandês*. In: POSSAMAI, *Conquistar e defender*, p.169.

⁷⁷ SCHMALKALDEN, *Brasil holandês*, p. 14.

⁷⁸ MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.92.

⁷⁹ Cuthbert Pudsey e Peter Hansen Hajstrup totalizam ambos 20 anos de serviços a WIC. Cobrindo uma temporalidade que corresponde respectivamente a 1630-1640 e 1644-1654, a estadia dilatada desses dois autores proporcionou ao mesmo uma volumosa quantidade de informações no que refere-se a experiências de ambos na conquista neerlandesa.

correspondeu a uma década ou mais a serviço da Companhia em Pernambuco. Tendo permanecido mais de três vezes além do tempo estipulado, foi notável que a continuidade destes em terra poderia ser menos dispendiosa para a própria Companhia, que deveria contratar um novo soldado com a saída das tropas anteriores.⁸⁰

Apesar de ter vivido por uma década a serviço da WIC, Pudsey e Hansen não mencionam os motivos que os levaram de volta aos Países Baixos. Em relação ao soldado inglês, sobre o qual carecemos de informações biográficas, seu retorno aos Países Baixos pode exprimir o momento político desfavorável a ingleses e, sobretudo, franceses no Brasil neerlandês. Os soldados com as naturalidades citadas tinham, além das divergências religiosas, a desconfiança dos comandantes por serem potenciais desertores. Gonsalves de Mello apresenta tal perspectiva ao apontar dois momentos da ocupação do nordeste pela WIC em que a desconfiança tornou-se mais evidente. Em primeiro lugar Mello ressalta que, em carta de 17 de julho de 1630, D. Van Waerdenburch recomendava aos dirigentes da Companhia que enviassem “holandeses e alemães, evitando os ingleses e franceses.”⁸¹ No entanto, João Maurício de Nassau-Siegen, em carta datada de setembro de 1642, ou seja, doze anos após a primeira petição, reclamava que a maior parte da tropa era composta em maioria por “ingleses, escoceses e franceses.”⁸² Tendo voltado aos Países Baixos em 1640, é muito provável que vencido seu prazo e dado o clima de desconfiança para com soldados de sua origem, o retorno seria a alternativa mais prudente para Pudsey. Já no caso de Hansen, apesar de não indicar em seu diário os motivos que levaram a retornar aos Países Baixos, é senso comum na historiografia que poucos homens alistados como funcionários da WIC durante a ocupação tenham permanecido após a restauração luso-brasileira de 1654.

Entende-se, assim, que diversas circunstâncias contribuíram para que os soldados retornassem aos Países Baixos. A falta de adaptação ao clima quente e úmido talvez tenha alimentado o desejo de retornar dos soldados que tiveram seus contratos vencidos. A desilusão com os resultados esperados no primeiro engajamento também poderia garantir que eles fossem buscar uma alternativa na Europa em que pudessem auferir maiores ganhos, engajando-se, inclusive, na

⁸⁰ MELLO, *Olinda restaurada*, p.41.

⁸¹ MELLO, *Tempo dos flamengos*, p. 240.

⁸² Idem, *ibidem*.

condição de soldado em outra companhia, como fez Caspar Schmalkalden. Mesmo assim, é pouco provável que os soldados não tenham obtido bons recursos, como atesta a permanência desses homens por longos períodos. As estadias de Pudsey e Hansen evidenciam que o ultrapassar em mais de sete anos o fim do contrato inicial poderia significar estabilidade e recursos suficientes para a sobrevivência na terra conquistada. Mas ainda assim forças maiores poderiam mobilizar o retorno desses homens à Europa, como a perseguição ou a Restauração.

Após um longo período no mar, os militares da WIC chegavam finalmente a Amsterdã, onde anos antes haviam sido alistado para servirem como militares de baixa patente no Brasil. O momento era marcado pela expectativa de receber o tão esperado soldo após os riscos de vida em um contexto completamente diferente do que estavam acostumados. As frustrações foram grandes, ao notarem que o pagamento recebido não correspondia ao que haviam pensado no começo de suas aventuras.

Desembarcado em novembro de 1632 em Amsterdã, Ambrósio Richshoffer faz alusão às expectativas de familiares, amigos e conhecidos de soldados e marinheiros que aguardavam no porto de Amsterdã o retorno das embarcações do curso neerlandês. O alemão menciona o grande público que esperava por notícias de maridos, filhos e irmãos que haviam prestado serviço à Companhia – muitas, porém, ficando “penalizadas por saberem que os haviam perdido.” Os festejos quanto ao retorno dos militares tinham maior relevância, sobretudo por este momento ser marcado pela presença de “aguardente, vinho de França e comida” oferecido por aqueles que aguardavam a chegada de um ente querido no porto. A comemoração continuava ainda quando os soldados eram direcionados à Casa das Índias Ocidentais para devolverem seus armamentos⁸³. Tendo estes gastavam o resto da munição e muitos tiros eram disparados, ao “ponto de não poder pessoa alguma mostrar-se à janela, sem ser logo salva com tiros de regozijo, pois, bem nos parecia que voltávamos, não do purgatório, mas do próprio inferno para o céu [...]”⁸⁴ O direcionamento das tropas regressadas ao escritório da Companhia para a entrega de armas correspondeu ao momento em que se recebia o soldo após o período de

⁸³ As armas utilizadas pelos militares da WIC fazia parte de uma concessão realizada pela própria Companhia no que se refere a um instrumento de trabalho de seus funcionários, estando está na responsabilidade de manejo e conservação do próprio soldado. Para saber mais em relação ao armamento da WIC: MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.165.

⁸⁴ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.135.

alistamento nas fileiras da WIC. Ainda segundo Richshoffer, foi possível identificar que após quinze dias à espera do soldo, os descontos relacionados ao vestuário e outros gastos na manutenção durante o engajamento foi a principal razão para o recebimento de uma paga diminuta, restando apenas uma parcela do que se almejava.⁸⁵ Esses descontos, realizados por vezes de forma fictícia conforme aponta Boxer, poderia em muito prejudicar os trabalhadores, tendo em vista que “depois de longos e fiéis serviços esperavam voltar para a Holanda com um bom saldo a seu favor, verificavam que pouco ou nada tinham a receber.”⁸⁶

Para compreender o momento do pagamento dos soldados foi necessário recorrer à bibliografia, pois os soldados pouco esclarecem quanto à forma e as condições nas quais o pagamento do soldo ocorreu. Segundo Miranda, o retorno aos Países Baixos representava o desejo dos militares em receber seus vencimentos. No alistamento, cada militar tinha aberta uma espécie de conta-salário, onde a entrada e a saída do crédito do empregado era algo comum. Beneficiados pelo recebimento de um soldo correspondente a 8 florins mensais, mais um complemento de 5 florins, os militares poderiam ter subtraído ou somados às suas contas-salário a parte usada em sua manutenção durante o período em que estiveram engajados, ou o acréscimo de um eventual serviço prestado, sendo comum a manutenção das contas referentes a “alimentos, empréstimos, produtos e serviços obtidos durante o período em que trabalharam para a WIC.”⁸⁷ Para que o militar da WIC recebesse seus vencimentos, era preciso apresentar ao secretário da Companhia um livro de contas. Tal livro era produzido enquanto o soldado esteve engajado, sendo registrado o consumo e serviços diários realizados para a WIC. Deste original era feita uma cópia, entregue ao militar que retornasse aos Países Baixos. A consulta a este documento pelo secretário era primordial para a realização do pagamento: em caso de extravio do mesmo o soldado nada receberia e ficaria desempregado até que conseguisse uma cópia do mesmo.⁸⁸ Além da possibilidade de manipulação que os dirigentes da Companhia tinham sobre documentos feitos por letrados, buscando tornar o engajamento do soldado menos dispendioso para a Companhia, as consequências poderiam ser desastrosas para homens que estavam longe de sua localidade natal e desprovidos de maiores recursos para se manterem.

⁸⁵ Idem, p.136.

⁸⁶ Boxer, *Os Holandeses no Brasil*, 181.

⁸⁷ MIRANDA, *Gente de Guerra*, p.152.

⁸⁸ Idem, p. 156.

Apesar de Richshoffer e outros não descreverem o recebimento de algum documento ou livro por parte da Companhia, constata-se o destaque que o autor alemão deu ao passaporte de retorno aos Países Baixos. Entendemos que esse documento, muito provavelmente, teve valor equivalente ao referendado por Miranda no que se refere ao recebimento do soldo em suas contas-salários. O documento escrito pelo sargento major Hugo Wierich von Berstedt apresenta informações singulares quanto à trajetória desse soldado. O major faz referência à hierarquia militar da WIC e política das Províncias Unidas, e em seguida, ressalta os ofícios realizados pelo soldado, tendo servido como anspeçada⁸⁹ durante trinta meses e posteriormente promovido a sargento, cargo que ocupou por três meses. Richshoffer foi apontado como soldado leal ao exercer diferentes trabalhos nas rondas, sentinelas e expedições, de dia e de noite, “diante do inimigo, e em todas as ocasiões que as necessidades da guerra o exigiram, ou lhe foi ordenado pelos seus superiores oficiais, comportou-se sempre de modo a contentar-me e satisfazer-me.”⁹⁰ Ainda foi destacada a solicitação feita pelo soldado e bem aceita por seu superior quanto ao retorno aos Países Baixos, descrevendo que este tinha a liberdade em terra e mar, onde não deveria ser realizado qualquer embargo a ele.⁹¹ O documento assinado por Berstedt no dia 5 de abril de 1632 revela que o militar estava dispensado, após cumprir seu contrato, de qualquer obrigação referente ao serviço militar, pois, este havia sido leal e bem comportado na execução dos serviços.

Como Richshoffer, Peter Hansen Hajstrup aponta que momentos antes de chegar aos Países Baixos, os soldados recorreram ao comandante a fim de pedir “um documento para, em qualquer dia, provar seu legítimo desligamento [da Companhia das Índias Ocidentais], e eu tive que escrever para todos.”⁹² As fontes pouco nos informam se tais documentos teriam sido de fato apresentado aos secretários, mas acreditamos que, por se tratar de um documento oficial, tenha sido utilizado como prova documental de que servira nas fileiras da WIC.

O diário do dinamarquês Hansen ao narrar seu retorno aos Países Baixos centra-se no soldo, ou melhor, na ausência do pagamento. Diferentemente de Richshoffer, Peter Hansen não recebeu todo o soldo esperado pelos mais de dez anos

⁸⁹ Segundo o site “Dicio: Dicionário Online de Português” o termo anspeçada é atribuído ao militar que compreende a patente acima do soldado e abaixo do cabo. In: <https://www.dicio.com.br/anspecada/>, consultado no dia 04/05/2020.

⁹⁰ RICHSHOFFER, *Diário de um soldado*, p.110.

⁹¹ Idem, *ibidem*.

⁹² HAJSTRUP, *Viagem ao Brasil*, p. 152-3.

de engajamento na Companhia das Índias Ocidentais. O atraso no pagamento de foi evidenciado quando o soldado chegou a Haia, local onde aqueles que serviram no Brasil nos últimos anos da conquista esperavam receber seus pagamentos. Ainda segundo as descrições deste militar, ocorreu um motim entre soldados e a guarda do príncipe. Tal conflito, explica Hansen, fora ocasionado pela informação prestada pelos representantes das Cortes de que a administração central da WIC recomendava a todos os soldados presentes que fossem à Câmara responsável pelos seus alistamentos. Tal medida provocou a fúria daqueles que se viam cada vez com menos recursos para locomoção e hospedagem em diferentes locais dos Países Baixos. A resposta foi capturar “uns cinco ou seis deles [e foram] jogados na água do canal, de maneira que faltou pouco para que morressem afogados.”⁹³

Nos dias que se seguiram a contenda entre representantes do governo das Províncias Unidas e da WIC, os militares se recusaram a depor as armas enquanto não fosse pago o soldo, apontando Hansen que os soldados haviam passado por grandes privações e mereciam ganhar seu soldo. O coronel Balthasar van Bijma tentou acalmar os ânimos, dizendo que todos receberiam uma quantia para o deslocamento até as câmaras de alistamento. Após viajar a Amsterdã, onde se hospedara novamente na casa da viúva Gertge Willems, Hansen retornou a Haia, na tentativa mal sucedida de receber seus soldos. Após esperar até 22 de setembro em Haia, Hansen retornou a Amsterdã, onde momentaneamente desistiu de receber o que lhe era devido⁹⁴:

[...] Hansen viajou para Riga (maio-julho de 1655) e os Países Baixos por uma segunda vez (fevereiro-março de 1656). Em Amsterdã, hospedou-se próximo à antiga casa da Companhia das Índias. Almejava receber seus soldos atrasados, mas isso não aconteceu. Financeiramente arruinada, a Companhia deu um grande calote em vários de seus antigos empregados e fornecedores, e seguiu moribunda até sua falência, no ano de 1674.⁹⁵

Considerações finais

Tendo em vista os resultados apresentados neste artigo é necessário chamar a atenção para as possibilidades que fontes tão ricas sobre a ocupação neerlandesa em Pernambuco pode proporcionar a historiadores interessados nos estudos sobre

⁹³ Idem, p.117-8.

⁹⁴ Idem, ibidem.

⁹⁵ Idem, p.116-7.

Brasil Holandês. Para além disso, foi possível dar continuidade na análise dos diários e das narrativas neles registradas, verificando de que maneira o estudo do cotidiano dos soldados da WIC nos informa sobre as dificuldades e estratégias de sobrevivência dos soldados diante de um cenário pouco favorável à sua sobrevivência.

Fontes

RICHSHOFFER, Ambrósio. **Diário de um soldado da Companhia das Índias Ocidentais** (1629-1632). 2ª ed., São Paulo: Ibrasa; Brasília, INL, 1978.

SCHMALKALDEN, Caspar. **Brasil holandês, v. 1: a viagem de Caspar Schmalkalden de Amsterdã para Pernambuco no Brasil**. Rio de Janeiro: Indez, 1998

PUDESEY, Cuthbert. “Diário de uma Estada no Brasil”. *In*: SOARES, José Paulo Monteiro (org.). **Brasil holandês, v. 3**. Rio de Janeiro: Index, 2000.

HJSTRUP, Peter Hansen. **Viagem ao Brasil (1644-1646)**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016.

Bibliografia

BOXER, Charles. R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste (1630-1654)**. São Paulo: Editora34, 2007.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. “Apresentação”. *In*: HJSTRUP. Peter Hansen. **Viagem ao Brasil (1644-1654)**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2016a.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. A arte de fortificar: O caso do sistema de defesa neerlandês do Recife (1630-1654). Recife – PE. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, 2016b, pp 163-207.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. **Gente de Guerra: Origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)**. Recife, Editora UFPE, 2014.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. “Vendedores de cristãos’: o recrutamento de pessoal para a Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais”. *In*: POSSAMAI, Paulo (org.). **Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2012, p.177-195.

NEME, Mario. **Fórmulas políticas no Brasil Holandês**. São Paulo: EDUSP, 1971.

NETSCHER, Pieter Marinus. **Os holandeses no Brasil**: Notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. Tradução de Mário Sette. 1^o edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1942.

PAPAVERO, Claude Guy. Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil holandês. Campinas – SP. **Revista de Nutrição**, 2010, pp.137-147.

RIBEIRO, Roberto Junio Martinasso. Uma leitura de relatos de viagem de soldados da Companhia das Índias Ocidentais durante a ocupação na capitania de Pernambuco (1630-1654). Franca - SP: **Revista Ensaios de História**, 2019, pp.63-84.

RODRIGUES, José Honório. **Civilização holandesa no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

XAVIER, Lúcia Furquim Werneck. **Sociabilidade no Brasil neerlandês (1630-1654)**. Leiden, Países Baixos. Tese de Doutorado, 2018

Em busca do paraíso terreal: uma história “vista de baixo” da sedição sebastianista da Serra do Rodeador, Bonito – PE (1817- 1820)

In search of the earthly paradise: a story “seen from below” of the sebastianist
sedition of Serra do Rodeador, Bonito – PE (1817-1820)

Vinícius França Farias¹
Aurélio de Moura Britto²

Resumo: Este trabalho analisa a participação da população pobre dos sertões pernambucanos, a luz da História Social, no movimento de cunho sebastianista, messiânico e milenarista conhecido como “Serra do Rodeador”, de ocorrência no povoado de Bonito, Pernambuco (1817-1820). Conhecido como o primeiro ajuntamento sebastianista da História do Brasil, a crença no retorno do Rei Dom Sebastião de Portugal, permitiu que os prosélitos, juntamente com a liderança do Silvestre José dos Santos um ideal de propósitos. Este arraial foi resultado de grandes convulsões e crises sociais, sendo eles, a Insurreição de 1817, a grande seca datada deste mesmo ano (assolando a região da província de Pernambuco, causando grande fome e escassez de alimentos), o recrutamento forçado e a política mandonista de expropriação de terras sertanejas incentivadas pelo estado oitocentista.

Palavras-chave: Sebastianismo; rodeador; população pobre.

Abstract: This work analyzes the participation of the poor population of the Pernambuco backlands, in the light of Social History, in the Sebastian, Messianic and Millennial movement known as “Serra do Rodeador”, occurring in the village of Bonito, Pernambuco (1817-1820). Known as the first sebastianist gathering in the history of Brazil, the belief in the return of King Dom Sebastião of Portugal, allowed the proselytes, together with the leadership of Silvestre José dos Santos, an ideal of purpose. This camp was the result of major upheavals and social crises, namely, the 1817 Insurrection, the great drought dated that same year (plaguing the region of the province of Pernambuco, causing great hunger and food shortages), forced recruitment and politics mandonist of expropriation of sertanejas lands encouraged by the 19th century state.

Keywords: Sebastianism; rodeador; poor population.

Introdução

A escola de samba do grupo especial de São Paulo conhecida como Colorado do Brás, com título do Enredo “Que Rei sou eu?” reconstitui fragmentos da história do famigerado e mítico Rei Dom Sebastião de Portugal desaparecido em 1578, durante

¹ Graduando do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA).

² Doutor em História (UFPE). Docente do Depto. de História do Centro Universitário da Vitória de Santo Antão (UNIVISA). Orientador.

a Batalha de Alcácer-Quibir no Marrocos num dos conflitos que a historiografia tem denominado de cruzada tardia (HERMANN, 2006).

Decorre do episódio a difusão da crença, segundo a qual a população portuguesa esperaria a volta do monarca ou o famoso “Rei Desejado”. Este retornaria a terra em futuro próximo para criar um reino de grandes riquezas e esperanças conhecido como “Paraíso Terreal”. Segundo a historiadora Jacqueline Hermann essa crença é denominada “Sebastianismo”. Sendo assim,

[...] No reino português, um dos desdobramentos da perda da independência foi o surgimento de uma crença messiânica que recebeu o nome de sebastianismo e que baseou na expectativa gerada pela volta de um rei para libertar Portugal do jugo castelhano e retomar o passado de vitórias e grandes realizações portuguesas. (HERMANN, 2000, p. 14).

Em Portugal, os registros do Sebastianismo ficaram conhecidos através de ideias proféticas de fundo judaico baseadas nas trovas do sapateiro Gonçalo Anes Bandarra. O chamado sapateiro de Trancoso, nasceu por volta de 1500. Dizia ser cristão-velho e acabou condenado pela Inquisição por ser “amigo de novidades” e fazer livre interpretação da Sagrada Escritura. O centro de acusação contra o sapateiro eram uma de suas “Trovas” (uma espécie de poema composto por um quarteto ou estrofe de quatro versos) que, anunciavam a chegada de um rei encoberto, o “Rei das passagens do Mar” [...] (HERMANN, 2000).

No Brasil, ainda América Portuguesa, os primeiros vestígios do Sebastianismo foram recuperados em documentos produzidos pela primeira visitação do Tribunal do Santo Oficio, entre 1591 e 1595. As acusações foram feitas pelo cristão-novo João Batista ao flamengo Gregório Nunes, se referindo ao tempo de viagem realizada, junto a um grupo de cristãos-novos e velhos, numa das naus que chegaram ao Brasil em finais do século XVI. Assim sendo,

o destino dessas versões (as trovas) no Brasil deve ter sido variado; provavelmente se amalgamou-se a outras expectativas e crenças que aqui já existiam e a outras tantas que chegaram. O que se pode afirmar é que o nome de Bandarra e o poder de suas “profecias” chegaram ao Brasil nos fins do século XVI, balançando nos navios que traziam mercadorias, sonhos de riqueza fácil e degradados. (HERMANN, 2000, p. 48).

Sob a liderança de um ex-soldado do 12º Batalhão de Milícias Silvestre José dos Santos e a atuação da população pobre dos sertões pernambucanos (homens, mulheres, deserdados e fugitivos da Insurreição de 1817) fundou-se o “Vale da Serra

do Rodeador” ou “Paraíso Terreal” (CABRAL, 2002), em um povoado conhecido como Bonito, zona rural da província de Pernambuco. A povoação de Bonito foi fundada nos fins do século XIX, em um extenso vale entremeado pelos rios Sirinhaém e Una, rodeado de diversas serras, pelo qual faz parte do sistema orográfico da serra das Russas. Arquitetando sonhos e projetos de mudanças de vida, a população da época fugia da expropriação de terras pelas elites rurais e ainda,

gritavam contra o sistema na medida em que questionavam o problema da posse de terra, a carestia [...] e sobretudo o famigerado sistema de recrutamento militar, que tirava o sono da população masculina pobre de então. (CABRAL, 2002, p. 11).

Possuindo caráter messiânico e milenarista, fundamento ideológico da sublevação discutido pelo sociólogo Lísias Nogueira Negrão, movimentos como o Rodeador englobam a crença em um messias na qual seria instaurada uma nova era de ordem e justiça, podendo ter contestações pacíficas, com aspectos relacionados a vida social, até rebeldias armadas (NEGRÃO, 2001). O historiador Flávio José Gomes Cabral consegue constatar a relação do messianismo com os movimentos ocorridos. Comenta que o século XIX é um período rico em manifestações milenaristas, sempre acompanhadas com um tempero messiânico, tendo a presença de um salvador que concretizaria a felicidade de uma determinada sociedade. Especialmente no Brasil, esses ajuntamentos foram latentes nos séculos XIX e XX e se constituíram em reações que tinham como objetivo a reorganização das sociedades camponesas (CABRAL, 2002).

Vários ajuntamentos com características semelhantes ao Rodeador foram comuns no Oitocentos³. Há produção historiográfica retratando agrupamentos com finais trágicos e pouco conhecidos, como o que ocorreu também na província de Pernambuco, transcorrido entre os anos de 1836-1838, conhecido como “O Reino Encantado”, com sacrifícios humanos e morte violenta dos adeptos, tendo como tese apresentada pela professora Tania Lima dos Santos (SANTOS, 2009).

Este trabalho está fora do propósito de elaborar uma narrativa geral e abrangente sobre as principais características e atores do movimento do Rodeador.

³ Utilizamos o termo brasileiro por força da convenção, mas estamos conscientes que antes do processo de emancipação política o Brasil não existe como realidade política autônoma. Parcela significativa dos historiadores contemporâneos tem preferido utilizar a nomenclatura América portuguesa para o período anterior a independência. Cf. ROCHA, J. C. de C. (Org.). **Nenhum Brasil existe**: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

Portanto, elaboramos um balanço historiográfico com recorte temático que enfatiza, a partir das contribuições da história social, as características e perspectivas da participação da população pobre no movimento. Portanto, segundo o historiador Jim Sharpe retratar uma “história vista de baixo”, a fusão da história da experiência cotidiana desses no ajuntamento (SHARPE, 1992), com a

preocupação em recuperar as formas de sociabilidade, os conflitos entre os indivíduos (...), os entrecosques ideológicos, e toda uma rede de aspectos que constitui inegavelmente um território mais definido da sub-especialidade da História Social. (BARROS, 2005, p. 19).

Importa-nos apresentar uma discussão de aspectos religiosos e sociais de modo a suscitar um debate, contemplando a atuação destes sujeitos históricos presentes na sedição sebastianista que possuem múltiplas e complexas relações com a política da expropriação conduzida pelo Estado colonial, o recrutamento forçado e a pobreza severa nos sertões pernambucanos.

Tendo como clássico deste campo historiográfico, Maria Isaura Pereira de Queiroz e seu célebre livro “Messianismo no Brasil e no Mundo” apresenta referências importantes acerca do movimento e conceitos essenciais dos movimentos rústicos, onde o Rodeador se insere; Outro interlocutor é o historiador Flavio José Gomes Cabral, sobretudo, com a sua dissertação “Paraíso Terreal: A Rebelião Sebastianista na Serra do Rodeador, Pernambuco, 1820”, reconstituindo um grande número de fatos históricos essenciais para este trabalho; Jaqueline Hermann e seu “O Sonho da Salvação”, retrata o Sebastianismo e como o mesmo a posteriori sai de Portugal e atravessa o atlântico em caminho dos trópicos; Em “Revoltas, Motins, Revoluções” de Monica Duarte Dantas, há uma sucinta descrição do movimento pelo historiador Guilherme Palacios, tendo como tese fundamental: “Entender o Rodeador no marco de um processo de expropriação do campesinato nordestino” (PALACIOS, 2011); O artigo conceitual do Lísias Nogueira Negrão, “Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro”, expõe pontos sociais e religiosos fundamentais em relação ao messianismo/milenarismo; O “Dicionário Mulheres do Brasil”, organizado por Hildete Pereira de Melo, Shuma Schmaher e Érico Vital Brasil, possui um texto-base escrito pela antropóloga Leonarda Musumeci, denominado “Mulheres na revolta sebastianista da Serra do Rodeador (Bonito, Pernambuco, 1820)” sendo este de crucial relevância para o entendimento da participação feminina no movimento; Para a devida explanação e desenvolvimento dos conceitos referentes a História Social

temos os excelentíssimos trabalhos dos historiadores José D' Assunção Barros com seu "A História Social: seus significados e seus caminhos" e Jim Sharpe abordando a "História vista de baixo".

Os sertões pernambucanos e sua contextualização

O agreste de Pernambuco teve sua ocupação tardia. Há ocorrência de fatos como a expulsão dos Holandeses, a destruição do Quilombo dos Palmares e a Confederação dos Cariris. Este último possui o protagonismo dos indígenas, mais precisamente os aborígenes das chamadas Guerras Justas, tendo suas terras tomadas por pecuaristas, motivando a fuga para locais inóspitos e menos cobiçadas pelos colonizadores, os chamados "sertões". Em vista disso,

"Sertão" é o termo usado já por Pero Vaz de Caminha, denotando o vasto e desconhecido interior da colônia portuguesa, longe do mar. A partir do século XV, com a expansão, a palavra [antes para designar áreas situadas em Portugal mas distantes de Lisboa] passou a nomear espaços territoriais sobre os quais pouco ou nada se sabe. (SCHAWARCZ; STARLING, 2018, p. 47).

Nestes territórios foram associados vários tipos de bens de economia voltados ao mercado interno, como a produção canavieira, fornecimento de carne, couros e bois para serviços diversos, implantando um "criatório uma fração ponderada da população nacional, ocupando áreas mais extensas que qualquer outra atividade produtiva" (CABRAL, 2002, p. 21).

Com o crescimento da valorização dessas terras, através do viés econômico, se inaugura o estilo do "Patriarcalismo rural", consolidando o poder dos senhores proprietários. Deste modo, podemos destacar a existência de sistema de dominação social que, segundo José Murilo de Carvalho, pode ser definido como "Mandonismo". Segundo ele:

[...] O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. Existe desde o início da colonização e sobrevive ainda hoje em regiões isoladas [...] (CARVALHO, 1997, p. 3).

Trabalhando nas propriedades desses senhores encontraremos uma população em um grande número formada por homens e mulheres livres pobres. Estes, impedidos de serem proprietários (e não senhores) de suas terras, devido à

dificuldade de conseguir processos de litígios de demarcação de terra para a obtenção de títulos legais, trabalhavam de forma bem precária e marginal nos engenhos ou fazendas, cultivando para a sua própria subsistência, pagando foro ao proprietário, criando grande hostilidade. Com o estado de tensão, as populações pobres viviam em uma mobilidade constante, a procura de trabalho, ou de outro proprietário que lhes oferecesse alguma vantagem. Mas inúmeras vezes eram expulsos da terra, ocorrendo conseqüentemente vinganças desastrosas para ambos os lados. Desempregados e sem terras para viver, o contingente dos excluídos passou a vaguear constantemente, passando a serem nomeados e rotulados de “vadios”. O termo “vadio” tem suas origens a partir do século XIX e definia as pessoas que viviam na linha fronteira entre o lícito e o ilícito (SCHAWARCZ; STARLING, 2018).

Ainda segundo o historiador Guilherme Palacios, os devotos massacrados no dia 26 de outubro de 1820 na Serra do Rodeador, eram uma pequena fração de uma extensa camada de camponeses pobres que se afastavam das áreas de controle patriarcal e do Estado e, posteriormente, acabaram se reunificando nos confins da zona açucareira escravista, sendo eles, “perseguidos pelas campanhas promovidas contra eles pelo estado colonial e pela crescente expansão das plantations escravistas nas últimas décadas do século XVIII e primeiros anos do XIX” (PALACIOS, 2011, p. 102).

Tudo indica que o fluxo de livres pobres que acabaram fugindo e chegaram no arraial sebástico se intensificou a partir do início da campanha de repressão aos desertores. O fundador da comunidade, Silvestre José dos Santos, era o próprio fugitivo do Canhoto, termo das Alagoas, por volta de 1811-1812, no auge das campanhas de recrutamento militar conduzidas pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Nessa empreitada os escolhidos para o recrutamento eram sempre os pobres desamparados, que a partir dos 16 anos não escapavam do sistema opressor. A falta de efetivo nos quartéis, o baixo soldo e outras situações degradantes, levaram a coroa portuguesa a apelar para esta alternativa. Para os que conseguiam fugir, a comunidade do Rodeador tinha suas vantagens por ser situada em um local de difícil acesso (PALACIOS, 2011).

Vivia-se na época um clima de grande instabilidade política advinda de uma grande recessão generalizada, provocada pela flutuação no preço de bens exportados. Havia também uma grande baixa dos produtos brasileiros, nos grandes centros financeiros da Europa, dentre eles o açúcar e algodão. Além disso, uma

intensa seca assolou o norte do Brasil, nos anos de 1815-1819, fazendo decair o número de lavouras para a subsistência. O povo sentia o aumento de preços, jogando na corte portuguesa e seus exorbitantes gastos a culpa por tantas desgraças, sendo um dos motivos para a Insurreição de 1817. Com isso, segundo Jacqueline Hermann:

Se é necessário inserir os “ensaios sediciosos” e a “Revolução Pernambucana” no quadro mais amplo da crise do Antigo Regime e, ainda, da especificidade da situação portuguesa na conjuntura de expansão napoleônica, que trouxe a família real para o Brasil, deve-se tomar o caso do Rodeador como parte desse conjunto mais amplo de acontecimentos, que marcaram o processo de independência. Ou ainda, de fragilização da legitimidade de um rei que não mais conseguia manter-se como o guardião da justiça e da ordem. Os acontecimentos da “Revolução Pernambucana”, o recrutamento forçado [...] são partes indissociáveis do processo que fez surgir a cidade do Paraíso Terrestre. (HERMANN, 2011, p. 141).

Tanto o contingente de livres e pobres como desertores, fugindo de todas essas conturbações presentes nos sertões pernambucanos, estavam à procura de sobrevivência e terras como forma de garantir subsistência e moradia. A lenda do Rei Dom Sebastião, centrada em seu próprio encantamento e milagres, proporcionou a fundação da comunidade, existindo a idealização utópica e religiosa acerca de uma grande mudança de vida, servindo como fonte terapêutica para os sofrimentos vividos, anseios, concretizando esperanças e sonhos. Porém, como nem tudo o que reluz é ouro, a realidade social do Rodeador revela um cotidiano muito diversificado de tudo o que a fabulação do Dom Sebastião viria a proporcionar. Veremos a seguir.

A vida cotidiana no paraíso terreal

A fama que na comunidade do Rodeador eram comuns os milagres e encantamentos chamaram a atenção da população sertaneja atraindo um contingente considerável. A localidade oferecia uma beleza indescritível, principalmente pelas suas paisagens naturais, os vários rochedos, florestas, frutos, flores, florestas, ar puro e animais propícios a caça.

O controle da comunidade estava nas mãos do núcleo fundador do grupo, composto por Silvestre José dos Santos e seus familiares, mais precisamente, seus quatro irmãos e cinco cunhados. De sua “Capital”, Silvestre ensinava novos emissários para que saíssem pelas redondezas da região de Bonito para que assim conseguissem prosélitos. Posto isto, segundo a antropóloga Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Há uniformidade na composição dos adeptos desses movimentos, que são proprietários de terras, sitiante, moradores, vaqueiros, lavradores de diversos tipos, mas todos levando uma existência modesta, as mais das vezes em nível de agricultura de subsistência. No agrupamento de Silvestre, dominava a "gente do povo", consoante os testemunhos da época: poucos eram abastados, pois uma das razões que levavam ao ingresso era ser a vida muito cara [...]. (QUEIROZ, 1977, p. 306).

A maioria da "gente do povo" que estava concentrado na Serra do Rodeador provinha de vários lugares do norte agrário (atualmente conhecido como "nordeste"), da província de Pernambuco e da própria cidade de Bonito, palco central do movimento.

Do próprio território de Bonito [Bananeira, Gavião, Pau d' Arco, Sítio do Meio, Gengibre], da Ribeira do Una, Freguesia do Capibaribe, Bezerros, Santo Antão, Bom Jardim, Limoeiro, Santo Antônio de Tracunhaém, Goiana e dos Cariris Velhos [Sertão do Ceará]. (CABRAL, 2002, p. 57).

A seguir, segundo informações quantificadas por Guillermo Palacios, é perceptível dados de alguns dos camponeses nos processos de Devassa, sendo possível constatar estado civil, cor, idade e naturalidade.

Quadro: Presos no Rodeador - Trabalhadores de enxada				
Nome	Idade	Cor	Est. Civil	Naturalidade
Antônio Ferreira	45	Pardo	Casado	Rodeador
Antônio Manoel Rodrigues	20	Pardo	Casado	Goiana
Antônio Pereira	36	Pardo	Casado	Cariris V.
Bernado Moisés da Silva	26	Mulato	Casado	Cariri
Fco. Xavier das Chagas	30	Branco	Casado	Serra do Macaco
João Fco. Alves	32	Pardo	Casado	Crato
José Fco. Da Rocha	35	Branco	Casado	Limoeiro
José Severino	28	Pardo	Solteiro	Santo Antão
José Soares da Cruz	25	Pardo	Casado	Limoeiro
Luis Antônio Cesar	30	Pardo	Casado	Una
Manoel José do Nascimento	30	Pardo	Casado	N. S. da Glória
Manoel Pereira Gomes	26	Pardo	Casado	Bonito
Manoel Pereira Pinto	26	Pardo	Casado	_____
Manuel Telles	36	Pardo	Casado	Bonito
Pedro Francisco	30	Pardo	Casado	Garanhos
Serafim José de Oliveira	25	Pardo	Casado	Bonito

Fonte: (PALACIOS, 2011, p. 114).

Dessa restrita amostragem é possível compreender a composição dos trabalhadores, esta maioria na faixa etária de 20 a 45 anos, que viviam nas lavouras de subsistência no núcleo do Rodeador, bem como, a formação populacional, já que é visível a presença de homens brancos livres pobres, pardos e mulatos. Não se sabe ao certo o número total de habitantes do arraial, mas chegava em torno de 200 a 500 habitantes.

Um dos locais mais representativos do núcleo populacional era a famosa “grande pedra”, dita de Rodeador, que ficava no sopé da serra com este mesmo nome. Havia neste local havia uma espécie de fenda com vários abrigos naturais, onde se chegava a ouvir vozes humanas, manejos de armas e instrumentos cantando, fazendo pensar que aquele seria o famoso local do encanto. Ali saíria o Dom Sebastião com um exército capaz de defendê-los. Isso animava o povo, que segundo Flávio José Gomes Cabral, “era o fermento capaz de uni-los e torná-los fortes e capazes de enfrentar os desafios das forças adversárias por mais poderosas que fossem” (CABRAL, 2002, p. 53-54). Para a defesa do local, ali se encontrava um exército de mais ou menos 150 homens, sua maioria deserdados que fugiam das campanhas de recrutamento forçado, que estavam sob o comando do sapateiro Gonçalo Correia. Toda essa milícia dispunha de armas de toda as variadas qualidades e tamanhos: faca-de-ponta, pistola, espadas, catanas (espécie de faca comprida), parnaíba (facão), bacamartes e espingardas. Após as cerimônias religiosas realizadas toda a noite no local, eram realizadas revistas das tropas, ensinamentos sobre o manejo das armas e exercícios militares.

Aqueles que começaram a residir permanentemente na comunidade construíram suas casas no modelo daquelas que viviam em atividades econômicas precárias. São moradias de barro e estacas de madeira entrelaçadas para que houvesse sustentação. As paredes recobertas com argila, cuja cobertura era de palha de catolé, árvore que existia em quantidade na referida região onde se encontrava o ajuntamento. Após o amanhecer do dia na localidade, o contingente se deslocava para o roçado com o intuito de cuidar do arado da terra, onde se dedicavam ao cultivo de alguns gêneros agrícolas, dentre eles, o feijão e a mandioca. Feijão, carne seca, peixe e mandioca faziam parte da dieta alimentar brasileira, esta última era transformada em farinha de mandioca e era bastante apreciada (KOSTER, 1942).

Ainda sobre a organização geral do movimento, Maria Isaura Pereira de Queiroz insere o Rodeador na categoria dos movimentos messiânicos rústicos vinculados a vida rural do país. Portanto, a autora sustenta que:

[...] Os novos padrões de comportamento ou o revigoramento dos padrões antigos que regulam todos os setores da existência, são os fatores que constroem o mundo novo em que se passa a viver e que se concretiza como uma urbe celeste. Dá-se o abandono da vida profana, representada pela existência nos grupos em processo de anomia, substituído pela vida religiosa, em comunidades disciplinadas. (QUEIROZ, 1977, p. 320).

Na organização do ajuntamento, há a adequação da vida cotidiana sofrida do sertanejo em uma comunidade com uma organização social e religiosa comum, ocasionada pela alienação de práticas e ideologias disseminadas pelo líder messiânico. Para a “gente do povo”, aquele local era considerado uma espécie de terra consagrada e fonte de bem-aventurança, onde viviam experiências mundanas e também sociais, se transformando em uma vida coletiva com a concretização de um reino sagrado. O Paraíso Terreal acabava se materializando à medida que o povo não se sentia desprezado, mas acolhido. Dessa maneira, funcionava como fator de coesão social ao passo que alicerçou a construção de uma identidade coletiva. O povo pobre então começou a entender que não precisava levar uma vida sofrida, nem ao menos morrer para conseguir o famoso paraíso. É de se acreditar que o líder Silvestre conseguiu manter sua autoridade como líder messiânico, pois naquela comunidade não teve momentos turbulentos. Quiçá toda essa política de paz venha da forma em como se organizava a terra e sua propriedade coletiva, além da produção e distribuição igualitária dos bens (CABRAL, 2002).

Segundo a antropóloga Leonarda Musumeci o protagonismo feminino fica em destaque no movimento. Uma personagem ocupava uma centralidade mística cosmológica dos prosélitos: Era a Santa Falante que segundo os sitiantes trazia mensagens de Dom Sebastião. A crença, era de que a figura divina era a verdadeira líder da comunidade, pois tudo “ensinava e ordenava, pela boca de Silvestre e de seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, os únicos que podiam ouvi-la antes do desencanto” (MUSUMECI, 2000, p. 4).

Algumas mulheres participantes ocupavam cargos de “procuradoras” da irmandade tendo elas diversos afazeres, que vão desde a liturgia até a manutenção da ordem durante os “ajuntamentos” na Serra (MUSUMECI, 2000). Há uma peculiaridade que inclusive é comentada por Leonarda Musumeci.

Há outra passagem intrigante, no interrogatório do Recife, em que o vogal pressiona um prisioneiro a explicar como permitira que sua mulher fosse sozinha àquelas reuniões. O preso responde que precisava ficar em casa tomando conta das crianças pequenas, pois não tinha com quem deixá-las, e que a mulher não fora sozinha, mas acompanhada do pai. Curiosa inversão de papéis, para os padrões da época, expressos na incredulidade do vogal: o homem cuida das crianças e a mulher sai para participar de uma suposta conspiração contra o Estado. (MUSUMECI, 2000, p. 5).

Inversão de papéis, fato curioso para uma sociedade patriarcal. Quem diria que esse movimento, tendo ainda uma historiografia tão escassa, acabaria por revelar uma situação tão adversa. Todavia, o Conselho de Investigação da época acabou concluindo que apesar de algumas mulheres ocuparem cargos de destaque na associação sebastianista, parcela delas tinham sido arrastadas pelos seus maridos a ingressarem naquela que eles chamam de “sociedade criminosa” por meio de “persuasões enigmáticas” que suas mentes “ignorantes” não tinham condições de entender. Há aí uma construção de estereótipos, que até as mulheres endossam, alegando (isso possivelmente como recurso de auto defesa) a sua total ignorância sobre o que se passava no ajuntamento (MUSUMECI, 2000). Manoela Maria, 26 anos, analfabeta, irmã de Silvestre e casada com outro líder da revolta, diz que lhe cabia pôr fitas nas mulheres “porque seu irmão Silvestre lhe mandava pôr, porém ela responde não sabia nem entendia para que era aquilo, nem às mulheres se explicava, por isso nada podia dizer” (MUSUMECI, 2000, p. 6). Flávio José Gomes Cabral relata que fitas e símbolos eram distribuídos para marcar a condecoração dos eleitos no seio de uma irmandade religiosa criada dentro do movimento, conhecida como “Bom Jesus da Lapa”, onde as maiores figuras seriam o líder Silvestre e seu cunhado Manoel Gomes das Virgens, tidos como Procuradores de Cristo. Dentre essas fitas, a azul simbolizava a paz aos que sobre ela viviam; a preta representava o dó, o luto e o sentimento; a verde, a esperança dos bens que Dom Sebastião iria distribuir aos eleitos no momento do seu retorno. Alguns ainda recebiam uma espécie de distintivo no braço direito. Esses e outros símbolos incorporados não eram explicados para o povo, pois os segredos só seriam revelados no momento oportuno (CABRAL, 2002).

Ainda segundo a autora, um oficial da milícia de Bonito fez uma excursão ao ajuntamento, com o intuito de capturar alguns desertores e relata como esta expedição foi frustrada: foi ao local com um grupo de 16 soldados, e encontrou no caminho um prosélito que se dirigia ao povoado com sua esposa Manoela. Assim,

perguntou à mulher de onde vinha àquela hora (era noite) e ela respondeu que vinha do Rodeador, onde moravam muitos cunhados seus. O oficial prendeu só o homem e ordenou que a mulher voltasse para casa. Acampado ao pé da Serra com a escolta e o prisioneiro, viu descer na manhã seguinte um grupo de mulheres, liderado por Manoela. Vinham, em “embaixada”, avisar que os homens já estavam sabendo da prisão e preparavam o resgate do companheiro. Temendo um confronto, o oficial soltou o preso e bateu em retirada, para dar parte ao seu comandante. (MUSUMECI, 2000, p. 6).

Protagonizando uma relação direta com as milícias presentes no local e em situações peculiares contrárias ao patriarcado, as mulheres que participaram diretamente no Rodeador, revelam uma espécie de adequação de gênero, onde suas atuações são relevantes para o agrupamento, retratando diferentes relações e papéis de atuação.

1820: A repressão

O governador da província de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, ao tomar conhecimento do cotidiano dos adeptos do Paraíso Terreal começou a organizar a repressão. Depois da Insurreição de 1817, o medo de uma nova agitação assolava a região e era de opinião de que certos tipos de crença poderiam ser perigosas e afetar o ordenamento social, que conseqüentemente poderiam produzir efeitos devastadores. Dessa maneira, foram enviados vários espias ao local, membros das milícias locais se fazendo passar por conversos, com a intenção de investigar o cotidiano do povo.

Na madrugada do dia 25 de outubro de 1820 o arraial foi investido. O genocídio ao povo foi relatado pelo governador, demonstrando coragem e resistência dos rebeldes: “a destreza admirável das tropas deles, a consciência de seis horas de porfiado combate, a espantosa mortandade de uma e outra parte e a maneira, como ao sentirem as tropas, romperam em palmas e vivas” (CABRAL, 2002, p. 86).

Os homens movidos pela fé lutaram com armas em quantidade inferior ao arsenal do exército repressor. Diante disso e em meio ao pânico, muitos prosélitos já habituados a região e sua topografia, acabaram fugindo para as florestas e lugares inóspitos. Todavia, o massacre foi grande, “[...] a imprecisão dos números é maior quando se fala principalmente dos camponeses: 78 homens e 187 mulheres, somando-se, portanto 265 pessoas [...]” (CABRAL, 2002, p. 94).

Aos que foram presos, foram todos dirigidos para o Recife, como forma de continuar as investigações. Quando chegavam causavam grande comoção, pois a

maioria do povo estava cansado, humilhado, seminu, sendo logo atirados na infecta cadeia pública do Recife sendo esta de precárias instalações. As prisioneiras foram alojadas em ranchos onde o governo entregava-lhes utensílios e outros materiais para a sobrevivência, além de 100 mil réis diários por detenta e metade para crianças em fase de lactação (CABRAL, 2002). Quando as investigações foram concluídas, foram os prisioneiros soltos a Deus dará, com a exceção daqueles que tinham participação ativa na comunidade. Para não morrer de inanição, todo aquele povo passou a pedir caridade nas ruas, calçadas e adros das igrejas.

O veredito real, para aqueles que tinham participação ativa, foi determinada “a prisão e desterro para a Angola de Silvestre José dos Santos, cinco anos de cadeia para os instrutores militares e armeiros da comunidade, além de recrutamento compulsório” (PALACIOS, 2011, p. 121). O mesmo Silvestre nunca foi encontrado e acabou se integrando a mitologia popular, terminando fazendo parte de uma lenda: foi visto em Goiana lutando pela Independência do Brasil em cima de um cavalo branco (CABRAL, 2002).

A imagem da destruição da comunidade, acabou por inspirar o príncipe D. Pedro, futuro Dom Pedro I, em manifesto dirigido aos brasileiros, datado de 1º de agosto de 1822, este escrito contra as atitudes hostis das cortes portuguesas. Quando se dirigiu a Pernambuco, é de destaque os horrores de Bonito (CABRAL, 2002). Relatou:

[...] Intrépidos pernambucanos, difusores da liberdade brasílica, voais em socorro dos nossos vizinhos irmãos; não é a causa do Brasil que se defende na primogênita de Cabral? Extingui esse viveiro de fardados lobos, que ainda sustentam os sanguinários do partido faccioso, recordai-vos, pernambucanos, das fogueiras do Bonito e das cenas do Recife. Poupai, porém, e amai como irmãos a todos portugueses pacíficos, que respeitem nossos direitos e desejam a nossa verdadeira felicidade. (CABRAL, 2002, p. 91).

Dom Pedro I ao fazer este breve comentário tinha consciência do caráter violento das tropas pernambucanas na repressão. Porém, não escondeu o quanto o movimento do Rodeador repercutiu entre os membros da elite lusa no passo carioca, tendo este arraial, que começou isolado no território de Bonito, acabando por escancarar a situação de um povo tão reprimido, pobre e esquecido no norte agrário do século XIX.

Considerações finais

As práticas religiosas, sejam elas misturadas com um tempero sebastianista, messiânico e milenarista, como no caso do Rodeador ou em exemplos de Pedra Bonita, acabam convergindo em um ponto em comum: a melhoria de vida e busca de melhores condições de subsistência. As políticas do Estado colonial da época, em processo acelerado de deterioração conectada a profunda desestabilização do Antigo Regime no Velho Mundo, tendo como referência o Mandonismo, acabou por ocasionar um movimento opressivo de expropriação de terras.

Neste processo de atuação é possível observar a mesclagem de práticas sociais (a migração que permitiu a procura de novas terras; o mandonismo; a vida cotidiana no ajuntamento) e religiosas, (o liderança messiânica do Silvestre, juntamente com sua doutrinação, permitiu a criação de uma comunidade identitária com um dogma comum, o Sebastianismo). Bem variada, reunindo pessoas de vários locais, cores e raças, mulheres e homens livres, brancos, pardos, mulatos e desertores, o Rodeador vivia seu cotidiano em um núcleo disciplinar, com atividades de agricultura, realizações de rezas e orações para a virgem do oratório e também práticas militares para a proteção dos prosélitos, com reunião de ideias e caráter peculiar.

Em seu processo repressivo é possível constatar algumas questões importantes, sendo estas de discursão para a História Social. Nos momentos onde há uma grande agitação social, acabam ficando favorecidas a percepção das identidades de classe, inclusive dos grupos sociais menos privilegiados (BARROS, 2005). Por conseguinte,

são nestes momentos que as massas tornam-se visíveis, exprimindo-se através dos gestos do “protesto” [...] ou da violência coletiva, que podem produzir desde badernas e motins até revoluções com repercussões sociais definitivas. São também nestes momentos que, eventualmente, emergem as lideranças populares **[está representada pelo líder Silvestre]** (BARROS, 2005, p. 20, grifo nosso).

Diante disso, pode-se pensar o movimento do Rodeador estruturado no formato de uma “Sedição”. O Jornaleiro Antônio Ferreira ferido durante a repressão, citado por Guillermo Palacios (2011), declara que “aquella sociedade era para sahirem a emendarem o mundo [“tomar Pernambuco”], e corrigi-lo, que tudo estava muito caro [...]” (PALACIOS, 2011, p. 112). A questão também é analisada por Jacqueline

Hermann (2001), definindo Sedição como [...] “A ação organizada visando à revolução, a partir de um conjunto de práticas de natureza subversiva que anuncia a revolução desejada, o futuro anunciado, a política do futuro interstícios do presente [...]” (HERMANN, 2001, p. 131).

Sendo assim, os movimentos messiânicos, se destacam por pretenderem remediar problemas sócio-políticos de variada ordem. Não se trata, pois, de simples movimentos religiosos, mas de atividades que se apresentam como soluções para situações de crise social, soluções consideradas legítimas por trazerem a chancela religiosa (QUEIROZ, 1977). Flávio José Gomes Cabral também relata sobre este assunto. Argumenta que o Rodeador passou por um processo chamado “transgressão”, ou seja, a negação do sistema excludente (CABRAL, 2002), este afetando as populações pobres dos sertões pernambucanos, na primeira metade do século XIX. Nestas relações, as contestações sociais são reveladas pela formação de comunidades igualitárias e sedicionárias. Entretanto, no caso do Rodeador, também acaba por evidenciar uma realidade inópia severa nos sertões pernambucanos.

É justamente neste ponto que podemos sublinhar a importância da análise aprofundada, enfatizando o protagonismo daqueles mais depauperados e esquecidos, contemplando na História o dinamismo social de variados indivíduos, intensificando estudos que revelam o outro lado profundo e intenso das sociedades, possibilitando entender o imaginário local e social, relações humanas dinâmicas, sujeitos históricos distintos e plurais, “reintegrando sua história aos grupos sociais que podem ter pensado tê-la perdido, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua história.” (SHARPE, 1992, p. 59).

Bibliografia

BARROS, José D’ Assunção. A História Social: seus significados e seus caminhos. In: **Revista de História da UFOP**. Minas Gerais, nº 15, p. 1-23, 2005. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/321024813>>. Acesso em 10 out. 2020.

CABRAL, Flavio José Gomes. CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Paraíso Terreal: A Rebelião Sebastianista na Serra do Rodeador**. Pernambuco, 1820. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7705>>. Acesso em: 20 jul 2020.

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual.” In: **Dados: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 20 jul 2020.

HERMANN, Jacqueline. **1580-1600: O sonho da salvação**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

HERMANN, Jacqueline. El Ksar El-Kebir. Narrativas e história sebastica na batalha dos três reis. Marrocos, 1578. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 11-28 [p. 25], 2006.

HERMANN, Jacqueline. **Sebastianismo e Sedição**: os rebeldes do Rodeador na cidade do paraíso terrestre, Pernambuco – 1817-1820. Tempo. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, p. 131-142, 2001. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg11-9.pdf>. Acesso em: 12 jul 2020.

KOSTER, Henri. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Brasileira, 1942.

MUSUMECI, Leonarda. Mulheres na revolta sebastianista da Serra do Rodeador (Bonito, Pernambuco, 1820). In: SCHUMACHER, Schuma, VITAL BRAZIL, Érico. **Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**. São Paulo, vol.16, n.46, p.119-129, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092001000200006>>. Acesso em: 09 jun 2020.

PALACIOS, Guilherme. "Uma nova expedição ao Reino da Pedra Encantada do Rodeador: Pernambuco, 1820." In: DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Messianismo no Brasil e no Mundo**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANTOS, Tania Lima dos. **A (re)escritura mítica do sebastianismo no Romance d'A Pedra do Reino, de Ariano Suassuna**. Tese (Doutorado em Letras). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6237>>. Acesso em: 11 jun 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SHARPE, Jim. "A História vista de baixo." In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

Inventariando sujeitos ausentes: as representações dos “infames caramurús” no Diário de Pernambuco (1832-1835)

Inventing absent subjects: the representations of the “infamous caramurús” in the Diário de Pernambuco (1832-1835)

Débora Angélica Vieira de Melo¹

Resumo: O movimento de cunho restaurador eclodido em meados do século XIX, no contexto da regência imperial, denominado Guerra dos Cabanos (1832-35), ocorrido no interior das províncias de Pernambuco e Alagoas é representado pela maior parte da historiografia e pelos livros didáticos de forma minimalista, ofuscada e de pouco prestígio, sem contemplar, de forma geral, seu grande impacto naquela ocasião, principalmente, ao compará-las as abordagens historiográficas acerca dos movimentos liberais desse período. Nesse sentido, esse artigo visa, através da análise documental de articulistas vinculados ao jornal O Diário de Pernambuco entre 1832 a 1835, relacionar e compreender a ótica da elite liberal e suas percepções sobre esse motim, para explicar o lugar alijado dado a Guerra dos Cabanos por parte da historiografia.

Palavras-chave: Cabanos; imprensa; regência; revolta.

Abstract: The restorative movement that emerged in the middle of the XIX century, in the context of imperial rule, called Guerra dos Cabanos (1832-35), which took place in the provinces of Pernambuco and Alagoas, is represented by most of the historiography and textbooks in a minimalist, overshadowed and of little prestige, without generally contemplating its great impact on that occasion, especially when comparing them to the historiographical approaches about the liberal movements of that period. In this sense, this article aims, through the documentary analysis of writers linked to the newspaper O Diário de Pernambuco between 1832 to 1835, to relate and understand the optics of the liberal elite and their perceptions about this mutiny, to explain the dislocated place given the Guerra dos Cabanos by historiography.

Keywords: Cabanos; press; regency; revolt.

A utilização de fontes oriundas de periódicos de imprensa na produção Historiográfica

No período anterior as décadas finais do século XX, a historiografia possuía nas suas produções fortes tendências para uma abordagem focada nas dimensões políticas e econômicas da História global, com certo desprezo as produções norteadas em aspectos culturais e cotidianos.

¹ Graduanda de Licenciatura Plena em História pelo Centro Universitário da Vitória de Santo Antão - UNIVISA
E-mail: deboravieira999@gmail.com.

Nesse contexto, a utilização de jornais e escritos de imprensa era vista como insuficiente e inadequada para uma boa produção historiográfica, visto que possuía nos seus bastidores a propagação de interesses políticos, ideológicos e econômicos, o que supostamente tornava-os contaminados pela subjetividade dos atores sociais, entretanto, a produção historiográfica vem considerando novas abordagens, problemas e objetos, tratando de grupos antes negligenciados pela historiografia, principalmente com relação às culturas de resistência e de enfrentamentos políticos coletivos (THOMPSON, 1987).

Essa nova tendência no modo de estudar a História passou a ser difundida por vários historiadores consagrados, pertencentes a variadas correntes, a exemplo, Jacques Le Goff, onde propôs a possibilidade do uso de jornais e periódicos como fontes auxiliares na compreensão de aspectos cotidianos e culturais. Ou seja, nota-se a adoção de um estudo que vise a complexidade acerca da cultura no debate em torno dos grandes eventos, como é comum a historiografia tradicional, como afirmou Luca (2005)², fundamentada nos estudos de Michel de Certeau.

O historiador não é mais um homem capaz de construir um Império, nem visa mais o paraíso de uma história global. Ele chega a circular em torno das racionalizações conquistadas. Ele trabalha nas margens. Sob esse aspecto, ele se torna um erradio (LUCA, 2005, p. 113).

É importante que o historiador saiba utilizar os periódicos na sua pesquisa de forma ponderada, visto que esses são fontes de informações e não dá história. Essas informações, como em toda fonte histórica, precisam ser criticadas, cotejadas e confrontadas com outros testemunhos. É preciso estar atento às possíveis armadilhas implícitas nos jornais, por isso é de válida importância analisar a estrutura institucional dos bastidores e as relações dos órgãos de comunicação com a classe política, setores econômicos e financeiros. A questão é o alerta para a utilização consciente dessas fontes, como salientou Jean Glénisson (1986).

Complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel é desempenhado, por exemplo, pela distribuição de publicidade, qual a pressão exercida pelo governo". (LUCA, 2005, p.116).

² A autora fundamenta suas ideias acerca da autenticidade da utilização de periódicos como fontes a partir de uma análise historiográfica, tendo como base as concepções teóricas de historiadores consagrados pela historiografia. Também usa como mecanismos demonstrativos os mais variados campos de atuação da imprensa, bem como sua trajetória e importância ao longo da história na formação da sociedade brasileira desde o século XIX. Algumas fontes utilizadas na obra, possuem pequenas divergências em relação a condução de uma pesquisa através de periódicos.

É nítido que periódicos e jornais são legítimos instrumentos de informações que podem auxiliar na produção historiográfica, se usados de forma consciente são peça fundamental na obtenção de dados ausentes em outras fontes primárias mais lacônicas. Autores consagrados na historiografia brasileira como Gilberto Freyre, por exemplo, utilizaram esse meio de informação em suas obras. É de suma importância expor que a objetividade e a neutralidade da imprensa está norteadas por relações humanas e múltiplas concepções sociopolíticas, utilizá-los como fonte requer do historiador a análise do discurso e de mecanismo implícitos nos periódicos, como a identificação do público alvo, relações publicitárias e o grupo responsável pela linha editorial, nem como seus interesses, ou seja, fazer uma análise técnica dos bastidores.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões [...] motivações que levaram à decisão de dar publicidade [...] atentar para o destaque conferido ao acontecimento [...] inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses... (LUCA, 2005, p. 140).

Utilizado indiretamente como fundamentação histórica na discussão da autora, E.P. Thompson é tido como um dos autores fundamentais que sustentam uma perspectiva historiográfica que visa a abordagem de elementos culturais focada na análise de grupos sociais antes negligenciados e protagonistas de culturas de resistência³. O que confere perfeitamente ao campo de estudo da presente pesquisa, centrada na atuação de grupos de resistência negligenciados social, política e geograficamente, ou seja, os cabanos de 1832-1835.

O historiador ao trabalhar com fontes textuais sejam primárias, sejam secundárias deve ter como princípio metodológico que ao manipular determinado material, não deve limitar-se a mera extração de informações explicitamente contidas no discurso, mas sim dominar as técnicas necessárias para reconstituir os eventos e, concomitantemente, apreender os sentidos que os sujeitos históricos do passado atribuem ao seu mundo e as suas próprias ações, o que está diretamente a uma

³ "A história vista de baixo", em BURKER, Peter (org.), A escrita da história: novas perspectivas, São Paulo, Unesp, 1992, pp. 39-62. Sobre o conjunto da obra de Thompson, ver Projeto História: diálogos com E. P. Thompson, São Paulo, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 15, 1995.

perspectiva metodológica de viés hermenêutica, ou seja, a crítica na análise do discurso para poder interpretá-lo com maior credibilidade.

É importante salientar que a utilização de mecanismos de análise de textos deve ser efetuada com cautela para que não torne a produção historiográfica refém unicamente das análises discursivas. Esse tipo de abordagem deve ser executada sob a observação conjunta a análise do contexto social implícito no próprio discurso. Dessa forma, preserva-se a autonomia da História perante o texto, mesmo sob a perspectiva de diálogo com outras vertentes de análise, a importância dessa correlação contextual do discurso com quem o produz é elucidada por Eliseo Verón.

As condições de produção de um discurso têm a ver com os valores da sociedade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instancias capazes de legitimar ou não sua aceitação perante a sociedade. (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.541).

Nessa perspectiva, o método compatível à formação acadêmica do historiador e com o campo de estudo pretendido deve nortear o rumo da pesquisa, mas considerando a possibilidade de flexibilização do mesmo, dessa forma, permitindo que a produção historiográfica seja aberta a novas investigações e abordagens, que é a essência de qualquer trabalho historiográfico moldado pelos preceitos científicos, não o restringindo a mera descrição técnica, principalmente nas pesquisas de cunho quantitativo e estatístico. Esse tipo de pesquisa teve sua metodologia e procedimentos demonstrados por Régine Robin em *Linguísticas e História*, partindo da sistematização e análise da frequência de palavras em determinado discurso e suas significações no problema histórico a ser investigado. Outro modo de sistematizar a análise do discurso é categorizar o objeto de análise em eixos como o tema, o objeto, o personagem, o acontecimento e o documento, extraíndo informações consideradas elementares para o procedimento heurístico da fonte histórica (ROBIN apud VAINFAS, 1997)⁴.

É sabido que a imprensa é umas das principais fontes para o entendimento do processo de formação da opinião pública, bem como a sua expressão social, mas não deixa de ser um mecanismo restrito devido aos seus trâmites institucionais, políticos e ideológico. O pesquisador capacitado, ao utilizar como fonte um veículo de

⁴ Tem como discussão central a abordagem prática e metodológica das diferentes vertentes nas quais o historiador/pesquisador deve utilizar no manuseio de fontes textuais.

imprensa, deve atentar-se ao contexto político vigente na historicidade para ter ciência da mínima adequação da fonte utilizada.

A imprensa é uma produtora considerável de informações diversas, que esclarecem as atitudes e os comportamentos: ela noticia reuniões políticas, o número de participantes, traz relatos de manifestações ou de greves {...} em Compensação, é incapaz de dizer qual o peso de cada opinião emitida: afora outras considerações, as tendências políticas {...} Além disso, a imprensa é incapaz de servir de fonte quando é censurada. (BECKER, 1996, 196-197).

O termo “opinião pública” tem suas limitações no que se refere a sua globalidade, pois dá a entender a existência de opiniões pautadas em um único pensamento aderido por uma “maioria”, ou seja, mesmo havendo opiniões divergentes da dita maioria, estas não são consideradas pelo todo, como salienta Georges Burdeau: “Num país dado, num momento dado, pode haver uma pluralidade de opiniões, mas só há uma opinião pública”. (BURDEAU apud BECKER, 1996, p. 190).

A questão é que em determinado recorte histórico há de certeza pluralidades opinativas acerca de algumas questões, mas o fato é que há uma opinião pública, que não implica necessariamente que esta tem em si a razão, como salienta Alfred Sauvy (1967, p. 74-75). Mas, sem dúvidas compreender a opinião pública acerca de qualquer acontecimento é entender como tal ocorrência foi percebida e repercutida diante de seus contemporâneos⁵.

A Guerra dos Cabanos e o monarquismo popular no Brasil oitocentista

As produções científicas relacionadas ao que chamamos de Brasil Imperial estão norteadas em vários campos de estudo. Geograficamente, a historiografia brasileira aborda, na maioria de suas produções, os movimentos de revoltas situados nos centros decisórios das províncias, no caso de Pernambuco, no Recife e seus arrabaldes dando enfoque, por exemplo, a Insurreição de 1817, A Confederação do Equador (1824) e a Revolta Praieira em 1848. Sendo assim, os livros didáticos⁶ e a maioria dos campos de pesquisa também seguem essa tendência, o que explica, em parte, o esquecimento e a minimização de rebeliões importantes que sacudiram o

⁵ O autor discute a importância na qual o historiador deve dar ou não a opinião pública dos contemporâneos a historicidade no decorrer de qualquer processo histórico, onde entender a opinião pública é compreender as mentalidades do contexto que resultaram no acontecimento.

⁶ A exemplo, um dos livros didáticos de História adotados por uma instituição de ensino, de nível médio vinculada ao estado de Pernambuco: COTRIM, Gilberto. História global. Volume 2. 3ª edição. Editora Saraiva. São Paulo. 2016.

período regencial, ocorridas nas regiões interioranas das províncias como Elucidou Hendrik Kraay (2019).

Como lembra Carvalho, o movimento foi um levante típico oitocentista no qual os aliados do poder pegaram em armas para derrubar os novos detentores do poder. A mobilização das classes baixas, todavia, fugiu do controle da elite. (KRAAY, 2019, p. 155).

Desse modo, é relevante discutir as dimensões desses movimentos “esquecidos” pela produção historiográfica no Brasil, assim como, problematizar as razões desse silêncio. Como sustentou com eloquência Jacques Le Goff, não basta constatarmos as lacunas e “os espaços em brancos da história” é preciso ir mais adiante e “fazer o inventário dos arquivos do silêncio”. (LE GOFF, 1990, p.109). Portanto, é importante abordar esses acontecimentos sob variadas perspectivas, alicerçado pelos estudos de historiadores dos mais diversos campos de pesquisa, abordando temáticas relacionadas a atuação de homens livres, pobres e libertos lutando por suas convicções sociopolíticas no contexto escravista do Estado Imperial brasileiro durante o século XIX.

A Guerra dos Cabanos ocorrida na zona da mata e agreste da província de Pernambuco e em Alagoas entre 1832 e 1835, se distingue da maioria das revoltas no período regencial, pois não tinha como motivação intenções separatistas ou uma contestação liberal ao centralismo político do Império, mas sim defender a restauração do governo de D. Pedro I, após a sua abdicação do trono em 7 de abril de 1831. Além disso, o que torna essa revolta interessante para a historiografia é o fato de ter sido composta, em grandes proporções, por índios, escravos fugitivos, posseiros e negros. Liderados por Vicente de Paula, que descrevia a si próprio em cartas enviadas a alguns aliados e adversários como “general” e “comandante das matas”, rodeado por um grupo denominados papa-méis⁷.

Outro ponto bastante debatido entre os estudiosos da Guerra dos Cabanos é a contradição lógica das reivindicações do movimento. A questão é entender como uma rebelião promovida por índios, negros e pobres auxiliados por posseiros locais tinha como principal desejo a volta de D. Pedro I e seu governo centralizador, análogo, em alguns pontos, aos Estados absolutistas do Antigo Regime europeu. Ou seja, os

⁷ O termo “papa-méis” era empregado em referência a um batalhão de escravos foragidos que fazia a guarda pessoal do líder Vicente de Paula, este por sua vez, afirmava ter cerca de 3.550 homens sob suas ordens.

cabanos lutavam contra a regência (DANTAS, 2011). Nesse sentido, compreender os significados da restauração para os cabanos e seus apoiadores é fundamental, afinal, vários setores, de escravos foragidos a proprietários de terras queriam o retorno do imperador. Enfim, várias camadas sociais apoiavam o movimento, porém vale ressaltar que o que os uniam contra a regência não estava norteado em apenas uma reivindicação, cada um dos setores envolvidos na Guerra dos Cabanos tinham variadas razões para apoiar a volta do Imperador D. Pedro I.

Os militares do levante conhecido como Abrilada apoiavam os cabanos por temor a seus cargos, pois a instauração da regência provocou mudanças profundas na estrutura do Estado, esses oficiais temiam até mesmo a miséria de suas famílias, entre eles predominava sentimento de incertezas. Também não houve participação expressiva de membros da guarda no combate a rebelião, pois os proprietários de terras viram no movimento a oportunidade de ampliar seus poder e influência política na zona da mata.

É importante ressaltar que a Guerra dos Cabanos possuiu em suas entranhas políticas uma organização clientelista. A noção de clientelismo é bastante comparada as práticas coronelistas da chamada República Velha, mas são conceitos distintos. A prática clientelista consiste, de modo geral, numa relação de troca de favores e concessões de benefícios entre políticos e os diversos segmentos sociais, essa relação contém viés familiar, ou empregatício. O uso desse mecanismo está diretamente ligado a grande participação popular nesse motim.

Os discursos e as cartas de Vicente de Paula expunham o desejo da gente das matas pela volta de D. Pedro I. Esse retorno significava para os revoltosos mais pobres a posse da sua terra e de seus bens, pois as tropas provinciais estavam extorquindo seus bens, inclusive afetivos. Além disso, a coroa oferecia proteção das matas contra produtores de cana-de-açúcar. Com o governo regencial, essa proteção foi extinta. Os latifundiários contrários aos cabanos aliaram-se as tropas provinciais com interesses de ocupar as terras férteis onde ficavam as matas para ampliar o cultivo em suas propriedades, ou até mesmo utilizar os cabanos como possível mão de obra escrava⁸.

⁸ Essas questões têm direta relação e influência com comércio madeireiro no século XIX, oriundos das matas do interior da província de Pernambuco.

O objetivo dos cabanos era defender as matas, ameaçadas por proprietários que aproveitaram o fim do monopólio da marinha sobre a madeira para ocupar a área. Os cabanos pretendiam ainda defender o seu modo de vida contra a interferência do Estado e manter os privilégios adquiridos como recompensa pela cooperação com o exército imperial que esmagou a Confederação do Equador em 1824. (CARVALHO, 2007, p. 260).

Apesar de apoiarem a rebelião, alguns posseiros não viam com bons olhos a atuação de Vicente de Paula ao promover fugas de escravos dos engenhos e colocar os homens de cor em posições de destaque no conflito. Apesar de lutarem no mesmo lado, a elite racista não apoiavam essas atitudes do líder da “gente das matas”. Enfim, Vicente de Paula era visto como bandido pelas autoridades da capital, mas era respeitado como um líder pelos cabanos.

O perfil político-partidário dos articulistas do Jornal o Diário de Pernambuco (1830-35)

Desde a sua fundação, no ano de 1825, na província de Pernambuco, o veículo de imprensa denominado O Diário de Pernambuco demonstra filiações ideológicas e político-partidárias simpatizantes do movimento dito liberal no período compreendido pela historiografia como Brasil Imperial, durante o século XIX. Considerando o teor característico dos periódicos, artigos e notas redacionais publicadas, bem como o quadro de redatores que publicava no jornal e suas respectivas filiações partidárias, principalmente no período entre meados de 1830 a 1835, o noticiário foi um forte defensor dos ideais contrários ao Partido Conservador e a ala restauradora no período da regência, compreendido entre a abdicação de D. Pedro I ao golpe da Maioridade, no qual possibilitou a posse de D. Pedro de Alcântara, havendo em alguns momentos oscilações. A tabela a seguir contém as vinculações político-partidárias dos principais redatores do Diário de Pernambuco entre 1830 a 1835.

REDATOR	PERIÓDICO/CITAÇÃO	VÍNCULO POLÍTICO
José Antonino de Miranda Falcão		Tipógrafo e jornalista pernambucano integrou a Confederação do Equador (emancipacionista). Fundador do Diário de Pernambuco, em 1825.
Antônio Borges da Fonseca	Periódico “d’O Republico” em 1831 - “O perjuro abdicou; que se vá em paz gozar dos frutos de suas traições”. Sobre a Abdicação de D. Pedro I.	Integrou o movimento a favor da Abdicação do imperador D. Pedro I e foi um dos líderes da Revolta Praieira. Ligado ao Partido Liberal.
Frei Lopes Gama	Periódico “O Sonâmbulo” em 1831 - “... Triunfou a liberdade; e quem nos	Fundador e redator do Jornal “Carapuço” (1832-1847).

	atraiçava nos deixou (em hora feliz) o solo brasileiro”. Sobre a abdicação de D. Pedro I.	
Bernardo Sousa Franco	“Bússola da Liberdade” em 1833 - <i>“Epíteto de caramuru, que, para nós é sinônimo de corcunda, absolutista e restaurador, é o mais odioso que se pode pôr a um brasileiro”</i> . Sobre o Partido Restaurador, também chamado de Partido Caramuru.	Jornalista, magistrado, deputado geral, presidente da província do Rio de Janeiro, Presidente da província do Pará 1839-1840 e 1841-1842, ministro, conselheiro de estado e senador do Império do Brasil de (1855-1875).
Padre João Barbosa Cordeiro	Periódico “Bússola da Liberdade”, em 1833.	Um dos líderes da Insurreição de 1817. Dentre outras atribuições foi responsável pela publicação do periódico, sendo um ativo participante do movimento político de 1817, no Rio Grande do Norte.
João José Ferreira de Aguiar	Teve correspondências publicadas no Diário de Pernambuco, em 1834.	Magistrado, político e jornalista. Foi presidente das províncias do Rio Grande do Norte (1836-1837) e do Ceará (1877-1878).

Fonte: NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco* (1821 – 1954). Vol. 1. Recife. Imprensa Universitária, 1967.

Dessa forma, nota-se a posição política do Diário de Pernambuco em relação aos episódios ocorridos após a abdicação do imperador em 1831, percebe-se que, boa parte dos jornalistas que publicavam no Diário no recorte proposto (1830-35) possuía vínculo com movimentos antagônicos aos ideais impostos pelo poder moderador, instituído pela Constituição de 1824. O próprio fundador do órgão, José Antonino de Miranda Falcão atuou na Confederação do Equador em 1824, representada como uma das principais reações à centralização política característica do Primeiro Reinado, chegando, inclusive, a alegar em artigo publicado em 23 de abril de 1831 estar sofrendo ameaças por parte de membros do governo devido as publicações contrárias a política governamental implementada na província até então e tal perseguição ocorria porque “O seu jornal combatia os abusos praticados por magistrados, combatia o Absolutismo”. (NASCIMENTO, 1967, p.30). Uma clara referência ao governo imperial naquela ocasião.

Ao noticiar a Abdicação de D. Pedro I, o Diário de Pernambuco pôs em destaque as colocações do periódico fluminense “d’O Republico” que enalteceu a saída do imperador como uma vitória ímpar. Seu redator, Antônio Borges da Fonseca, além de participar da campanha de abdicação, veio a integrar, mais tarde, a Revolta

Praieira, em 1848, fortemente associada a ala dos liberais e federalistas, ou seja, dos em prol da descentralização política, contrária as implementações dos imperadores.

As publicações de O Sonâmbulo, tendo como redator o Frei Lopes Gama já alimentava duras críticas ao governo provincial e imperial, até mesmo antes de 1830, já era nítida a antipatia deste para com a situação no poder, o que se concretizou com a plena satisfação do ocorrido em 7 de abril de 1831. Dessa forma, o quadro de redatores do Diário nesse período também era composto por jornalistas e políticos que assumiram consecutivamente, algum cargo político no período regencial, como o colunista Bernardo Sousa Franco que ocupou durante a regência o cargo de presidente das províncias do Rio de Janeiro e do Grão Pará. Ou seja, mesmo que as críticas endossadas ao Partido Restaurador tenham ocorrido antes da posse para tais cargos, fica clara a vinculação político-partidária e afeição ideológica ao Partido Liberal e o apoio à regência.

O autor do periódico Bussola da Liberdade, padre João Barbosa Cordeiro criticou, em 1833, com bastante veemência a atuação de grupos restauradores na província de Pernambuco, ele era um dos líderes da Insurreição de 1817, também chamada de Revolução dos Padres. Ou seja, a relação com grupos separatistas e liberais justificam as críticas direcionadas aos apoiadores do retorno do imperador ao trono. Essas correspondências contra a atuação de grupos restauradores pautavam-se sob a prerrogativa da manutenção da ordem pública e soberania da província, com enfoque na desqualificação e ataque aos componentes do motim.

A Representação da Guerra dos Cabanos no Diário de Pernambuco entre 1832-35

A partir do procedimento onomástico, no banco de dados da Hemeroteca Nacional Digital, foi realizada uma análise documental, tendo como corpus compulsado o Diário de Pernambuco, devido ao seu destaque, pioneirismo e teor essencialmente liberal, por conseguinte, a análise proposta tenciona mapear a abrangência, o significado e a repercussão da Guerra dos Cabanos, segundo a ótica da elite local pernambucana.

Mesmo em fase ainda incipiente, foi possível constatar que, a partir da primeira menção a Guerra dos Cabanos em 8 de dezembro de 1832, ou seja, alguns meses após a eclosão da revolta, O Diário de Pernambuco contribuiu inicialmente para

minimizar o levante perante a sociedade pernambucana. Portanto, a menção foi, possivelmente, condicionada pela gravidade da situação do conflito nas matas do interior da província, sendo inevitável tratar desse assunto no principal jornal da província.

Os primeiros periódicos analisados no banco de dados a partir do recorte utilizado, quase, majoritariamente, voltados para a comunicação entre os combatentes liberais e o então presidente da província Manoel Zeferno dos Santos, porém, na primeira ocorrência na data já mencionada, este, por sua vez, emitiu em carta oficial um apelo aos cabanos, em especial aos do Vale do Jacuípe, propondo um desmonte pacífico do levante “Vinde unir-vos aqueles com quem combatestes: vinde entoar com eles vivas à Santa Religião Católica e apostólica romana; ao Nosso Imperador, D. Pedro Segundo e a Toda a Grande Família Brasileira” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1832). Portanto, correlacionando um laço em comum, a fé católica, tanto defendida pelos cabanos para que esta não fosse corrompida. Posteriormente, um integrante das tropas combatentes aos cabanos envia uma carta relatando os trabalhos de repressão aos cabanos, alegando ineficácia nas tentativas pacificadoras pretendidas pelo então presidente da província.

Em uma segunda menção a questão do combate aos cabanos em 1 de abril de 1833, em comunicado oficial integrantes do comando das armas Joaquim José da Silva Santiago e José Francisco Vaz de Pinho Carapeba, Bento José Fernandes Barros, Manoel Soares de Souza elucidaram o descontentamento com as várias falsas rendições dos revoltosos liderados por Vicente de Paula⁹ “Se conhece claramente a má fé com que eles conseguem tirar partido de nossas boas intenções, enquanto se fortificam em maior número, ou nos fazerem cair em alguma cilada que nos preparam”. Em outros trechos, relatam a posse de mantimentos proteicos (carne bovina) dos combatentes pelos cabanos, demonstrando a carência nutricional da “gente das matas” (CARVALHO, 2007).

Contudo, além de servir como um canal de comunicação entre tropas liberais combatentes e governo presencial, os artigos presentes no Diário também almejavam a construção de um apoio da população provincial, engrandecendo e elogiando a

⁹ A ocorrência de várias falsas rendições de Vicente de Paula e seus exército restaurador para driblar a ação das tropas do governo é discutida em vários artigos que tratam dessa temática.

atuação de soldados como bravos guerreiros e fiéis liberais, a exemplo de artigos publicados em meados de 1833, elucidando que os combatentes estavam sustentando “A honra nacional, trabalhando para reestabelecer o império da lei, da razão e justiça; guerra de morte, maldição e ódio eterno sejam voltados aos infames, caramurus, colunas e absolutistas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1833).

Correspondências enviadas pelos liberais fluminenses da província do Rio de Janeiro em apoio no combate aos cabanos exemplificando a derrota dos restauradores, chamados comumente de caramurus, nas eleições para juiz de paz e deputados naquela região contrastavam com comunicados de aderentes a causa monarquista também do Rio de Janeiro que proclamavam: “O partido do governo vai tendo cada dia menos força (...) Os cabanos surpreenderão um piquete considerável das forças”, o que era veementemente rejeitado e negado pelo jornal O Diário de Pernambuco: “Ocorrem fora dessa província tão exageradas notícias da importância e força do cabanos (...) Os cabanos são o mesmo salteadores, que só dentro das matas podem resistir”. O que demonstra, portanto, que o movimento restaurador no Brasil, não tinha suas entranhas avulsas, mas sim condicionados a grandes estruturas de poder político, como o partido restaurador do Rio de Janeiro. No caso de Pernambuco e Alagoas, houve uma intensa mobilização das massas populares, que possuíam pautas sociais diversificadas como já apontadas anteriormente neste artigo.

Caramurus, se organizaram em torno de duas insígnias — oposição às reformas constitucionais promovidas pelos moderados e a volta de D. Pedro I. Por vezes, houve alianças táticas de caramurus e exaltados contra moderados e ambos não hesitaram em mobilizar integrantes das classes populares. (KRAAY, 2019, p. 154).

Portanto, algo que tem grande importância nesse contexto é a atuação de mulheres na causa restauradora dos cabanos, embrenhadas nas matas, também foram mortas e perseguidas e sentiram na pele os efeitos da guerra, o que passou a ser discutido nos periódicos a partir de 1833, onde ficaram evidentes relatos de grave miserabilidade e mortalidade entre esse gênero, sendo utilizadas, muitas vezes, como “iscas” para atrair os cabanos do gênero masculino em busca de suas respectivas esposas, como descrito no quadro abaixo.

OCORRÊNCIA	CITAÇÃO
10/04/1833 Artigo de ofício	“Alguma mulheres, que se ocupavam em uma loca de pedra; as quais pertencem aos cabanos que se achavam na trincheira do cafundó: vou mandá-las para Panelas, como em prisão a fim de ver e os homens que a elas pertence se apresentam”.
10/05/1834 Correspondência particular (Acampamento de Limeiras)	“Recolheu-se no dia 4 do corrente 18 mulheres e 10 meninos (...) nessa mesma ocasião foram encontradas 2 mulheres que estavam de mistura com o salteadores (...) E encontraram em uma choupana 3 mulheres mortas pela fome”.
13/05/1934 Comunicado da Operação das Forças Acampadas	“Alguns cabanos antigos já a nós reunidos tem comunicação com os outros (...) que algumas mulheres também entre nós se comunicam com eles e lhes levam socorro”.
17/05/1834 Artigo de ofício	“Cinquenta e seis pessoas entre mulheres e meninos, dos quais já têm falecido algumas de pura miséria (...) crianças a espirar de fome, mulheres reduzidas a esqueletos cobertas de trapos imundos e em cujos semblantes visivelmente o caráter da fome e da desgraça”.

Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Hemeroteca Digital Brasileira. *Diário de Pernambuco* (1832-1835). Rio de Janeiro. <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 20/09/2020.

É fato que a elite liberal e leitora, minoria praticamente absoluta, devido à alta taxa de analfabetismo comum ao período imperial do Brasil, dominava o debate em torno do combate aos ditos “infames caramurus”. Em meio a tantas opiniões de caráter liberal publicadas a cada edição do jornal, no contexto da rendição, prisão e punição de centenas de cabanos, foram levantadas discussões de caráter jurídico e humanitário para com os monarquistas das matas, gerando mobilizações de vários setores da sociedade pernambucana naquela ocasião, o que difere da tendência geral de justiça rodeada de ódio demonstrada pelos contrários aos cabanos, com ideais punitivos, inspirados, por exemplo, no Código de Hamurabi, vigorado entre os babilônios, na sociedade mesopotâmica durante o século XVIII a.C.

A discussão em questão se deu por meio de opiniões dos leitores, que apesar da repulsa aos cabanos, eram, muitas vezes, contrários a pena de morte aos rebeldes. À exemplo, “Por serem cabanos, não deixam de ser homens. Grandes progressos tem feito a filantropia na nossa terra”, ou “Evitemos uma experiência funesta”, retirados de opiniões e comunicados do Curso Jurídico olindense, em nota, publicados em outubro de 1833. Portanto, apesar da violência que caracterizou o conflito, as autoridades políticas demonstravam através das suas publicações, a necessidade de punição aos cabanos na forma da lei vigente, o que não significou o fim do derramamento de sangue, visto as centenas de mortos entre combatentes e combatidos.

Não somos partidários de anistias, (...) Sobretudo, reprovamos a respeito de malvados tais como, (...) Vicente de Paula, (...) Mas não podemos deixar de aprovar a medida tomada pelo governo de oferecer anistia aos salteadores de Panelas, que se apresentaram e depuseram as armas, (...) Sendo justo, que primeiro se lhes ofereça o perdão e que a não querendo será levado a ferro e fogo. (DIÁRIO DE PENAMBUCO, 1834).

Nas últimas menções aos “fiéis governistas”, como elucidou Mariana Albuquerque Dantas (2015), que discute em sua tese de doutorado, o uso político da violência e repressão no combate aos cabanos, as correspondências, bem como comunicados e artigos de ofícios enfatizavam a incansável procura por Vicente de Paula, líder dos cabanos e também relatos de rendições, falta de suprimentos e armas por parte dos revoltosos, pois, apesar do domínio do ambiente de mata para fugas e táticas de emboscada, não possuem armamentos eficazes para lutar contra as tropas governistas, o que ocasionou em centenas de mortes de homens, mas também mulheres e crianças. Porém, como já mencionado, a prática de negociações e rendições acordadas de não punição, também foi uma maneira de cessar os cabanos em que houvesse um verdadeiro massacre. Portanto, o discurso utilizado e que conseqüentemente, formava opiniões, foi do triunfo de um exército guerreiro e, segundo eles, verdadeiros amantes da pátria sobre monarquistas retrógrados e traidores da nação.

A derrota dos papa-méis foi, na visão dos liberais uma certeza, onde mesmo em o conflito ter sido cessado, de fato, as comemorações já eram amplamente divulgadas no jornal para demonstrar a glória da vitória do governo provincial, com espetáculos teatrais e eventos festivos. Inclusive cartas de apoio da província do Rio de Janeiro foram publicadas em 1834 para reforçar o apoio a causa liberal no conflito. Nesse mesmo período a rendição já provocara a organização de enfermarias para tratar dos feridos na guerra, à medida que autoridades da lei negociaram rendições de grupos ainda embrenhados nas matas.

Através de artigos de ofício emitidos pelo governo provincial, solicitando suprimentos como roupas e insumos para tratar os sobreviventes feridos, entre soldados e cabanos, em meados de 1835, demonstram certa preocupação com a punição na forma da lei, ou seja, o debate jurídico em torno da punição dos cabanos teve efeitos no tratamento dos rendidos no final da guerra. Mas, sobretudo, o bom tratamento aos cabanos rendidos serviu como forma de atrair ainda mais monarquista intocados nas mata para a rendição, visto que o conflito causou forte miserabilidade

entre eles, a fome, a falta de vestimentas e de tratamento médico, ou seja, nesse momento houve a demonstração de espírito de benevolência e piedade por parte do Estado, como demonstrado em ofício enviado pelo Comando das Armas de Jacuípe.

Os índios de Jacuípe, que voltaram a matas depois de apresentados disseram que, quando voltassem, trariam de 20 a 25 caboclos com suas famílias e, nesse momento, chegam sete cabanos com família de mulheres e crianças, todas trapilhas, sujas e fedorentas (...) e na forma do costume foram logo pedindo o que comer e vestir (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1835).

Além do auxílio dado aos cabanos rendidos, o governo provincial propôs ainda a doação de ferramentas e utensílios utilizados na agricultura para que a gente das matas e seus familiares pudessem retirar o seu sustento após a revolta, associada as visitas de lideranças católicas para pregar a fé cristã como forma de agrado e incentivo para que mais alguns cabanos escondidos nas matas também se entregarem as forças policiais de forma espontânea.

Para conter os anseios políticos dos cabanos, o governo provincial tratou de promover um processo de reeducação desses povos, utilizando símbolos nacionais como a bandeira imperial e retrato do herdeiro do trono, D. Pedro de Alcântara, todos esses feitos tiveram a finalidade de “desenvolve nos seus corações o espírito de gratidão e confiança” (1835). Nesse momento, há uma mobilização de lideranças religiosas para convencer o líder do movimento, Vicente de Paula a aceitar o indulto concedido a ele, pois, essa rendição seria importante para cessar definitivamente o conflito, já que muitos cabanos ainda circulavam pelas matas para proteger seu líder e mentor, o que geravam em muitos articulistas o receio de novas ondas de ataques, embora já enfraquecidos.

O jornal na últimas edições de 1835, enquanto canal oficial do governo, expõe o quantitativo financeiro mensal gastos para manter os cabanos que se apresentaram as tropas, despesas essas relacionadas a alimentação, vestuário, ferramentas agrícolas, mas especialmente gastos médicos com aqueles que sofreram graves enfermidades e necessitaram de cuidados hospitalares e de profissionais da enfermagem.

Enfim, é fato que a construção da opinião pública provincial e liberal foi conduzida, em grande parte, pelo maior jornal em circulação naquele período na província de Pernambuco, o Diário de Pernambuco, utilizado como um canal de comunicação entre as forças atuantes contra os monarquistas e o governo provincial,

com objetivos de exaltação da luta contra os defensores de D. Pedro I, demonstrando a força política dos liberais e que, a construção de uma opinião pública contrária aos cabanos seria benéfica para repressão do movimento, bem como consolidaria o apoio dado aos liberais no contexto do período regencial.

Desse modo, sabendo que a historiografia sofre diversas influências de caráter político, ideológico e partidário por ter, em si, a subjetividade e a diversidade de pensamento, a abordagem e importância historiográfica dada a Guerra dos Cabanos torna-se incompatível e não condizente com seu verdadeiro impacto naquela sociedade devido ao seu caráter restaurador, contudo, movimentos de caráter liberal ocorridos naquele mesmo contexto são abordados pela historiografia e pelos currículos escolares, bem como materiais didáticos com maior ênfase.

Esse problema pode ter profunda relação política com a campanha negativa e minimizadora protagonizada pelo governo provincial e amplamente abordada pelo Diário de Pernambuco entre 1832 e 1835, formando e influenciando opiniões e abordagens históricas que, nunca perspectiva tradicional da produção historiográfica, se perpetua até os dias atuais, onde o movimento monarquista no Brasil protagonizado por massas populares não tem grande projeção devido a, segundo John Gledhill “Tendência não de considerar ‘movimentos populares’ que apareciam reacionários pelos padrões tradicionais da Esquerda”(GLEDHILL apud KRAAY, 2012), o que, é uma crítica consistente a historiografia das revoltas oitocentistas.

Bibliografia

BECKER, Jean-Jacques. A Opinião Pública. In: RÉMOND, René (Orgs.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 185-205.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Hemeroteca Digital Brasileira. **Diário de Pernambuco (1832-1835)**. Rio de Janeiro. Acesso em: 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 536-567.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. In: CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005a. p-130-155.

CARVALHO, M. J. M. . Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os jacubinos: A Cabanada, 1832-1835. In: Mônica Dantas. (Org.). **Revoltas, motins, revoluções**. São Paulo: Alameda/USP/CAPES, 2011, v.1, p. 168-200.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Mata Atlântica: Sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX. In: **Clio** - Revista de Pesquisa Histórica – nº. 25-2, Pernambuco: EDUFPE, 2007.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Índios Cabanos e “fiéis governistas”: usos políticos da violência e possibilidades para o exercício da cidadania. In: (org.) Mariana Albuquerque Dantas. **Dimensões da participação política indígena na formação do Estado nacional brasileiro**: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, 2015. p: 168 a 213. <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1759.pdf>. Acesso em: 2019.

DANTAS, Monica Duarte (org.). **Revoltas, Motins, Revoluções**: Homens livres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo. Alameda, 2011.

KRAAY, Hendrik. Reis negros, cabanos, e a Guarda Negra: Reflexões sobre o monarquismo popular no Brasil oitocentista. **Varia hist.** [online]. 2019, vol.35, n.67, pp.141-175. ISSN 0104-8775. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000100006>. Acesso em: 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco** (1821 – 1954). Vol. 1. Recife. Imprensa Universitária, 1967.

A contradição do bandeirante: o discurso polissêmico nas obras de temática paulista de Benedito Calixto e Henrique Bernardelli (1890-1932)¹

The contradiction of the bandeirante: the polysemic discourse in the native São Paulo works of Benedito Calixto and Henrique Bernardelli (1890-1932)

Lívia Baranowski Tieri²

Resumo: Apesar da forte narrativa heroica que o bandeirante é inserido a partir do século XIX, este não é um discurso isolado, pelo contrário, é um discurso polissêmico e histórico – tem suas particularidades dentro do contexto cultural e regional em que se insere. Sendo assim, abordaremos neste artigo dois discursos visuais presentes dentro desta polissemia: o monumental e o não-monumental. Analisaremos dois artistas que são fundamentais para a compreensão deste discurso dialético, Benedito Calixto e Henrique Bernardelli, analisando o retrato bandeirante a partir das obras produzidas por eles. O herói poderá, enfim, encontrar o seu fim.

Palavras-chave: Museu Paulista; Bandeirante; Iconografia.

Abstract: Despite the strong heroic narrative that the bandeirante is inserted from the 19th century, this is not an isolated discourse, on the contrary, it is a polysemic and historical discourse – it has its particularities within the cultural and regional context in which it is inserted. Therefore, in this article we will approach two visual discourses present in this polysemy: the monumental and the non-monumental. We will analyze two artists who are fundamental to the understanding of this dialectical discourse, Benedito Calixto and Henrique Bernardelli, analyzing the bandeirante portrait from the works produced by them. The hero can finally find his end.

Keywords: Paulista Museum; Bandeirante; Iconography.

Introdução

Ao visitar o Museu Paulista, somos levados pelas grandes escadarias de mármore até o Salão Nobre. Em um salão de estruturas magnificentes está a chave para o surgimento de um sentimento regionalista que será por muitos anos a razão do prédio monumento. Com uma dimensão monumental, a obra *Independência ou Morte!* (1888) de Pedro Américo ocupa toda a parede central do grande salão.

Para observar a obra é preciso se distanciar vários passos, porém, a medida em que se distancia o observador é atraído exatamente para o ponto da obra em que

¹ Trabalho apresentado no XXVIII Encontro de Iniciação Científica da PUC-SP/PIBIC.

² Graduanda do curso de Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Alberto Luiz Schneider.

o artista quer que recaia a maior atenção. Geralmente esta função fica concentrada na parte central da pintura, onde a luz é mais forte e nítida, contrastando com uma parte mais escura e, portanto, mais irrelevante. Isto não ocorre com esta obra, apesar do ponto principal da narrativa exposta estar centralizada, quase geometricamente, no centro, onde um D. Pedro I napoleônico³ ergue sua espada e bravamente exclama e exige o desejo mais íntimo do povo: “independência ou morte”. A esquadra do futuro imperador rodeia a cena, como peões em um grande jogo político, obedecendo e servindo aos desejos do monarca no centro da tela (ALVES, 2003, p. 137). Por mais que a explicação do título da obra se encontre na posição mais central do quadro, Américo não faz a subordinação entre os elementos que a compõem.

A técnica, usada sobremaneira nas pinturas históricas, usa as cores e as dimensões como fator de diferenciação de relevância – o que precisa de maior atenção vai, conseqüentemente, ter cores mais atrativas cognitivamente, como o vermelho e o azul, responsáveis pela ilusão de maior aproximação do objeto (GOMBRICH, 2007, p. 137). Na obra em questão, essa técnica é ignorada. Isso torna os elementos confusos e ambíguos; o olhar, então, é redirecionado ao canto esquerdo da tela, onde um trabalhador “da terra” puxa um carro de bois ao mesmo tempo que passa de forma alheia pelo ocorrido (ibidem, p. 137).

Figura 1: Independência ou Morte!



Fonte: Pedro Américo. 1888. Óleo sob tela. 415 cm x 760 cm. Museu Paulista da USP.

³ A pose de D. Pedro I na obra, em cima de um cavalo e bradando sua espada, é um molde de representações napoleônicas. Para mais informações ver: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; MATTOS, Cláudia Valadão de. O brado do Ipiranga. Edusp: São Paulo, 1999.

Esse trabalhador é a primeira representação de maior vulto do paulista (ALVES, 2003, p. 134). Ele está representado em cores terrenas, como se isso atestasse a sua ligação direta com o solo, como um agente da paisagem histórica. Não é mais um caipira, mas, sim, um trabalhador heroico e livre dos vícios da corte portuguesa, que trabalha para a construção de um ambiente também “puro”.

Dessa forma, o paulista começa a ser moldado. Por mais que a épica bandeirante ainda não estivesse consolidada, o carroceiro é identificado já como um herói. Por este motivo, esta obra é o elemento-chave para a compreensão da estética figurativa que comporia a retratista bandeirante. Por outro lado, a figura bandeirante que se busca criar não pode ser totalmente vinculada à terra, ao trabalho; ela precisa de ares aristocráticos e embranquecidos (WALDMAN, 2018, p. 48). A tela que inaugura esta narrativa no museu é a já citada *O mestre de campo Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes de Abreu* de Benedito Calixto, onde o bandeirante destruidor de Palmares – como popularmente era conhecido Domingos Jorge Velho – se figura em uma posição majestosa e monumental, em comparação direta com os *state portraits* de Luís XIV e outros monarcas (MARINS, 2007).

Figura 2: O mestre de campo Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes de Abreu.



Fonte: Benedito Calixto. 1903. Óleo sob tela. 140 cm x 100. Museu Paulista da USP.

Esta pose aristocrática era o que garantia a heroicidade do objeto central, evidenciando a pureza da “raça paulista” e ignorando a sua origem indígena e negra, colocando-o, assim, como superior antropologicamente e apto ao intento proposto (idem). A obra é inserida em sua historicidade, já que quando foi produzida, no começo do século XX, as discussões eugênicas acerca da pureza da raça estavam em seu auge. Portanto, para que ocorra a associação da elite com a “superioridade da raça branca”⁴, é fundamental que o bandeirante seja associado a esta mesma raça. O herói é branco e europeu.

Adquirida pelo Museu Paulista na gestão Ihering, esta tela será a maior fonte de inspiração para a retratista bandeirante. Toda a composição da obra, além da figuração do bandeirante, será usada na maioria das obras encomendadas (ALVES, 2003, p. 251). A escolha pelos artistas também influenciará a estética e a visualização das obras. Taunay busca os artistas mais renomados para o seu empreendimento iconográfico, tais como Henrique Bernardelli, Rodolpho Amoedo, Fernandes Machado, entre outros (JÚNIOR, 2015, p. 120). Coincidência ou não, a maioria era carioca, evidenciando a importância que o renome destes artistas, tidos como os melhores no cenário artístico nacional, tinham para o sucesso da hegemonia da memória paulista. Porém, a figura do bandeirante não era apenas um discurso paulista. Ao mesmo tempo em que essa memória heroica era produzida em São Paulo, ela também era contestada em outras esferas.

Portanto, para que possamos entender a disputa de memória que envolvia a nação no começo do século passado, temos que também analisar a obra bandeirante fora do MP e fora de São Paulo e entender que o que motivou a heroicidade bandeirante foi, em grande parte, o projeto aplicado por Taunay. Fora da instituição o discurso era livre.

Temos que o tratar, então, como um discurso polissêmico, ou seja, composto por sua historicidade e multiplicidade de significados, que, inserido em um contexto cultural, é um instrumento mental do observador. Desta forma, o público visualizará a obra sempre dentro do contexto cultural em que ela está inserida e na qual ele vive (BAXANDALL, 2006, p. 48). Portanto, também podemos definir a narrativa

⁴ No final do século XIX teorias científicas que “comprovavam” superioridade da raça branca tomaram o meio social e intelectual, dando início a um racismo científico. Para mais informações ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX. Companhia das Letras: São Paulo, 1993.

bandeirante de duas formas, como monumental e não-monumental, sendo que ambas serão inseridas em um contexto cultural regional diferentes, servindo, sempre, a sua historicidade. Dessa maneira, atestaremos está hipótese no próximo capítulo, abordando os eixos centrais da pesquisa nos dois artistas representantes da confluência de discurso: Benedito Calixto e Henrique Bernardelli.

O empirismo caiçara de Benedito Calixto

Benedito Calixto não escondia a sua origem caiçara. Nascido em Santos, a sua escola foi a praia, sem a expressão do sentido figurado. Advindo de uma família de artesões, cresceu na oficina em que o pai era ferreiro e, por seu talento para as artes, passou a pintar ex-votos na Igreja Matriz Sant'Anna, aperfeiçoando, assim, suas habilidades. Segundo Caleb Alves, a tradição portuguesa dos ex-votos consistia na produção de pequenos quadros sobre acontecimentos históricos, podendo configurar-se, desta maneira, em pequenas pinturas históricas (ALVES, 2003, p. 45).

Seu primeiro grande trabalho foi na ornamentação dos novos edifícios construídos durante a modernização da cidade. Por este motivo, consegue ser descoberto pela elite local, como o visconde de Vergueiro, um dos responsáveis pela ascensão de Calixto. É preciso lembrar que a trajetória do artista difere da do costume da época: não estudou na Academia Imperial de Belas Artes e nem frequentou Liceu, fez de sua vida e de seu cotidiano a sua grande escola. A sua origem humilde impossibilitou a sua ida à capital, onde teria que arranjar um padrinho que lhe pusesse no liceu carioca. Contudo, o apadrinhamento foi conquistado mais tarde.

Benedito Calixto não foi uma curva fora do caminho. A sua formação, como a de muitos pintores proeminentes, se deu dentro da oficina, não recebendo a instrução “oficial” da Academia. Contudo, teve seus estudos na França financiados por Afonso Vergueiro, seguindo uma recomendação do dr. Garcia Redondo após a realização do trabalho de Calixto no Teatro Guarany. As pinturas feitas no teto do teatro e no pano de boca do palco renderam-lhe prestígio entre os pares da cidade, prestígio este, aliás, que já havia sendo alcançado com seus pequenos trabalhos propagandísticos e com sua exposição em São Paulo, em 1881.⁵

⁵ Por mais que a exposição de 1881 tenha rendido certo prestígio ao artista, não lhe rendeu muitos frutos materiais. O polo artístico, até aquele momento, era o Rio de Janeiro. Isso significava um maior investimento nos artistas cariocas e, conseqüentemente, uma centralização do mercado artístico nacional.

A sua ida à Paris, em 1883 ou 1884⁶, durou cerca de um ano. Durante os primeiros meses de sua estada aproximou-se de Victor Meirelles que lhe indicou os estudos na Académie Julian – a mesma em que eram enviados os vencedores do Salão Anual da AIBA. A Academia, que se diferenciava da École de Beaux-Arts por seu caráter liberal, foi marcada pelo ingresso de alunos e tendências pouco valorizadas no mercado artístico parisiense, cabendo ressaltar que foi a primeira a aceitar mulheres como alunas. Por mais que se diferenciasse da École em seu sentido rígido e conservador artístico, o ensino na Julian também atendia as formas clássicas, valorizando o desenho e o traçado. Contudo, os seus alunos possuíam uma liberdade artística maior do que qualquer outra academia, sendo palco de confluências de estilos, como o impressionismo (VALLE, 2006). Deste modo, Calixto entrou em contato com as novas tendências artísticas e com as velhas técnicas neoclássicas do desenho, onde copiava pinturas históricas renomadas, como era de praxe (ALVES, 2003, p. 70).

Na sua volta ao Brasil no final da década de 1880, as portas estavam abertas, porém, mesmo inserindo-se na capital paulista, nunca abandonou suas raízes caiçaras. Mesmo antes de sua ida à França já era reconhecido pelas suas pinturas históricas e de paisagem de São Paulo e Santos, dessa forma, o mercado paulista que nesta mesma época estava tomando fôlego, notou e deu chances ao trabalho de Calixto. Sendo assim, realiza diversas pinturas de cunho histórico, destacando as obras adquiridas pelo Museu Paulista durante a gestão Ihering, como a já citada *O mestre de campo Domingos Jorge Velho e seu lugartenente Antônio Fernandes de Abreu* (1903), o *retrato de D. Pedro I* (1902), entre outros (ibidem).

A destreza de Calixto nas pinturas históricas se deve também ao fato de o pintor ser um grande entusiasta da história paulista. Membro do IHGSP publicou trabalhos sobre Martin Affonso de Souza, trocando, aliás, inúmeras correspondências com Taunay (ibidem). Por esta razão, podemos concluir que Calixto estava de acordo com a representação heroica do bandeirante, pois também a defendia intelectualmente; sua interação com Taunay não era apenas restringida ao campo intelectual, já que ambos compactuavam do mesmo discurso, mas também uma amizade nutrida pelos mesmos interesses.

⁶ Não há consenso entre os historiadores sobre a data de partida do artista à França.

Sua obra, então, não provinha de um mecenato direto e impositivo, ao contrário dos outros artistas encomendados por Taunay, como Bernardelli. O seu bandeirante, dessa forma, pôde servir de inspiração aos demais pois, além de compor um acervo já existente, ele compactuava com a ideia dominante. Apesar de ser plenamente interessado na história local e de participar ativamente de sua formulação, Benedito Calixto não fora escolhido por Taunay para realizar as novas obras retratistas para o centenário, sendo relegado, somente, para as pinturas históricas (idem). Apesar de o maior número de suas encomendas serem de cunho histórico, encontrava maior realização na produção de paisagens, sobretudo nas marinhas de sua amada Santos.

Em 1885, Joaquim de Paula Souza publica o seu romance *Palmares*. Nele, a vitória dos paulistas no quilombo de Palmares é rudemente exaltada, colocando o seu mandante, Domingos Jorge Velho, em um verdadeiro altar dos benfeitores da nação. O velho sertanista é retratado imponentemente, possuidor de uma bravura que não altera a sua civilidade e a sua característica branca, portanto europeia, é ressaltada. O livro, apesar de sua qualidade literária parca, obtém bastante prestígio entre os círculos sociais e intelectuais, além de instituições como o IHGSP e, conseqüentemente, ao próprio Benedito Calixto que retratará em sua obra *O mestre de campo Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes de Abreu* (figura 2) a exata personificação do bandeirante de Joaquim de Paula Souza (SCHNEIDER, 2019, p. 151).

A imagem de um sertanista branco surge em um contexto onde a eugenia tomava conta dos meios intelectuais. Retratar um paulista branco e dos olhos verdes em um contraste evidente com o mameluco de outrora, era um recado direto às demais elites, principalmente para a imigrante; a superioridade dos paulistas não adivinha somente das riquezas do café e da expansão territorial, mas, também, pela sua superioridade genética, sem máculas de sangue. O bandeirante branco, porém, não será uma particularidade sua; o será também para Taunay, para Henrique Bernardelli e demais artistas contemporâneos seus (idem, p. 156).

Portanto, o artista possuirá um caráter e um estilo mais atrelados ao conservadorismo acadêmico, por mais que não tenha estudado na instituição. Os seus traços precisos serão comparados ao de Bouguereau que, à época, fugia do gosto

artístico.⁷ O desenho de Calixto será, por vezes, quase estático, em contraste com a pintura em movimento, em voga no começo do século.

O seu estilo lhe renderia críticas, como a do pintor Almeida Júnior para o *Correio Paulistano*, em 1890:

(...) – o desenho é em geral bom, e me parece em certos pontos os mais francos elogios dos entendidos na difícil arte da qual afirmava Ingres, neste conceito que na sala hoje se vê gravado na Academia das Bellas Artes de Paris: - *Le dessin c'est la probité de l'art*.

A restrição única dos meus elogios á bondade do desenho consistiria em dizer:

- há nos primeiros planos uma certa dureza nas linhas em que o artista procura obter a energia que deve salientar estes planos e que a meu vêr conseguiria com muito mais propriedade artística pela maneira de modelar. E' proprio de um jovem artista talentoso e inexperto impressionar-se com o seu trabalho e procurar dar-lhe relevo pela energia de certas expressões; no caso de Benedicto Calixto é uma exagerada nitidez das linhas dos primeiros planos, degeneram em seguidão.

Quanto ao colorido, possuem as telas do meu collega certos trechos muito louvaveis; mas noto em geral a crueza dos tons. Este é defeito de muitos mestres, sendo que outros incidem no defeito opposto, de pintarem em tons neutros (...).⁸

O estilo do artista, portanto, é marcado pelo volume dos corpos, possuindo caráter escultórico e por vezes dando a impressão de descolamento da tela. A composição é sempre muito bem estruturada e equilibrada, contudo, tende a desaparecer em comparação à figura humana representada. As cores são pouco saturadas, dando maior ênfase à luz, que constitui a característica mais marcante de todas suas obras, levando-nos a uma contemplação serena da pintura feita propositalmente pelo artista (POLETINI, 2003, p. 22).

Muitas telas de Calixto encontram-se no Museu Paulista, algumas adquiridas ainda na gestão Hermann Von Ihering (1850-1930) e outras encomendadas na gestão de Affonso Taunay (1917-1945). Ao contrário do que muitos pensam, o retrato de Domingos Jorge Velho não fora encomendado para as comemorações do centenário da independência; adquirido pelo juiz de direito ituano José de Mesquita Barros e doado ao Museu Paulista na gestão Ihering junto do retrato do último capitão-mor de itu, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, a obra servirá de inspiração direta ao estereótipo inventado do paulista nas obras encomendadas por Taunay

⁷ Ao final do século XIX, o desenho dará lugar à luz e ao seu movimento. Os críticos se voltarão contra os traços duros do desenho clássico, como, por exemplo, a *Revista Illustrada*, que defenderá o realismo/naturalismo como o único estilo capaz de transmitir o espírito nacional. Ver: ESTRADA, Gonzaga Duque. *A Arte Brasileira*.

⁸ *Correio Paulistano*, ano 1890/edição 10173.

(SCHNEIDER, 2019, p. 152). Mas, se o retrato do bandeirante feito por Benedito Calixto inventara a personificação iconográfica bandeirante, por que não fora contratado para pintar outros retratos bandeirantes em 1922? Antes de respondermos à questão, é interessante adentrar mais fundo na percepção do artista acerca das bandeiras.

Benedito Calixto, assim como os intelectuais da virada do século, acreditava na necessidade de a história possuir personagens-mitos e tradições para de fato se instituir como ciência (OLIVEIRA, 2008). De fato, encontra na figura do bandeirante a personificação do personagem-mito, o que fica evidente no retrato de Domingos. Em seu livro *Capitanias Paulistas*⁹, de 1924, empenha-se em tornar o paulista neste personagem mítico, no *fundador* da história nacional, justificando os atos considerados como bárbaros, como a escravização indígena, em um lado humano: “Podiam os paulistas ser qualificados de violentos, às vezes até cruéis em suas ações, mas eram, entretanto, francos, honestos e sinceros e isto constituía uma das principais qualidades da nobreza e da firmeza de seu caráter” (CALIXTO, 1924, p. 131). Dessa forma, o artista considera *Domingos* a prova da veracidade das pesquisas históricas acerca o bandeirantismo, como atesta uma carta trocada com Taunay em 1919 (ALVES, Op. Cit., p. 235-236). A obra de 1903 seria, então, o fiel espelho das instituições na qual Calixto estava inserido, onde, aliás, estreitou suas relações com Affonso Taunay.

Voltamos para a questão proposta acima. Calixto possuía todos os meios para fazer parte do rol dos pintores contratados para os retratos bandeirantes em 1922; não apenas era conivente com o discurso paulista, mas ajudava a criá-lo, fazendo parte das instituições e mantendo uma relação muito próxima à Taunay, além de ter se especializado em pintura histórica – o que conferia erudição ao artista, possuindo um forte sentido pedagógico – e paisagem – o que conferia virtuosismo para com a compreensão da natureza, da luz e suas formas (OLIVEIRA, 2008). Contudo, era considerado um artista ligado aos moldes acadêmicos, mesmo não tendo frequentado a Academia, antiquado em detrimento dos artistas cariocas, como Oscar Pereira da Silva e Henrique Bernardelli. Foi contratado, ainda assim, para passar às telas as

⁹ O livro aborda a colonização da capitania paulista e seus desdobramentos por meio das disputas entre as famílias herdeiras dos irmãos Martim Affonso de Souza e Affonso de Souza.

fotografias de São Paulo de Militão Augusto de Azevedo, junto de Wash Rodrigues (ALVES, 2003, p. 271).

Um bandeirante à la italiana

Na contramão de Calixto, que, como dito acima, concordava com a narrativa imposta pelo museu, estava o carioca Henrique Bernardelli. Proveniente de uma formação acadêmica, não ganha o Prêmio de Viagem financiado pelo governo, porém, conclui seus estudos na Itália com a ajuda da instituição. Posteriormente, se torna um dos professores mais renomados da Escola Nacional de Belas Artes (antiga AIBA) em sua fase transitória, que terá seu irmão, Rodolpho, como diretor (DAZZI, 2006, p. 34). Participará, dessa forma, ativamente na produção oficial para o regime republicano.

Um anti-academicismo que ignorará o papel da ENBA na construção da República rondará uma historiografia artística que, até a segunda metade do século passado foi suprema. Este anti-academicismo aprisionará a produção artística da virada do milênio em um termo pré-moderno, intitulado-as como retrógradas e não autênticas. Esse pré-conceito que teve origem com o movimento modernista será um dos responsáveis pela atribuição negativa que darão para ENBA e, conseqüentemente, para os artistas provenientes dela, como no caso de Bernardelli, que mesmo inserido em um repertório distinto do molde academista – vide, pinturas e paisagens históricas monumentais – é entendido como fruto direto desta “corrente” (COLI, 2002). Portanto, no presente artigo, desmitificaremos esta alcunha dada ao artista através da retratista bandeirante e a sua dualidade, aqui, a chave para o entendimento dos discursos convergentes.

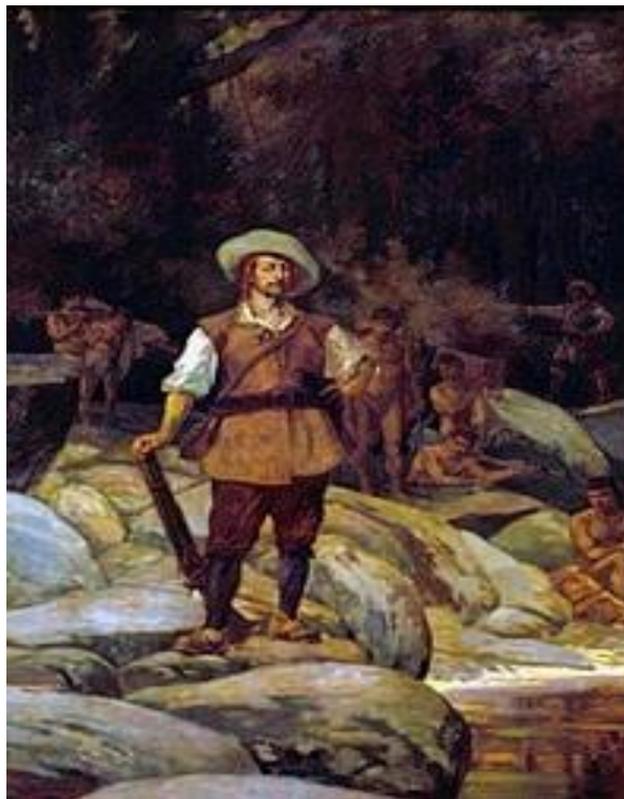
Como já citado anteriormente, as pinturas expostas no museu não eram a livre expressão do artista (WALDMAN, 2018, p. 82). Taunay, nas centenas de correspondências trocadas com os pintores contratados, comandará o arranjo pictórico das imagens, aprovando aquelas que condiziam com a abordagem heroica escolhida. Acreditava que, para a maior veracidade da obra, ela precisava de um desenho preciso e realista, justamente o que será criticado pelos modernistas. Dessa forma, Taunay comanda os trabalhos expostos, visitando os ateliês dos artistas e compartilhando inspirações iconográficas (muitas delas aquarelas de viajantes, como Debret e Saint Hilaire). Não seria diferente com Bernardelli.

O controle que tentaria exercer sobre o artista fica evidente nas correspondências trocadas para a produção das obras *Ciclo da caça ao Índio* (figura 4) e *Retirada do Cabo de São Roque*, que configurariam dois dos painéis expostos no museu. A questão relevante é o embate de discursos entre Bernardelli e Taunay, onde o diretor sente dificuldade em fazer com que o artista represente o bandeirante de maneira intrépida, como no quadro de Calixto. Para a *Retirada*, falta, segundo Washington Luís, ressaltar o vigor e a resistência da tropa que havia ganhado contra os holandeses, fazendo com que Bernardelli os coloque em armaduras enquanto são seguidos pelos servos indígenas e pelos prisioneiros de batalha (idem). Já na segunda obra, a forma com que constitui o bandeirante é em uma posição relaxada, fumando um cigarro de palha e acompanhado de um cão. Esta obra se exposta destoaria das demais, justamente por retratar um bandeirante completamente diferente de *Domingos Jorge Velho*, que seria o modelo para os demais retratos (idem).

A importância que o controle daquilo que seria representado possui para Taunay pode ser justificado não apenas pela necessidade de criar um passado e um presente, mas, também, de planejar um futuro.

Dessa forma, Taunay compele Henrique Bernardelli a mudar a composição do quadro e a obra que será exposta mostrará um bandeirante mais vigoroso, rejuvenescido e intrépido, portando uma arma de cano longo, que, segundo Maraliz Christo, “remete a impotente figura esculpida por Brizzolara para o hall, representando Fernão Dias, que a segura da mesma maneira. Essa pose, própria de um soldado em guarda, está presente na maioria dos bandeirantes retratados no Museu Paulista. Se o bandeirante ganhou em força, a composição tornou-se dura, perdendo a sua antiga poética” (CHRISTO, 2002). Assim, a composição se aproxima das demais, em uma estética parecida com as esculturas de Fernão Dias Paes Leme e Raposo Tavares, porém só após diversas modificações. Levando em conta que a história da arte também deve se ater para as expectativas do público, levando em consideração a sua classe social, Bernardelli soube se condizer a tais expectativas que eram pressupostas no projeto, mas, do mesmo modo, também soube convergir o discurso imposto em uma relação direta de artista-público (CASTELNUOVO, 2006).

Figura 3: Ciclo da caça ao índio



Fonte: Henrique Bernardelli. 1922. Óleo sob tela. 222 cm x 152 cm. Museu Paulista da USP.

As cores terrosas usadas pelo artista na composição imagética do quadro poderiam configurar um desejo de atrair os olhares a Cardoso de Almeida, porém, essa paleta de cor é usada não somente na figura central do bandeirante, mas, também, no fundo da obra, mais especificadamente, nos indígenas (GOMBRICH, 2007, p. 60). Não podemos afirmar que a intenção de Bernardelli fosse necessariamente esta, porém, esta composição nos leva a acreditar que o artista quis fazer uma comparação direta com os dois polos do quadro. A cor pode representar, aqui, uma certa igualdade entre o bandeirante e os indígenas que trabalham ao fundo, como se ele quisesse nos passar a impressão de que o indígena não era um ser subjugado à maestria do bandeirante, mas que era um adversário a sua altura.

Isso também pode ser atestado no fato de que Bernardelli, apesar das modificações feitas a pedido de Taunay, mantém a composição que usaria no *Ciclo da caça ao índio* em outra obra intitulada *O chefe dos bandeirantes* que faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio (MMP) (CHRISTO, 2002, p. 325). O artista, portanto, consegue, em duas obras extremamente similares – sendo que uma é fruto

da outra –, transitar pelas duas representações bandeirantes, a monumental e a não-monumental. Porém, não podemos incluir Henrique Bernardelli nos dois polos opostos, pois ele pertencia mais ao polo não-monumental do que ao contrário. Conforme Maraliz Christo defende, o seu anti-heroísmo bandeirante era premeditado; o artista não se interessava em retratar de outra forma. Temos como exemplo não apenas a obra exposta no MMP, mas outras obras em que o bandeirante é caracterizado como enfermo, velho e cansado – o que destoam completamente da epopeia paulista.

A primeira obra com este tema de Henrique Bernardelli é produzida ainda no período imperial. Intitulada de *Os bandeirantes* (Figura 5), é um quadro essencialmente naturalista e realista, justamente por, além da composição imagética, tratar a humanização e o lugar dos retratados na sociedade. No centro da tela dois bandeirantes, visivelmente cansados, deitam-se para tomar água em um lago no meio da mata, enquanto um indígena capturado observa em pé, de maneira altiva, seus captores saciarem sua sede como animais. Esta analogia ao selvagem é implícita; os captores eram restituídos de qualquer honra, pois, aqui, a honra é toda direcionada ao indígena, provavelmente um pajé, que mesmo acorrentado mantém sua honra (WALDMAN, 2018, p. 70).

Figura 4: Os bandeirantes



Fonte: Henrique Bernadelli. 1889. Óleo sob tela. 400 cm x 290 cm. Museu Nacional de Belas Artes.

O anti-heroísmo presente na obra acima não é apenas marcado pela sua historicidade, já que, no momento em que foi produzida, a epopeia paulista ainda não era amplamente discutida e nem organizada; o anti-heroísmo era uma constante na obra do pintor carioca (ibidem). Não podemos colocar as encomendas para o Museu Paulista, ou a criação da epopeia bandeirante, como o fim de qualquer representação que não fosse a heroica. Muito pelo contrário, as duas formas convivem simultaneamente e Bernardelli, mais uma vez, nos atesta que este é um discurso de infinitos significados e interpretações. O que também não podemos deixar de lado é o papel que o público da obra tem em defini-la (BAXANDALL, 1991, p. 50). O público do Museu Paulista estava inserido no contexto cultural paulistano, ou seja, ele compreendia aquilo que estava visualizando pois estava diretamente inserido naquela mentalidade; o observador interpreta a obra de forma que ele consiga correlacionar com aquilo que entende de seu passado e de sua vivência (ARGAN, 1992, p. 20).

As inspirações do artista para um compor uma obra podem dizer muito sobre o seu olhar educado. O ato de beber ao chão de forma animalesca aparece também em *Um caminho perto de Flarflord* (1811) e em *O Trigal* (1826), de John Constable, e na obra de Eugène Delacroix, *Bandido mortalmente ferido matando a sede* (1826). Não há como afirmar se estas telas serviram de inspiração para *Os Bandeirantes*, mas é quase certo que Bernardelli deve tê-las visto durante sua formação artística, se não pessoalmente por meio de gravuras. As privações de uma caminhada longa e incerta a qual o artista retrata na obra de 1889, pode ser mais comparada à de Delacroix (CHRISTO, 2002, p. 310).

Aliás, também podemos afirmar que o discurso de privações relacionado às bandeiras pelo artista é pioneiro, já que será após trinta anos que Alcântara Machado apresentará os bandeirantes como rudes e pobres. Porém, uma historiografia mais humanizada das bandeiras, ou seja, não-heroica, já se fez presente no século XIX. Destacamos aqui o historiador Robert Southey (1774-1843) que aborda em sua obra geral sobre a colonização portuguesa no Brasil a mineração, onde não omite a escravização indígena e as brutalidades cometidas pelos paulistas. Henrique Bernardelli manifesta sua preferência à Southey em detrimento dos demais relatos que apagavam as máculas paulistas, como o de Saint-Hilaire (1779-1853) e de Varnhagen (1816-1878). Dessa forma, o cacique na tela é retratado de forma altiva e vigorosa, limpo de máculas e vícios vis. Apesar de sua preferência pelo discurso contrário à glória bandeirante, Bernardelli os mostra carregados de fragilidade

humana, à mercê da morte e dos perigos da mata desconhecida – o que garante, aqui, a superioridade do indígena familiarizado com os perigos da terra (idem).

Durante sua estada na Itália, Bernardelli absorvera muito das características locais, tanto no estilo quanto na técnica. Vivendo em um contexto pós-unificação italiana, vivenciou a valorização dos tipos italianos, principalmente da figura do *brigantaggio*. Camponeses da Itália meridional, lutavam contra a exploração dos proprietários de terras, sendo perseguidos e refugiando-se nas montanhas de Ancona e Terracina. A sua visão romântica de aventureiros e justiceiros foi formada durante a ocupação dos Bourbon em Nápoles (1816-1870), como uma forma de resistência cultural à ocupação, quando antes eram tidos como sanguinários marginais. Para Maraliz Christo não é incabível a comparação direta entre os brigantaggio e o bandeirante de Bernardelli, já que era muito difícil ao artista fugir da onda cultural e política na qual o meio em que vivia passava. Ainda segundo a autora, a imagem do paulista como insubmisso à autoridade régia e como aventureiro das florestas fez com que Bernardelli relacionasse os dois personagens (idem).

Outra obra de Henrique Bernardelli que atesta, ainda mais, a convivência dos discursos no mundo artístico é *Últimos momentos de um bandeirante* (figura 6), que é produzida em 1932, ou seja, dez anos após as encomendas para o Museu Paulista. Nesta obra, um homem desprovido de qualquer glória ou pompa, assombrado pelo seu passado e engolido pelos anos de duras expedições, encontra a morte em uma rede simples em um casebre simples. Esta representação é a que mais destoia da epopeia bandeirante, pois a obra não trata a empreitada do falecido como algo grandioso; aqui, o bandeirante morre cansado, desacreditado e desprovido de qualquer reminiscência de um passado épico. O bandeirante de Taunay, por exemplo, é morto em batalha, enquanto luta para proteger seu povo, coberto pela pompa da morte de um herói.

Figura 5: Os últimos momentos de um bandeirante



Fonte: Henrique Bernadelli. 1932. Óleo sobre papel cartão. 23 cm x 30,2 cm. Museu Paulista da USP.

Por mais que esta obra tenha sido produzida nos anos 30, ou seja, no ápice da vanguarda modernista, ela ainda é carregada de uma estética naturalista e realista (COLI, 2002). Seguindo esta premissa, podemos analisá-la a partir da simbiose ambiente/objeto, onde o ambiente guarda em si toda uma gama de significados que está atrelado diretamente ao personagem principal da imagem. Esta é uma imagem escura. A escuridão do ambiente é algo claramente proposital, dando maior ênfase à claridade que recai sobre o corpo morto do bandeirante. A escuridão também pode representar o fim e o abraço obscuro da morte. O casebre modesto e desarranjado é a indicação de uma vida cheia de penúrias, uma vida em que todo e qualquer luxo é negado – algo que seria inconcebível na epopeia paulista, já que o ser bandeirante era carregado de uma mitologia gloriosa que era permeada por uma pompa trovadora e cavalheiresca medieval. A origem mameluca que foi negada na representação monumental, é expressa nesta obra pela rede que serve de leito *post mortem*; os costumes indígenas não eram apenas passados através da relação captor e capturado, mas, e principalmente, de uma relação genealógica, passada de geração a geração. Esta característica paulista, que foi apagada propositalmente na construção do imaginário bandeirante é lembrada e mostrada fora dos moldes institucionais burgueses.

Para Maraliz Christo,

O vigor físico e moral não pertence aos “desbravadores do sertão”, e, sim, aos índios. Bernadelli não os representa mortos, espancados ou estropiados. Mesmo quando amarrados ou carregando pesados volumes, são, em sua maioria, altivos. As índias, presentes em *O chefe bandeirante* e *Retirada do Cabo de São Roque*, foram retratadas carregando, uma, um grande fardo e, outra, uma criança. São fortes elementos de estranhamento, que sugerem a aproximação do andar bandeirante pelo interior de outras representações de agrupamentos humanos em marcha, a exemplo de *Fugitivos* (1852) de Honoré Daumier (CHRISTO, 2002, p. 330).

Considerações finais

Não podemos afirmar que Bernardelli retratava o bandeirante de forma não-heróica apenas porque era carioca. Mas podemos afirmar que a corrente monumentalista havia sido reprimida no final do século XIX e só fora resgatada com e para as encomendas do Museu Paulista – fora dele vivia-se o fervor da alegoria da vida privada, de obras de cunho mais intimista e subjetivas. Sendo assim, Henrique Bernardelli não era um artista fora da curva, muito pelo contrário, ele estava inteiramente inserido em seu contexto. Seguindo as comparações com Benedito Calixto, que também não era alheio as transformações culturais e estéticas, podemos separá-los e dois enquadramentos distintos. Calixto era monumental pois, além de pintor, era historiador; e um historiador das bandeiras, da história paulista. Pela lógica que todo artista é um sujeito singular e que é movido por suas predileções (BAXANDALL, 2006), Calixto não poderia ser enquadrado fora do padrão monumental – ele contribuía de várias formas para a criação da mitologia bandeirante.

A identidade paulista passará por diversas modificações desde o século XVII, em uma verdadeira mudança de rumo. A valorização de sua imagem será necessária para a consolidação de um grupo social, como um meio legitimador da opressão hegemônica. Naqueles idos do século anterior, a carência de uma elucidação do passado de um povo, que não se entendia como tal, era a ordem do dia. Ser contratado para pintar uma obra que configuraria em algum edifício público significava a ascensão imediata do artista (STUMPF, 2014). Dessa forma, não se pode ignorar as relações de patronato entre o cliente e o artista, que é obrigado a atender as demandas que lhe são impostas para poder sobreviver. Resgatar as particularidades do artista como indivíduo é entender as relações de troca de uma sociedade que estava se estruturando em um capitalismo industrial e comercial. A arte era o ópio do estado.

Fonte

O mestre de campo Domingos Jorge Velho e seu lugar-tenente Antônio Fernandes de Abreu. Benedito Calixto. 1903. Óleo sob tela. 140 cm x 100. Museu Paulista da USP.

Ciclo da caça ao índio. Henrique Bernadelli. 1922. Museu Paulista da USP.

Os bandeirantes. Henrique Bernadelli. 1889. Museu Nacional de Belas Artes.

Os últimos momentos de um bandeirante. Henrique Bernadelli. 1932. Museu Paulista da USP.

Correio Paulistano. Ano 1890.

Bibliografia

ALVES, Caleb Faria. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano.** Bauru: EDUSC, 2003.

ALVES, Caleb Farias. A fundação de São Vicente na ótica de Benedito Calixto. **REVISTA USP**, São Paulo, n.41, p. 120-133, março/maio 1999.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAXANDALL, Michael. **Padrões de intenção:** a explicação histórica dos quadros. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.

BAXANDALL, Michael. **O olhar renascente:** pintura e experiência social da Itália da Renascença. Paz e Terra. São Paulo, 1991.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Bandeirantes na contramão da história: um estudo iconográfico. **Projeto História**, n. 24, pp. 307-335. São Paulo, 2002.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Bandeirantes ao chão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, no30, 2002.

DAZZI, Camila Carneiro. **Relações Brasil-Itália na arte do Segundo Oitocentos:** estudo sobre Henrique Bernadelli (1880-1890). Dissertação de mestrado apresentada para o departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2006, p. 34

DAZZI, Camila. A recepção do meio artístico carioca à exposição de Henrique Bernardelli em 1886 – A apreciação da imprensa. **I Encontro de História da Arte**, UNICAMP, 2005.

DAZZI, Camila; VALLE, Arthur. **Modernidade na obra e na autoimagem de Henrique Bernardelli.** Bahia: ANPAP, agosto/2010, pp. 133-147.

GOMBRICH, E. H. **Arte e Ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. Martins Fontes. São Paulo, 2007.

JÚNIOR, Carlos Rogerio Lima. **Um artista às margens do Ipiranga**: Oscar Pereira da Silva, o Museu Paulista e a reelaboração do passado nacional. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Estudos Brasileiros da USP.

MARINS, Paulo César Garcez. **O museu da paz**: Sobre a pintura histórica no Museu Paulista durante a gestão Taunay. Museu Paulista-USP. São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Emerson Dionisio G. de. Instituições, arte e o mito bandeirante: uma contribuição de Benedito Calixto. *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [19]; João Pessoa, jul/ dez. 2008.

POLETINI, Moisés. **Um estudo das obras sacras de Benedito Calixto**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP. 2003

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Capítulos de história intelectual**: racismos, identidades e alteridades na reflexão sobre o Brasil (1880-1960). São Paulo: Editora Alameda, 2019

STUMPF, Lúcia Klück. **A terceira margem do rio**: mercado e sujeitos na pintura de história de Antônio Parreiras. Dissertação de mestrado defendida no Instituto de Estudos Brasileiros da USP. 2014.

VALLE, Arthur. Pintura decorativa na 1ª República: Formas e Funções. In: **19&20. Rio de Janeiro**, vol. II, no 4, outubro de 2007.

VALLE, Arthur. Pensionistas da Escola Nacional de Belas-Artes na Academia Julian (Paris) durante a 1ª República (1890-1930). **19&20**, Rio de Janeiro, v. I, n. 3, novembro/2006.

WALDMAN, Thais Chang. **Entre batismos e degolas**: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo. Tese apresentada no departamento de Antropologia da USP, 2018.

Manoel de Araújo Porto-Alegre e o desafio da reestruturação de um passado colonial

Manoel de Araújo Porto-Alegre and the challenge of restructuring a colonial past

Giovana Castro LEITE¹

Resumo: Por ter sido considerado “o século da história”, o XIX foi e ainda é um importante palco de investigações sobre a sua escrita, principalmente no que diz respeito a construção das histórias nacionais. A geração que surgiu após a Independência do Brasil, em 1822, foi a responsável por essa empreitada no país. Manoel de Araújo Porto-Alegre, junto a outros letrados, compôs esse grupo que tinha por objetivo a reelaboração do passado colonial com vistas a incluir o país em uma experiência do tempo moderna por meio da escrita da história. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a visão do letrado sobre alguns países europeus bastante retomados na prática historiográfica de Porto-Alegre, de forma a rastrear estratégias utilizadas pelo autor para fazer caber o passado colonial brasileiro em um regime moderno de historicidade.

Palavras-Chave: Historiografia brasileira; Manoel de Araújo Porto-Alegre; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Instituto Histórico de Paris.

Abstract : Since it was considered “the history’s century”, the XIX was and still is an important subject of research about its writing, especially with regard to the construction of national histories. The generation that emerged after the Independence of Brazil, in 1822, was responsible for this endeavor in the country. Manoel de Araújo Porto-Alegre, along with other scholars, composed this group whose objective was to rework the colonial past in order to include the country in a modern time experience through the writing of history. Therefore, this article aims to analyze the scholar’s view of some European countries that have been taken up again in Porto Alegre’s historiographical practice, in order to trace strategies used by the author to fit the Brazilian colonial past into a modern regime of historicity.

Keywords: Brazilian historiography; Manoel de Araújo Porto-Alegre; Brazilian Historical and Geographic Institute; Historical Institute of Paris.

Introdução

A primeira geração romântica² brasileira foi a responsável por organizar o novo espaço após a independência do Brasil em 1822, e através da reestruturação de

¹ Bolsista da Fundação de Amparo à pesquisa de São Paulo (Fapesp) pelo projeto “Manoel de Araújo Porto-Alegre e a Historiografia nos dois lados do Atlântico (1834-1859). Processo n° 2020/03006-3.

² A chamada “primeira geração romântica” surgiu após a Independência do Brasil, como resposta a questões identitárias levantadas pelo evento. Tal grupo de letrados se responsabilizou pela construção da história nacional no século XIX, bem como a renovação estética do país, inspirados sobretudo no modelo europeu. Para mais a respeito: PINASSI, Maria Orlando. Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

diversos campos do saber em relação ao seu passado, tais letrados se viram trabalhando com a história. Em tal contexto, os caminhos que tomariam as questões entre Brasil e Portugal se tornaram objeto de preocupação e disputas, bem como a recomposição desse passado e a eleição de outras nações como seu novo espelho. Escritores como Manoel de Araújo Porto-Alegre, Francisco de Sales Torres Homem e José Gonçalves de Magalhães³, demonstram, como bem elucida Valdeci Lopes de Araújo⁴, a descontinuidade no entendimento de conceitos como o de nação, civilização e literatura em relação a geração anterior, ainda bastante vinculada a Portugal.

Nossa proposta no presente artigo é observar, principalmente por meio da bibliografia historiográfica publicada por Manoel de Araújo Porto-Alegre, o papel de alguns países num discurso que pretendia a inclusão do Brasil no mundo civilizado, e a reformulação da história nacional. Mormente falaremos sobre a visão a respeito de Portugal, França e Itália, visto que são frequentemente retomados pelo autor. Para tanto, estudaremos o artigo *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brésil*⁵ (1834), publicado na Journal de L'Institut Historique, a revista do Instituto Histórico de Paris; e dois textos publicados na Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Memória sobre a Antiga Escola de Pintura Fluminense*⁶ (1841) e *Marcos e José Maurício: catálogo de suas composições musicais*⁷ (1859).

O despotismo da metrópole

Dom Jean VI, tout en accordant au Brésil quelques établissements d' instruction publique, craignait, d' un autre côté, les conséquences du progrès des lumières dans ce pays; de là le projet de le rendre stationnaire au point où il était arrivé... Aujourd'hui, sauf de très rares exceptions, les savans du Brésil professent les doctrines françaises; et la série des variations que les idées scientifiques éprouvent en France, se reflète exactement dans cette contrée.⁸

³ Que ficariam conhecidos posteriormente como principais representantes da primeira fase do romantismo brasileiro.

⁴ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

⁵ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brésil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 47-53.

⁶ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3, Rio de Janeiro, 1841, p. 547-557.

⁷ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Marcos e José Maurício: catálogo de suas composições musicais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 22, Rio de Janeiro, 1859, p. 487-506.

⁸ "Dom João VI, ao conceder ao Brasil alguns estabelecimentos de instrução pública, temia, por outro lado, as consequências do progresso das luzes no país; daí o projeto de torná-lo estacionário no ponto a que chegou ...

Os autores de *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*, Gonçalves de Magalhães, Francisco de Sales Torres-Homem e Manoel de Araújo Porto Alegre, estavam dentre os onze brasileiros admitidos logo na criação do Instituto Histórico de Paris⁹, durante a primeira metade do século XIX. No entanto, diferentemente dos demais, tiveram espaço para escrever sobre a história da literatura, das ciências e das artes do Brasil na revista do instituto, resumidamente e a título de curiosidade, segundo o texto publicado pelo trio em 1834¹⁰.

Na tentativa de reconstituir o passado de tais campos do saber, é possível notar nos autores preocupações, hesitações e desconfortos na maneira como se referem a Portugal e a herança portuguesa. Na literatura, importa mais o local de nascimento do autor, ou o local onde o texto foi redigido? Já nas ciências, atuava Portugal enquanto déspota ao não incentivar o seu desenvolvimento, ou teria sido justamente a emancipação do Brasil pela chegada do rei português que possibilitou o seu progresso? E as artes? Seriam os portugueses mercenários responsáveis pela vinda de milhares de africanos para o Brasil, e sua necessidade de luxo a causa da arte no período colonial ter sido feita por mãos escravas? Ou, o contrário, os artistas que acompanharam D. João VI foram os responsáveis pela revolução artística no país?

Torres-Homem¹¹ e Porto-Alegre¹² se atentam mais a essas questões. O primeiro, ao buscar meios de escrever sobre a história da ciência no seu país natal,

Hoje, com raríssimas exceções, os estudiosos do Brasil professam doutrinas francesas; e a série de variações que as ideias científicas experimentam na França se refletem exatamente nesta região". In: TORRES-HOMEM, Francisco de Sales. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 48 e 49, tradução nossa.

⁹ Os outros oito são: Frei Francisco de Monte Alverne, Antônio Meneses Vasconcelos Drummond, Pedro de Araújo Lima, Luís Moutinho de Lima Álvares e Silva, Sérgio Teixeira de Macedo, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Marco Antônio de Araújo e Abreu e o Dr. João Martins Leão. Tais mapeamentos são frutos da Iniciação Científica, ainda em andamento, Manoel de Araújo Porto-Alegre e a historiografia nos dois lados do Atlântico (1834-1859).

¹⁰ Importante salientar que embora o texto tenha sido publicado enquanto autoria do trio, há nele subdivisões que especificam os responsáveis por cada parte.

¹¹ Francisco de Sales Torres-Homem, ou Visconde de Inhomirim, nasceu em 1812, no Rio de Janeiro, e morreu em 1876, em Paris. Se formou em medicina na Academia Médico-Cirúrgica do Rio de Janeiro. Teve papel político bastante ativo na capital do Império, exercendo diversas funções como advogado, jornalista, médico, deputado e escritor. Junto a Manoel de Araújo Porto-Alegre e José Gonçalves de Magalhães fez parte da primeira geração romântica do país. Se tornou sócio no momento de fundação Instituto Histórico de Paris e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, publicando nas revistas das duas instituições, além de ter colaborado com a criação da *Nitheroy, Revista Brasiliense*, em 1836, para o público parisiense. Importante salientar que Torres-Homem é considerado o homem negro mais proeminente da política do Império do Brasil, tendo ganho seu título de Visconde justamente pela sua contribuição no Senado do Império com as discussões sobre a Lei do Ventre Livre.

¹² Manoel de Araújo Porto-Alegre, ou Barão de Santo Ângelo, nasceu em Rio Pardo – RS no ano de 1806, mas desde cedo foi incentivado a estudar na cidade de Porto Alegre. Em 14 de janeiro de 1827 viajou para o Rio de Janeiro, onde mais tarde iria se destacar pelas diversas atividades desenvolvidas tanto no campo artístico quanto no literário. Engajado em um contexto onde contribuir para o progresso e civilizar a nação era pauta imediata, Porto-Alegre procurou estar atento as transformações literárias e artísticas do período em que viveu. Incentivado por seu mestre Jean-Baptiste Debret, Manoel de Araújo Porto-Alegre não foi simplesmente um pintor, mas sim um "pintor de história", o que foi importante para sua transformação em historiador da arte e da nação. Durante sua

indignou-se por não haver, segundo suas palavras, nenhuma academia ou instituição literária em todo o vasto continente sul-americano. A causa dessa imobilidade no desenvolvimento da colônia seria devido a “un despotisme systématiquement oppresseur”¹³ por parte de Portugal. Apesar do “projeto” português de tornar sua colônia estacionária no tempo, não pode impedir a inteligência popular estimulada pela natureza e o lindo céu da América do Sul. Dessa forma, na visão de Torres-Homem, surgiram nas terras coloniais a partir do século XVII poetas, mas poetas infelizes, proibidos de cantar suas canções em liberdade pois uma barra de ferro se erguia sobre suas cabeças reprimindo cada suspiro imprudente.

Grande parte do texto dedicado ao resumo da história das ciências no Brasil, redigido por Torres-Homem, é utilizado para o resgate de figuras consideradas pelo autor injustiçadas¹⁴, bem como suas obras. O despotismo de Portugal para com o Brasil só encontraria um alívio em 1808, quando os papéis de metrópole e colônia foram alterados graças ao cambaleio dos reis em seus tronos incentivados pela Revolução Francesa. Adiante trataremos das comparações feitas no texto entre a vinda de D. João VI ao Brasil e a Revolução Francesa pelos autores.

Ao retomar a história das belas artes, Manoel de Araújo Porto-Alegre adota uma postura semelhante à de seus colegas. Tendo proposto, como bem aponta Helena Mollo¹⁵, a divisão da história do Brasil em três fases (colônia, reino e império), Porto-Alegre se atém a ordem cronológica em sua narrativa para demonstrar o progresso em relação com o tempo. Ao tratar do período colonial, diz que durante os primeiros dois séculos desde a chegada dos portugueses, a arte no Brasil se resumiu as que estavam presentes nos conventos, graças a imposição do governo português a sua circunscrição a tais recintos. Já durante o ciclo do ouro, os colonos portugueses e sua necessidade de luxo teriam sido os responsáveis pela inserção dos africanos no meio artístico, e assim mandavam esses estudar música e pintura na Itália. Contudo, sublinha o autor, ainda se tratava de uma arte feita por mãos acorrentadas¹⁶. Apesar

vida, além do Instituto Histórico de Paris e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fez parte da Imperial Academia de Belas-Artes e da Escola de Belas-Artes de Paris.

¹³ “Um despotismo sistematicamente opressor”. In: TORRES-HOMEM, Francisco de Sales. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 47.

¹⁴ Como Bento Teixeira, Bernardo Vieira, Manoel Botelho, Brito de Lima, Salvador Mesquita, Francisco de Almeida e Gonzaga.

¹⁵ MOLLO, Helena. *Olhar o passado onde ele (não) está: Araújo Porto-Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal*. História da Historiografia, Ouro Preto, n.12, p. 213-227, agosto 2013.

¹⁶ Segundo Letícia Coelho Squeff, uma das mais recentes biógrafas do autor, a necessidade da criação de uma tradição para a ex-colônia era tamanha que entender escravos enquanto artistas parecia menos incômodo do que admitir a inexistência de artistas ‘brasileiros’ antes de 1822. Mais a respeito em: SQUEFF, Leticia Coelho. *Quando*

dos esforços portugueses, continua Porto-Alegre, o gênio brasileiro começou a dissipar a escuridão e se preparava para o progresso: “Des Brésiliens vinrent à Lisbonne composer le meilleur dictionnaire de la langue portugaise; les meilleurs professeurs de l’université de Coimbre étaient des Brésiliens”¹⁷. Nessa passagem, evidencia-se sua intenção em expressar a superioridade brasileira em relação a Portugal.

A demonstração dessa relação estaria na comparação de Porto-Alegre entre dois compositores: Marcos Portugal (1762-1830), um dos mais famosos compositores e organistas da música erudita de Portugal, e José Maurício (1767-1830), um padre brasileiro que também se tornou um músico conhecido, mas em contraste com o europeu, era descendente de escravos. O letrado promove um embate entre os dois:

La cour, surprise, appelait à grands cris Marcos Portugal; il arrive, et se trouve face à face avec son rival imberbe, qui n' a jamais vu ni l' Italie, ni même l' Europe. La lutte commence, l' envie fermente dans le cœur du Portugais; mai le génie du Brésilien était tellement hors de ligne, ses compositions se multipliaient avec tant de rapidité, que l' opinion publique se prononça pour lui.¹⁸

Em seguida o letrado expõe que apesar do trabalho de Marcos Portugal ter deixado a corte feliz, suas músicas eram sempre as mesmas no teatro e na igreja, já o José Maurício, “était doué d'une exquise sensibilité, la nature semblait pleurer dans ses notes mélodieuses, et elles réveillent encore aujourd'hui dans l'ame toute l'émotion qu'il éprouvait en les traçant”¹⁹.

Tamanha a importância da música enquanto evidência do progresso brasileiro para Porto-Alegre que em 1859 ele catalogou as composições musicais dos dois artistas trazendo os títulos de suas obras em ordem cronológica. Antes disso, escreveu uma breve introdução sobre a prodigalidade do gênio musical de José Maurício, que, por muitas vezes improvisar, acabou não deixando documentação para a posteridade. Quanto a Marcos Portugal, Porto-Alegre enfatiza que houve lacunas

a história (re)inventada a arte: a Escola de Pintura Fluminense. Rotunda, Campinas, n. 01, p. 19-31, abril 2003. Disponível em: . Acesso em: 02 maio. 2019.

¹⁷ “Os brasileiros vieram a Lisboa para compor o melhor dicionário da língua portuguesa; os melhores professores da Universidade de Coimbra eram brasileiros”. In: PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 50.

¹⁸ “O tribunal, surpreso, gritou alto Marcos Portugal; ele chega e se vê cara a cara com seu rival calvo, que jamais viu a Itália, nem mesmo a Europa. A luta começa, a inveja ferve no coração do português; Poderia o gênio do brasileiro estar efervescente, e suas composições se multiplicariam com tanta rapidez que a opinião pública se pronunciará por ele”. *Ibidem*, p.51.

¹⁹ “era dotado de uma sensibilidade primorosa, a natureza parecia gritar em suas notas melodiosas, e ainda despertavam na alma toda a emoção que ele sentia ao traçá-las”. *Ibidem*, p. 51.

na catalogação, visto que ninguém soube dizer fatos o suficiente que “pagassem a memória de tão hábil compositor”. Esse catálogo foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob o título *Marcos e José Maurício: Catálogo de suas composições musicais*²⁰. Interessante notar que no texto escrito para o IHGB a rivalidade e os ataques feitos a Portugal através da figura do compositor português são bastante atenuados, se comparados àquilo que foi escrito para a *Journal de L’Institut Historique*.

A noção de “operação historiográfica” desenvolvida por Michel de Certeau nos ajuda a compreender a situação. Segundo o historiador:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura).²¹

Estando, portanto, o fazer histórico submetido a essas três premissas, não podemos deixar de notar a importância do local de produção na instituição de questões, métodos, interesses e práticas para a composição dos elementos da escrita desse historiador. Sendo Porto-Alegre um dos letrados mais engajados com as propostas do Instituto Histórico de Paris²², e tendo também posteriormente participado da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é interessante observar a articulação do autor com tais lugares ao definir suas escolhas na redação historiográfica para tratar de certas temáticas.

Apesar de diversos autores ressaltarem as semelhanças entre o IHP e o IHGB, de forma a tentar estabelecer as relações e influências²³, pouco foram tematizadas as

²⁰ PORTO-ALEGRE, *Manuel de Araújo. Marcos e José Maurício: catálogo de suas composições musicais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 22, Rio de Janeiro, 1859, p. 487-506.

²¹ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 66.

²² Maria Alice de Oliveira Faria observa como por diversas vezes ser sócio do IHP tinha papel decorativo movido mais por interesses econômicos do que intelectuais. Segundo a autora esse não pareceu ser o caso de Porto-Alegre, visto que foi o único que se “[...] integrou de tal modo nas atividades do Instituto, que passou a fazer parte de comissões importantes, como a do Salon de 1836, sendo mesmo encarregado de redigir seu relatório. Para chegar a essa distinção, teria sido necessária a colaboração ativa e profunda com os franceses, indo muito além das oportunidades que o zêlo de Monglave proporcionava a todos os brasileiros [...]”. In: FÁRIA, Maria Alice de Oliveira. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. Revista IHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 266, p. 68-148, jan.-mar. 1965, p. 142.

²³ Visto que a fundação do IHGB em 1838 teve como principal modelo o IHP, criado quatro anos antes. Mais a respeito em: BOEIRA, Luciana Fernandes. *Dois mundos em revista: Visões e influências da historiografia francesa para a escrita da história do Brasil oitocentista*. Revista de Teoria da História, Ano 6, n.11, p. 11-32, 2014; DIAS, Fabiana. Da gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX. Revista de Teoria da História, Ano 2, n.4, p. 16 18-32, 2010; FÁRIA, Maria Alice de Oliveira. *Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. Revista IHGB, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 266, p. 68-148, jan.-mar. 1965; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. in: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1998;

diferenças entre ambos. A criação do Instituto Histórico de Paris partiu de uma iniciativa privada que muitas vezes não esteve em consonância com os projetos estatais, diferentemente do IHGB, que dependia diretamente do apoio do Estado. Segundo Elaine Cristina Carraro, o instituto idealizado por Eugene de Garay Monglave enfrentou resistência do Ministério da Instrução Pública na concessão de apoio as suas atividades²⁴. Mesmo tendo sido criado em uma época teoricamente favorável aos estudos históricos²⁵, por se tratar de uma iniciativa particular e congregar membros representantes da oposição política ao governo, o IHP não tinha como principal objetivo trabalhar a história da França, embora reconheça sua importância. Já o instituto brasileiro, muito pelo contrário, se mostra preocupado sobretudo com a reorganização da história nacional²⁶, além de ser diretamente financiada pelo Estado e ter o próprio Dom Pedro II enquanto membro, patronato e protetor.

Essa situação leva a pensar na possibilidade de um veto ao tratar de Portugal nos escritos de Porto-Alegre para a Revista Trimensal, já que a certeza do letrado ao afirmar frente aos franceses que a supremacia dos brasileiros sobre os portugueses não estava mais em disputa, e que isso teria sido provado pelas competições na Universidade de Coimbra, não foi encontrada em outros documentos de cunho histórico de Porto-Alegre para o IHGB. A mudança de público possivelmente ocasionou essa variação no modo como Portugal é retratado, visto a influência direta da monarquia sobre o IHGB. Nos textos para a revista francesa, onde o autor se deparou com maior liberdade, o Brasil parecia já ter superado a sua metrópole, principalmente através da maior repercussão da Revolução Francesa nas Américas: a vinda de D. João VI para o Brasil e a inversão nos papéis entre colônia e metrópole.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. De Paris ao Rio de Janeiro: a Institucionalização da escrita da História. Acervo, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan./jun. 1989.

²⁴ CARRARO, Elaine Cristina. *O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, n. 47, p. 33-51, 2017. Disponível em: . Acesso em: 20 março. 2019. _____. *O Instituto Histórico de Paris: Elementos para uma pré-história da sociologia*. 2009. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009. CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

²⁵ A Monarquia de Julho (1830-1848) causou mudanças radicais nas condições de produção da história nacional, graças a “política da memória” instaurada pelo governo de Luis Filipe com interesse de promover a organização do novo regime estabelecido através da legitimidade conferida a história. Mais informações em: GAUSSEN, David. *L'invention de histoire nationale em France (1789-1848)*. Marseille: Éditions Gausсен, 2015.

²⁶ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

Revolução nas ordens francesa e brasileira

Ces œuvres et beaucoup d'autres donnèrent l'impulsion au génie national; en dépit du gouvernement, les arts ne sommeillèrent plus, et ils étaient préparés au progrès, quand Jean VI débarqua sur les côtes du Brésil. Ce fut le contre-coup de la révolution française dans cette portion de l'Amérique; les ports s'ouvrirent enfin à l'étranger, et avec l'étranger le pays reconquit la liberté individuelle: seconde période de l'histoire des arts au Brésil.²⁷

Uma comparação que aparece sobretudo no texto para a revista francesa, e que chama bastante atenção, é a associação entre a Revolução Francesa e a vinda de D. João VI para o Brasil. Ambos acontecimentos são tratados no texto como a reviravolta determinante no progresso nacional. Torres-Homem chega a falar das diversas “faíscas” empurradas pela reviravolta nos papéis causada pelos franceses. Para o letrado, as ciências só começam a se desenvolver a partir do momento em que o Brasil se torna metrópole. O acontecimento teria trazido o progresso do iluminismo para o Brasil, que mais tarde rejeitaria o sistema restrito de D. João VI. Tudo isso graças ao começo do espelhamento das doutrinas e ideias científicas francesas.

Porto-Alegre parte do mesmo pressuposto, quando trata da história das Belas Artes. O autor caracteriza a dualidade existente entre a arte feita no período colonial, mais voltada para a religião e a arte praticada pós chegada de D. João VI em 1808. Esta, graças a influência francesa, progrediu para a “pintura histórica”, considerada a forma artística mais ambiciosa e mais perfeita de sua época, justamente por possibilitar o reconhecimento de um grande marco na história de um país, sendo assim autorizado a tornar o tempo objeto de sua arte²⁸.

No teatro das produções do gênero humano, as belas artes, que começa, sempre com a religião, são as últimas que vem sentar-se nos seus bancos a par das ciências; elas aparecem ataviadas de toda a sua pompa, e impregnadas de ideias dominantes, como a última expressão da mente contemporânea. São mais um termômetro sensível para o filósofo, porque marcam o pensamento da época e o contato mais ou menos íntimo com a civilização desta ou daquela nação.²⁹

²⁷ “Essas obras e muitas outras deram impulso ao gênio nacional; a despeito do governo, as artes não dormiam mais e estavam preparadas para o progresso quando João VI desembarcou na costa do Brasil. Foi o resquício da Revolução Francesa nesta parte da América; os portos foram finalmente abertos ao estrangeiro, e com o estrangeiro o país reconquistou a liberdade individual: segundo período da história das artes no Brasil”. In: PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 50.

²⁸ FERRARI, Paula. *Manoel de Araújo Porto-Alegre: reflexões sobre o historiador*. Juiz de Fora, p.73, 2009.

²⁹ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3, Rio de Janeiro, 1841, p. 548.

A Revolução Brasileira marca então um segundo período para a história da arte no Brasil, possibilitando “a revolução nas ideias do povo” e a “manifestação do gênio brasileiro”. A noção de regimes de historicidade, elaborada por François Hartog,³⁰ ajuda-nos a entender como Porto-Alegre mobilizou a ideia de “revolução” para significar uma nova experiência do tempo.

Conforme já foi observado, Porto-Alegre dividiu a história das artes do Brasil em três períodos: Colônia, Reinado e Império. Desde o século XVIII é observado que, embora a colônia brasileira se entendesse enquanto parte do Império português, os eruditos responsáveis pela escrita da história brasileira ultrapassaram as fronteiras simbólicas de Portugal, associando distintos modos de narração e técnicas de exposição de dados³¹. Depois da chegada de D. João VI, as práticas que buscavam a definição da identidade se tornaram mais corriqueiras ainda, e após a independência, necessárias. É nesse sentido que a atualização do país ao moderno conceito de história se torna pauta urgente.

O chamado regime moderno de historicidade, delimitado cronologicamente entre a Revolução Francesa (1789) e a queda do muro de Berlim (1989), se caracterizaria “pela predominância da categoria futuro, por uma distância que vai crescendo entre campo de experiência e horizonte de expectativa [...]. O futuro é o *telos*. Dele, vem a luz que ilumina o passado”³². O moderno regime de historicidade, que teve suas definições bastante inspiradas na obra de Reinhart Koselleck, fez crer no tempo como operador de uma história processo regida pelo progresso. Somente do ponto de vista do futuro é que se poderia perceber essa passagem. Hartog aponta ainda para a relação entre Progresso e Revolução durante o regime de historicidade moderno: “[...] o futuro, como aprofundamento e realização da Revolução, é de fato o que vivifica e dá sentido ao passado como ao presente [...]. Progresso e Revolução caminham juntos”³³.

A história entra então como um identificador do processo de progressão em cada um dos aspectos considerados importantes pelos homens da primeira geração

³⁰ Os regimes de historicidade, conforme os dizeres de Hartog, são ferramentas heurísticas, construídas e operadas pelo historiador na tentativa de apreender todos os tempos: passado, presente e futuro. In: HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Autêntica, 2013.

³¹ KANTOR, Iris. *Esquecidos e renascidos: historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759*. São Paulo: Hucitec, 2004.

³² HARTOG, François. *Crer em história*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p. 175. (Coleção História & Historiografia)

³³ *Ibidem*, p. 179.

romântica, em que o valor atribuído aos conceitos de futuro, civilização, nação e progresso passam por transformações. Atribuir, dessa forma, uma revolução à história do Brasil, congregaria legitimidade ao discurso que pretendia provar o progresso da nação, lançando luz sobre o passado colonial que culminou na corrupção dos brasileiros pelo tráfico de escravos.

As comparações com França e com a Itália nos escritos de Manuel de Araújo Porto Alegre

Não foi somente através de comparações com a Revolução Francesa que os letrados da geração pós independência tentariam estabelecer relações com a civilização europeia. Como expõe Manoel Luiz Salgado Guimarães, em seu artigo *De Paris ao Rio de Janeiro: a Institucionalização da escrita da História*³⁴, não faltaram referências para provar que o Brasil, em contraposição ao resto da América Latina, era guardião da civilização europeia e representante das ideias do velho mundo nas Américas. Essa ideia se expressa pela própria relação entre as duas instituições, visto que muitos dos brasileiros que estavam presentes no momento de criação do IHP seriam base para a construção do IHGB. Além disso, os atores envolvidos na criação de ambos institutos não somente percebiam essa ligação, como se utilizavam dela para legitimar seus respectivos papéis de guardiães e impulsionares da civilização e do progresso³⁵.

Se, por um lado, Portugal aparece como inferior nos escritos para o Instituto francês, de outro lado, a Itália e a França sempre são tratadas como referências a se alcançar ou já alcançadas. Em *Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense*³⁶, Porto-Alegre tenta construir uma “análise comparativa dos séculos cujo resultado foi a civilização”³⁷, colocando em um mesmo grupo pintores que não tinham proximidade temporal, estética, ou de tradição, mas que se encaixavam na determinação cronológica do que seria a arte na época colonial.

Ao colocar ênfase na importância do resgate dessa “memória”, o autor busca forjar um passado comum com a Europa. Assim, passa por referências como o rio

³⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *De Paris ao Rio de Janeiro: a Institucionalização da escrita da História*. Acervo, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan./jun. 1989.

³⁵ *Ibidem*, p. 142.

³⁶ PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3, Rio de Janeiro, 1841, p. 547-557.

³⁷ *Ibidem*, p. 547.

Nilo, o Império de Alexandre na Grécia Antiga, a Roma e o Panteão, e até mesmo Descartes. O filósofo francês mereceria tal destaque por ter criado a ciência arqueológica ao afirmar que o motor principal do progresso do espírito humano não era somente a tradição, mas também sua análise.

Ao analisar mais detidamente os supostos pintores³⁸ que faziam parte da Escola de Pintura Fluminense, a todo momento o autor faz comparações com artistas europeus consagrados, como Daniel de Volterra, Giotto de Bondone e Cenni di Petro Cimabué. Ao tratar de José de Oliveira, que teria sido chefe da Escola de Pintura Fluminense, Porto-Alegre ainda expõe que durante muito tempo suas obras foram confundidas com a de um pintor italiano.

É importante destacar o papel que França e a Itália tiveram na formação de Porto-Alegre, que morou e estudou em ambos os países, além de ter sido discípulo do francês Jean Baptiste Debret por bastante tempo, a quem sempre faz referências elogiosas. E não somente elogios, também agradece diversas vezes o encontro dos franceses com o “terreno fértil do Brasil”, que teria culminado em frutos dignos, como a École do Rio de Janeiro, que segundo o letrado seria “filha legítima da École de Paris”.

Sendo assim, retomando a ideia de Certeau, podemos ver o quanto o lugar institucional e de fala do autor implicou em sua forma de significar o passado, utilizando de estratégias comparativas para a legitimação da “memória artística nacional” que se propôs a escrever. Segundo artigo publicado pela biógrafa do letrado, Letícia Squeff, teria sido justamente a sua passagem pela Itália em 1834 que serviu de atestado simbólico para garantir seu lugar de erudito perante os franceses do IHP³⁹. Através do estudo de sua obra artística, a autora pôde constatar que essa viagem trouxe ao pintor maior contato com os clássicos e com o mundo das viagens pitorescas, que marcaria os seus desenhos do período pela sensibilidade romântica e a sintonização com a cultura Grand Tour. Embora seus escritos durante o período que esteve na Itália tenham se perdido na viagem de volta a Paris, numa mala extraviada

³⁸ A autora Letícia Squeff na obra referenciada a seguir supõe que a Escola de Pintura Fluminense tenha sido uma invenção de Porto-Alegre, visto que a necessidade da criação de uma tradição para a ex-colônia era tamanha que entender escravos enquanto artistas parecia menos incômodo do que admitir a inexistência de artistas ‘brasileiros’ antes de 1822. SQUEFF, Letícia Coelho (2003).

³⁹ SQUEFF, Letícia. *A Grand Tour de um brasileiro: a importância da Itália nas ideias de Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 12, n. 2, p. 377-387, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222017000200377&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23, agosto, 2020.

em Civita Vecchia⁴⁰, é possível perceber em sua prática historiográfica a riqueza de referências e a utilização da comparação como forma de inserção da história da arte brasileira em uma experiência moderna do tempo.

Conclusão

Sendo assim, podemos concluir que, ao afastar o Brasil de sua antiga metrópole, e colocá-la enquanto superada pela ação do tempo, a escrita de Manoel de Araújo Porto-Alegre trouxe frente aos franceses uma história das artes no Brasil que traduzia sua relação com o progresso. Em sua prática, diversas vezes se percebem técnicas de aproximação com os países que traduziam sinônimo de civilização, como a França e a Itália, através de referências e comparações. Essa aproximação traria um tom legitimador ao discurso de um dos românticos responsáveis por reorganizar o passado, ou, como foi visto, lançar luz sobre ele a partir do futuro.

Além disso, podemos destacar que uma das principais diferenças entre as instituições era que o IHGB manteve uma relação íntima com o Estado, já o IHP inclusive chegou a ter alguns desentendimentos com o governo francês, o que, como foi mostrado, resultou em alguns vetos na escrita de Porto-Alegre. Os textos destinados ao público do Instituto Histórico de Paris deixam claro o seu caráter motivado pela curiosidade. Bastante similar as letras setecentistas, o espectro de assuntos que circulava pelo IHP era amplo e os eruditos que compunham aquele meio diziam pretender o conhecimento pelo conhecimento. Já no IHGB, os assuntos tinham um caráter mais pragmático, de reconstrução de um passado para a legitimação do Brasil enquanto nação.

Fontes

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Résumé de L'Histoire de la Littérature, des sciences et des arts au Brasil*. Journal de L'Institut Historique, tomo 1, Paris, 1834, p. 47-53.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória sobre a antiga Escola de Pintura Fluminense*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 3, Rio de Janeiro, 1841, p. 547-557.

⁴⁰ FERRARI, Paula. *Manoel de Araújo Porto-Alegre: reflexões sobre o historiador*. 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009, pág. 9.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Marcos e José Maurício: catálogo de suas composições musicais*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo 22, Rio de Janeiro, 1859, p. 487-506.

Bibliografia

ARAÚJO, Valdei Lopes. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

ARAÚJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

BOEIRA, Luciana Fernandes. Dois mundos em revista: Visões e influências da historiografia francesa para a escrita da história do Brasil oitocentista. **Revista de Teoria da História**, Ano 6, n.11, p 11-32, 2014. Disponível em: <https://www.historia.ufg.br/up/108/o/DOIS_MUNDOS_EM_REVISTA.pdf>. Acesso em: 20 março. 2019.

CARRARO, Elaine Cristina. O Brasil como tema no Instituto Histórico de Paris. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 47, p. 33-51, 2017. Disponível em: <<https://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/download/544/460>>. Acesso em: 20 março. 2019.

CARRARO, Elaine Cristina. **O Instituto Histórico de Paris: Elementos para uma pré-história da sociologia**. 2009. 280f. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIAS, Fabiana. Da gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX. **Revista de Teoria da História**, Ano 2, n.4, p. 18-32, 2010. Disponível em: <http://www.historia.ufg.br/up/114/o/ARTIGO_2__DIAS.pdf>. Acesso em: 30 março. 2019.

FARIA, Maria Alice de Oliveira. Os brasileiros no Instituto Histórico de Paris. **Revista IHGB**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. 266, p. 68-148, jan.-mar. 1965.

FERRARI, Paula. **Manoel de Araújo Porto-Alegre: reflexões sobre o historiador**. 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

GAUSSEN, David. **L'invention de histoire nationale em France (1789-1848)**. Marseille: Éditions Gausсен, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: FGV, n.1, 1998.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. De Paris ao Rio de Janeiro: a Institucionalização da escrita da História. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 135-143, jan./jun. 1989.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

HARTOG, François. **Crer em história**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. (Coleção História & Historiografia)

KANTOR, Iris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana, (1724-1759). São Paulo: Hucitec, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MOLLO, Helena. Olhar o passado onde ele (não) está: Araújo Porto-Alegre e a história do Brasil a partir de Portugal. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n.12, p. 213-227, agosto 2013.

PINASSI, Maria Orlando. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**: Nitheroy Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998

SQUEFF, Leticia Coelho. Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense. **Rotunda**, Campinas, n. 01, p. 19-31, abril 2003. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/49063292/SQUEFF_in_rotunda011.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2019.

SQUEFF, Leticia Coelho. **O Brasil nas Letras de um Pintor**: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

O reconhecimento dos direitos trabalhistas femininos na história do direito brasileiro: da República até a Constituição de 1988

The recognition of women's labor rights in the history of Brazilian law:
from the Republic to the 1988 Constitution

Lívia Marinho Goto¹

Resumo: O presente trabalho buscou pontuar, entender e analisar os principais marcos legais que regulamentaram o trabalho da mulher no direito brasileiro, com ênfase no período republicano, visando indicar as demandas e conquistas que perpassam essa história no mundo ocidental capitalista. Através de um levantamento bibliográfico, aliado a uma pesquisa objetiva sobre os dispositivos legais pertinentes que versam sobre o tema, foi utilizado um método bibliográfico-dedutivo para investigar como as questões referentes ao assunto estavam contempladas desde a primeira Constituição brasileira até as últimas legislações que trataram da efetivação dos direitos da mulher no exercício do trabalho remunerado, para além do trabalho doméstico realizado no seio da família. Em síntese, foi possível concluir como as condições históricas, culturais e sociais no Brasil em cada época influenciaram na legislação de determinado momento, levando um certo tempo para que a mulher conquistasse sua independência e espaço no mercado de trabalho. A exposição em questão elencou, sucintamente, alguns fatores que ainda dificultam o exercício pleno do trabalho remunerado feminino em condições de igualdade com o masculino, apesar dos avanços conferidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas de 1943 e pela Constituição de 1988.

Palavras-chave: Legislação trabalhista; História do trabalho feminino.

Abstract: The present work sought to score, understand and analyze the main legal frameworks that regulated the work of women in Brazilian law with emphasis on the republican period, aiming to indicate the demands and achievements that permeate this history inserted in the world capitalist western. Through a bibliographic survey coupled with an objective research on the pertinent legal provisions that dealt with the topic, a bibliographic-deductive method was used to investigate how issues related to the subject were covered from the first Brazilian Constitution to the last legislation dealing with the realization of women's rights in the exercise of paid work beyond the domestic work carried out within the family. In summary, it was possible to conclude how the historical, cultural and social conditions of each era in Brazil, influenced the legislation of that particular moment, so that it took a certain time for women to achieve their independence and space in the labor market. This dissertation listed some factors that still hinder the full exercise of paid female workers in conditions of equality with men, despite the advances conferred by the Consolidation of Labor Laws of 1943 and the 1988 Constitution.

Keywords: Labor legislation; History of women's work.

¹ Graduanda em Direito pela Faculdade de Ciência Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Campus de Franca. E-mail: livia.goto@unesp.br

Introdução

O direito ao trabalho é um direito fundamental, ao passo que a Constituição Federal vigente trata da valorização do trabalho humano como um dos princípios fundamentais da República em seu Art. 1º, inciso IV (BRASIL, 1988). Esse tema, outrossim, também está contemplado em outros artigos ao longo da Carta Magna, posto que, sem a efetivação desse direito, não seria possível concretizar a dignidade da pessoa humana e, tampouco, os outros direitos fundamentais resguardados pelo ordenamento jurídico brasileiro, como atesta Meireles (2010, p. 186-187).

Nesse sentido, tendo vista a importância social e jurídica do trabalho e as conquistas trabalhistas recentes em nossa história, é necessário um olhar cuidadoso ao estudar os direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres, na medida em que, enquanto empregadas, elas foram intensamente oprimidas, exploradas e discriminadas pelos seus empregadores, companheiros e também pelo próprio Estado. O ingresso feminino no mercado de trabalho, por conseguinte, representou um campo de tensões, marcado pelos esforços da luta sufragista feminina desde o século XIX (KARAWJCZYK, 2014, p. 331). Além disso, condizente com a lição de Venancio (2001, p. 199), os movimentos sociais que emergiram nessas primeiras décadas do século XX foram primordiais para discutir a regulamentação do trabalho feminino remunerado.

No contexto da atuação estatal, expressa pelo exercício de suas diversas funções, com destaque à elaboração e aplicação das leis, entende-se que o Direito é uma ciência posta não visionária, todavia, o Direito do Trabalho, enquanto direito social, configura como um sistema dinâmico sujeito ao comportamento coletivo em determinada época. Assim, por razões de cunho cultural, histórico, social e econômico, demorou-se muito para que ocorresse a emancipação da mulher e sua entrada efetiva no mercado de trabalho, evidenciando que essa condição ainda não foi atingida por todas, em virtude da falta de oportunidades, do machismo e todas as outras formas de discriminação ainda enraizadas em nossa sociedade patriarcal que, por óbvio, refletem nas condições e adversidades enfrentadas pelas mulheres brasileiras no ingresso ao mercado de trabalho.

Vale mencionar que, embora não se possa desconsiderar perspectivas de gênero, classe social e etnia, bem como sua intersecção, para a feitura de uma análise sociológica e histórica mais aprofundada ao tratar do sujeito “mulher”, a presente

exposição optou por destacar os aspectos jurídicos que versaram sobre o trabalho feminino, os quais marcaram as pautas e as conquistas que perpassaram a história do trabalho da mulher no Brasil dentro âmbito legal, tomando-se por base uma mulher inserida nesse contexto ocidental, capitalista, a partir do século XIX.

O trabalho em questão, pois, não visa e nem poderia esgotar os motivos responsáveis pela manutenção da opressão feminina, no entanto, busca apresentar de forma sucinta o histórico das legislações que trataram sobre o trabalho e, mais especificamente, sobre os direitos trabalhistas da mulher, com ênfase naquelas concebidas durante o período republicano.

Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico sobre a temática, alertando para as conquistas e os retrocessos jurídicos e sociais experimentados pela mulher no exercício de seu trabalho remunerado ao longo dos anos, destacando-se, principalmente, como a legislação constitucional e infraconstitucional dispuseram sobre os direitos trabalhistas femininos ao longo do desenvolvimento da sociedade brasileira.

Logo, as informações reunidas e encontradas nas bibliografias escolhidas foram combinadas com uma investigação objetiva acerca da redação dos dispositivos legais mencionados ao longo do presente trabalho, construindo uma pesquisa básica, exploratória e qualitativa em que se empregou o método bibliográfico-dedutivo para organizar os dados identificados, os quais permitiram entender as gradativas, porém importantes, conquistas femininas na história do trabalho brasileiro desde o século XIX.

A partir do estudo legislativo, recorreu-se a pesquisa bibliográfica, a qual indicou alguns fatores que justificam, em parte, as dificuldades ainda enfrentadas por mulheres no exercício do trabalho remunerado a título de complementação. Tais apontamentos foram realizados com base na metodologia escolhida e com o prévio estudo das legislações trabalhistas brasileiras, no que toca o trabalho feminino, os quais serão expostos a seguir.

Da divisão de tarefas ao trabalho fabril: o início do trabalho feminino

A divisão social do trabalho, conforme aponta Eva Alterman Blay (1975, p. 10), baseia-se na distribuição de tarefas resultantes da posição social ocupada pelo homem e pela mulher, seguindo o caminhar da humanidade, a organização em

conjuntos familiares, que são definidos pela consanguinidade, e são resultantes das mudanças da produção em comum, para um modelo restrito, visando assegurar a transmissão da propriedade e da herança dentro do mesmo grupo familiar. Logo, o trabalho feminino, em um primeiro momento, foi direcionado a um número limitado de pessoas no ambiente doméstico.

A partir da Revolução Industrial, a qual trouxe a modernização da sociedade ocidental com o advento das máquinas no século XIX, pode-se falar no surgimento do Direito do Trabalho, como ensina Cezar Britto (2012, p. 49), já que o trabalhador, nesse contexto, começou a ser entendido como sujeito de direitos, a partir da efervescência e da movimentação social que ocorriam na época.

Nesse sentido, as mulheres e as crianças passaram a compor a mão de obra fabril de forma extremamente exploratória, fato expresso nos baixos salários pagos; nas condições insalubres e nas jornadas exaustivas, segundo Cristiane Lopes (2006, p. 411). Por isso, aduz Elisiana Renata Probst (2003, p. 2) que com a consolidação do sistema capitalista e a introdução das máquinas no processo produtivo, a mão de obra feminina, por ter um custo menor, foi muito empregada nas fábricas ao redor do mundo ocidental no século XIX.

Ressalta-se que, nessa época, não existiam legislações específicas para garantir os direitos do trabalhador, o que levou os empregados da época a se reunirem e se manifestarem em protesto às péssimas condições a que estavam submetidos: foram reivindicados melhores salários, adequação das jornadas (outrora sem limites) e o fim da exploração da mão de obra feminina e infantil, de acordo com o ensinamento de Sergio Pinto Martins (2000, p. 172).

Foi só após a Primeira Guerra Mundial, todavia, que a mulher aumentou sua participação no mercado de trabalho. A atividade profissional feminina, assim, ganhou maior ênfase, na medida que muitas tiveram que se efetivar no trabalho, tornando-se provedoras financeiras de seus lares, uma vez que seus maridos estavam lutando na guerra ou, ao final do conflito, voltaram demasiadamente debilitados ou mutilados para casa, sendo impossibilitados de voltarem a exercer suas funções remuneratórias (PROBST, 2003, p. 2).

A regulamentação do trabalho da mulher na Constituição Imperial até a Constituição de 1937

Dentre os principais marcos legais de proteção ao trabalhador, advindos de movimentos sociais do século XIX, responsáveis por melhorar a vida dos operários através de algumas conquistas trabalhistas, pode-se citar o Tratado de Versalhes de 1919, no qual nasceu a Organização Internacional do Trabalho (OIT), responsável por regulamentar as relações trabalhistas e assegurar os direitos dos empregados em âmbito internacional (MARTINS, 2000, p. 176). Atenção especial merecem as Conferências Internacionais do Trabalho, as quais recomendaram, pela primeira vez, a igualdade salarial a nível mundial, segundo Pena (1981b, p. 80).

O Brasil, nesse momento, já era signatário da OIT, porém, vários dos direitos trabalhistas femininos só foram ratificados de fato a partir de 1932 e ainda estavam mais voltados ao campo de proteção à maternidade e à família do que, efetivamente, contribuindo para o reconhecimento dos direitos das mulheres no exercício do trabalho remunerado fora do âmbito doméstico (PENA, 1981b, p. 81).

Observa-se, ainda, que a primeira Constituição brasileira de 1824 não tratou da regulamentação do trabalho em geral, posto que surgiu em um contexto de pós-Revolução Francesa, momento que vigorava uma ideologia liberal de intervenção mínima estatal nas relações de mercado, de forma que não havia nenhum dispositivo específico sobre o trabalho feminino. Já a Constituição de 1891, também sofreu influência liberal e não teve uma preocupação formal em incorporar os direitos sociais dos trabalhadores, uma vez que se buscava uma liberdade contratual e, como visto, um Estado que respeitasse o livre mercado, abstendo-se, ao máximo, de intervir nos conflitos sociais (MARTINS, 2000, p. 171).

Posteriormente, em 1916, Clóvis Bevilacqua trouxe uma nova codificação, no âmbito civil (atualmente revogada pela Lei nº 10.406, de 2002), a qual também resguardava muitos dos aspectos patriarcais e conservadores presentes na sociedade brasileira do século XX. Nesse contexto, a nova legislação determinava que mulher só poderia ser considerada “chefe de família” e só cessaria sua incapacidade relativa na ausência de uma figura masculina, sendo que para trabalhar também precisava do consentimento do marido, de modo que ela “não tinha direito imediato ao trabalho, isto é, não possuía o direito de vender livremente sua força de trabalho no mercado” (PENA, 1981a, p.148).

O trabalho feminino, ademais, era muito mais desvalorizado do que o masculino: os salários recebidos eram mais baixos por considerarem o ganho da mulher como apenas um “complemento” na renda da família. Contudo, além do Tratado de Versalhes de 1919, o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 previa, em seu Art. 3º e no Art. 461, a igualdade salarial sem distinções de sexo, no trabalho de igual valor e função, prestado ao mesmo empregador em idêntica localidade (BRASIL, 1943). Entretanto, essas exigências colocadas pela lei, na análise de Pena (1981b, p. 80), não eram observadas materialmente e persistiam as discriminações salariais.

Na década de 20, seguindo-se a explicação de Venancio (2001, p. 188), travaram-se na Câmara Federal discussões acerca da regulamentação do trabalho feminino, sendo essas fomentadas pela Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), importante órgão do movimento feminino sufragista, o qual continuou lutando pelas demandas das mulheres trabalhadoras. Verifica-se, outrossim, uma ênfase na proteção da mulher grávida nesse momento, de modo que o Regulamento Nacional de Saúde Pública, aprovado em 1923 pelo Decreto nº 16.300, determinou, em seu Art. 345, que a mulher teria direito a uma licença-maternidade, com um prazo de 30 dias antes e depois do parto. Além disso, o Art. 350 do referido dispositivo, em observância ao cuidado com os filhos recém-nascidos das trabalhadoras, prescreveu a implantação de locais adequados para a amamentação nos ambientes de trabalho (BRASIL, 1923).

A efetiva regulamentação do trabalho feminino nos campos da indústria e do comércio, todavia, só aconteceu no começo da década seguinte, sendo o Decreto nº 21.417-A de 1932 a “primeira lei que cuidou da situação da mulher trabalhadora, estabelecendo normas que posteriormente foram incorporadas à Consolidação das Leis do Trabalho” (LUZ, 1984, p. 10). O decreto em questão pontuou, a título de exemplo, a igualdade salarial sem distinção de sexo pelo trabalho de igual valor em seu Art. 1º; proibiu o trabalho noturno feminino com algumas exceções elencadas no Art. 3º, bem como o emprego da presente mão de obra em atividades insalubres segundo determinação do Art. 5º; e o trabalho da mulher grávida por um período de quatro semanas antes do parto e quatro semanas após, no Art. 7º (BRASIL, 1932).

Cabe mencionar, entretanto, que, de acordo com as observações de Cristiane Lopes (2006, p. 419), as leis da época, emitidas com o intuito de regulamentar e proteger o trabalho feminino, pautavam-se em justificativas biológicas de

preservação da função maternal atribuída à mulher, de gerar e cuidar dos filhos, sempre considerando que ela apresentava uma constituição física mais frágil do que a dos homens. Essa concepção, no entanto, servia para legitimar que a mulher não ocupasse cargos de chefia ou de comando da produção, restringindo suas habilidades intelectuais, de raciocínio e de liderança, mesmo que essa discriminação fosse proibida pela lei, de maneira que esse foi um dos primeiros aspectos em que o Direito apareceu para proteger a mulher trabalhadora.

Logo, a Constituição de 1934, seguindo relativamente uma orientação presente nos países ocidentais de maior intervenção estatal, sobretudo após a crise econômica de 1929, acolheu os direitos trabalhistas, preocupando-se com os problemas sociais e econômicos do país, na medida em que, como assinala Marques (2016, p. 679), a inserção do capítulo da Ordem Econômica constituiu verdadeira novidade para aquele momento.

Dessa forma, “O texto constitucional de 1934 teve, indiscutivelmente, uma grande importância para o Direito constitucional do trabalho e algumas de suas conquistas permaneceram incólumes nas Constituições subsequentes” (LUZ, 1984, p. 22). Dentre as conquistas trabalhistas, é possível citar, por exemplo, a legalização dos sindicatos pelo Art. 120 da referida Carta Magna; a instituição de um salário-mínimo; o estabelecimento de uma jornada de 8 horas diárias; o direito às férias anuais remuneradas e a indenização ao trabalhador, quando dispensado sem justa causa conforme determinavam as alíneas do Art. 121, §1º da referida Constituição (BRASIL, 1934).

No caso específico do trabalho feminino, ele foi muito discutido na Constituinte de 1933, especialmente com o envolvimento da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. A Constituição de 1934, assim, retirou as restrições que vigoravam quanto ao trabalho feminino noturno e limitou as atividades insalubres. Ocorre que o disposto não vigorou, porque o governo de Vargas proibiu o trabalho feminino noturno ao ratificar uma convenção da Organização Internacional do Trabalho, segundo Marques (2016, p. 675).

No mais, a Lei Maior reforçou que a diferença de salário para um mesmo trabalho executado por sexos diferentes seria proibida, bem como o trabalho insalubre para as mulheres. Ademais, garantiu às gestantes assistência médica e sanitária com direito a licença-maternidade sem prejuízo de salário e do emprego, antes e depois do parto, por força do Art. 121, §1º, alínea *a, d, h*, respectivamente (BRASIL, 1934).

Três anos depois, a Constituição outorgada de 1937, advinda do golpe que deu origem ao Estado Novo de Getúlio Vargas, manteve os direitos trabalhistas femininos, garantindo a proteção legal de mulheres e crianças. Entretanto, essa Carta Magna omitiu tratar da diferença salarial entre os sexos, de acordo com Comin (2019, p. 293). Absteve-se, outrossim, de indicar o estabelecimento de previdência maternal.

Dessa forma, por mais que reconhecessem certos direitos das trabalhadoras nesse período, tinha-se ainda uma recomendação forte, por parte do próprio Ministério do Trabalho, desestimulando-as a trabalhar, sob o manto da proibição por insalubridade, restringindo diversas de suas atividades. A análise do *status quo* da época, nesse sentido, permite compreender como a política do Estado Novo estava voltada à família, visto que esse preocupou-se em reforçar o papel do homem como provedor financeiro e chefe, enquanto a mulher era incentivada a priorizar o trabalho doméstico, tendo o emprego remunerado como uma função subsidiária, de acordo com o entendimento de Pena (1981b, p. 78).

Apesar das conquistas femininas referentes ao trabalho, refletidas na regulamentação legal analisada acima, ainda ficava implícito o esforço empregado pelo aparelho estatal e pela própria estrutura social daquele momento de reafirmarem que o trabalho remunerado das mulheres não deveria prejudicar o que se entendia como sua “vocação” para a maternidade, visto que, como compreende Lopes (2006, p. 411), a criação das normas protetivas em relação ao trabalho da mulher almejavam proteger a família nos moldes patriarcais e não, exclusivamente, o exercício do emprego feminino.

Entretanto, o uso dessa mão de obra era um recurso interessante na lógica de mercado capitalista, pois apresentava um custo inferior e resultava na diminuição dos salários masculinos, conseqüentemente. Além disso, entendia-se ser vantajoso empregar mulheres, especialmente aquelas de situação mais humilde, nas indústrias, sob o argumento de que essas seriam submissas, pacientes, doces e menos reivindicatórias, dispostas a aceitar salários mais baixos e piores condições de trabalho, de modo que essas trabalhadoras, por vezes, eram compelidas a aceitar qualquer serviço, sem condições de trabalho e segurança adequadas, a fim de garantir a sobrevivência de sua família (LOPES, 2006, p. 423).

Por essas razões, na década seguinte, observou-se mais cuidadosamente a questão dos salários pagos aos trabalhadores, dado que o emprego da mão de obra feminina, por ser mais barato, ofendia o princípio da igualdade e gerava concorrência

desleal entre as indústrias, como bem coloca Lopes (2006, p. 413), de maneira que, para reverter essa situação, as empresas eram pressionadas ao pagamento de salários iguais independente do sexo.

Em contrapartida, o Decreto-lei nº 2.548 de 1940, em seu Art. 2º, facultou que o empregador efetuasse uma redução de 10% no salário-mínimo pago às trabalhadoras, com a justificativa de compensar os gastos que ele teria para garantir as condições higiene determinadas por lei, a fim de manter um ambiente de trabalho salubre em seu estabelecimento (BRASIL, 1940). Nesse aspecto, como elucida Pena (1981a, p. 167), muitas mulheres teriam que cuidar de seus filhos no mesmo tempo e espaço de seu trabalho e, como se não bastasse, receberiam um salário inferior ao masculino, ainda que estivessem cumprindo, concomitantemente, duas jornadas.

Apontamentos sobre a regulamentação do trabalho feminino encontrados na Consolidação das Leis do Trabalho até a Emenda Constitucional de 1969

Apesar das adversidades enfrentadas pelas trabalhadoras para concretização de condições de trabalho dignas e igualitárias, não é possível falar de legislação trabalhista sem mencionar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, como bem lembra Jaqueline Comin (2019, p. 298). A CLT, portanto, ratificou a duração da jornada de trabalho, de forma que a mulher não poderia ultrapassar as 8 horas estabelecidas, segundo determinação do Art. 58. Tal legislação, ademais, prescreveu, em seu Art. 67, um descanso semanal de 24 horas consecutivas, bem como o direito às férias, no Art. 130, para todos os trabalhadores (BRASIL, 1943).

Além disso, a igualdade salarial, no Art. 5º da CLT, foi novamente reconhecida, porém, seu Art. 461 previu que, para que o salário do homem e da mulher fossem idênticos, eles deveriam exercer a mesma função, no mesmo estabelecimento comercial, ou seja, com a mesma produtividade e técnica e não necessariamente ocupando o mesmo cargo, conforme esclarecimento do §1º (BRASIL, 1943).

Isso demonstra que, mesmo com a intenção do legislador em igualar o salário, tais brechas colocadas pela lei ainda permitiam a manutenção da desigualdade salarial, da exploração e desvalorização do trabalho feminino, de maneira que, a longo prazo, as leis trabalhistas resultaram em uma concorrência injusta entre homens e mulheres no mercado de trabalho (COMIN, 2019, p. 298). Não se pode olvidar que, apesar disso, foi só com a CLT que foi reconhecido o direito da mulher de trabalhar

sem o consentimento do marido, ainda que ele pudesse impedir que ela exercesse profissão, caso considerasse seu o trabalho prejudicial ao âmbito familiar, de acordo com o Art. 446, parágrafo único da CLT (BRASIL, 1943), hoje revogado pelo Art. 13 da Lei nº 7.855 de 1989 (BRASIL, 1989).

Vale destacar que uma das grandes problematizações acerca dessa situação é que o homem era, por vezes, a principal fonte de renda da família, dessa forma, a ele cabia o direito ao patrimônio, à propriedade, o que fragilizava ainda mais a posição social e legal da mulher, por exemplo, em casos de divisão dos bens ou do recebimento de herança, na medida em que as mulheres casadas eram consideradas relativamente incapazes, de acordo com o imposto no Art. 6º, inciso II do Código Civil anterior (BRASIL, 1916).

No mais, a CLT, em seu Art. 379, também previu que o trabalho noturno feminino deveria ser evitado, trazendo várias exceções, sendo que, para realizá-lo, as mulheres deveriam apresentar atestado de bons antecedentes e de capacidade física e mental com a aprovação de um médico, nos termos do Art. 380, ambos dispositivos alterados e já revogados. Além disso, o salário era sempre maior do que o recebido pelo mesmo serviço no turno matutino, como ocorre de praxe até nos dias atuais, segundo o vigente Art. 381 da CLT (BRASIL, 1943).

Existia, outrossim, a possibilidade de prorrogação de jornada por duas horas, desde que acompanhada de um pagamento adicional de 20% para cada hora extra com autorização médica na carteira de trabalho como estabelecia o Art. 59 da CLT (BRASIL, 1943). Ressalta-se que, atualmente, pelo disposto no Art. 7º, inciso XVI da Constituição de 1988, a remuneração da hora extra é de, no mínimo 50% sobre a hora normal (BRASIL, 1988). Ademais, o tempo de descanso para maternidade ampliou para 6 semanas antes e 6 semanas após a atividade de parto, segundo o Art. 392 da CLT. Da mesma forma, houve modificação desse dispositivo de modo que, hoje, a licença-maternidade tem duração de 120 dias sem prejuízo de salário (BRASIL, 1943).

Em relação à segurança do trabalho, o Art. 394-A reforçou que a gestante ou lactante seria proibida de trabalhar em condições insalubres e que exigissem um esforço físico que extrapolasse seus limites (determinação alterada pela Lei nº 13.467 de 2017 que vigora nos dias atuais). O Art. 389, inciso III da CLT também instituiu que as empresas seriam obrigadas a instalar vestiários e armários individuais para as mulheres (BRASIL, 1943).

No mais, o Art. 389, §§ 1º e 2º da CLT determinou que os estabelecimentos em que trabalhassem mais de trinta mulheres com mais de 16 anos de idade deveriam ter locais apropriados para que elas pudessem assistir e vigiar seus filhos no período de amamentação, exigência supérflua quando existissem convênios entre a empresa empregadora e entidades públicas ou privadas com creches distritais (BRASIL, 1943).

As disposições supracitadas, portanto, demonstram como a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943, foi importante na medida em que regulamentou, detalhadamente, o trabalho feminino. Entretanto, ela não transformou, de fato, a condição da mulher, que ainda deveria exercer o papel de assalariada e cuidadora do lar simultaneamente. Pena (1981a, p. 153), defende que a maternidade, em um primeiro momento, foi demasiadamente observada na regulamentação do trabalho feminino, uma vez que a trabalhadora teve seu direito ao trabalho limitado pela possibilidade de gravidez porque, com ela, viriam as obrigações de cuidado com a prole e prestação de serviços domésticos não remunerados.

Posteriormente, com o fim do Estado Novo, surgiu uma nova Constituição em 1946, a qual restituiu a democracia no Brasil e incorporou novamente a proibição de diferença de salário, omitida pela Lei Maior anterior, em seu Art. 157, inciso II. Além disso, a nova Carta Magna vetou o prejuízo ao emprego e ao salário da gestante, concedendo-lhe o direito ao descanso antes e depois do parto, bem como assistência médica, sanitária e hospitalar e o direito à previdência em favor da maternidade, nos termos dos incisos X, XIV e XVI do artigo supramencionado (BRASIL, 1946).

Já nos anos 60, o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121 de 1962) também foi importante, porque emancipou a mulher casada, possibilitando que ela exercesse atividades profissionais sem a autorização prévia do marido e dispor sobre o fruto de seu trabalho, alterando a redação do Art. 246 do Código Civil de 1916 (BRASIL, 1962). Além disso, a Lei nº 5.473 de 1968 decretou, em seu Art. 1º, sanções às empresas privadas e públicas que promovessem discriminações entre os brasileiros de ambos os sexos para o provimento de cargos sujeitos à seleção (BRASIL, 1968).

Por fim, observa-se que com a criação de uma Emenda Constitucional, em 1969, durante a ditadura militar, não houve modificação dos direitos anteriores já reconhecidos do trabalho feminino e se acrescentou o direito à aposentadoria para a mulher com uma contribuição de 30 anos de trabalho, em seu Art. 165, inciso XIX (BRASIL, 1969).

Perspectivas atuais do trabalho feminino: a luta feminina e efetivação de direitos na Constituição de 1988

Segundo Sara Nascimento (2014, p. 44) desde sempre a estrutura produtiva e social, apesar dos avanços que foram ocorrendo ao longo da história e da criação de legislações protetivas, foram moldadas de modo dificultar a efetivação íntegra da mulher no mercado de trabalho. No entanto, a mão de obra fabril feminina foi extremamente explorada na sociedade capitalista, especialmente na segunda metade do século XX, época na qual as operárias tinham baixa escolaridade e se sujeitavam às longas jornadas de trabalho pouco remuneradas, gerando uma mais-valia que aumentava os lucros do empregador.

Essa realidade começa a se transformar só a partir da década de 60, na virada do século XX para o XXI, momento em que a globalização e a reestruturação produtiva causaram um impacto significativo nas relações de trabalho: não há muito tempo, então, as mulheres passaram a reivindicar seus direitos previstos desde 1943 (NASCIMENTO, 2014, p. 54).

Conforme demonstra Cristiane Lopes (2006, p. 426), a promulgação da Constituição de 1988 representou um grande avanço na efetivação dos direitos trabalhistas femininos, na medida em que o Art. 3º, inciso IV e o Art. 5º, inciso I da referida lei preveem que a República Federativa do Brasil devam promover o bem de todos, sem preconceitos, estabelecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (BRASIL, 1988).

Hodiernamente, contudo, observa-se que mesmo diante das conquistas históricas que resultaram no reconhecimento dos direitos trabalhistas femininos, muitas ainda enfrentam dificuldades na concretização dos mesmos, em virtude de uma gama de situações pontuadas por Lise Roy (1999, p. 64) como o assédio sexual no ambiente de trabalho; o enfrentamento de múltipla jornada; a necessidade de adequação em determinados padrões de beleza que definem a boa aparência para o ingresso no mercado de trabalho; a não contratação ou até mesmo a demissão sumária em razão de questões ligadas à maternidade e a criação de filhos.

Pode-se citar, ainda, o preconceito; a discriminação; a competitividade em níveis desiguais com o sexo masculino, devido a maior dificuldade em se obter ascensão profissional; a desigualdade salarial e até mesmo a alienação da mulher trabalhadora em relação ao produto de seu próprio trabalho, uma vez que as finanças

da casa podem ser controladas pelo marido, deixando-a ignorante quanto ao real valor de sua contribuição para a estrutura familiar (VIEIRA, 2005, p. 232).

Isso demonstra que a maioria das profissionais femininas atuantes ainda enfrentam obstáculos socioculturais para progredirem em suas carreiras, pois, como coloca Michael Apple (2013, p. 15), é possível entender que o trabalho feminino foi constituído historicamente através de uma divisão vertical (desvalorização perante o trabalho masculino) e horizontal (na medida em que as mulheres destinam esforços para exercerem determinados tipos característicos de trabalho).

Bruschini (2007, p. 538), por conseguinte, assinala para a compreensão de que, embora muitas mulheres escolarizadas estejam ocupando um espaço significativo no mercado de trabalho, exercendo profissões de prestígio e em bons empregos, ainda persiste o trabalho feminino informal, utilizado em atividades precárias.

Por conseguinte, ao longo da história observa-se um jogo delicado de avanços e retrocessos constantes que persistem até os dias de hoje. Nesse contexto, é importante lembrar que mesmo diante da incrível conquista feminina de ganhar cada vez mais espaço no mercado de trabalho, apesar das dificuldades impostas, muitas mulheres ainda não renunciaram seus papéis como mães e esposas, preservando a função biológica da maternidade, observada cuidadosamente desde as primeiras legislações trabalhistas brasileiras. No geral, isso configurou uma “dupla identidade” das novas gerações, de mãe e mulher independente e trabalhadora (BRUSCHINI, 2007, p. 538).

A maternidade passou a ser entendida como uma possibilidade biológica e não mais como uma obrigação social ou a preocupação central das legislações recentes quando da tutela das condições do trabalho feminino. Logo, os dispositivos legais proibitivos anteriores, como analisa Lopes (2006, p. 427), pouco a pouco, foram sendo repensados e revogados, na medida que se compreendeu que a mulher seria muito mais do que um ser frágil que precisaria a todo momento da proteção estatal no exercício do trabalho remunerado.

Dentre alguns fatores que contribuíram para essa mudança nas últimas décadas, é possível citar a diminuição da taxa de fecundidade entre as mulheres em idade fértil; o êxodo rural e a urbanização, uma vez que, diferentemente do que acontecia no campo em que os filhos eram empregados na mão de obra, nas cidades, o custo de vida mais caro inviabilizava a criação muitos filhos; as lutas feministas; o maior acesso feminino às escolas e às universidades; a possibilidade de divórcio e

independência do marido para seguir uma carreira profissional (BRUSCHINI, 2007, p. 540- 541).

Vale ressaltar, ainda, que mesmo diante da maior expressão do trabalho feminino dentro da modernidade, as mulheres sempre tiveram um papel fundamental dentro de seus lares. Por vezes, o trabalho doméstico não foi devidamente valorizado, mas isso não significa que ele não tenha deixado uma substancial contribuição para a estruturação da família (BRUSCHINI, 2007, p. 542). Além disso, muitas mulheres se sujeitaram a cumprir “dupla jornada” em casa e em trabalhos remunerados, ganhando significativamente menor salário e tendo menos prestígio que seu parceiro.

Diante do supracitado, por conseguinte, conclui-se que a partir da constatação feita por Probst (2003, p. 7), o perfil da mulher moderna inserida no século XXI é significativamente diferente das gerações passadas, uma vez que, hoje, novos caminhos estão sendo abertos para que elas tenham outras alternativas além de ser mãe, esposa e dona de casa: quais sejam, ser financeiramente independente, ocupar um cargo que lhe ofereça reconhecimento, responsabilidades e, principalmente, conquistar um espaço cada vez maior no mercado de trabalho.

Isso demonstra que a luta pelo reconhecimento dos direitos trabalhistas femininos, em face das adversidades apresentadas, ainda não se esgotou, embora tenha obtido diversos sucessos ao longo da história. Percebe-se que uma divisão social do trabalho elaborada desde as comunidades mais primitivas (a qual ocorreu mais por uma convenção social do que de fato por aspectos de capacitação biológica) tem seus reflexos até os dias de hoje em que, diante de séculos de opressão, tanto por parte do sexo oposto como legitimado pelo Estado, as mulheres ainda buscam prestígio e condições de igualdade dentro e fora das condições do trabalho remunerado.

Considerações finais

O trabalho supra preocupou-se em detalhar a regulamentação do trabalho feminino no Brasil, desde os primeiros movimentos reivindicatórios de direitos até a promulgação, em 1988, da Constituição Federal. O grande marco dessa luta foi a Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, durante o Estado Novo de Vargas, o qual regulou diversas situações a que estavam submetidas às trabalhadoras da época, a exemplo da jornada de trabalho, do trabalho noturno e da igualdade salarial

tanto (e ainda) almejada. A pesquisa em questão, buscou indicar um histórico das pautas e das conquistas que perpassam a história do trabalho da mulher no Brasil.

Observou-se que, apesar de tratarem sobre o trabalho remunerado da mulher, as legislações mencionadas no decorrer dessa exposição não perderam de vista a expectativa social que recai sobre os ombros do sexo feminino: para além do ingresso no mercado de trabalho, ainda se espera que a mulher cumpra o papel de mãe e cuidadora, atuando no seio de uma família nos moldes patriarcais.

Aliás, como analisa Pena (1981a, p. 156): “Porque a mulher tem uma vida menos pública que a do homem, aparentemente o Estado intervinha menos em relação a ela; quando o fazia (e ainda o faz) era para resguardá-la”. Isso demonstra que, apesar de não poder desconsiderar as conquistas legais e sociais que asseguram direitos à mulher trabalhadora, o Brasil não conseguiu efetivar o princípio da igualdade entre homens e mulheres na relação de trabalho. Essa desigualdade instaurada por razões sociais, históricas, culturais, contudo, deve ser combatida, de forma que é dever do Estado e da sociedade como um todo, empregados e empregadores, lutar contra essa disparidade e discriminação contra a mulher, ofertando-lhe mais possibilidades, segurança, proteção e efetivação de direitos no ambiente de trabalho.

Lopes (2006, p. 408), ademais, faz questão de reforçar que essa luta pela igualdade não acabou, ainda que com a Constituição de 1988 e o Direito do Trabalho ao regulamentarem os direitos trabalhistas femininos, deixaram de ser tão “protetores” para ser mais “promocionais”, na medida em que, como já exposto, o Direito, sendo uma ciência visionária, não pode deixar de transformar-se conforme a estrutura social, sob risco de tornar-se obsoleto. Através de uma postura inovadora, então, o Estado absteve-se de somente emitir normas que reforçassem determinados estereótipos vinculados ao gênero feminino, isto é, de criar dispositivos legais que somente se preocupassem em tutelar a mulher considerada frágil, maternal, dócil, submissa.

A análise feita a partir das Constituições e das legislações pertinentes, por conseguinte, permitem concluir que, não obstante o papel da mulher, ao longo dos últimos séculos, tenha sido atrelado, intimamente, ao ambiente doméstico familiar, como comprovam as primeiras normas trabalhistas brasileiras, a cada dia novas trabalhadoras vêm conquistando seu espaço e provando ser valiosas no mercado de trabalho, sendo essas mudanças amparadas e legitimadas pelo Direito, pois, ainda que não seja possível generalizar, o manto protetivo advindo das legislações

trabalhistas permitiram que a mulher transcendesse, segundo sua vontade e necessidade, a expectativa social de ser mãe e esposa.

Bibliografia

APPLE, Michael. Ensino e trabalho feminino: uma análise comparativa da história e ideologia. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. n. 64. fev. p. 14-23, 1988, Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1180/1185>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

BLAY, Eva Alterman. Trabalho industrial x trabalho doméstico: a ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. n. 15. p. 8-20, 1975. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6208489>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 24 de fevereiro de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Leis constitucionais, 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a todas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução desses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como neles se contêm. Publique-se e cumpra-se em todo o território nacional, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Constituição Política do Imperio do Brazil**, de 25 de março de 1824. Manda observar a Constituição Política do Imperio, oferecida e jurada por Sua

Magestade o Imperador, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 16.300**, de 31 de dezembro de 1923. Aprova o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, 1923 (Revogado pelo Decreto de 5 de setembro de 1991). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d16300.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 21.417-A**, de 17 de maio de 1932. Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais, 1932 (Revogado expressamente). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.548**, de 31 de agosto de 1940. Faculta a redução do salário mínimo nos casos e nas condições que menciona, e dá outras providências, 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2548-31-agosto-1940-412576-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 1**, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm#art1>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.071**, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, 1916 (Revogado pela Lei nº 10.406, de 2002). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.121**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada, 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4121.htm>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.473**, de 10 de julho de 1968. Regula o provimento de cargos e dá outras providências, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5473.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%205.473%2C%20DE%2010,Art.>. Acesso em: 22 de agosto de 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.855**, de 24 de outubro de 1989. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7855.htm>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

BRITTO, Cezar. ASPECTOS HISTÓRICOS E IDEOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DO DIREITO AO TRABALHO. **Revista TST**, Brasília, vol. 78, nº 1, p. 46-66, jan/mar 2020. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2019/05/CCD23_aspectos.pdf>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e Gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, set/dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

COMIN, Jaqueline Teodoro. O LOCUS FEMININO NO BRASIL A PARTIR DE ANÁLISE DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS: LIMITES, AVANÇOS E RECUOS. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 7, n. 12 (especial), p. 293-310, 2019. Disponível em: <<https://desafioonline.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9179>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos?! A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 327-346, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20768/11147>>. Acesso em 8 de janeiro de 2021.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. **Cadernos pagu** (26), pp. 405 – 430, janeiro-junho de 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30398.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

LUZ, France. **O trabalho da mulher no direito brasileiro**. São Paulo: Ltr, 1984.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulamentação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, p. 667-686, setembro-dezembro 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0667.pdf>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

MARTINS, S. P. Breve histórico a respeito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito**, Universidade de São Paulo, v. 95, p. 167-176, 1 jan. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67461/70071>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

MEIRELES, E. Direito social ao trabalho. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais & Justiça**, v. 4, n. 12, p. 184-202, 30 set. 2010. Disponível em: <http://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/425/347>. Acesso em 8 de janeiro de 2021.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, nº 28, p. 39-56, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5010754>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981a.

PENA, A REVOLUÇÃO DE 30, A FAMÍLIA E O TRABALHO FEMININO. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, nº 37, p. 78-83, maio 1981b. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1601/1590>>. Acesso em 21 de agosto de 2020.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação ICPG. Santa Catarina, 2003. Disponível em: <https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

ROY, Lise. **O modo de ser mulher trabalhadora na reestruturação produtiva**. Campinas, SP: Editora Alínea, 1999.

VENANCIO, Giselle Martins. LUGAR DE MULHER É...NA FÁBRICA; ESTADO E TRABALHO FEMININO NO BRASIL (1910-1934). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, p. 175-200, 2001. Editora da UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2664/2201>>. Acesso em: 21 de agosto de 2020.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, vol.21:especial, São Paulo, p. 207-238, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/delta/v21nspe/29258.pdf>>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Poder, política e religião: atuação sacerdotal na mobilização popular para a construção da independência mexicana (1810-1815)

Power, politics and religion: priestly action in popular mobilization for the construction of Mexican independence (1810-1815)

Gabriella Carvalho Motta¹

Resumo: O primeiro movimento de independência mexicana iniciado pelo Padre Miguel Hidalgo de Costilla e prosseguido por José Maria Morelos provocou a mobilização dos setores populares, como os camponeses, e conseqüentemente a construção de uma nova consciência política, orientada por mediadores culturais, os homens letrados e pautada em questões sociais e libertárias. Nossas principais fontes são cartas, ora pessoais trocadas entre os principais revolucionários, ora direcionadas ao povo insurgente. Tal conjunto de documentos promoveram, aos poucos, a inserção da cultura letrada, a substituição de políticas do Antigo Regime pela constituição do Estado Nação e a assimilação entre a moral e o simbolismo religioso da Virgem de Guadalupe. O presente trabalho tem por objetivo discutir e analisar, na medida do possível, o entrelaçamento entre poder, política e religião no processo de construção da independência mexicana, se restringindo aos anos de 1810 a 1815.

Palavras-chave: Miguel Hidalgo de Costilla, José Maria Morelos, Independência Mexicana, Setores populares.

Abstract: The first Mexican independence movement initiated by Father Miguel Hidalgo de Costilla and continued by José Maria Morelos provoked the mobilization of the popular sectors, like the peasants, and consequently the construction of a new political consciousness guided by cultural mediators, literate men, and, guided by social and libertarian issues. Our main historical sources are letters, where discussions were initiated, sometimes personal, exchanged among the main revolutionaries, sometimes directed to the insurgent people. Such a set of documents promoted gradually the insertion of the literate culture, the replacement of Old Regime policies by the constitution of the Nation State and the assimilation of the moral and religious symbolism of the Virgin of Guadalupe. The present work has as main objective to discuss and analyze, as far as possible, the interweaving between power, politics and religion in the process of building Mexican independence, being restricted to the years 1810 to 1815.

Keywords: Miguel Hidalgo de Costilla, José Maria Morelos, Mexican Independence, Popular sectors.

Introdução

As revoluções hispanoamericanas possuem uma relação intrínseca com a Revolução Francesa do século XVIII. Em conformidade com Guerra², as revoluções e

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Uberlândia, bolsista de Iniciação Científica - Edital nº 04/2020 PIBIC-UFU/CNPq (vigência 2020-2021). Artigo escrito com autorização da Prof.^a Dr.^a Mara Regina do Nascimento. Email: mara-nascimento@ufu.br; mottagabriella91@gmail.com

² GUERRA, François Xavier. *Modernidad e Independencias*. México: Fondo de Cultura, 1993, p. 20.

as independências surgem em contextos de crise política e insatisfação popular. Tanto o caso francês, quanto o espanhol deleitaram a vitória do absolutismo e a disseminação de suas garras pela Europa e o além-mar. A empreitada das navegações, durante a modernidade, serviu não só para expropriar as colônias espalhadas pelas Américas, mas as embarcações também carregaram consigo as ideias iluministas que ganharam novos sentidos e foram apropriadas pelos libertários. Um exemplo deste fenômeno é o caso do primeiro movimento de independência mexicana.

As primeiras manifestações de independência do México foram instigadas por membros da Igreja Católica, primeiramente o padre Hidalgo e, após a sua morte, o pároco Morelos. Entretanto, apesar de estarem insatisfeitos com os demandas da Coroa espanhola, assim como outras colônias, a exemplo do caso chileno, viam a necessidade de se manterem fiéis ao rei Fernando VII como uma forma segura e legítima de exaltação patriótica. Se optarmos por escolher uma visão teológica para analisar o processo de independência, como afirma Guerra³, este fenômeno pode parecer contraditório, mas não é.

Além do mais, ainda como aponta o autor, o problema da nação mexicana não era especificamente o rei, mas sim as autoridades que foram delegadas durante a sua ausência e instalaram o golpe no ano de 1808⁴. Para apreender este processo, é preciso rememorar as dinâmicas de poder e até simbólicas envolvidas em torno da figura soberana desde a Idade Média. O rei, neste período e no processo de transição para a modernidade, era um corpo dual, natural e político que manifestava, na forma física, as vontades de Deus e dos *espíritos sagrados* na Terra.

Como explicar, então, que um movimento organizado, no seu cerne, por membros sacerdotais poderia negar tamanha legitimidade política, diante de todo respeito religioso carregado por esta instituição monárquica? Manter sua figura de guardião da nação e dos revolucionários era uma questão de estratégia. Nos parece que, no início do movimento, não era o momento, ainda, de romper com toda a dinâmica política e social do Antigo Regime a que o povo estava submetido e familiarizado. No entanto, a religião e a razão, imbricadas neste sistema político, serão, paradoxalmente, as norteadoras da luta armada.

³ Idem. p. 126.

⁴ Idem. p. 127.

O período da mobilização popular coincidiu com um contexto conturbado, político e economicamente, na Espanha dos Borbouns. A partir da segunda metade do século XVIII, a nação espanhola aflorou os sentimentos de modernização e, em conjunto com os interesses reformistas do governo, o clero e a nobreza viram também a oportunidade de maximizarem os custos. Apesar do entusiasmo, a pressão externa da Revolução Francesa e as escolhas políticas de Carlos V influenciaram para que as ideias reformistas não vigorassem e a Espanha permanecesse ancorada sobre a economia agrária, escoada através do comércio marítimo⁵.

O fracasso da modernização espanhola refletiu tanto internamente, quanto nas colônias americanas. A população da Nova Espanha estava em condições totalmente miseráveis, passando fome e desemprego. Os tiranos exploravam constantemente o seu trabalho, principalmente na extração de ouro e prata, e, além disso, cobravam impostos e pensões exorbitantes sem nenhum retorno plausível ao seu povo. Assim, diante deste cenário deplorável, os trabalhadores rurais e urbanos se dispuseram às lutas armadas, não apenas pela capacidade didática de instrução exercida pelos sacerdotes, mas tinham também suas próprias visões políticas, sem deixarem de lado os interesses econômicos e sociais.

A liberdade política almejada significava muito mais do que se libertar das garras dos “gachupines”⁶. Era um clamor para atender às necessidades temporárias e a proteção de seus bens das mãos vorazes do colonizador espanhol. Assim, a simpatia popular e revolucionária tinha um cunho primordialmente econômico. Conscientes disto, os sacerdotes souberam aflorar ainda mais as inquietações, até então adormecidas, e instigar a religiosidade para promover sentimentos de conforto e proteção diante da causa a ser empreendida.

Na virada de 1812, o movimento já havia conquistado, preliminarmente, suas bases e seus ideais. Morelos poderia engatar na defesa não mais da Nova Espanha e nem do rei, mas de uma América livre e soberana, contra os hereges e os impolíticos. Assim sendo, a revolução passa por uma reviravolta em suas concepções e a respeito dos seus mártires. Para garantir a felicidade do povo mexicano foi necessário dar o passo para começar a causa santa, invocando então a proteção das luzes proporcionadas pela razão, mas sem utilizar do barulho produzido pelos

⁵ LYNCH, John. As origens das independências da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Vol. III. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, pp. 19-22.

⁶ Termo perjorativo utilizado para fazer referência aos indivíduos pertencentes a Espanha peninsular.

franceses. A figura da Virgem de Guadalupe também foi clamada na luta pela América desejada por uma parte da comunidade mexicana: livre da devastação e da perseguição dos tiranos.

O fim trágico dos mobilizadores sacerdotais foi inevitável. De padres a hereges, foram considerados como traidores da santa Igreja e do rei. Hidalgo condenado à excomunhão pelo chefe espiritual do governo, Conde de Sierragorda, mesmo diante da morte eminente, deixou claro que a ideia libertadora não morreria com ele. Ainda que a autoridade da Igreja estivesse buscando testemunhas e investindo em estratégias de censura, o movimento já havia tomado proporções que reafirmavam a ausência de força por parte dos opressores. Sobre a sentença de morte de Morelos, proferida pelo Dom Félix Maria Calleja, soou mais como uma estratégia, estabelecida entre a Corte e a Igreja, para tentar conter o escândalo e manter a ordem da justiça.

Assim, as intenções deste artigo se delimitam à localização temporal proporcionada pelos novos espaços públicos, principalmente as cartas, no início do movimento da independência mexicana, em 1810, até a morte do pároco Morelos, no ano de 1815. Pretendemos identificar em que medida a população trabalhadora via na insurgência uma possibilidade de melhora política e social. Além do mais, empreenderemos uma análise das cartas trocadas entre Hidalgo e Morelos e as direcionadas aos revolucionários. Nos deteremos no que elas podem revelar sobre os principais movimentos, sentimentos e tensões, ao mesmo tempo em que, entrelaçam os setores populares nas dinâmicas de poder, política, religião.

Poder, política e religião: entrelaçamentos no estudo de caso

Ao conceber a distinção entre palavra e conceito, Koselleck⁷ afirma que nem toda palavra irá se tornar um conceito relevante do ponto de vista da história dos conceitos. Os conceitos exigem uma formulação teórica e associações de um sentido comum para a provocação do entendimento reflexivo. Assim, ainda que as palavras se tornem conceitos através de uma determinação aleatória, a História dos Conceitos é uma problemática que pode ser elucidada através das fontes, como alerta o autor na seguinte passagem,

⁷ KOSELLECK, R. *Uma história dos conceitos: problemas práticos e teóricos*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, v. 5, nº 10, 1992, p. 134-146.

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes.⁸

Seguindo as orientações do autor, refletimos sobre os três conceitos específicos sugeridos pelas fontes, quais sejam, as cartas escritas ora por Hidalgo, ora por Morelos, e que possibilitam a teorização de acordo com o estudo de caso a ser apreendido, a construção da independência mexicana. Para nós, os três conceitos norteadores são: Poder, Política e Religião. Assim, serão destinados espaços individuais para cada conceito e, a partir disso, as referências bibliográficas, em especial, os verbetes selecionados, juntamente com trechos específicos das cartas, irão contribuir para um melhor processo de teorização daqueles.

Iniciando por Poder, Diderot e d'Alembert⁹ o concebem como o que só pode ser subsidiado pelo uso da própria força, desde que, os homens unidos em sociedade o estejam consentindo. Então, mesmo no Regime Absolutista - representado em corpo físico pelos soberanos - nas palavras dos autores, "jamais lhes será permitido violar as leis, oprimir os povos, pisotear a razão e a equidade." O que Morelos proclamava sobre a lógica da Revolução, no entanto, era que os compatriotas estavam sendo *devorados pela tirania* (tradução nossa),

Señor Dios que nos miras desde la alta Sion: compadécete de las miserias que tanto tiempo nos han submergido en la más terrible calamidad, sin dejarnos otro consuelo que desde la Babilonia volver los ojos llenos de agua, y mirar nuestros países devorados por la tiranía.¹⁰

O Poder exercido, até então, pelo Antigo Regime não estava mais sendo concebido pela população mexicana, uma vez que estava mergulhada na mais terrível calamidade da miséria e do desemprego. Além do mais, a Corte espanhola operava oprimindo os povos e pisoteando a razão. Com isso, é possível perceber que o Poder

⁸ Idem, p. 136.

⁹ D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis. Poder (Verbete). In: *Enciclopédia* - Volume 4, Maria das Graças de Souza; Pedro Paulo Pimenta (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2015, págs. 250-252.

¹⁰ "Presunta proclama de José María Morelos en la que, citando textos bíblicos, trata de fundamentar la razón de ser de la revolución. ". Apróx. diciembre 1811. In: VILLICAÑA, Ernesto Lemoine. *Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época*. Universidad Nacional Autónoma de México.:México, 1965, p. 185-186.

exercido pela forma Política do Antigo Regime¹¹ estava ultrapassando os limites das leis fundamentais do Estado.

Ainda assim, ao iniciar a independência do México, Hidalgo deixa claro que nem o rei, nem os impostos existem mais para a comunidade mexicana. O Antigo Regime operado, até então, é um martelo vergonhoso, suportado desde três séculos atrás como sinal de tirania e servidão. Afirma também ser uma macha terrível que saberiam como lavar com seus esforços. Além disso, chama a atenção das comunidades trabalhadoras que “retirar o martelo que as serve é uma causa santa e necessária à felicidade de todos e de todas” (tradução nossa),

Llegó el momento de nuestra emancipación; ha sonado la hora de nuestra libertad; y si conocéis su gran valor, me ayudaréis a defenderla de la garra ambiciosa de los tiranos. Pocas horas me faltan para que me veáis marchar a la cabeza de los hombres que se precian de ser libres. Os invito a cumplir con este deber. De suerte que sin Patria ni libertad estaremos siempre a mucha distancia de la verdadera felicidad. Preciso ha sido dar el paso que ya sabéis, y comenzar por algo ha sido necesario. La causa es santa y Dios la protegerá.¹²

Ao clamar o nome de Deus do Alto Sião, Hidalgo apela para uma questão sensível, a Religião. Silva define esta “como um conjunto de crenças, preceitos e valores que compõem artigo de fé de determinado grupo em um contexto histórico e cultural específico, lembrando que a religião é sempre coletiva”.¹³ A religião é uma prática sempre coletiva e é justamente por isso que Hidalgo, como membro sacerdotal, clama a proteção divina e da Virgem de Guadalupe. É preciso que quem pretenda empreender neste processo de independência se sinta resguardado e protegido celestialmente. É justamente o despertar do convencimento através da comoção.

Além do mais, Hidalgo ressalta que, mesmo onde encontraram resistência, não empreenderam os rigores de guerra, tanto que não houve depredação,

los templos han sido venerados, las vírgenes respetadas, los gobiernos reformados, no causando más novedad que la extracción de los europeos. A estos sí que los podíamos acusar de impíos e irreligiosos.¹⁴

¹¹ Segundo Rotelli (1998), o Antigo Regime consiste em um certo modo de ser do Estado que caracterizou a França por determinado período de tempo. Além do mais, não está estritamente ligado ao caráter monárquico de Governo, e também a ideia de nação é distinta e separada do Monarca.

¹² “Discurso de Miguel Hidalgo al Pueblo de Dolores para dar inicio a la independencia de México.” Madrugada de 16 de Setembro de 1810. In: Museo Casa de Hidalgo. Dolores, Guanajuato.

¹³ SILVA, Kalina Vanderlei. Religião (Verbete). In: *Dicionário de conceitos históricos* / SILVA, Kalina Vanderlei, SILVA, Maciel Henrique, 2.ed., 2ª reimpressão., São Paulo: Contexto, 2009.

¹⁴ “Primera proclama formal de Miguel Hidalgo en la que se vierte algunos de sus postulados ideológico-políticos formulados en el memorable Grito de Independencia.” Octubre de 1810. In: *Enciclopedia Parlamentaria de México*,

A estratégia de manter o simbolismo religioso articulado à causa política e libertária promove à comunidade mexicana a sensação de confiança e proteção. Esta Aliança,¹⁵ formada entre Religião e Política, geralmente conflui para os mesmos interesses entre o Estado Absolutista e a Igreja Católica. No entanto, o cenário do México no século XIX não era este. Ainda que setores conservadores da Igreja permanecessem fiéis à Corte, parte do eclesiástico formou alianças, embora não formalizadas, com os setores sociais visando a proteção da então nação mexicana e a conquista da liberdade das mãos dos tiranos.

O estudo de caso empreendido aqui, ou seja, a construção da Independência Mexicana (1810-1815), mobiliza o entrelaçamento dos três conceitos elucidados acima, a partir do momento em que é conduzida por membros sacerdotais. Hidalgo e Morelos viram na Religião uma estratégia de apelo e de convencimento da participação popular. É necessário retirar o martelo vergonhoso – referência ao Antigo Regime e o exercício de poder - manchado por tirania e miséria, para conquistarem a felicidade temporal e espiritual, entendida como sinônimo de liberdade.

Mobilização e comoção popular: participação e articulação sacerdotal

*¿habéis hasta ahora disfrutado por una sola vez los placeres del campo sin la zozobra de esperar al que viene a cobraros las rentas de las tierras que trabajáis?*¹⁶

A população indígena e camponesa do México, durante séculos, fora expropriada em todos os campos, desde o social até o cultural, pelos tiranos da Espanha. Ainda assim, o rei era considerado uma figura de respeito e obediência. No entanto, as coisas começaram a mudar a partir do momento em que ideias libertárias passaram a circular em meados do ano de 1810. Hidalgo deixou claro no discurso

del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición, 1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo I. p. 69.

¹⁵ “Uma Aliança se caracteriza, pelo contrário, pelo compromisso, em questões políticas ou militares, que diferentes Estados assumem para a proteção e a obtenção de seus interesses; o compromisso formaliza-se pela assinatura de um acordo ou tratado e pode-se até instituir uma organização temporária para a realização dos compromissos assumidos”. Ver em: BOBBIO, Noberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. “Aliança” (Verbete). In: *Dicionário de Política*, trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998, p. 17.

¹⁶ “Primera proclama formal de Miguel Hidalgo en la que se vierte algunos de sus postulados ideológico-políticos formulados en el memorable Grito de Independencia.” Octubre de 1810. In: *Enciclopedia Parlamentaria de México*, del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición, 1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo I. p. 69.

proferido ao povo de Dolores¹⁷ que, para as comunidades populares, não existiria mais o rei, porque esta figura se tornou sinônimo de uma mancha terrível que aquelas saberiam lavar. Para realizar esta limpeza era necessária a articulação entre os setores sociais, e o financiamento do empreendimento de Independência. Dito e feito, através de um discurso heterogêneo e de hábil arguição, o sacerdote conseguiu apoio moral e econômico de profissionais liberais ilustrados.

Como relata Olivato,¹⁸ camponeses e trabalhadores das minas também se apresentaram para serem instrumentos engajados na luta armada. Ainda segundo a autora, os humores começaram a se exaltar anos antes da empreitada libertária. Em meados de 1808, o desaparecimento do rei espanhol, Fernando VII, um dos defensores da independência das américas, não soou de maneira confortável para a colônia. A discussão instaurada a partir de então foi dividida em dois eixos: entre aqueles que apoiavam a permanência da Corte na Nova Espanha e os que eram contra e defendiam a soberania popular.

Nesta instabilidade política, somada a uma comoção promovida pelo uso de artefatos religiosos e do clamor à proteção da Virgem de Guadalupe, o setor popular se viu estimulado a defender também seu próprio ideal político, aliado às conspirações articuladas na Nova Espanha. Além disso, a década da mobilização foi marcada por secas e desemprego. Consciente disto, Hidalgo soube muito bem articular os dois eixos de contestação: a economia e a educação, tanto que em sua primeira proclamação traz claras passagens que aguçam os instintos libertários.

O “Padre revolucionário”, como intitula Prado,¹⁹ Miguel Hidalgo y Costilla não representava a figura de um padre tradicionalmente católico, subjugado a todas as égides da Igreja Católica. Vigiado pela Inquisição, foi acusado de partilhar das ideias francesas, libertárias e revolucionárias, e de querer instalá-las nas terras da América. Quanto à vida pessoal, houve denúncias também que o acusaram de ter mantido relações íntimas com mulheres, inclusive de ter tido duas filhas ilegítimas. Além disso, se dedicava também a atividades laborais, como a fabricação de cerâmica e tijolos.

¹⁷ “Discurso de Miguel Hidalgo al Pueblo de Dolores para dar início a la independencia de México”. Madrugada de 16 de Setembro de 1810. In: *Museo Casa de Hidalgo*. Dolores, Guanajuato.

¹⁸ OLIVATO, Laís. *As dinâmicas simbólicas na construção do movimento de independência mexicana*. Espaço Plural. Ano XII. Nº 24. 1º Semestre 2011. ISSN 1518-4196.

¹⁹ PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*. Tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 2004, pp. 64-65.

Estas diversas facetas do pároco, ainda segundo a autora, demonstravam a próxima ligação entre o líder religioso e a defesa dos camponeses mais pobres.

Essa sensibilidade à causa dos setores sociais ficou ainda mais clara quando se iniciaram os primeiros movimentos conspiratórios em favor da independência. O mural desenhado por Gorman, pintor e arquiteto mexicano, representa as primeiras movimentações pró-independência. Ainda que o movimento não contasse com um arsenal grandioso e nem com um exército preparado, Hidalgo foi um dos principais percussores da construção do movimento de independência mexicana. É interessante notar que, além da figura de articulador sacerdotal, houve outras edificações da imagem de líder de guerra, similar a um pastor de rebanhos, e trajava às vestes paroquiais rumo à liberdade (Figura 1), como revela Gorman.

Figura 1 - O Grito de Dolores



Fonte: Mural retratando o “Grito de Dolores”, por Juan O'Gorman, século XX. In: *World Scholar: Latin America & the Caribbean*, 2010. Disponível em: <http://tinyurl.gale.com/tinyurl/Ba37m9>. Acesso em: 30 de ago. de 2020.

O mural mostra Hidalgo à frente do exército, com a participação de diversos setores sociais, desde camponeses até parte da elite intelectual mexicana. Portando armas simples, como lanças, espadas e tochas, levam também consigo estandartes, dentre os quais com a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe. Ao fundo da tela é possível observar a longa caminhada percorrida entre os vilarejos e os adeptos

conquistados com ela. Com uma riqueza de detalhes e tons, o pintor conseguiu representar um dos momentos mais importantes do processo de independência: o Grito de Dolores.

Em setembro de 1810, o intitulado “Grito de Dolores” foi convocado por Hidalgo, momento em que proferiu um sermão político sob o clamor do povo e entrelaçado aos sons emitidos pelos sinos da igreja. A articulação sacerdotal se deu pelo uso e o poder das palavras e também pela inquietude de camponeses e artesões pobres. O exército formado, principalmente, pelos setores populares, segundo Prado, caminhava sem nenhum treinamento prévio, ou armamento de alta qualidade, e por onde chegava conquistava ainda mais adeptos.

O pároco Hidalgo proporcionou também a indagação sobre a exploração dos mineradores e dos camponeses.

esas masas enormes de plata y oro de que a costa de mil afanes y con peligro de vuestras vidas preciosas, estáis sacando hace tres siglos para saciar la codicia de vuestros opresores, y esto sin poderlo conseguir. [...] ¿habéis hasta ahora disfrutado por una sola vez los placeres del campo sin la zozobra de esperar al que viene a cobraros las rentas de las tierras que trabajáis?²⁰

Ao questionar em que momento estes trabalhadores e estas trabalhadoras estão “desfrutando dos prazeres dos campos e das minas” (tradução nossa), o sacerdote habilidosamente valoriza o “mel produzidos pelas abelhas no paladar”, ou seja, explicando a metáfora, exalta a riqueza dos trabalhos realizados pelas camadas populares e que serviram até o momento para suprir a ganância dos tiranos. Levanta também a questão sobre a educação ao proclamar a necessidade de cultivarem os seus talentos, com o objetivo de serem úteis para si e para os próximos.

Ainda que o sacerdote tenha sido morto de maneira brutal pela Santa Inquisição,²¹ Morelos, pároco responsável por assumir a continuidade do movimento, reafirmou o legado disseminado por Hidalgo, justificando o objetivo de toda a mobilização empreendida: a independência da Nova Espanha. A partir disso e aliados à luta popular, os libertários e as libertárias instauram um novo mecanismo: um projeto de sociedade mexicana independente que busca também a felicidade e a salvação do

²⁰ Primera proclama formal de Miguel Hidalgo en la que se vierte algunos de sus postulados ideológico-políticos formulados en el memorable Grito de Independencia. Octubre de 1810. In: *Enciclopedia Parlamentaria de México*, del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición, 1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo I. p. 69.

²¹ Ver em BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália, séculos XV a XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

povo. Além da busca pelas sensibilidades populares, o empreendimento de independência mexicana contou, no campo simbólico, com o dualismo agregado aos membros religiosos que foram divididos entre as figuras de heróis nacionais *versus* os “demônios que enganaram o povo crente”.²²

Uma das fontes escritas traz à tona revelações de Luis Calderón, membro defensor dos conservadores, sobre o movimento revolucionário liderado por Morelos. A carta escrita em 24 de novembro de 1815 fornece vestígios de que o movimento estava incomodando, uma vez que encorpou proporções relativamente grandes demais, em decorrência do recurso bélico recebido pelos rebeldes (termo utilizado por Calderón) e das (possíveis) alianças a serem formadas com outros poderes. Assim, Morelos, o “presbítero prisioneiro” (tradução nossa), fora sentenciado no dia 21 de dezembro de 1815 à morte como traidor do rei.²³

Enquanto a Igreja Católica, durante as mobilizações de independência, apoiou os conservadores, excomungou e sentenciou à morte os líderes religiosos e difundiu duras críticas sobre estes, em contrapartida, as camadas populares, em sua maioria católica e em condições econômicas precárias, os elegeram ao patamar de heróis nacionais²⁴ que empreenderam uma causa santa e protegida pela Virgem de Guadalupe. Com isso, é possível perceber que dentro desta mesma instituição há aqueles vinculados aos interesses governamentais, geralmente o alto clero, e aqueles que se aliam com as comunidades em busca de conquistar os direitos, como é o caso dos párocos locais.

Viva a causa santíssima: censura, heresia e excomunhão

*Todos mis delitos traen su origen del deseo de vuestra felicidad; si éste no me hubiese hecho tomar las armas, yo disfrutaría una vida dulce, suave, y tranquila, yo pasaría por verdadero católico, como lo soy, y me lisonjeo de serlo, jamás habría habido quien se atreviese a denigrarme con la infame nota de la herejía.*²⁵

²² PRADO, Maria Lígia Coelho. *América Latina no século XIX*. Tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 2004, p. 31.

²³ “Sentencia de muerte dictada contra José María Morelos por Félix María Calleja”. México, 20 de diciembre de 1815. In: *Documentos Históricos Constitucionales de las Fuerzas Armadas Mexicanas*. Senado de la República. México, Primera edición, 1965. Cuatro Tomos. Tomo I. p. 95.

²⁴ Ver em CRAVEIRO, Jaqueline Aparecida Araújo. A construção em torno da figura de padre Miguel Hidalgo y Costilla, a partir das produções cinematográficas, *heroes verdaderos* (2010) e *Hidalgo: La historia jamás contada* (2010). In: *Seminário de Pesquisa e Ciências Humanas*, 12, 2018, Londrina: Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <https://sepechuel2018.files.wordpress.com/2019/01/pdf38.pdf>. Acesso em: 06/01/2020.

²⁵ “Manifiesto del señor Hidalgo, contra el edicto del Tribunal de la Fe”. Valladolid, 15 de diciembre de 1810. In: J. E. Hernández y Dávalos. *Historia de la Guerra de Independencia de México*. Seis tomos. Primera edición 1877,

O trecho acima foi retirado do manifesto proferido por Hidalgo após a notificação do decreto emitido pela Corte da Fé. Neste documento, o padre aproveita a oportunidade para justificar o objetivo dos seus atos: o “desejo da felicidade de seus amados concidadãos” (tradução nossa). Ainda se defende das acusações emitidas pelos opressores que o condenaram à excomunhão e também como herege da santa Igreja. Para entender a dimensão dos atos condenatórios e de suas intenções é necessário compreender seus significados e suas consequências. Afinal, toda pessoa condenada à heresia, necessariamente, seria também excomungada da Igreja Católica?

Para podermos refletir sobre os conceitos de Heresia e Excomunhão, recorreremos a análise empreendida por Araújo.²⁶ A autora concebe a Excomunhão como uma pena espiritual dada aos que desrespeitam o Direito e o juiz, entretanto, adverte que para ser considerada como um ato herético, o condenado deve se manter inerte ou passar um ano inteiro sob esta pena. Além disso, há outras punições graves aplicadas a quem é excomungado, dentre elas, a expulsão do seio da sociedade cristã. Sua gravidade pode ser justificada, pois, como é considerada uma condenação à alma humana, não procurar recursos para se libertar dela seria um grande escândalo que poderia corromper até a alma de outros cristãos.

Independente da condenação, o destino tanto do herege, quanto do excomungado é trágico. Ao ser condenado, o seu fim é a prisão perpétua, ou a morte, como pontua trecho retirado do *Directorium*,

O herege abjura seus erros e aceita expiá-los de acordo com a decisão do bispo e do inquisidor; ou não abjura. Se não abjura, é entregue à prisão perpétua, e esta será a sua expiação. Se não abjura, é entregue como impenitente ao braço do secular para ser condenado. A mesma coisa para quem foi excomungado há um ano, independente (*sic*) do motivo que o levou a excomunhão: se se retrata, fica livre da excomunhão e é condenado a prisão perpétua; em caso de não se retratar é entregue para ser castigado até a morte como herege (Parte I, B, 20).²⁷

José M. Sandoval, impresor. Edición facsimilar 1985. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. Comisión Nacional para las Celebraciones del 175 Aniversario de la Independencia Nacional y 75 Aniversario de la Revolución Mexicana. Edición 2007. Universidad Nacional Autónoma de México.

²⁶ ARAÚJO, Michele de. “Capítulo 2: Heresia e excomunhão”. In: *Heresia, poder político e lógicas corporativas na Península Ibérica (séc. XII-XV)*. Dissertação (Monografia). Brasília, DF: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História da Universidade de Brasília, 2011, pp. 18-28.

²⁷ EYMERICH, 1993, p. 67 apud ARAÚJO, Michele de. “Capítulo 2: Heresia e excomunhão”. In: *Heresia, poder político e lógicas corporativas na Península Ibérica (séc. XII-XV)*. Dissertação (Monografia). Brasília, DF: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História da Universidade de Brasília, 2011, p. 21.

Abjurar consiste no ato de negar, ou ainda, renunciar das acusações para não sofrer, neste caso, as punições. A situação pode se complicar ainda mais, uma vez que a classificação do excomungado como herege é de responsabilidade dos prelados da Igreja Católica e, no caso dos párocos Hidalgo e Morelos, eles não hesitaram em aplicar tal condenação. Apesar das penas dos hereges serem as mesmas que as dos excomungados, como alerta Araújo,²⁸ estes poderiam, ao menos, apelar às execuções dos tribunais civis e, por isso, não poderiam nem ser presos, nem terem seus bens materiais retidos.

Nesse sentido, ao ser condenado à excomunhão e como herege da santa Igreja Católica, o Padre Hidalgo ao ser acusado também de negar a existência do inferno e também a autenticidade dos livros sagrados,²⁹ tenta justificar esta inversão de valores adotada pelos inimigos. Seriam eles os homens desnaturados que usam da religião sagrada para alcançar seus objetivos políticos e manter os concidadãos americanos sob suas mãos opressivas. Além disso, afirma a ineficácia da excomunhão, tanto que a própria instituição nega seus princípios, se assim não fosse, nem condenado à prisão perpétua os párocos teriam sido.

Ao utilizarem de todos estes meios ilícitos, os espanhóis europeus, como o colonizador era chamado pelo pároco Hidalgo, estariam tentando manter o insustentável despotismo nas Américas. Entretanto, sabiam muito bem que as movimentações revolucionárias estavam tomando proporções incontroláveis e, conseqüentemente, a comunidade mexicana estava disposta a pegar em armas em prol da doce voz da liberdade.

Ainda no mesmo manifesto, o Padre Hidalgo permanece convicto de seus ideais e reafirma a importância da união da comunidade mexicana para manter viva a religião sagrada.

Establezcamos un congreso que se componga de representantes de todas las ciudades, villas y lugares de este reino, que teniendo por objeto principal mantener nuestra santa religión, dicte leyes suaves, benéficas y acomodadas a las circunstancias de cada pueblo; ellos entonces gobernarán con la dulzura de padres, nos tratarán como a sus hermanos, desterrarán la pobreza,

²⁸ ARAÚJO, 2011, loc. cit.

²⁹ "Manifiesto del señor Hidalgo, contra el edicto del Tribunal de la Fe". Valladolid, 15 de diciembre de 1810. In: J. E. Hernández y Dávalos. *Historia de la Guerra de Independencia de México*. Seis tomos. Primera edición 1877, José M. Sandoval, impresor. Edición facsimilar 1985. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. Comisión Nacional para las Celebraciones del 175 Aniversario de la Independencia Nacional y 75 Aniversario de la Revolución Mexicana. Edición 2007. Universidad Nacional Autónoma de México (tradução nossa).

moderando la devastación del reino, y la extracción de su dinero, fomentarán las artes, se avivará la industria, haremos uso libre de las riquísimas producciones de nuestros feraces países, y a la vuelta de pocos años disfrutarán sus habitantes de todas las delicias que el soberano autor de la naturaleza ha derramado sobre este vasto continente.³⁰

Ao propor a criação de um “congresso composto por representantes de todas as cidades” (tradução nossa), o pároco recorre à tentativa de promover propostas para banir a condição miserável na qual os setores populares se encontravam. Projetar a movimentação da indústria e a promoção das artes era um meio de instigar as possibilidades de usufruto que a população mexicana estava sendo cerceada, para poder atender à ganância insaciável dos opressores.

Mesmo aplicando a pena de excomunhão, o Conde de Sierragorda tinha a consciência de que os efeitos poderiam ser revertidos negativamente para o empreendimento da Corte. Tanto que se manifesta favorável ao uso da força e, ainda assim, muito sangue poderia ser derramado ao “tentar consertar os sinais do povo rude” (tradução nossa).

Temiendo que éste creciera con el hecho escandaloso para el público, de que se levantara la excomunión por la fuerza, y temiéndose por otra parte que si no se levantaba hubiera derramándose mucha sangre y originado otros gravísimos males entre el pueblo, dividido ya en partidos, casos en que asienta el Ilmo. Ligorio con otros que cita, puede levantarse la excomunión, aun permaneciendo los delinquentes en su contumacia, juzgué, a consulta de teólogos y juristas que oí en junta celebrada al efecto, que en dichas circunstancias era conveniente y aun necesario fijar rotulones, levantando la excomunión, con lo que en efecto se sosegó la inquietud del pueblo rudo y no se despreció escandalosamente la censura, ni se siguieron los otros daños mayores que en tal concepto fueron de temerse, los que traté de impedir por este medio, y mucho más, creyendo que con la llegada de nuestras tropas no tomaría incremento la insurrección, evitando entretanto los referidos males.³¹

A partir deste trecho, é possível confirmar algum dos levantamentos feitos anteriormente pelo Padre Hidalgo. A Corte estava interessada em acalmar os ânimos dos setores populares, pejorativamente chamados de “povo rude” pelo governador do bispado. Mesmo que tranquilizando temporariamente as inquietações do povo, não

³⁰ “Satisfacción que Mariano Escandón da al pueblo cristiano, como Gobernador de este Obispado, sobre el hecho de haber mandado fijar rotulones, en los que levantaba la excomunión puesta al Cura Hidalgo. ”. Valladolid, 29 de diciembre de 1810. In: “El Clero de México y la Guerra de Independencia”, en Genaro García. *Documentos Inéditos o muy raros para la historia de México*. Biblioteca Porrúa No. 60. Editorial Porrúa. México, 2004, pp. 395-397.

³¹ “Satisfacción que Mariano Escandón da al pueblo cristiano, como Gobernador de este Obispado, sobre el hecho de haber mandado fijar rotulones, en los que levantaba la excomunión puesta al Cura Hidalgo.”Valladolid, 29 de diciembre de 1810. In: “El Clero de México y la Guerra de Independencia”, en Genaro García. *Documentos Inéditos o muy raros para la historia de México*. Biblioteca Porrúa No. 60. Editorial Porrúa. México, 2004, pp. 395-397.

desprezaria o uso de outras estratégias mais intensas além da excomunhão, como a censura.

Para estar tão convicto da eficácia de suas ações, o Conde de Sierragorda contou com os braços do rei, apoio este justificado como uma possível solução para as aflições testemunhadas desde o levante revolucionário. Por isso, não seriam poupados esforços contra todos aqueles que se envolvessem ou estivessem ligados ao movimento. Como uma das estratégias, a seguinte notícia deveria chegar aos ouvidos de todos,

mando se lea en esta santa iglesia catedral y demás conventos de religiosos y religiosas de esta ciudad, fijándose en sus puertas, mandando igualmente testimonio por cordillera, que se remita a los curas de este Obispado para que se publique.³²

Como já afirmamos mais acima, ao definir Poder, Diderot e d' Alembert, afirmam que “o poder que se estabelece pela força e só pode subsistir pela força”.³³ A força, neste caso, pode se expressar de diversas formas, seja pelo uso da espada, ou ainda, pelo controle das informações que circulam entre a população controlada. O caso mexicano se enquadra nesta segunda definição, uma vez que o poder do soberano desejava ter conhecimento do que era produzido por homens e mulheres das igrejas e catedrais de Valladolid e região. Além de uma forma de censura, consistia também na tentativa de conter os avanços dos ideais libertadores difundidos por Hidalgo e seus compatriotas.

A reação da Igreja conservadora não foi diferente com Morelos. Ao assumir a liderança do movimento de construção da Independência Mexicana em 1812, o pároco ressalta a importância dos doces nomes: religião e pátria. Ao justificar a lógica da revolução, o pároco afirma que era necessário encerrar o projeto arquitetado pelos tiranos usando dos instrumentos da fé e do santo nome,³⁴ só assim seria possível derrotar a calamidade e a miséria instaurada. Ao decorrer do movimento,³⁵ defende a

³² Idem, p. 396.

³³ D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis. Poder (Verbetes). In: *Enciclopédia* - Volume 4, Maria das Graças de Souza; Pedro Paulo Pimenta (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2015, p. 250.

³⁴ “Presunta proclama de José María Morelos en la que, citando textos bíblicos, trata de fundamentar la razón de ser de la revolución”. Apróx. diciembre 1811. In: *Ernesto Lemoine Villicaña. Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época*. Universidad Nacional Autónoma de México. Primera edición. México, 1965. p. 185-186.

³⁵ “Revolucionaria proclama expedida por José María Morelos en la que justifica ante el pueblo mexicano la necesidad de alcanzar la independencia política”. Cuautla, 8 de febrero de 1812. In: *Ernesto Lemoine Villicaña. Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época*. Universidad Nacional Autónoma de México. Primera edición. México, 1965, pp. 190-193.

afirmação de quem são os verdadeiros hereges: os “gachupines”, parte da nobreza espanhola que empobreceu e migrou para as Américas, defensores da oligarquia e do egoísmo, são eles quem idolatram os homens, metais preciosos e as coisas terrenas.

Para Dom Félix Maria Calleja, no entanto, a situação era diferente. Utilizando dos amplos poderes que a majestade o concebeu, Dom Calleja não hesitou em condenar o pároco Morelos como traidor do rei e ordenou imediatamente, em 20 de dezembro de 1815, a execução do prisioneiro.

mando que dicho reo sea ejecutado fuera de garitas en el paraje y hora que señalaré, y que inmediatamente se dé sepultura eclesiástica a su cadáver sin sufrir mutilación alguna en sus miembros, ni ponerlos a la espectación pública; para todo lo cual tomará las providencias oportunas el señor coronel Don Manuel de la Concha a quien cometo la ejecución de esta sentencia que se notificará al reo en la forma de estilo.³⁶

A execução do pároco, sem colocá-lo à vista do público, possui intenções, dentre o artifício do exemplo, uma vez que, quem optasse por seguir o movimento libertário teria a mesma experiência de um fim trágico e cruel realizado pelas próprias mãos da Igreja e também a tentativa de manter a ordem da justiça. Além de evitar também o escândalo de transformar os párocos em verdadeiros mártires da nação.

A censura e as condenações à morte representam mais um episódio da história da Igreja Católica de alinhamento às ideias conservadoras e punitivas. Apesar do movimento ter tido suas primeiras movimentações no seio sacerdotal, é interessante notar que tanto o pároco Hidalgo, quanto Morelos não hesitaram em se sensibilizar às condições miseráveis e exploratórias nas quais a comunidade mexicana estava vivendo. Preferiram a morte do que sucumbir ao sistema colonial e aos desmandos da corte espanhola e marcharam nos limites em vida, em defesa da liberdade política, social e econômica do México.

Considerações finais

A partir da análise empreendida neste artigo, tanto sobre os conceitos no estudo de caso, quanto sobre a relevância da sensibilização das camadas populares na construção do processo de independência do México, é possível perceber que

³⁶ “Sentencia de muerte dictada contra José María Morelos por Félix María Calleja”. México, 20 de diciembre de 1815. In: *Documentos Históricos Constitucionales de las Fuerzas Armadas Mexicanas*. Senado de la República. México, Primera edición, 1965. Cuatro Tomos, Tomo I, p. 95.

estas não são tábulas rasas das situações, sejam econômicas, sociais ou políticas, que as cercam. Muito pelo contrário, estavam conscientes das misérias e das dificuldades em que se encontravam, no entanto, necessitavam da promoção de uma inquietação sobre estas explorações pelas quais passavam e, conseqüentemente, da articulação para que a mudança ou a melhora efetivamente ocorressem. Encontraram, então, nos membros religiosos, a comoção indispensável para o enfrentamento do sistema político até então vigente, ou seja, a subjugação ao Antigo Regime espanhol.

Além disso, o movimento se torna ainda mais interessante justamente por deixar clara esta articulação entre as sensibilidades e a lógica da razão. Não se pode negar que Hidalgo e Morelos souberam lidar habilidosamente com estes artífices que parecem, à primeira vista, inconciliáveis. A evocação de artefatos, símbolos religiosos e da Virgem de Guadalupe proporcionaram aos setores populares o engajamento no movimento por meio dos sentimentos dos mais diversos, como a confiança na proteção divina, elemento fundamental, além dos já citados, para provocar o incômodo nas instituições dominantes, como o Antigo Regime e a Igreja Católica. A união das grandes massas foi essencial para a pátria mexicana marchar em direção à emancipação e à liberdade.

Fonte

“Causa de Morelos. Importantes revelaciones acerca del movimiento insurgente, declaradas por el capellán del caudillo, presbítero José María Morales”. México, noviembre 24 de 1815. In: **Ernesto Lemoine Villicaña. Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época.** Universidad Nacional Autónoma de México. Primera edición. México, 1965. p. 609-614.

“Discurso de Miguel Hidalgo al Pueblo de Dolores para dar inicio a la independencia de México”. Madrugada de 16 de Setembro de 1810. In: **Museo Casa de Hidalgo.** Dolores, Guanajuato.

“Manifiesto del señor Hidalgo, contra el edicto del Tribunal de la Fe”. Valladolid, 15 de diciembre de 1810. In: J. E. Hernández y Dávalos. **Historia de la Guerra de Independencia de México.** Seis tomos. Primera edición 1877, José M. Sandoval, impresor. Edición facsimilar 1985. Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana. Comisión Nacional para las Celebraciones del 175 Aniversario de la Independencia Nacional y 75 Aniversario de la Revolución Mexicana. Edición 2007. Universidad Nacional Autónoma de México.

“Primera proclama formal de Miguel Hidalgo en la que se vierte algunos de sus postulados ideológico-políticos formulados en el memorable Grito de Independencia”.

Octubre de 1810. In: **Enciclopedia Parlamentaria de México**, del Instituto de Investigaciones Legislativas de la Cámara de Diputados, LVI Legislatura. México. Primera edición, 1997. Serie III. Documentos. Volumen I. Leyes y documentos constitutivos de la Nación mexicana. Tomo I. p. 69.

“Presunta proclama de José María Morelos en la que, citando textos bíblicos, trata de fundamentar la razón de ser de la revolución”. Apróx. diciembre 1811. In: **Ernesto Lemoine Villicaña. Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época**. Universidad Nacional Autónoma de México. Primera edición. México, 1965. p. 185-186.

“Revolucionaria proclama expedida por José María Morelos en la que justifica ante el pueblo mexicano la necesidad de alcanzar la independencia política”. Cuautla, 8 de febrero de 1812. In: **Ernesto Lemoine Villicaña. Morelos, su vida revolucionaria a través de sus escritos y de otros testimonios de la época**. Universidad Nacional Autónoma de México. Primera edición. México, 1965. p. 190-193.

“Satisfacción que Mariano Escandón da al pueblo cristiano, como Gobernador de este Obispado, sobre el hecho de haber mandado fijar rotulones, en los que levantaba la excomunión puesta al Cura Hidalgo”. Valladolid, 29 de diciembre de 1810. In: El Clero de México y la Guerra de Independencia, en Genaro García. **Documentos Inéditos o muy raros para la historia de México**. Biblioteca Porrúa No. 60. Editorial Porrúa. México, 2004. Páginas 395-397.

“Sentencia de muerte dictada contra José María Morelos por Félix María Calleja”. México, 20 de diciembre de 1815. In: **Documentos Históricos Constitucionales de las Fuerzas Armadas Mexicanas**. Senado de la República. México, Primera edición, 1965. Cuatro Tomos. Tomo I. p. 95.

Bibliografía

ARAÚJO, Michele de. “Capítulo 2: Heresia e excomunhão”. In: **Heresia, poder político e lógicas corporativas na Península Ibérica (séc. XII-XV)**. Dissertação (Monografía); orientadora: Maria Filomena Pinto da Costa Coelho. Brasília, DF: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História da Universidade de Brasília, 2011.

D'ALEMBERT, Jean le Rond; DIDEROT, Denis. Poder (Verbetes). In: **Enciclopédia - Volume 4**, Maria das Graças de Souza; Pedro Paulo Pimenta (org.). São Paulo: Editora Unesp, 2015, págs. 250-252.

LYNCH, John. As origens das independências da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Vol. III. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, p. 19-72.

GUERRA, François Xavier. **Modernidad e Independencias**. México: Fondo de Cultura, 1993, p. 19 – 54 E p. 115 – 148.

OLIVATO. Laís. As dinâmicas simbólicas na construção do movimento de independência mexicana. **Espaço Plural**. Ano XII. Nº 24. 1º Semestre 2011. ISSN 1518-4196.

OLIVATO. Laís. “Capítulo 3: As ideias insurgentes”. In: **Insurgência impressa: uma análise do periodismo no primeiro movimento de independência mexicano (1810 – 1814)**. Dissertação (Mestrado); orientadora: Gabriela Pellegrino Soares. São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

PAMPLONA, Marco A. e MÄDER, Maria Elisia (org.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas Nova Espanha**. São Paulo: Paz e terra, 2008.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **América Latina no século XIX**. Tramas, telas e textos. São Paulo: EDUSP; Bauru: EDUSC, 2004.

ROTELLI, Eitore. Ancien Régime (Verbetes). In: **Dicionário de política I**; Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1º ed., 1998.

SILVA, Caio Pedrosa da. Memória mexicana: heróis e mártires na literatura cristera (México, 1929-2000). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Religião* (Verbetes). In: **Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva**. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Augusto Ferreira de. A cristandade: um modelo eclesial de poder. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 4/6, p. 309-318, abr./jun. 2011.

Anexo

Figura I – O Grito de Dolores, Juan O’Gorman.